EU E OS POLÍTICOS

JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

O que não pude (ou não quis) escrever até hoje

O LIVRO PROIBIDO

gradiva

Índice

Apresentação 7

Alberto João Jardim 9
Álvaro Cunhal 13
Ângelo Correia 19
Aníbal Cavaco Silva 22
António Costa 45
António Guterres 49
António Horta-Osório 59
António Ramalho Eanes 62
Daniel Proença de Carvalho 70
Diogo Freitas do Amaral 77
Domingos Duarte Lima 87
Ernâni Lopes 91
Fernando Nogueira 96
Francisco Pinto Balsemão 99
Hélder Bataglia 117
Henrique Medina Carreira 122
João Soares 126
Jorge Braga de Macedo 128
Jorge Jardim Gonçalves 130
Jorge Sampaio 134
José Luís Arnaut 144
José Manuel Durão Barroso 146
José Pacheco Pereira 158

José Sócrates 161
Leonor Beleza 171
Luís Filipe Menezes 175
Luís Marques Mendes 178
Luís Valente de Oliveira 184
Manuela Ferreira Leite 186
Manuel Dias Loureiro 192
Manuel Maria Carrilho 197
Manuel Monteiro 204
Marcelo Rebelo de Sousa 207
Margarida Marante 215
Mário Soares 224
Miguel Portas 233
Nuno Morais Sarmento 238
Paulo Portas 240
Pedro Passos Coelho 244
Pedro Santana Lopes 249
Rui Machete 256
Vítor Constâncio 258

Epílogo 262

Apresentação

«**O melhor do jornalismo é aquilo que não se pode escrever**», disse-me a jornalista Ângela Silva quando lhe confidenciei que estava a escrever este livro. Por que o terá dito? Porque os jornalistas ouvem muita coisa, vêem muita coisa, falam com muita gente, mas não podem escrever tudo o que vêem e ouvem. Mesmo quando tal não lhes é explicitamente pedido, há regras a cumprir e afirmações que se subentende não se destinarem a publicação. E quando um jornalista não cumpre as regras, perde a confiança daqueles com quem se relaciona.

Ao longo de mais de 40 anos como comentador e jornalista — 23 dos quais como director do *Expresso* e nove como director do *Sol* —, conheci pessoalmente quase todos os políticos de primeira linha, com uma excepção: Francisco Sá Carneiro. De resto, mantive conversas privadas com todos os Presidentes da República eleitos desde o 25 de Abril e com todos os primeiros-ministros dos Governos constitucionais, exceptuando António Costa (que só conheci em criança).

Com quase todos almocei ou jantei, sabendo-se que as conversas se soltam à mesa, onde as pessoas são mais abertas. Entrevistei muitos deles várias vezes, para a televisão ou para a imprensa. Com alguns mantive longas conversas e frequentes contactos telefónicos.

Mas nestas relações nunca confundi os planos. Mesmo quando me faziam confidências de natureza pessoal, eles sabiam que estavam a falar com um jornalista. Um jornalista em quem depositavam confiança, mas um jornalista. E essa distinção é importante,

pois é ela que permite um livro deste tipo — que seria impensável se as relações tivessem passado do plano profissional para o plano, necessariamente mais íntimo, da amizade. A única pessoa que me fez confidências a este título terá sido Margarida Marante, e isso está claramente referido no texto respectivo.

No momento em que deixo profissionalmente o jornalismo — embora não a colaboração na imprensa — sinto ser o momento de divulgar aquilo que não pude (ou não quis) escrever até hoje. Inconfidências que me foram feitas e que entendi não dever revelar na altura, algumas com mais de 20 anos. Assim, quase todo o material deste livro é inédito, excepção feita a um ou outro episódio solto publicado nos livros *Confissões de um Director de Jornal* e *Confissões*.

Para reconstituir as conversas e os episódios aqui descritos recorri à memória mas também às páginas de um diário que escrevi em certos períodos da vida. Nestes casos, o texto é impresso em itálico.

Há quem procure ver neste tipo de livros memorialistas oportunidades para vinganças ou ajustes de contas. Pelo meu lado, nunca o fiz, não o faço e não o farei. O objectivo deste livro é deixar contribuições para a História — e, se não o fizesse com verdade, mais tarde ou mais cedo assaltar-me-iam os remorsos. A vingança, como o crime, nunca compensa.

O leitor pode, pois, confiar naquilo que vai ler. Se houver incorrecções ou inexactidões, foram absolutamente involuntárias: foi a memória que me atraiçoou. Mas mesmo isso, a acontecer, será raro e pouco relevante.

J. A. S.
Junho de 2016

Alberto João Jardim

Só o conheci em 1998. Nesse ano, o semanário *Expresso* completava 25 anos de existência e organizou uma grande exposição comemorativa. O «comissário» da exposição foi o antigo capitão de Abril Francisco Faria Paulino, que tinha uma empresa de eventos.

A inauguração teve lugar no Museu da Electricidade, em Belém, no dia 4 de Março, e foi um sucesso. António Guterres, o primeiro-ministro, compareceu. Fui recebê-lo à entrada, e no corredor a seguir estava uma grande fotografia minha, na qualidade de director do jornal. Ele elogiou-a, dizendo: «**Esta fotografia dava um óptimo cartaz de campanha eleitoral.**»

A exposição foi pensada para ser itinerante, e, de facto, percorreu nesse ano várias capitais de distrito: Braga, Évora, Viseu, Coimbra, Faro, Porto e, finalmente, Funchal.

Na manhã do dia da inauguração na Madeira, Francisco Pinto Balsemão foi jogar golfe. Ele era doente pelo golfe: para qualquer lado onde fosse, no país ou no estrangeiro, levava o saco dos tacos e aproveitava todos os bocadinhos livres para jogar. Ninguém conseguia nessas alturas levá-lo a fazer outra coisa.

Polémica sobre pedofilia

No Funchal, a mostra foi instalada num pavilhão integrado no complexo do hotel Casino (hoje Pestana Casino Park), um impo-

nente conjunto arquitectónico projectado por Óscar Niemeyer. Eu e Balsemão recebemos os convidados à entrada, e a dada altura juntou-se a nós uma figura emblemática da cidade, que se pôs ao nosso lado cumprimentando também os que chegavam. A situação era algo insólita, mas até tinha graça. Aí, Balsemão, naquele seu jeito um tanto cruel que adoptava em certas (raras) ocasiões, diz-me baixinho: «**Este tipo nunca mais desanda daqui. Não há maneira de o afastar?**» Fingi que não ouvi.

Alberto João Jardim também compareceu, sendo a primeira vez que falei com ele. Ou melhor: ele é que falou comigo, pois fala torrencialmente. Não se cala. Havia um contencioso entre nós, após uma manchete que o *Expresso* publicara uns meses antes (em 21 de Março de 1998) com o título: «**PJ investiga pedofilia no Governo da Madeira**»**.** Na sexta-feira anterior à saída desta «bomba» soubera-se fora do jornal que íamos publicar a notícia, e houve várias pressões telefónicas para a travar. Recebemos ameaças. Mas não cedemos e a notícia saiu mesmo.

Este foi um mistério que nunca consegui desvendar. Que pessoa (ou pessoas) funcionava como «espião» dentro da redacção do *Expresso,* informando alguém no exterior da publicação de determinadas notícias com grande impacto? Perante isto, a partir de certa altura condicionei o acesso dos jornalistas à visualização da 1.ª página, e aí as fugas praticamente desapareceram.

Após essa manchete sobre a pedofilia, soube que o Governo da Madeira ia interpor um processo contra o *Expresso*, o que efectivamente aconteceu, com um pedido de indemnização de meio milhão de contos. Escrevi então a Alberto João Jardim tentando demovê-lo — até porque isso implicaria deslocar-me à Madeira para o julgamento, e eu na época tinha fobia de andar de avião. Mas ele respondeu-me com um cartão escrito à mão numa letra indescritível, correspondente a uma 3.ª classe mal tirada, em que dizia que suspender o processo era impossível, até porque todos os membros do Governo Regional tinham interposto acções em nome individual, não dependendo só dele.

«Não me recandidato nas próximas eleições»

Tempo depois realizou-se a tal comemoração dos 25 anos do *Expresso*. Na conversa que mantive com A. J. J. no Funchal — enquanto ele percorria a exposição de modo distraído, não prestando grande atenção ao que via — voltei a lembrar-lhe o processo. Mas ele reiterou o que me tinha dito: que a notícia lançara a suspeita sobre «**todos os membros do Governo**» e quem não se sente não é filho de boa gente. Argumentei dizendo que falar de todos é não falar de ninguém. Nós até sabíamos quem era o suspeito, mas não quiséramos apontar-lhe o dedo por razões de pudor. Assim, deixáramos a culpa indefinida. Mas ele não se demoveu e afirmou que o processo iria mesmo avançar.

Quando acabou a visita à exposição, Alberto João Jardim ficou a falar com Balsemão e comigo. Mas a dada altura Balsemão sumiu-se discretamente e eu fiquei com o bebé nos braços, salvo seja. A. J. J. não tinha notoriamente nada que fazer e foi-se deixando estar. As pessoas começaram a sair, a porta do pavilhão encerrou-se e ele continuou à conversa. Eu era já o único anfitrião — e portanto não podia ir-me embora e muito menos pô-lo fora...

Pergunto-lhe então quando pensa sair do poder. Nas últimas eleições legislativas ele já «ameaçara» não se candidatar, mas à última hora voltara atrás e ficara. Dentro de dois anos, em 2000, realizar-se-ão novas eleições, e quero saber se vai concorrer. «**Não, nas próximas retiro-me**», responde-me. «**O senhor já disse isso antes e acabou sempre por se arrepender...**», contraponho. «**Mas nessa altura eu não tinha delfim e agora tenho!**», responde-me, aparentemente convicto. Pergunto quem é, mas não adianta nenhum nome. Ora, nas eleições seguintes voltará a candidatar-se e a ganhar. E nas outras. E nas outras ainda. E também nas outras. Só sairá contrariado e à força em 2015, empurrado pela lei. Sair do poder nunca é fácil.

Processo (excepcionalmente) arquivado

Só deixámos o pavilhão de exposições por volta das nove horas da noite, já escurecera. Desde aí não voltei a encontrar-me com Alberto João Jardim. Mas regressei à Madeira para ser julgado. Não nesse processo da pedofilia, que foi arquivado pelo procurador da Comarca do Funchal, considerando que as notícias do *Expresso* **«foram difundidas com rigor, seriedade, objectividade, não apresentando títulos que sejam mero chamariz de atenção pública, nem excessos para as pessoas dos assistentes».** Por uma vez, a Justiça da Madeira deu-me razão. Em todos os outros julgamentos realizados no Funchal fui condenado. Só que as penas foram depois anuladas pelo Tribunal da Relação de Lisboa, considerando-as infundadas.

Isto é revelador da independência que os juízes da Madeira tinham em relação ao poder político regional... Em nenhum outro local do país me senti tão pressionado.

Álvaro Cunhal

Durante muitos anos foi para mim uma figura mítica, quase irreal, que existia num planeta diferente do meu. Estava-se nos anos do salazarismo, o Partido Comunista era ilegal, muitos dos seus militantes viviam na obscura clandestinidade. Eu julgava que Cunhal, o líder de toda aquela organização, habitava na longínqua Rússia comunista, e essa ideia ajudava-me a construir uma personagem misteriosa.

O comunismo era execrado todos os dias nas rádios e nos jornais afectos ao regime de Salazar, criando um clima de constrangimento e de medo. Eu vivia num ambiente especial, pois o meu pai* era militante do PCP, embora tenha deixado Portugal quando eu tinha dez anos. Mesmo assim, eu nutria em relação a Cunhal sentimentos mistos. Por um lado, via-o como um herói, como o símbolo máximo da luta contra a ditadura de Salazar; por outro, o mistério que rodeava a sua pessoa tornava-o um ser temível e causava-me algum receio. O meu pai conhecia-o bem e falava-me dele, mas o que dizia a seu respeito não me sossegava. Apresentava-o como um dos últimos líderes estalinistas da Europa Ocidental, de uma fidelidade total a Moscovo, e chamava-lhe o «Salazar vermelho». Um homem frio, para quem os fins — o comunismo — justificavam o uso de todos os meios.

---

* António José Saraiva (1917-1993), escritor e ensaísta, autor de uma numerosa bibliografia que inclui títulos como *História da Cultura em Portugal*, *História da Literatura Portuguesa*, *Inquisição e Cristãos-Novos* e *A Tertúlia Ocidental*. *(N. do E.)*

«O PCP fale com essa parede»

O meu pai contou-me que, quando decidiu sair do PCP — em meados dos anos 60 —, escreveu uma carta a Cunhal explicando as razões por que o fazia, e foi entregá-la a Pedro Ramos de Almeida, que era o seu controleiro em Paris, para este a fazer chegar às mãos do secretário-geral. Pois bem, depois de uma troca de palavras pouco simpática, Ramos de Almeida diz-lhe que não pode aceitar a carta, e que a demissão tem de seguir «**os canais burocráticos**» do partido.

O meu pai fica furioso, como se imagina, até porque tinha uma relação pessoal com Cunhal. Mandarem-no demitir-se pelos «**canais burocráticos**» era para ele uma afronta. Mostra a sua indignação ao outro. Mas este, a certa altura, corta-lhe a palavra e diz: «**O Saraiva vai calar-se, porque quem vai falar a partir de agora não sou eu mas o partido...**». Ao que o meu pai respondeu: «**Então o partido que fale com essa parede, pois eu vou-me embora!**» E assim se deu a sua saída intempestiva do Partido Comunista.

Na sede da Soeiro Pereira Gomes

Vi pela primeira vez Álvaro Cunhal ao vivo no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, no dia 1.º de Maio de 1974, por acaso com o meu pai ao lado. Quando Cunhal sobe à tribuna, o meu pai aponta-o com o dedo e diz-me com uma voz tremente que denuncia uma profunda emoção: «**Aquele é o Cunhal.**» Percebe-se que, apesar da ruptura, aquele homem não lhe é indiferente. Ao lado de Cunhal está Mário Soares, mas a este o meu pai refere-se sem qualquer emoção nem respeito.

Entretanto, a primeira vez que estarei frente a frente com Álvaro Cunhal só acontecerá sete anos depois, em Abril 1981, na sede do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, numa sala húmida e fria, com desenhos emoldurados de artistas comunistas pendurados nas

paredes totalmente brancas. O Vicente Jorge Silva, na época chefe de redacção do *Expresso*, convidara-me para fazer um conjunto de entrevistas aos líderes dos principais partidos: Francisco Pinto Balsemão (PSD e primeiro-ministro), Mário Soares (PS), Álvaro Cunhal (PCP) e Freitas do Amaral (CDS). Eu ainda não trabalhava no jornal, era um simples colaborador, mas aceitei a tarefa com gosto.

Cunhal aparece vestido de forma muito simples, quase modesta, calçando uns sapatos amarelos (ou castanhos muito claros) que me chamam a atenção, até porque têm a costura ao centro, no peito do pé, e não de lado. A primeira pergunta que lhe faço é sobre a União Soviética — e ele enfurece-se. Considera-a uma provocação, diz que não responde, e começa a atacar os jornalistas (em geral) por estarem sempre a falar-lhe da União Soviética... Aí, digo-lhe inocentemente: «**Mas eu não sou jornalista.**» «**Não é jornalista? Eu não dou entrevistas a não-jornalistas!**» É o meu primeiro contacto com Cunhal e começava bem...

Faz-se um silêncio. O Miguel Almeida Fernandes, jornalista do *Expresso* que me acompanha, põe-se a deitar água na fervura simpaticamente. Ficamos ali um tempo: eu à espera, o Miguel a avançar argumentos para a entrevista se realizar, Álvaro Cunhal calado a ouvir. Passam-se uns bons cinco ou dez minutos. Finalmente, Cunhal condescende em recomeçar a conversa. O grande Álvaro Cunhal ceder é já para mim uma vitória! E cede perante um não-jornalista que faz uma das suas primeiras entrevistas para a imprensa (já tinha feito várias para a RTP, designadamente para a série «Os Anos do Século», de que fui autor).

Quase no fim, com o ambiente muito mais desanuviado, pergunto-lhe: «**O que pensa do *Expresso*?**» «**Não respondo a essa pergunta**», diz Cunhal prontamente. Logo a seguir a entrevista acaba, mas ficamos um tempo a falar, de pé. Álvaro Cunhal parece já completamente distendido, até ri — com aquele seu riso tão característico, mostrando os dentes muito brancos —, e julgo perceber que sabe que eu sou filho de António José Saraiva. Não

faz qualquer alusão directa ao facto, mas diz alguma coisa que me leva a pensá-lo. E a dada altura pergunta-me, surpreendentemente: «**Sabe por que não respondi à sua pergunta sobre o *Expresso?***» E perante a minha negativa, esclarece: «**Porque tinha de dizer que é um jornal que tem coisas negativas mas também tem aspectos positivos. Só que, como secretário-geral do PCP, eu não posso dizer isso.**» E adianta que não poderia elogiar «**um jornal da burguesia**».

A entrevista é enviada para «desgravar» — ou seja, para passar do gravador ao papel —, a uma pessoa exterior ao jornal. Só que, quando vêm as provas dactilografadas, dou-me conta de que uma pergunta importante sobre o eurocomunismo — o qual estava muito em voga na época, com Enrico Berlinguer em Itália e Santiago Carrillo em Espanha — e a respectiva resposta de Cunhal não constam do texto. Aflito, sem tempo para ouvir a gravação, reproduzo a resposta de memória. Como tenho o compromisso de enviar a entrevista a Cunhal antes da publicação, para a ler e eventualmente corrigir alguma incorrecção, não há perigo: ele fará o que entender à resposta reconstituída por mim.

Qual não é o meu espanto, porém, quando, ao receber as provas revistas por Cunhal, verifico que em todas as respostas ele fez alterações (com uma caneta *Futura* preta, de ponta de feltro), excepto naquela que eu escrevi de memória! Não alterou sequer uma vírgula. É a minha coroa de glória! Até porque os comunistas têm códigos específicos, uma linguagem própria e formas de dizer as coisas que são só deles. Eu assimilara tudo isso na perfeição...

«A melhor notícia dos últimos dez anos»

Uns anos depois, uma tia minha — Natália da Costa Cabral —, irmã da minha mãe, conta-me uma história impressionante sobre Cunhal. O pai deste, Avelino Cunhal, fora amigo do falecido marido da minha tia (que era muito mais velho do que ela) e conhecia-a há muitos anos. Aliás, ela e Cunhal tinham-se dado em jovens.

Já velho, vendo aproximar-se a morte, Avelino Cunhal chama a minha tia e diz-lhe: «**Natália, quando eu morrer, deita um punhado de terra em cima do meu caixão, pelo meu filho Álvaro.**» Cunhal continuava no estrangeiro, sem poder vir a Portugal. Ou melhor: se viesse, seria imediatamente preso. A minha tia assim fez. No funeral de Avelino, quando o caixão desce à cova, ela deita-lhe um punhado de terra em cima e diz de forma audível: «**Esta mão-cheia de terra é pelo teu filho Álvaro.**»

Depois de Cunhal voltar a Portugal, a seguir ao 25 Abril, a minha tia Natália decide dizer-lhe isto. Pede uma audiência, explica ao que vai e Cunhal recebe-a na sede do PCP. Depois de se cumprimentarem e recordarem velhos tempos, ela conta-lhe o que se passara. Cunhal escuta-a em silêncio e no fim diz: «**Foi a coisa mais bonita que ouvi nos últimos 10 anos.**» E rolam-lhe lágrimas pela face... Depois a minha tia pergunta-lhe como era possível ele continuar a ser comunista, depois de tudo o que se sabia sobre a União Soviética. E ele responde-lhe simplesmente: «**Achas que eu estou em idade de mudar de opinião?**» A minha tia entendeu isto como uma confissão de que ele já não acreditava no comunismo. Eu não entendo assim. A frase é, pelo menos, ambígua.

O «missal» de Cunhal

Entrevistei outras vezes Cunhal. Uma delas na RTP, com Margarida Marante. Antes de a entrevista começar, sentados já no estúdio, trocámos umas palavras. Eu tinha acabado de ser nomeado director do *Expresso*, na sequência da demissão de Augusto de Carvalho, e ele felicita-me. «**É agora o director do *Expresso*, não é? Parabéns...**» Mas eu corrijo-o: «**Director interino.**» E não o faço por acaso. É que não está de todo nos meus planos ser director efectivo do jornal. Entendo a experiência jornalística como um tempo de passagem, e planeio voltar à profissão de arquitecto, que exerci durante 15 anos. Mal sonhava

que iria ficar 23 longos anos no *Expresso* e que a mudança de profissão seria definitiva!

Entretanto a entrevista começa, iniciam-se as perguntas, e Álvaro Cunhal trata-me várias vezes durante a noite por «**senhor director-interino do *Expresso***». Algumas pessoas interpretaram isso como uma forma de me diminuir. De facto, era apenas o resultado da «correcção» que eu lhe fizera antes de entrarmos no ar.

Voltarei ainda a entrevistar Cunhal, mas a sensação será sempre a mesma: é como se as perguntas batessem numa parede. Saí sempre frustrado das entrevistas com ele, pois nunca respondia directamente ao que lhe perguntava. Respondia ao lado. Para as entrevistas levava sempre um livrinho de capa preta onde tinha muita coisa escrita à mão e que abria de vez em quando para consultar. Ainda me ocorreu que fosse uma espécie de missal, como o que os padres usam nas celebrações, com as mensagens que queria passar. A famosa cassete... Mas julgo que Cunhal não precisava disso. A cassete conhecia-a ele de trás para a frente e da frente para trás. Seria uma cábula, com alguns dados e números, designadamente económicos, que lhe poderiam ser úteis e que não sabia de cor.

No fim da vida de Cunhal ocorreu um mal-entendido entre ele e o *Expresso,* a propósito de uma entrevista, que o levou a recusar-se a voltar a falar connosco. Não estive envolvido nesse episódio e não sei bem o que se passou. Mas, como já se percebeu, Álvaro Cunhal não tinha um feitio fácil, e o carácter «burguês» do *Expresso* suscitava-lhe desconfiança. E depois começou a cegar. Nessa altura escrevi um dos poucos textos de que me arrependi: disse que a sua cegueira física parecia ser o espelho da sua cegueira ideológica. Era verdade, mas não o deveria ter escrito. E já agora acrescento: só o escrevi por saber que ele não poderia ler o texto. Se alguém lho lesse, seria essa pessoa a responsável por dar-lhe a conhecer a minha observação cruel...

Ângelo Correia

Foi meu colega no Liceu D. João de Castro, no Alto de S. Amaro, em Lisboa, mas era um ano mais velho do que eu e nunca falámos nessa altura. Fazíamos o mesmo percurso no regresso a casa. Íamos a pé, para poupar o dinheiro do carro eléctrico, mas em grupos diferentes. Ele morava na Ajuda e eu em Belém. Só que, como eu tinha amigos que viviam na Ajuda, fazia o caminho por ali (percorrendo a Rua Aliança Operária) e depois seguia para Belém, para a casa da família na Calçada do Galvão.

A partir do momento em que fui para o *Expresso* começou a ligar-me sempre no dia 24 de Dezembro a desejar Boas Festas. Podíamos estar o ano inteiro sem falar, mas na véspera de Natal telefonava-me religiosamente.

«Um grande negócio»

Julgo que só falámos pessoalmente uma vez, a seu convite, num almoço no Café In, um restaurante da moda na zona de Belém, junto ao Tejo. Foi em 1997. Sousa Cintra acabara de vender nesse dia, por 12 milhões de contos, as empresas de águas que detinha — Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas — à Jerónimo Martins. Ângelo Correia estava radiante, porque aparentemente intermediara o negócio e achava ter conseguido um bom valor. «**Foi um grande negócio. O Sousa Cintra desfez-se daquilo na altura certa**», diz-me convicto. Pergunto-lhe: «**E o que vai ele fazer agora? Ainda**

é um homem novo...» «Aí é que está o problema...», responde. Nesta altura, penso para comigo: mas isso é o que interessa! De que serve uma pessoa realizar um grande negócio para depois ficar sem nada para fazer? O objectivo fundamental de um empresário não é gerir empresas? É uma ilusão pensar que as pessoas gostam de se sentar à sombra da bananeira a viver dos rendimentos. As pessoas gostam de sentir-se activas, vivas, a produzir, a ganhar dinheiro ou a criar. A verdade é que, depois disto, Cintra viria a enterrar aquele dinheiro das águas em negócios duvidosamente lucrativos, criando uma cervejeira no Brasil e depois prolongando o negócio em Portugal. E metendo-se no negócio da gasolina, com a Cipol, que teve pouco futuro. Teria sido preferível ficar com as águas...

Mas, para lá desta transacção que o deixou satisfeito, Ângelo Correia está apreensivo porque surgiu uma suspeita qualquer relativamente à sua saúde e tem de fazer uns exames médicos. Mas devora a comida com tal rapidez, que eu o tranquilizo: «**Se estivesse doente, não tinha esse apetite...**» Mas ele não desarma e responde: «**Com a saúde não se brinca!**»

A suposta fragilidade de Portas

Ângelo Correia é um bom conversador e o tempo passa depressa. Fala-se de António Guterres, cuja mulher está gravemente doente, e Ângelo é de opinião que ele é muito dependente dela e ir-se-á imensamente abaixo se ela lhe faltar.

A propósito de Guterres, dirá ainda uma coisa que não esqueci e que usei depois em várias circunstâncias. «**Há dois tipos de liderança: a do líder que vai à frente do rebanho, que indica o caminho e é seguido pelas ovelhas; e a do líder que vai no meio do rebanho e mantém as ovelhas unidas. O estilo de Cavaco é o primeiro; o de Guterres, o segundo.**»

Mas o tema forte da refeição é Paulo Portas. Este já deixou a direcção de *O Independente* e está a iniciar-se na política. Enquanto

ele dirigiu o jornal, as nossas relações foram naturalmente tensas, pois éramos adversários — se não inimigos —, mas uma vez que transitou do jornalismo para a política talvez as coisas possam ser diferentes. Pelo menos, é esta a mensagem que Ângelo Correia parece querer passar-me. Quem lhe terá encomendado o sermão? Fê-lo por iniciativa própria? Ou foi Portas que lho solicitou?

Tenta sensibilizar-me, dizendo-me que Paulo Portas é uma pessoa emocionalmente frágil e precisa de ajuda. E eu sou um dos que poderão ajudá-lo. Ora isto é surreal! Ângelo Correia deveria saber que eu nunca poderei ter uma boa relação com Portas, dadas as sucessivas malfeitorias que ele fez ao *Expresso* e a mim próprio. Saio daquele encontro sem perceber o convite. E a verdade é que esta conversa não terá qualquer sequência. Continuarei a receber os telefonemas de Boas Festas de Ângelo Correia na véspera de Natal, mas só isso.

Aníbal Cavaco Silva

Só conheci Cavaco Silva quando já era primeiro-ministro, talvez em 1986. Ele promovia uns pequenos-almoços em S. Bento com directores de jornais, organizados pelo seu assessor de imprensa, Fernando Lima, e julgo que foi numa circunstância dessas que houve o primeiro contacto. Este modelo não funcionava, pois o que ali era dito, sendo ouvido por todos os jornalistas presentes, não era exclusivo e portanto não servia para nada. Pelo menos para o *Expresso,* que tinha a preocupação de publicar informação própria e diferente da dos outros, o modelo não funcionava. Eu até evitava fazer perguntas a Cavaco, para as respostas não serem ouvidas pelos colegas. Às vezes, à saída, passava as questões discretamente ao Fernando Lima ou telefonava-lhe depois, por forma a ter informação só nossa.

Assim, esses pequenos-almoços com vários directores de jornais acabaram, sendo substituídos por pequenos-almoços a que os jornais iam em separado, representados pelo director e por (em geral) dois jornalistas.

Os amigos não o podiam tratar por tu

Embora haja muita gente a pensar o contrário, nunca fui «íntimo» de Cavaco Silva. Muito longe disso. Durante os 10 anos em que ele foi primeiro-ministro, só falámos para aí duas ou três vezes ao telefone. E pessoalmente apenas nos encontrámos nos

pequenos-almoços referidos, em entrevistas jornalísticas e num ou noutro encontro a dois em S. Bento.

Cavaco Silva não é do género de dar muita confiança às pessoas, e muito menos aos jornalistas. Nem faz nada para ser simpático. Na TV nunca o ouvi tratar um jornalista pelo nome, ao contrário de todos os outros políticos, que tentam agradar aos entrevistadores. Cavaco, em pessoa, causa mesmo algum desconforto ao visitante pela sua postura austera. Penso que, muitas vezes, também ele próprio não se sente à vontade, porque é um tímido.

Nos Conselhos de Ministros, mesmo os colegas de infância, como Eduardo Catroga, que toda a vida o tinham tratado por tu, tratavam-no por «senhor primeiro-ministro». Depois de ele sair de S. Bento, contar-me-ão uma história curiosa que explica muito do que venho a dizer: no tempo em que Cavaco era primeiro-ministro e ia ao Parlamento, os deputados punham-se de pé quando ele entrava no hemiciclo; mas quando Guterres lhe sucedeu, os deputados não só não se levantavam como continuavam a falar uns com os outros. Isto é bem revelador.

Os bastidores de uma remodelação

Após a importante remodelação governamental de 1989, em que saiu o número dois do Governo e velho companheiro de luta de Cavaco — o ministro de Estado Eurico de Melo —, Cavaco Silva convidou-me sigilosamente a ir a S. Bento. Depois de nos sentarmos à mesa, diz-me: «**Eu estou disposto a contar-lhe tudo sobre o modo como decorreram as mudanças no Governo. Mas tem de me prometer que escreve aquilo que eu lhe disser.**» Respondo-lhe obviamente que sim. A remodelação fora muito polémica e apanhara o país de surpresa — e Cavaco estava a oferecer-me a oportunidade de saber da sua própria boca como as coisas se tinham passado. O primeiro-ministro habituara o país a fazer remodelações ministeriais de forma imprevista e quase secreta, e sobre esta remodelação não

passara um único sinal para o exterior. Quando se soube, estava consumada. Eram os bastidores desse acontecimento que Cavaco se propunha agora revelar-me.

E descreve-me de facto tudo, tintim por tintim. Diz-me que tinha ido no domingo anterior para S. Bento, apenas com uma secretária. Ela ia ligando para as pessoas que Cavaco indicava, e depois ele falava. Só lhes fazia uma pergunta: «**Está disponível para integrar o Governo?**» Assim, sem mais nada. «**E não lhes dizia para que pasta os convidava?**», estranhei. «**Não. Se lhes dissesse a pasta e eles recusassem, saber-se-ia depois que a pessoa escolhida fora uma segunda escolha. Não lhes dizendo a pasta, isso nunca se saberia.**» Aí percebi como Cavaco conseguia fazer as coisas em completo sigilo (só uma secretária estava dentro do segredo) e como não transpirava nada sobre convites recusados e segundas escolhas.

Esta conversa durará talvez hora e meia. De regresso à redacção, escrevo com pormenores a história que acabei de ouvir e que ninguém no país (penso eu) conhece. Mas há jornalistas meus que dizem ter informações sobre o assunto. É muito difícil isso ser verdade, pelas razões que expus. Porém, para não me mostrar completamente impermeável à colaboração da redacção, faço um pequeno acrescento no texto com um detalhe que um jornalista me garante ser verdadeiro e me parece plausível. Pois bem: na 2.ª feira seguinte telefonam-me do gabinete do primeiro-ministro dizendo que o relato estava fiel, correspondendo ao que ele me tinha dito, mas continha um erro. E o que era? Exactamente o acrescento que eu tinha feito com base na informação do dito jornalista! E de facto vim a saber um tempo depois que essa informação era inverdadeira.

Mas, pesem embora estes contactos, a pessoa do *Expresso* que tinha mais proximidade com Cavaco Silva não era eu mas sim Maria João Avillez. Ela arrancava dele informação que nenhum outro jornalista conseguia extrair. Um dia, comentando o facto com Pedro Santana Lopes, este disse-me com um sorriso malandro: «**É natural. O homem passa ali o dia inteiro enfiado no gabinete,**

muitas vezes a resolver chatices. Ora, aparece-lhe a Maria João, cruza as pernas, e ele conta-lhe tudo.» Era evidentemente uma imagem, uma caricatura. Mas é inegável que a Maria João Avillez tinha essa arte muito feminina de se insinuar junto de políticos e obtinha notícias que ninguém mais conseguia. Assim já acontecera no Verão Quente, quando sacava «cachas» exclusivas aos militares. Era um dom natural que possuía.

Contava-me Balsemão que em 1975 a Maria João trazia sempre muito material jornalístico desses contactos com militares — mas, como não tinha ainda grande experiência de escrita, ditava as informações e Balsemão ia-as escrevendo à máquina. É bom lembrar que nessa época havia muito poucas mulheres na profissão (e algumas fontes, por machismo ou para se insinuarem, abriam mais a boca quando eram abordadas por elas). Já Mata-Hari tirava partido de ser mulher...

Momentos de tensão máxima

O momento mais embaraçoso que vivi com Cavaco Silva foi numa entrevista para o *Expresso* em meados de 1990. O jornalista Joaquim Vieira entrara para a direcção no ano anterior, na sequência do êxodo para o *Público*, em que tinham saído os meus dois adjuntos (o Vicente Jorge Silva e o Jorge Wemans). Ora, um tempo depois de o Vieira entrar, realiza-se uma entrevista com o primeiro-ministro. Até aí, essas entrevistas eram feitas apenas por mim, porque Cavaco rejeitava ser entrevistado pelo Vicente (e nessas condições resolvemos que iria só eu). Mas as circunstâncias tinham mudado. E o Joaquim Vieira veio dizer-me que gostava de participar na entrevista, o que me pareceu razoável.

Comuniquei a S. Bento que ele me acompanharia, mas a resposta veio peremptória: Cavaco Silva não aceita. Diz que eu sempre o entrevistei sozinho, e não vê razão para agora ser diferente. Cai-se num impasse. Torna-se para mim óbvio que o Joaquim Vieira terá

mesmo de ir, até para não dar ideia de que há ali algo a esconder, alguma combinação secreta e inconfessável entre mim e o primeiro-ministro. Terá de ficar claro que tudo é transparente. Mas Cavaco Silva mantém-se firme: ou eu o entrevisto sozinho ou não haverá entrevista. Falo então a Marques Mendes, conto-lhe o que está a passar-se, ele percebe a situação e prontifica-se a convencer Cavaco. E consegui-lo-á.

Uns dias depois, porém, recebo um estranho telefonema de S. Bento: o primeiro-ministro quer ter uma conversa comigo a sós antes de começar a entrevista. Assim, pede-me que lá esteja meia hora antes do horário combinado. Comunico isto ao Joaquim Vieira, que fica ainda mais desconfiado. Que cumplicidades haveria entre mim e Cavaco Silva?

Chego a S. Bento pontualmente à hora estabelecida, sou introduzido numa sala, Cavaco vem logo a seguir e explica-me a razão de ser daquela conversa prévia: quer falar das eleições presidenciais, mas não o poderá fazer naquele dia. Estamos numa terça-feira e o *Expresso* só irá para as bancas no sábado... Assim, o pedido de Cavaco é muito concreto: não lhe faremos nenhuma pergunta sobre as presidenciais na entrevista — e ele compromete-se a mandar a sua posição sobre o assunto no dia de fecho do jornal, ou seja, na sexta-feira. «**E a posição vai surpreendê-lo!**», adianta.

Ora esta conversa dura 5 minutos — e Cavaco dispõe-se a iniciar a entrevista. Mas não é possível: está combinado que o Joaquim Vieira participará, pelo que não poderemos começar sem a sua presença. Explico isto a Cavaco Silva, que não se mostra convencido. Ficamos então ambos em silêncio. Num silêncio tenso, que não pode durar muito. Uns minutos depois, Cavaco insiste para que a entrevista comece, e eu repito a explicação. Passa mais um tempo, os minutos agora parecem intermináveis, e Cavaco — cada vez mais incomodado — volta a insistir e eu a recusar. Até que, virando-se para mim, pergunta: «**O senhor jornalista recusa-se a começar a entrevista?**» Balbucio uma frase qualquer — e nesse preciso momento toca o telefone: é da portaria a informarem que

chegou um jornalista de nome Joaquim Vieira para entrevistar o primeiro-ministro. Respiro de alívio: a situação estava a ficar insustentável. A entrevista faz-se depois normalmente.

A revelação do apoio a Soares

Na sexta-feira à tarde, já perto do fecho do *Expresso*, dizem-me que está à porta do jornal um agente da GNR com ordens terminantes para me entregar a mim, e só a mim, uma carta. Lá vou, o homem está fardado, traz numa mão um capacete (mostrando que veio de moto) e na outra um envelope que me entrega, depois de perguntar se sou o senhor fulano de tal. Recebo o envelope. Dentro dele está um segundo envelope e dentro deste um terceiro envelope lacrado com o meu nome. No interior deste último envelope vem uma folha de papel dobrada com um curto texto escrito à máquina onde leio:

> *No próximo Congresso do PSD vou propor que o partido não apresente qualquer candidato às eleições presidenciais do próximo ano, caso o dr. Mário Soares se recandidate. O PSD deve contudo estabelecer um compromisso directo com o povo português quanto aos pressupostos em que assenta a sua decisão de não apresentar candidato presidencial próprio.*
>
> *É inegável que o povo português maioritariamente apoia a forma como o dr. Mário Soares tem exercido a sua presidência. Sendo assim, estando o PSD no Governo, e tendo presente as exigências que o desafio da Europa de 1992 coloca ao país, deve o PSD adoptar uma postura ditada exclusivamente pelo interesse nacional e abster-se de contribuir para o desenvolvimento de tensões entre o Governo e o Presidente da República.*
>
> *Não deve ser o PSD a dar passos que afectem a cooperação institucional entre o Governo e o Presidente da República e que prejudiquem a estabilidade política que tão necessária é à realização do projecto de desenvolvimento e modernização que defendemos para o país. Para*

o PSD, as eleições onde irá estar realmente em causa o modelo de sociedade que Portugal quer construir para a década de 90 são as de 1991 para a Assembleia da República e é nelas que deve concentrar todos os seus esforços.

É o texto do apoio (por falta de comparência, ou seja, por não apresentação de um candidato próprio) de Cavaco Silva à recandidatura de Mário Soares. Já tenho manchete! Redijo a notícia à pressa, que cairá como uma bomba no dia seguinte — e entrará directamente na História.

Mas esta atribulada questão ainda não acabara aqui. Na segunda-feira recebo um telefonema do gabinete de Cavaco Silva exprimindo o seu desagrado pela forma como a notícia saíra. Eu, que pensava ter cumprido escrupulosamente o combinado, vejo-me confrontado com uma acusação de quase deslealdade. O que se passou? Só então percebo que Cavaco queria fazer essa declaração de «apoio» a Soares de modo discreto, no meio da entrevista, *en passant*, e não do modo como saiu, em forma de notícia. Explico que isso era materialmente impossível, pois a revista fecha na noite de quarta-feira — e a declaração só me chegou às mãos na sexta. Mas Cavaco nunca perceberá bem (ou não quererá perceber) o porquê de a revista fechar tão cedo. O prazo de cinco dias entre a realização das entrevistas e a ida do *Expresso* para as bancas sempre lhe fez muita confusão. Não percebia que, para haver tempo para desgravar e editar as entrevistas, de modo a estarem prontas na noite de quarta-feira, tinham de ser feitas ao longo do dia de segunda-feira.

Em S. Bento, à mesa com Prado Coelho

Além das entrevistas e dos pequenos-almoços regulares (mas bastante espaçados no tempo), tive dois contactos com Cavaco de natureza completamente diferente durante o tempo em que foi primeiro-ministro. Um foi o convite para um almoço em que o outro

convidado era Eduardo Prado Coelho. O objectivo era saber a nossa opinião sobre uma mudança que Cavaco Silva magicara e que poderia mudar radicalmente a política cultural do Governo. A mudança consistia, em termos gerais, no princípio de o Estado deixar de financiar a produção cultural e passar a financiar o consumo cultural.

Cavaco exemplifica: em vez de financiar a produção de um espectáculo de teatro, o Estado pagaria parte do preço dos bilhetes. Com isto, poderia haver mais pessoas a assistir aos espectáculos, não se verificando situações aberrantes em que o Estado financiava peças de teatro que depois tinham meia dúzia de espectadores. Com essa mudança de paradigma, só teriam viabilidade os espectáculos que tivessem efectivamente público.

Prado Coelho reage — educada e maciamente, como era o seu estilo, mas discordando firmemente da ideia. Sendo comunista, tinha de defender o financiamento da Cultura por parte do Estado. Eu estava nos antípodas. Como princípio, achava que a cultura devia obrigatoriamente ter consumidores e não podia viver artificialmente à custa do erário público. Se ninguém consumisse um produto, qual seria a sua influência? Nenhuma. Dou o exemplo de um disco que merecera uma crítica de página inteira no *Expresso*, com grandes elogios, e que depois acabara por vender dois ou três exemplares em Portugal. Tinha-se aberto um grande fosso entre a crítica e as pessoas comuns — e o Estado acabava por ser levado a financiar espectáculos que a crítica podia celebrar mas que não atraíam ninguém.

Cavaco Silva ouve mas não tira nenhuma conclusão. Ele era sempre assim em todas as situações: ouvia os seus conselheiros ou as pessoas a quem pedia opiniões mas não revelava o que pensava. Nem que decisão iria tomar.

Como nascem os «ajudantes de ministro»

Entrevistei-o várias vezes para o *Expresso* e também, uma vez, para a RTP, a convite da Judite Sousa. É nesta entrevista que Cavaco

chama aos secretários de Estado «ajudantes de ministro». A dada altura pergunto-lhe se sabe quantos membros tem o seu Governo. A ideia é fazer-lhe ver que tem um Governo muito numeroso, depois de ter começado por defender os governos pequenos. Ele responde que tem *x* ministros. Eu insisto, dizendo que a pergunta é sobre o número total de governantes, entre ministros e secretários de Estado. E é aí que ele responde: «**O que importa é o número de ministros. Os secretários de Estado são ajudantes de ministro**» — como quem diz, esses não interessam nada. Esta gafe de Cavaco irá ficar, e ainda hoje se fala dos «ajudantes de ministro».

A «hecatombe» eleitoral

Em princípios de Junho de 1994, nas vésperas das eleições europeias, o *Expresso* publica uma sondagem que dá uma derrota clara ao PSD — e, na *Política à Portuguesa*, eu falo na probabilidade de uma «**hecatombe**» eleitoral. No dia a seguir às eleições, Cavaco Silva reagirá, enviando-me um cartão em que o simulacro de humor denuncia o seu estado de profunda irritação:

Sr. Arquitecto,

A caminho da Colômbia não quero deixar de agradecer-lhe a sua segunda previsão consecutiva de «hecatombe» eleitoral para o PSD, agora nas europeias. Há quem pense que não é forma muito correcta de fazer jornalismo (há mesmo quem diga pior...) mas eu julgo que nos faz jeito e por isso agradeço. Contudo, talvez seja ocasião para mudar de empresa de sondagens porque agora a credibilidade foi mesmo por água abaixo. Com consideração e estima,

Aníbal Cavaco Silva

Na mesma época, comentando uma atitude que me pareceu lamentável de Mendes Bota — que veio fazer críticas públicas ao

partido depois de ter sido excluído nas listas para aquelas eleições europeias —, escrevi um artigo onde perguntava: «**Quantos Botas haverá no PSD? Quantos serão aqueles que se mantêm calados porque lhes foram distribuídos lugares no partido ou no Estado? Qual será a extensão da corrupção moral que tomou conta do PSD após 9 anos de presença consecutiva e solitária no poder?**»

Cavaco Silva também não gostou nada deste artigo e, em resposta a estas perguntas, envia-me um cartão magoado onde diz que haverá menos oportunistas no PSD do que «**no partido do seu primo eng.º Guterres**». E acrescenta que sempre usou a sua autoridade para combater a tentação de usar o partido para defender interesses próprios, e, ao contrário de governos anteriores, impôs nos seus governos a presença de muitos independentes.

Almoço com Marcelo precede «tabu»

O célebre episódio do «tabu de Cavaco» nasceu num pequeno-almoço em S. Bento. A história, entretanto, tinha começado uns dias antes, num almoço com Marcelo Rebelo de Sousa. Combinámos encontrar-nos no dia 26 de Outubro de 1994 no *grill* do Hotel Penta, na Avenida dos Combatentes, perto da Universidade Católica (onde uns anos depois darei aulas).

Parto da sede do *Expresso*, no Marquês de Pombal, e vou pela Fontes Pereira de Melo e pela António Augusto de Aguiar até à Praça de Espanha. Daí seguirei em frente pela Av. dos Combatentes até ao hotel. À saída da praça, porém, tenho um violento acidente. Havia um engarrafamento, o trânsito estava todo parado, às tantas o carro à minha frente põe-se a andar — e eu vou atrás dele. Só que entretanto tinha aberto o semáforo para os carros que vinham da direita, um deles arranca com força e apanha-me em cheio de lado. Não fico ferido, mas tenho de ficar ali um bom bocado à espera que chegue a Polícia.

Estou preocupado, porque tenho um almoço marcado com Marcelo Rebelo de Sousa e ele já deve lá estar. Não tenho meio de o avisar, pois ainda não há telemóveis. Fico ali no meio da avenida uns 45 minutos ou mais. O meu carro, um *Peugeot 405,* está bastante maltratado, com uma roda empenada. Temo que não ande. Mas, resolvido o problema do acidente, lá conseguirá arrastar-se penosamente até ao parque de estacionamento do Penta.

Entro esbaforido no hotel, desço ao *grill,* Marcelo está sentado à mesa e começou a comer, admitindo talvez que eu não aparecesse. Estou atrasado cerca de uma hora. Explico-lhe que tive um acidente de automóvel, mas ele não parece ligar muito. Talvez pense que é uma desculpa para justificar o atraso. Fico irritado com a reacção e não insisto. Noutra mesa almoçam Pedro Santana Lopes e Pacheco Pereira — e Marcelo explica-me que Santana está a aliciar Pacheco para qualquer coisa no PSD.

Neste almoço a desoras, enquanto eu engulo o bife, Marcelo — que entretanto já terminou a refeição — vai-me passando informações surpreendentes: Cavaco irá renunciar à liderança do PSD e não se recandidatará em próximas eleições legislativas. Ora, isto mudará tudo na política portuguesa.

É certo que nem sempre as notícias dadas por Marcelo correspondem rigorosamente à verdade, seja pelo seu gosto pela intriga ou por tomar como bons rumores pouco credíveis que lhe chegam aos ouvidos. Mas dentro de dois ou três dias estarei com Cavaco num pequeno-almoço em S. Bento e poderei pôr-lhe a questão.

O pequeno-almoço «fatal»

Vou para S. Bento acompanhado pelos jornalistas José António Lima, Fernando Madrinha e Cristina Figueiredo. Cavaco fala muito, quer passar as suas mensagens, e até se esquece dos gestos. A dada altura pousa metade da carcaça que está a comer em cima da toalha branca, e à medida que fala vai-a afastando com a

mão; às tantas, a carcaça já vai quase a meio da mesa redonda... A dada altura da conversa (que durará três horas), aproveitando um silêncio, pergunto a Cavaco em tom solene se é verdade que vai renunciar à liderança do PSD e não se recandidatará ao cargo de primeiro-ministro. E peço-lhe uma resposta directa. Cavaco faz um silêncio, baixa os olhos e responde: «**Isso é um assunto tabu. Não lhe vou dizer uma única palavra sobre isso.**» E imediatamente muda de tema. Percebo que tenho ali ouro.

À saída da residência de S. Bento, comentando a substância da conversa que acabávamos de ter, o Fernando Madrinha diz: «**Isto não deu nada.**» «**Não deu nada?**», surpreendo-me. «**Temos aqui a manchete do ano!**» Tinha-lhe escapado a importância daquela frase: «**Isso é um assunto tabu.**»

Quando chego ao jornal telefono a alguns governantes (Marques Mendes, Santana Lopes, Durão Barroso) perguntando-lhes se sabem algo sobre o assunto. Não sabem de nada. Mas Marques Mendes sempre adianta: «**O primeiro-ministro está, de facto, farto do partido e já o disse várias vezes em privado. Isso é verdade. Mas não sei mais nada.**» Eu estou, porém, seguríssimo: Cavaco vai sair. E será essa a manchete do *Expresso* do sábado seguinte: «**Cavaco pode deixar liderança do PSD.**» Na notícia não se cita o primeiro-ministro, pois tudo o que se passa nesses pequenos--almoços é *off the record*, mas refere-se «**uma fonte do gabinete do primeiro-ministro**» que, interrogada sobre a hipótese de Cavaco Silva deixar de ser líder do PSD e não se recandidatar à chefia do Governo, respondeu apenas: «**Isso é um assunto tabu.**»

O impacto da notícia no dia da publicação do jornal não é grande. As pessoas acham que se trata de especulação política. Sucede que, um dia depois, confrontado por um jornalista sobre aquele assunto numa visita a Marrocos, Cavaco Silva repete textualmente a frase: «**Isso é um assunto tabu.**» Era um sinal de que a nossa notícia estava certa. E assim nasce o célebre «tabu de Cavaco» que encherá nos meses seguintes páginas e páginas de jornais e provocará acalorados debates nas televisões.

A maioria dos comentadores disse depois que foi um tremendo erro político de Cavaco Silva, uma jogada política desajeitada em que o tiro lhe saiu pela culatra. Ora, sou testemunha de que a iniciativa não partiu de Cavaco, que ficou embaraçado com a minha pergunta — e, se não tivesse havido aquela manchete do *Expresso,* o tabu nunca teria existido. Claro que a opção de Cavaco Silva seria a mesma — deixaria a liderança do PSD, da qual estava farto, e não se recandidataria à chefia do Governo —, mas não teria havido o longo período de *suspense* que mediou entre essa manchete e o anúncio formal da decisão, feito em conferência de imprensa três meses depois.

O episódio da «marquise»

Três semanas depois do pequeno-almoço em S. Bento onde nasce o tabu, Fernando Lima — assessor de imprensa do primeiro-ministro — telefona-me dizendo que Cavaco Silva está muito incomodado com o *Expresso*. Adianta que um jornalista nosso está a investigar a sua casa particular, e ele considera essa investigação uma intrusão abusiva na sua vida particular, atentatória da sua privacidade. Acrescenta que o jornalista tentou intimidar um pedreiro que trabalhava na obra, apresentando-se como agente da Polícia Judiciária. Na sequência deste telefonema, dou instruções para que o jornalista actue de forma correcta. Mas não posso dizer-lhe que não investigue. Nunca disse a nenhum jornalista para não investigar o que quer que fosse. Coisa diferente é a decisão de publicar — a qual, obviamente, só poderá ser tomada no fim da investigação.

Este assunto das obras no apartamento de Cavaco na Rua do Possolo estava há muito a ser objecto da nossa atenção, mas eu mexia no assunto com pinças e discretamente, porque seria grave para o jornal correr o risco de publicar uma notícia falsa num tema que teria forçosamente uma grande visibilidade. Tendo em conta a

«discrição» com que eu estava a tratar do assunto, fiquei perplexo ao receber a seguinte carta:

Lisboa, 21 de Novembro de 1994

Ex.mo Senhor
Arquitecto José António Saraiva
Director do Expresso

Não posso deixar de comunicar a Vexa. alguns factos insólitos de que tive conhecimento na passada semana, envolvendo um jornalista que afirma ser do vosso semanário, e que me fizeram lembrar atitudes de tipo policial do passado que eu julgava incompatíveis com a democracia em que vivemos.

Um pedreiro, que foi encarregado de umas obras de reparação e remodelação que minha mulher e eu decidimos efectuar no andar onde moramos há 27 anos, fez chegar ao nosso conhecimento que anda a ser perseguido por um jornalista de nome João Ramos de Almeida, que diz pertencer ao Expresso, *inquirindo-o sobre trabalhos que realizou e o que viu na nossa casa. Mais acrescentou que o referido jornalista anda também a interrogar os fornecedores onde foram comprados os materiais utilizados nas obras e que uma vez se terá mesmo apresentado como sendo polícia da Judiciária.*

Mas, senhor director, o insólito inquérito «policial» não fica por aqui. O referido jornalista passou seguidamente a inquirir um arquitecto das minhas relações familiares, a quem a minha mulher pediu que fizesse as plantas a apresentar na CML, sobre as pequenas obras de remodelação a realizar na casa, para que tudo se processasse numa legalidade exemplar. Mais uma vez queria o jornalista ser informado de tudo sobre a nossa casa.

Mas verdadeiramente estupefacto ficou o arquitecto quando o jornalista lhe disse que ele não devia surpreender-se com as perguntas porque em França até já tinham sido presos três ministros, «por coisas como estas».

Chegado aqui, senhor director, e estando certo que Vexa. é estranho a esta insólita perseguição «policial», não posso deixar de lhe expressar o meu mais veemente protesto. Há limites para tudo. Em

democracia tem de haver limites para a perseguição à vida privada dos cidadãos.

Será que a minha mulher, lá por eu ser primeiro-ministro, não pode mandar fechar a varanda? Sendo certo que nunca ficámos a dever nada a ninguém.

Estando certo que não é este tipo de jornalismo que Vexa. defende, permita-me este desabafo, que é também um grito de indignação.

Com os melhores cumprimentos,

Aníbal A. Cavaco Silva

Por que fiquei perplexo ao receber esta carta? Porque eu andara a tratar este assunto sigilosamente, para não cometermos erros (ou atirarmos injustamente lama sobre Cavaco Silva), e ele tomava a iniciativa não só de me remeter esta carta mas de enviar ao Parlamento um dossiê sobre este tema, dando-lhe publicidade!

Cavaco esquece-se de agradecer

Pouco depois de sair do Governo — uns três ou quatro meses —, Cavaco Silva telefona-me a pedir cópias das entrevistas que lhe fiz para o *Expresso*, para publicar no livro que irá escrever sobre os anos em S. Bento. Diz-me que essas entrevistas são as únicas que utilizará. Estamos em 1996, os jornais ainda não estão digitalizados e tenho dificuldade em satisfazer o pedido. A minha secretária — Carla Duarte — tem de mandar vir do armazém os exemplares do *Expresso* onde foram publicadas as entrevistas e depois tirar fotocópias das páginas (que são enormes) aos bocados, colando-os finalmente com fita-cola. Aquilo dá algum trabalho. Envio-lhe o material, mas Cavaco não diz água-vai: não agradece nem sequer acusa a recepção.

Uns largos meses mais tarde encontro o Fernando Lima no Metropolitano e dou-lhe conta disto. «**Ele não lhe agradeceu?**»,

estranha. E garante que lho irá dizer. Mas não acontecerá nada a seguir. Sucede que, muito tempo depois, a propósito de outra coisa qualquer — talvez o envio de Boas Festas ou a oferta de um livro —, Cavaco acrescenta a essa mensagem um agradecimento pelo envio das entrevistas. Ele é assim: teimoso e orgulhoso. Não quis reagir ao reparo que lhe fiz através do Fernando Lima, para não ter de se desculpar, preferindo esperar por uma ocasião propícia para o fazer sem parecer que corrige um erro.

Como nasce a história da «boa e má moeda»

Durante anos não falei com Cavaco Silva. Entretanto, no casamento do fotógrafo Rui Ochoa com a fadista Kátia Guerreiro — que teve lugar em Lamego, na Quinta dos Viscondes da Várzea, propriedade de Maria Manuel Cyrne, em Novembro de 2004 —, fiquei na mesma mesa de Cavaco, que também era convidado. Ochoa tinha uma boa relação com ele, pois fora seu fotógrafo durante os anos de S. Bento.

Puxo a conversa para a política, para tentar tirar nabos da púcara — Pedro Santana Lopes era o primeiro-ministro na altura e havia muita intriga no ar —, mas Cavaco não me dá grande saída. Ele era muito retraído e evitava dar opiniões políticas em circunstâncias destas, pois temia que viessem a aparecer nos jornais. Mas, quase no fim da refeição — servida num ambiente muito agradável, em mesas ao ar livre —, já na hora do café, diz-me, como quem não quer a coisa, que está a escrever um artigo de opinião e pergunta-me se eu terei interesse em publicá-lo no *Expresso*. Respondo obviamente que sim.

Na semana seguinte faz-me chegar por portador um texto sobre a Lei de Gresham, onde se fala «**da boa e da má moeda**». A minha primeira reacção é pensar: isto não tem interesse nenhum! E decido publicá-lo discretamente na secção de Economia. Mas depois, intrigado, vou lê-lo outra vez. E de repente faz-se-me luz. Aquilo é

evidentemente uma metáfora acerca do Governo de Santana Lopes. Segundo Cavaco, a Lei de Gresham postulava que, em tempos de crise, a má moeda expulsa a boa moeda. Ou seja, *mutatis mutandis*, os maus políticos expulsam os bons políticos.

Percebendo que tenho ali uma bomba, faço para a edição seguinte uma manchete onde descodifico o texto e lhe atribuo o «verdadeiro» sentido. O efeito será mesmo explosivo. Jorge Sampaio dir-me-á mais tarde que esse artigo de Cavaco Silva foi determinante para a sua decisão de demitir Santana Lopes. «**Nem o professor Cavaco acreditava nele...**», confidenciar-me-á. Na segunda-feira seguinte à saída do jornal, Cavaco liga-me a agradecer a publicação do artigo, estranhando no entanto o destaque que eu lhe dera: «**Não esperava que lhe desse tanta importância...**»

Cavaco era assim: fingindo não perceber certas coisas para manter as distâncias e também para não se comprometer. Com aquele telefonema, ele deixava claro que a interpretação que eu dera ao artigo, para todos os efeitos, era da minha responsabilidade. Ele limitara-se a escrever um artigo económico sobre a Lei de Gresham...

Também havia outra hipótese: Cavaco querer mesmo que o artigo saísse sem descodificação, para não fazer logo ondas, com o objectivo de alguém o «descobrir» depois e ter um efeito ao retardador. Uma espécie de bomba-relógio que eu fiz detonar logo. Aliás, com o «apoio» à recandidatura presidencial de Mário Soares disfarçado no meio de uma entrevista, quando era chefe do Governo, Cavaco pretendera um efeito semelhante. Que também falhara por minha «culpa»...

Telefonema «convoca-me» para Belém

Depois de Cavaco Silva assumir a Presidência da República estive, por junto, quatro ou cinco vezes com ele em Belém. Uma delas — sem dúvida a mais importante — no tempo escaldante em que José Sócrates vivia os últimos meses à frente do Governo.

Através do BCP, que tinha como administrador um seu homem de mão, Armando Vara, Sócrates fazia todos os possíveis para fechar o *Sol*. Nós reveláramos alguns escândalos onde surgia o seu nome envolvido — desde o Freeport ao Face Oculta — e figurávamos entre os seus inimigos de estimação.

Numa manhã do mês de Janeiro de 2010 liga-me o chefe da Casa Civil do Presidente da República, Nunes Liberato, a dizer que o Presidente gostaria de me receber. Percebo que será para falar da «guerra» que envolve Sócrates e o *Sol*. Cavaco Silva quererá dar um sinal de que nos apoia. Liberato adianta-me que, ao contrário das outras vezes, em que eu entrara pelo Pátio das Damas — por onde entravam as visitas informais —, desta vez entrarei pela rampa do Pátio dos Bichos e a recepção constará da agenda oficial do Presidente da República. Cavaco quer, pois, tornar público o seu apoio ao *Sol*.

Nos dias que precedem a minha ida a Belém dão-se, porém, acontecimentos que abalam o país. A luta política atinge o rubro, com Sócrates a ser acusado de tentar controlar jornais e um ambiente de guerra civil instalado. Chovem notícias de que o Governo quis comprar a TVI, através da PT, para calar a jornalista Manuela Moura Guedes. Sócrates nega, mas é acusado de mentir.

Vive-se o chamado caso Face Oculta. O *Sol*, que lidera a informação sobre o tema, é alvo de uma providência cautelar interposta em 9 de Fevereiro de 2010 por Rui Pedro Soares, administrador da PT próximo de Sócrates — impedindo-nos de publicar qualquer coisa onde surja o seu nome. Ora, R. P. S. é uma figura central da história. Realiza-se então uma reunião entre a direcção e a administração do *Sol,* presidida por Ana Bruno, onde fica decidido que vamos desobedecer à ordem do tribunal.

No dia 10 de Fevereiro, a sede do jornal, na Rua de S. Nicolau, é rodeada por uma multidão. Os jornalistas atropelam-se, as televisões fazem directos do exterior do nosso edifício. Todas as atenções dos *media* estão centradas no *Sol*. Nós encontramo-nos «barricados» dentro do edifício e não contactamos com a comuni-

cação social, para não darmos qualquer sinal que nos possa comprometer — e vamos sabendo notícias do mundo exterior através dos canais televisivos, que a todo o momento dão notícias sobre nós. Nessas horas, a nossa única relação com o mundo é através de um comunicado que redigimos e enviamos à Lusa através do telefone — e que, minutos depois, estará a ser difundido por todas as televisões. Sentimos a excitação de estar no topo. Tudo o que façamos será notícia. Um funcionário vai discretamente à rua comprar pizas, e restaurantes e pastelarias da vizinhança levam-nos comida como testemunho de solidariedade. Mais tarde, um canal televisivo filmará o *Sol* à saída da máquina, mostrando a «transgressão». A capa dessa edição (10 de Fevereiro de 2010) ostenta um perfil de Sócrates a negro sobre um fundo vermelho com o seguinte título: **O Polvo**. É a guerra aberta. Ao fim da noite, nós saímos discretamente do edifício por uma porta lateral, fugindo às atenções de jornalistas que teimosamente ainda se encontram no exterior.

José Sócrates queria fechar o *Sol*

Na véspera da audiência em Belém, recebo um telefonema de Nunes Liberato a desmarcar o encontro. Percebo perfeitamente a intenção: dado o extremar de posições, o Presidente não quer mostrar publicamente que está ao lado do *Sol* contra o primeiro-ministro nesta guerra. Receber-me naquele contexto seria visto como uma verdadeira provocação a Sócrates e ao Governo. Até porque, para todos os efeitos, nós tínhamos desobedecido a uma ordem do tribunal.

Tempo mais tarde, com as águas mais calmas, sou de facto convidado a ir a Belém — mas aí já entro pelo Pátio das Damas e a visita não consta da agenda do Presidente. À chegada, Cavaco Silva aperta-me demoradamente a mão, num sinal de solidariedade. Cavaco não apertava a mão com força, até porque, com tantos apertos de mão que tinha de dar nas suas funções, chegaria

ao fim do dia com a mão dorida. Mas também não estendia uma mão morta, como outros. Tinha uma mão seca, ossuda, de pele escura como se fosse curtida pelo sol. Uma mão de berbere, de árabe das montanhas, de guerreiro, correspondente ao seu aspecto austero.

Na conversa, explico-lhe resumidamente as tentativas feitas por Sócrates para fechar o *Sol*, através de Armando Vara, depois de este entrar para a vice-presidência do BCP, em Janeiro de 2008. Embora o BCP continuasse a ser nosso accionista, Vara corta o investimento publicitário e os patrocínios no *Sol* em 72%. E em Setembro declara que colocou as acções à venda e não porá «**nem mais um tostão**» no jornal.

Em Janeiro de 2009 surge a primeira notícia sobre o caso Freeport, que compromete José Sócrates. E a partir daqui não mais haverá paz. Quando a Felícia Cabrita me fala pela primeira vez no caso, diz-me: «**Isto é o fim do Sócrates.**» Respondo-lhe: «**Se não formos nós a acabar primeiro.**» Estamos estrangulados financeiramente e o espectro do fecho agiganta-se. É nesta altura que surge uma proposta de accionistas angolanos para a compra do *Sol*. Respiramos fundo: é a salvação!

Só que — subitamente —, o BCP recua. Perante a hipótese de continuarmos vivos, passa de vendedor a comprador — e diz que «prefere» a proposta dos angolanos da Newshold, ou seja, que iguala a oferta pelas acções à venda. É a cambalhota total. Vara afirma que já tem director para o jornal (julgo que seria Afonso Camões) e chegam-nos a perguntar quanto queremos para sair. Em simultâneo, Sócrates faz pressão junto dos accionistas angolanos (designadamente, através do ministro da Economia, Manuel Pinho) para desistirem do *Sol*.

A Newshold, porém, resiste e sobe a parada. Ameaça fazer uma queixa à CMVM. O BCP e os outros accionistas fundadores (José Paulo Fernandes — não confundir com Paulo Fernandes da Cofina — e Joaquim Coimbra) acabam por ceder e por vender as acções aos angolanos. A operação concretiza-se em Março de 2009.

É óbvio que, ao inflectir 180 graus e passar de vendedor a comprador, o BCP queria ficar com a maioria para depois substituir a direcção ou mesmo fechar o jornal. Nós éramos os maus da fita, os inimigos a abater. Tal como queria afastar Manuela Moura Guedes da TVI e José Manuel Fernandes do *Público,* Sócrates pretendia correr-nos do *Sol*.

Na conversa em Belém, Cavaco Silva mostra-se a par deste processo e confirma a ideia que temos: «**O que me dizem é que o BCP queria comprar o seu jornal para no momento seguinte o fechar...**» A conversa dura cerca de uma hora — e, à saída, o Presidente da República incentiva-me a ter coragem e a manter o jornal aberto. «**Não desista, em nome do pluralismo da informação**», diz-me.

Sei que, um ano antes, ele fizera tentativas discretas para viabilizar o jornal, mantendo conversas a tal respeito com empresários amigos, como Joaquim Coimbra e Alexandre Soares dos Santos. E terá contactado também o Presidente angolano José Eduardo dos Santos no mesmo sentido, mas isso não posso afiançar.

Encontro em Angola

Por coincidência, uma das últimas vezes que estive com Cavaco Silva foi precisamente em Angola. Desloquei-me lá em meados de Julho de 2010 para estar presente na inauguração da delegação do *Sol* em Luanda, no edifício Escom, e Cavaco também lá foi nessa altura em visita oficial. Encontrámo-nos numa recepção aos portugueses ali residentes, os chamados «expatriados».

A páginas tantas, ele vem ao meu encontro e diz-me: «**Eu estava a vê-lo ali de longe e a pensar: é muito parecido com o arquitecto Saraiva...**» Fica uns momentos a falar comigo. Mas há muita gente à nossa volta, nestas alturas todos querem cumprimentar as pessoas «importantes», e eu — percebendo a situação — apresso a despedida, «libertando» o Presidente português. Quando este se afasta, um administrador do nosso jornal que me acompanha nesta via-

gem — Filipe Coelho, angolano a trabalhar em Portugal — diz-me com um certo respeito na voz: «**O Presidente esteve 3 minutos e 47 segundos a falar consigo!**» Para ele, a importância das pessoas media-se pelo tempo que os poderosos lhes dispensavam... E não deixava de ter razão.

A última conversa em Belém

Nas vésperas da saída de Cavaco Silva da Presidência, telefono a José Carlos Vieira, assessor de imprensa do PR, solicitando-lhe permissão para uma reportagem em Belém ilustrando a despedida do cargo. A resposta é negativa. Da parte da tarde, porém, Vieira telefona-me a dizer que o Presidente teria muito gosto em despedir-se de mim antes de sair. E propõe-me a quinta-feira seguinte, 3 de Março de 2016, ao fim da tarde.

Vou. Cavaco recebe-me em pé a meio do gabinete, muito direito, como faz com todos os convidados. Aperta-me a mão e depois vamos sentar-nos: ele num *maple,* eu num sofá à sua direita. Diz-me que, em conversa com a mulher, tinham concluído que ele devia despedir-se de mim antes de sair de Belém. E explica que Maria Cavaco Silva é minha leitora há anos. «**A minha mulher não se interessa muito por política, mas o senhor é dos poucos comentadores que ela lê. Porque percebe o que o senhor escreve. E é ela que me lembra sempre para ler a página 2 do *Sol.***» Faz-me a seguir alguns elogios, dizendo que não conhece outro colunista como eu, que escreva de um modo tão racional: «**Eu chamo-lhe 'cartesiano'.**»

Depois, ajeitando-se na cadeira, diz em jeito de balanço sobre a sua passagem por Belém: «**Fiz tudo o que queria fazer como Presidente da República. Concluí que a intervenção do Presidente é mais eficaz quando é discreta do que quando se faz em público. Estudei sempre cuidadosamente as leis e acho que contribuí em muitos casos para as melhorar. Saio daqui tranquilo.**»

Julgo que a observação de Cavaco sobre a influência «discreta» que exercia — ou seja, fora das atenções dos *media* — era uma «resposta» à baixa popularidade com que saía de Belém. Aliás, minutos antes, enquanto eu esperava no exterior com José Carlos Vieira, o chefe da Casa Civil, Nunes Liberato, viera cumprimentar-me e dissera: «**O Presidente sai daqui bem. A única questão é a baixa popularidade. Mas a popularidade nunca foi o seu forte. O seu forte é a confiança. As pessoas votavam nele porque tinham confiança nele. E voltariam a votar. Agora vamos regressar a outro ciclo de popularidade...** [referência a Marcelo Rebelo de Sousa].»

Voltando à conversa com Cavaco, falamos de jornais, da mudança de hábitos de leitura. Pergunto-lhe o que lê, e não se furta a responder: «**A Lusa** [agência noticiosa]**, duas vezes por dia, a *Economist* (a melhor revista do mundo, que leio desde os 17 anos), o *Financial Times*, o *El País* e o *Le Monde*.**» Diz-me ainda que incluiu o *Sol* entre os jornais que solicitou para o seu futuro gabinete, no Palácio do Sacramento. Fala-se do *Expresso* e ele diz: «**O *Expresso* já tem pouco a ver com o que era quando o senhor lá estava.**»

Convido-o a dar-me uma grande entrevista, dentro de uns meses, que possa depois ser publicada em livro. Explico que isso não será incompatível com as memórias que certamente irá escrever. Mas torce o nariz. Argumenta que tem muitos anos de grande visibilidade pública e que quer agora resguardar-se. E adianta, curiosamente, que tem vindo a ponderar quantos anos mais terá com a cabeça em bom estado. «**Tenho 76 anos... Terei mais oito, dez?**», interroga-se. E acrescenta que tem de aproveitar bem o tempo.

António Costa

Conheço António Costa desde pequeno. Os nossos pais eram amigos, ou melhor, o meu pai e o pai dele, Orlando da Costa, pertenciam ao núcleo intelectual do Partido Comunista e isso aproximou em certo período as nossas famílias. Lembro-me de irmos jantar todos a casa deles, situada na Rua da Alegria, que sobe da Praça da Alegria para o Príncipe Real. A mãe dele — Maria Antónia Palla, jornalista do *Diário Popular* (e depois de *O Século Ilustrado, Vida Mundial, A Capital* e *Máxima)* — era uma mulher bonita, e o pai — Orlando da Costa, um goês de bigode farfalhudo, escritor e publicitário — estava sempre agarrado ao cachimbo. Nessa altura em que os visitámos, por volta de 1965, já estavam separados há dois ou três anos, depois de um terrível drama familiar: o falecimento da (então) filha única, Isabel, de 3 anos, num acidente de viação com a carrinha da escola.

Nesse dia em que lá fomos lembro-me de, durante o jantar, um miúdo pequenino andar a brincar com carrinhos (ou soldadinhos) debaixo da mesa onde comíamos. Esse miúdo era António Costa, que a mãe tratava por *Babouche*.

«O futuro líder do PS»

Dada esta circunstância, acompanhei sempre com curiosidade, para não dizer com simpatia, a carreira de Costa. Devo confessar

que a primeira vez que ouvi falar dele como político foi já depois de eu ser há algum tempo director do *Expresso*. Por volta de 1985, a Teresa de Sousa, nossa jornalista da área política, chegou uma tarde à redacção e disse-me, convicta: «**Acabei de entrevistar o futuro líder do PS.**» Fiz uma cara de surpresa — e ela começou a debitar as qualidades do jovem com quem estivera a falar, fazendo os maiores elogios à sua inteligência, maturidade e realismo. Finalmente, explicou-me que ele era filho da jornalista Maria Antónia Palla. Aí, exclamei: «**Já sei! É o *Babouche.***» E era mesmo. Embora ela o apresentasse como um miúdo, já tinha na altura 24 ou 25 anos e era dirigente da Juventude Socialista.

Um balde de água gelada e troca de cartões

Depois, como disse, acompanhei com interesse a carreira de António Costa. Subitamente, em Fevereiro ou Março de 2010, sofro um balde de água gelada quando, estando a assistir em casa à **Quadratura do Círculo,** na SIC, o vejo fazer um violento ataque ao *Sol* para defender Sócrates. Ora, só um cego poderia ainda não ver, naquela altura, que Sócrates era um indivíduo pouco recomendável. Todas as suspeitas que recaíam sobre ele, as pessoas com quem se dava, etc., não antecipavam nada de bom. Estava-se em pleno período do caso Face Oculta, e o *Sol* publicava em exclusivo as escutas telefónicas ao então primeiro-ministro — que eram arrasadoras. Percebo que António Costa não quisesse culpabilizar Sócrates, até porque fora seu ministro e devia-lhe alguma lealdade. Mas não precisava de o defender com tanto empenho. E, sobretudo, foi chocante para mim vê-lo atacar com brutalidade um jornal sério, que procurava a verdade, para defender um homem que eu já considerava um escroque.

E pela primeira vez tive dúvidas sobre o carácter de A. C. Até aí julgava-o uma pessoa de bem, pelo que tinha observado dele e até pela minha estima pela mãe (sobretudo). Mas aquele

episódio fez-me hesitar. Peguei então na caneta e escrevi-lhe o seguinte cartão:

Dr. António Costa,

Foi com estupefacção que o ouvi ontem na SIC dizer que não lia o SOL *«porque esse jornal não tem credibilidade». Não tem credibilidade? Quem é que tem credibilidade: essas pessoas que o senhor defende e mentem todos os dias, a começar pelo primeiro-ministro? Essas é que têm credibilidade? Tendo conhecido a sua família, lamento vê-lo a fazer esses tristes papéis.*

José António Saraiva

Costa respondeu-me dias depois, com três cartões da CML em sequência, onde se lia:

Arquitecto José António Saraiva

Fico surpreendido por alguém que há muitos anos vive de criticar os outros, se sinta melindrado por uma crítica.

Mas mais surpreendido fico pela falta de consciência da gravidade do seu comportamento. As escutas telefónicas são uma arma essencial de combate ao crime. Mas são uma intrusão brutal na privacidade, só justificável pela necessidade de combater um crime.

A utilização <u>ilegal</u> de escutas para outros fins, não é só crime por violação do segredo de justiça. É muito mais grave, é uma <u>indignidade</u>!

Agradeço-lhe a referência implicitamente simpática que fez à minha família.

Mas é precisamente pela sua experiência familiar e de vida que este comportamento é imperdoável. Se fosse um desses arrivistas que hoje pululam na imprensa, também eu pouparia estas linhas. Mas o senhor não pode esquecer o que é a violência intolerável da intromissão na privacidade, a intercepção do correio, dos telefonemas, das conversas. E é triste ter de constatar que a PIDE nunca divulgou as escutas que fazia, nem sequer a Época *[jornal católico afecto ao Estado Novo] as publicou...*

Falta de credibilidade, sim. Porque quem mercancia escutas ilegais não me merece credibilidade. Inspira-me um sentimento de revolta, pela indignidade que tal representa.

António Costa

A nível dos princípios, admito que António Costa tivesse razão. Eu próprio me insurgi em tempos contra os julgamentos mediáticos nas páginas dos jornais, a que chamei os «novos julgamentos populares». Mas António Costa esquecia-se de duas coisas:

1. O *Sol* não publicava tudo o que estava nas escutas. Expurgávamos referências pessoais e só usávamos o que tinha relevância para o processo e interesse público;
2. O primeiro-ministro José Sócrates mentia descaradamente e desmentia as nossas notícias. Ora, a única forma de sustentarmos a veracidade do que publicávamos era transcrever os trechos das escutas que o provavam inequivocamente.

Este cartão suscitou-me outra pergunta: António Costa acreditaria mesmo na inocência de José Sócrates? Fazia algum sentido ele comparar a situação de Sócrates à das pessoas «escutadas» no tempo da ditadura? Acharia ele que Sócrates era um perseguido político? Se achava, tudo fazia sentido. Mas se não achava, tudo isto era um exercício de cinismo. Uma encenação.

Depois disto não voltámos a falar. Curiosamente, acompanhando eu há tantos anos a política, nunca entrevistei, nem almocei, nem tive uma conversa mais longa com o único político que conheci ainda em criança, no tempo do salazarismo, a brincar debaixo da mesa de refeições.

António Guterres

Lembro-me perfeitamente da primeira conversa que tivemos. Foi em fins de 1990 ou princípios de 1991, pelo telefone. Ligou-me para o *Expresso*, explicou que ainda éramos primos (a família dele era de Donas, na Beira Baixa, donde também era a minha, do lado da minha avó paterna), e com esse pretexto convidou-me para almoçar num pequeno e discreto restaurante na Rua Alexandre Herculano, o 33, próximo da Rua Duque de Palmela, onde ficava o *Expresso*. Ele na altura trabalhava no IPE, que não sei exactamente onde era.

Depois desse primeiro almoço, encontrámo-nos várias vezes, sempre no mesmo sítio. Com alguma regularidade. E como o motivo não podia obviamente ser o parentesco, tirei a conclusão que me pareceu óbvia: ele tencionava candidatar-se à liderança do PS, na altura ocupada por Jorge Sampaio, e começava a semear para colher mais tarde, estabelecendo relações com jornalistas que considerava mais influentes.

E, de facto, uns tempos depois — após as eleições de 6 de Outubro de 1991, em que Sampaio foi rotundamente derrotado por Cavaco Silva —, o líder do PS caiu e Guterres arrebatou-lhe o lugar. Confirmavam-se as minhas suspeitas, o que não era difícil.

«Utilizei a conversa consigo no discurso»

Continuámos a encontrar-nos com alguma frequência, mas aí o local de encontro variou: desde o Pabe, na Rua Duque de Palmela, à Versailles, na Av. da República (muito perto da casa onde Guterres morava, na Av. Duque d'Ávila).

Apesar de ser considerado nessa altura um político algo manhoso (ou «**cínico**», segundo os sampaístas), Guterres falou-me sempre com aparente abertura e franqueza. Em princípios de 1992, em vésperas do Congresso que o consagrará como líder do PS (sendo Cavaco Silva o primeiro-ministro), pergunta-me surpreendentemente o seguinte: «**Aproveitando a nossa relação, vou fazer-lhe um pedido, não na sua qualidade de jornalista mas de familiar, embora afastado. Que faria se estivesse no meu lugar? Que tipo de oposição é que acha que devo fazer como líder do PS?**» «**Posso dizer-lhe o que não faria**» — respondo-lhe —, «**que era desafiar directamente o Cavaco. Ele ainda está muito forte, e se você o desafiar em campo aberto perde. Será preferível o PS fazer uma oposição pela positiva, com a apresentação de propostas concretas em temas do 'futuro', como as grandes mudanças sociais provocadas pelas novas tecnologias, ou o Ambiente, área em que o PS não pode deixar que seja o PSD a liderar o debate público (através de Carlos Pimenta).**» Esta conversa teve como testemunhas as paredes da Versailles.

Na segunda-feira seguinte ao Congresso do PS, realizado no fim-de-semana, Guterres telefonar-me-á para me dizer: «**Como terá visto, utilizei parte da conversa consigo no meu discurso no Congresso. Quero agradecer-lhe.**»

«Deixar o Buda em Belém a atacar o Governo»

Esclareça-se que, nesta época, Mário Soares assumia-se em Belém como o chefe, de facto, da oposição ao Governo, deixando pouco espaço a Guterres. Chamava gente ao Palácio para falar mal do primeiro-ministro, acusando Guterres de ser «**mole**» e não fazer a Cavaco a oposição que se impunha. Em contrapartida, Soares elogiava Manuel Monteiro, o líder do CDS, apresentando-o como exemplo do que Guterres devia fazer.

Em 1993, Mário Soares faria ele próprio uma Presidência Aberta em Lisboa para desmistificar o «**oásis**» de que Cavaco Silva falava,

e em 1994 organizaria um congresso, o «Portugal: Que Futuro?», para combater Cavaco.

Num almoço no Pabe, nesse ano de 1994, pergunto a Guterres se isso não o menoriza. Se não se sente incomodado com o facto de Soares querer substituir-se a ele como líder da oposição. Responde-me: «**Não me incomoda absolutamente nada**», acrescentando que tenciona ignorar as desconsiderações e «**pilantrices**» *(sic)* de Soares. E explica: «**Se o Soares desgastar o Cavaco e o Governo, isso só pode reverter em meu benefício. Sou eu que sucederei ao Cavaco quando ele cair...**» Mais incisivo, diz que o seu papel é «**deixar o Buda em Belém a atacar o Governo**» e depois tirar proveito disso.

E mais próximo das eleições usará uma expressão que lhe ouvi noutras alturas e fará escola: «**Basta-me fazer de morto para ser primeiro-ministro.**»

Nesta guerra contra Cavaco Silva, que continuava a ter muita força, pergunto-lhe se não põe a hipótese de se aliar ao PCP para derrotar o PSD. Responde vigorosamente que não. «**Isso seria o fim do PS!**», exclama. «**O PS só tem futuro como partido central.**» E a verdade é que tinha razão: acabaria por chegar a primeiro-ministro em 1995, embora não tivesse derrotado Cavaco, mas sim Fernando Nogueira. Cavaco, como foi dito, saiu da liderança do PSD antes das eleições legislativas e não foi candidato.

Curiosamente, tendo apostado tudo numa carreira política, Guterres era um homem que detestava decidir. Decidir para ele era uma tortura. Porque implicava tomar posição por um lado contra outro, e ele não gostava de desagradar a ninguém. Certo dia, antes de chegar a primeiro-ministro, diz-me (encostado ao balcão do Pabe enquanto esperamos por mesa): «**Descobri que a maior parte dos problemas se resolvem por si próprios. Sem ser preciso fazer nada.**» Tinha razão. Mas esta observação revela só por si a natureza de Guterres, avesso a decidir e resolver. Sobre este mesmo assunto, Mário Soares dir-me-á noutra ocasião que o problema de Guterres é a «**falta de tomates**», acrescentando: «**Sem tomates não se vai a lado nenhum.**»

Visita guiada a S. Bento

Quando chegou a S. Bento, em fins de 1995, António Guterres cumpriu a promessa que me tinha feito de dar ao *Expresso* a primeira entrevista como primeiro-ministro. Vou a S. Bento na companhia do Fernando Madrinha e do Orlando Raimundo — e, reagindo a uma pergunta nossa, Guterres dará uma resposta que não esquecerei: «**A minha ambição é desempenhar um cargo num organismo internacional.**» Imagine-se: um homem que acabara de ganhar as eleições e de ser empossado como primeiro-ministro dizia que o seu verdadeiro sonho era um lugar no estrangeiro. E a verdade é que o concretizaria.

A sessão fotográfica para ilustrar a entrevista decorre, como é habitual, no jardim do palacete. Um jardim extenso, com um grande lago rectangular, que liga a residência oficial do primeiro-ministro ao edifício do Parlamento. E enquanto Guterres posa para o fotógrafo (julgo que o Rui Ochoa) reparo que — ao contrário do habitual — o cabelo não lhe cai para os olhos. Um dos seus gestos característicos era puxar constantemente com a mão direita a melena para trás, mas noto que deixou de o fazer. Pergunto-lhe: «**Como faz para o cabelo já não lhe cair para a testa? Põe laca?**» Noto nele uma hesitação que não dura mais do que uma fracção de segundo e depois responde secamente. «**Não.**» Percebo que sim. Mas essa negativa mostra que, apesar de toda a sua simpatia superficial, não confia inteiramente em mim. Tem medo que o vá escrever no jornal.

Além desta entrevista, com uma amabilidade cativante, Guterres convidará a direcção do *Expresso* (eu, o José António Lima, o Fernando Madrinha e o Henrique Monteiro) para um almoço protocolar em S. Bento — e no fim andará a mostrar-nos, divisão por divisão e andar por andar, o palacete que serve de residência oficial ao primeiro-ministro. Fico impressionado, sobretudo por imaginar Salazar a deslocar-se naquele casarão, onde viveu durante mais de 30 anos. Depois ainda damos uma volta pelos jardins. No fim da visita, Guterres atira-nos: «**Quando quiserem vir tomar banho à piscina, já sabem: é só aparecerem aqui com a toalhinha ao ombro** [referência à piscina mandada construir no jardim do palacete por Cavaco Silva].»

Essa simpatia de António Guterres, que nele era natural mas que também usava como arma para cativar os jornalistas, em mim produzia um efeito, não digo que contrário, mas pouco positivo. Enquanto ele nos mostra a casa, vou pensando que fui ali muitas vezes, quando o inquilino era Cavaco Silva — e mesmo antes, no tempo de Mário Soares — e nunca passei da sala de espera do rés-do-chão e da sala de refeições, no 2.º andar, onde se acede através de um elevador interior.

«Sampaio é um hipócrita»

Mais ou menos um ano antes de Guterres ser primeiro-ministro, pergunto-lhe o que acha de Jorge Sampaio. «**Sampaio é um hipócrita**», responde de pronto.

Entretanto, Sampaio assume a candidatura a Belém (numa entrevista cujos antecedentes estão descritos neste livro), Guterres e o PS não têm alternativa senão apoiá-lo, e, pouco depois de ser eleito, Sampaio fará um discurso que acho pouco simpático para Guterres e para o Governo. Durante um almoço num restaurante que Guterres gosta muito de frequentar — o Conventual, que fica na Praça das Flores, não muito longe do Parlamento —, pergunto-lhe: «**Lembra-se de me ter dito há um ano que o Sampaio era um hipócrita?**» Guterres responde, enquanto desdobra o guardanapo: «**Não me lembro, mas posso voltar a dizer: o Sampaio é um hipócrita. Mas se você alguma vez escrever isto, eu desminto-o.**» Isto passou-se há 20 anos e é a primeira vez que o escrevo.

Sócrates medeia «reconciliação» com o *Expresso*

A partir desta altura, Guterres começou a mostrar alguma irritação perante as críticas que eu lhe fazia. Pensaria que o modo simpático como sempre me tratara — para não falar na relação de parentesco... — justificavam outro tipo de análises da minha parte. Percebo isso. Mas a verdade é que, em minha opinião, Cavaco Silva mostrara um sentido de Estado, uma firmeza e uma autoridade que claramente

faltavam a António Guterres. Escrevi um dia que Cavaco era o «**pai tirano**» e Guterres o «**tio simpático**». E o facto de querer ser simpático acabaria por ser péssimo para o país: o guterrismo foi um tempo de «pão e circo», que condenou os anos seguintes ao fracasso.

No guterrismo tudo parecia cor-de-rosa. O primeiro-ministro falava muito bem. Mas a sua desenvoltura na palavra acabava — paradoxalmente — por retirar autenticidade ao que dizia. Parecia um discurso ensaiado. E isso levou-me a classificá-lo como «**o homem que fala bem demais**».

Todas estas críticas acabaram por afectar as nossas relações — e, por ricochete, as relações entre Guterres, o Governo e o *Expresso*. No princípio de Janeiro de 1998, para contornar a situação, José Sócrates contacta Fernando Madrinha, meu subdirector, de quem era amigo (Madrinha, Sócrates e Edite Estrela faziam parte de um restrito grupo de amigos que se reuniam com regularidade à mesa) e combina um almoço de «reaproximação». Mas entretanto — a 11 de Janeiro de 1998 — morre Luísa Guterres (num hospital em Londres onde estava internada), e pensei que o almoço, marcado para o dia a seguir ao funeral, fosse adiado. Mas realizou-se na mesma.

O cenário será o restaurante Pabe, e a mesa será aquela onde em tempos se realizavam os famosos «almoços no Pabe» do *Expresso*. Era também nesta mesa — situada numa espécie de grande nicho na sala de entrada — que habitualmente Balsemão ficava. Este almoçava com muita frequência no Pabe, e quando a direcção do *Expresso* tinha um almoço importante ele cedia-nos a mesa.

Participaram nesse almoço, além de mim, o Fernando Madrinha e o José António Lima, pelo lado do *Expresso*, e Guterres e Sócrates, pelo lado do Governo. Sobre o tema que justificara o encontro, pouco se adiantou: Guterres formulou algumas queixas acerca do modo como o *Expresso* tratava algumas questões do Governo, nós contestámos, e tudo ficou mais ou menos em águas de bacalhau. Pessoalmente houve cordialidade, pois todos os participantes eram civilizados (Sócrates ainda não revelara a sua faceta de «animal feroz»), mas não se adiantou nada nem podia adiantar: entre um

Governo e um jornal não é possível celebrar nenhum pacto, para lá de garantias de isenção (que sempre procurei respeitar).

Ovos mexidos

Entretanto, a propósito da morte de Luísa Guterres, eu escrevera um artigo onde dizia que não tinha voltado a almoçar a sós com Guterres desde que ele fora empossado primeiro-ministro. E assim, ali mesmo à mesa do Pabe, Guterres convidou-me para um almoço em S. Bento na terça-feira seguinte. Conforme combinado, lá fui. Mas, para sublinhar o luto pela morte da mulher, António Guterres diz-me no início que não falaremos de política.

Logo a seguir sucede um episódio caricato: a entrada é salmão com espargos, mas salmão e espargos são exactamente duas das coisas que detesto e que não como. Deixo Guterres comer, rezando para que venham buscar os pratos e ele não repare que eu não toquei na comida. Só que, a dada altura, ele pousa os talheres e pergunta-me: «**Não come?**» Explico-lhe que não como salmão nem espargos, e ele chama a cozinheira.

Uma mulherzinha dos seus cinquenta e picos anos, vestida de avental, assoma à soleira da porta e Guterres diz-lhe: «**O senhor arquitecto não gosta de salmão. O que se pode arranjar aí de entrada?**» A mulher fica embatucada e abana a cabeça. Não tem mais nada. Guterres insiste: «**Não tem mesmo nada?**» A mulher volta a abanar a cabeça, enquanto franze os lábios. Cria-se uma situação constrangedora. Até que digo: «**Ovos mexidos.**» Ovos é uma coisa que há em todas as casas e ali não devia ser excepção. E não era. A cozinheira lá foi fazer os ovos mexidos e assim se salvou a situação.

Este almoço teve outra situação difícil de ultrapassar. Eu e Guterres falávamos normalmente de política e quase só de política. Era o nosso tema de conversa. Vetada a política por razões bem respeitáveis, ficámos sem assunto. Ele falou-me de um livro que andava a ler e também falou de filmes. Mas era óbvio que essa

conversa só servia para encher, para passar o tempo — acabando por tornar mais presente a existência de um tema tabu.

A doença de Luísa Guterres

Depois do almoço ficámos um tempo a falar a um canto da sala de refeições, ao pé do móvel da televisão, e aí contou-me pormenores da doença da mulher e do seu internamento em Londres após o transplante. Ele já me dissera em tempos que a mulher padecia de uma colite ulcerosa e que o horizonte podia ser um transplante hepático, «**o que já é uma coisa pesada**», observara. E esse dia chegou mesmo, já ele era primeiro-ministro. Enquanto a mulher esteve no hospital londrino, Guterres ia lá todos os fins-de-semana. Achei-o um herói: depois de todo o desgaste da semana que a chefia do Governo implicava, ia passar o fim-de-semana à cabeceira da mulher doente e não saía do hospital.

Também nessa conversa me falou de outra luta titânica: as batalhas que mantivera nos organismos internacionais e nos contactos Estado a Estado a favor da independência de Timor-Leste. Luta essa que estava à beira de ser coroada de êxito.

António Guterres travara pois, nos últimos meses, no plano internacional e no plano pessoal, duas guerras duríssimas. Uma — Timor — seria vencida, a outra — Luísa — acabara de ter outro desfecho. No meio disto, as tricas e mexericos da política portuguesa deviam ser para ele uma brincadeira sem importância.

«O homem mais inteligente que conheci»

Depois de António Guterres sair do Governo não voltámos a encontrar-nos. Só Sócrates me falou dele, num almoço no Pabe, lamentando o modo como saíra do poder — o que mostrava a «**ingratidão dos portugueses**».

Sócrates confidenciou-me que Guterres ficara desmoralizadíssimo por não ter conseguido a maioria absoluta na reeleição como primeiro-ministro em 1999 (tivera 115 deputados, exactamente menos um do que era necessário para ter a maioria absoluta no Parlamento) e que a partir daí desistira de certa forma de lutar. E que fora essa a verdadeira razão por que se demitira da chefia do Governo após as eleições autárquicas. Nessa conversa, Sócrates mostrou ter por Guterres uma profunda admiração, quase uma veneração, tendo-me dito por mais de uma vez que era a pessoa «**mais inteligente**» que conhecia.

A versão de Pina Moura

Mas sobre os motivos da demissão de Guterres ouvi outra versão (que não é, contudo, totalmente incompatível com a primeira). Em 2003 e em 2007, eu e o José António Lima tivemos conversas com Joaquim Pina Moura, que fora ministro da Economia e ministro das Finanças de Guterres. A primeira foi no edifício do *Expresso* em Paço de Arcos, a segunda no restaurante Arte da Comida, na Baixa de Lisboa.

Pina Moura contou que a dada altura levou a Guterres um conjunto de medidas de austeridade, medidas muito duras, que era preciso pôr em prática, se não caminharíamos para o buraco (como acabou por suceder). Mas Guterres disse que não seria capaz. E segundo Pina Moura foi o facto de não ter coragem para dar esse passo que levou Guterres a demitir-se, aproveitando o pretexto da derrota numas eleições autárquicas.

Descrevi assim o primeiro daqueles encontros no meu **Diário:**

7 de Abril de 2003

Pina Moura foi visitar o edifício novo do Expresso *e apareceu-me no gabinete com o José António Lima. Eu fiz-lhe várias críticas, algumas duras, quando ele era ministro, mas cumprimentou-me afa-*

velmente. Vinha sem gravata, com uma camisa aos quadrados. [...] Falou da demissão de Guterres, dizendo que já não tinha condições «anímicas» para continuar. Duas coisas deitaram-no abaixo: não ter tido maioria absoluta (por um deputado!) e não ter coragem para fazer uma política de austeridade (que o próprio Pina Moura delineou e que seria aprovada em Conselho de Ministros mas que não haveria vontade, ainda segundo Pina Moura, para levar por diante). Embora ressalvando a relação sempre boa que teve com Guterres (com quem vai almoçar por estes dias) disse que gostaria de ter tido dele o apoio que hoje Durão Barroso dá a Manuela Ferreira Leite.

Pina Moura adiantou ainda que Guterres sentiu muito a demissão de Jorge Coelho, que era uma peça fulcral no Governo.

Confesso, porém, que a demissão de António Guterres ainda hoje me confunde. Sempre o vi como um homem calculista, que preparou a longo prazo a ascensão a secretário-geral do PS e depois a primeiro-ministro. Para mim, Guterres foi sempre mais um homem da táctica do que um estratego. Ora, não faz sentido um político com estas características demitir-se quase sem luta, depois de atingir o lugar mais alto que então podia ambicionar. Tendo preparado a ascensão durante muitos anos, só esteve seis anos no cargo. Isto faz algum sentido? Pode ser que o falecimento da mulher tenha contribuído para um certo despojamento e desinteresse pela política caseira, desenvolvendo nele um lado mais altruísta e humanitário que pôde exprimir-se no cargo de comissário da ONU para os refugiados. Talvez...

Uma última nota. Sendo um homem aparentemente sem vícios — não fumava nem bebia —, Guterres tinha um «apelo» a que não conseguia resistir: os chocolates. **«Tenho um problema com o controlo do peso: passo as noites a comer chocolates»**, disse-me um dia. Todos os seres humanos têm um ponto fraco...

António Horta-Osório

Não é político, é banqueiro, está mesmo muito distante da política, mas achei interessante incluí-lo neste volume — a par de mais duas ou três pessoas fora da área política.

Conheci-o no CCB, em 2003, na inauguração de uma exposição de desenhos do pintor Pedro Proença para uma edição de *Os Lusíadas* produzida pelo *Expresso*. Foi uma edição muito original, comentada pelo meu tio José Hermano Saraiva. Nesse encontro fugaz, Horta-Osório, que na altura era presidente do Totta, mostrou interesse em conhecer-me melhor. De facto, pouco depois convidou-me para almoçar na sede do banco, na Rua Augusta, na Baixa de Lisboa — um edifício imponente de estilo neobarroco, pesado e farfalhudo, da autoria do arquitecto Ventura Terra.

Confesso que todos os banqueiros com quem contactei me transmitiram uma imagem de grande solidão. Trabalham em grandes edifícios, têm gabinetes enormes, vivem rodeados de luxos — mas tudo isso os distancia do mundo e os torna homens sós. Prisioneiros nas suas opulentas caixas-fortes. Horta-Osório não foi excepção. Almoçámos numa sala fechada onde, para além de nós dois, a única presença humana era um empregado que entrava silenciosamente de vez em quando para servir a comida e mudar os pratos.

Conversa sobre a inveja

A conversa com este tipo de pessoas torna-se muitas vezes difícil. Nos contactos com políticos, há sempre o tema da política, que dá

pano para mangas. Nós, os jornalistas ou comentadores, estamos sedentos de obter informação — e os políticos têm interesse em passar-nos certas informações. Umas vezes em proveito próprio, outras em prejuízo de terceiros. Há, portanto, que ter cuidado, testar as informações, mas é material que nos interessa.

Com os banqueiros é diferente. Nem eu percebo de banca nem eles percebem muito de política, por estranho que pareça. E é difícil encontrar outros temas de conversa. O que retive desse almoço com Horta-Osório foi uma troca de impressões sobre a inveja. Eu vendi-lhe a seguinte ideia: quando se diz que a inveja é um defeito muito português, há que desconfiar. Afinal, é um defeito universal. E de todas as épocas. Todos os seres humanos invejam alguma coisa. Lá diz a *Bíblia:* não invejes a mulher do próximo, nem o seu burro, nem o seu boi, etc. Eram estas as coisas mais preciosas naquele tempo: a mulher que gerava os filhos e que tratava da casa, o burro, que era o meio de transporte por excelência, o boi, que lavrava a terra.

Mas a inveja em Portugal pode assumir proporções maiores por uma razão que não é geralmente tida em conta: o país é muito pequeno e não há lugar para todos. Quando alguém consegue um bom lugar, há pelo menos dez pessoas a pensar que deviam ser elas as escolhidas. Eu senti isso quando assumi a direcção do *Expresso* e enquanto estive no cargo. Havia muitos jornalistas a pensar que deveriam ser eles a ocupá-lo. E isso criou-me muitas invejas e inimizades na classe. Chamavam-me desdenhosamente «o arquitecto». E o curioso é que não fiz rigorosamente nada para chegar àquele lugar. Bem pelo contrário: resisti bastante ao convite de Balsemão, após a demissão do meu antecessor, Augusto de Carvalho. Não fui eu que fui ter com o lugar — foi o lugar que veio ter comigo. Talvez tenha sido a pessoa que, no jornalismo português, mais resistiu a ser nomeada para um cargo que na altura deveria ser o mais apetecido da imprensa portuguesa. E talvez por isso — talvez por via desse desinteresse — estive lá tanto tempo: 23 anos. Também referi isto a Horta-Osório, ilustrando a ideia de que o país é

muito pequenino para satisfazer todos os que têm ambições. E isso potencia a inveja.

Depois deste almoço, nunca mais estive com ele. Nem sequer soube a que se deveu esse convite para almoçar. Terá sido apenas curiosidade em conhecer de perto um «bicho» que ele conhecia de nome (e certamente lia, porque a minha coluna era bastante lida) há muitos anos? Ele depois foi para Londres, para o Lloyds, teve um esgotamento, passou um mau bocado. Mas notei nesse contacto que não era um português típico. Era muito reservado, pouco falador... Olhava para as pessoas de baixo, com um sorriso enigmático, como se estivesse a medi-las, sem no entanto se revelar.

António Ramalho Eanes

A primeira vez que vi Eanes foi para aí em 1978. Antes disso tinha tido contactos indirectos com ele, em 1976, quando me convidou através do então capitão Sousa e Castro para coordenar uma edição especial da revista *Baluarte*, do Estado-Maior General das Forças Armadas, comemorativa do 25 de Abril. Na altura ele acumulava o cargo de Presidente da República com o de CEMGFA.

Esse primeiro encontro ocorreu numa visita do Centro Nacional de Cultura ao Palácio de Belém, em que eu fui o cicerone a convite da Helena Vaz da Silva. Esta era a alma do CNC e organizava visitas a locais de interesse histórico ou cultural. A certa altura da visita, um funcionário da Presidência, colocado na ombreira de uma porta, anunciou com voz solene: «**O Presidente da República.**» A situação não estava prevista, pelo que era uma surpresa. Eu fiquei impressionado: nunca tinha visto um Presidente da República de perto. E Eanes era um herói, o vencedor do 25 de Novembro, com uma aura de militar firme, impoluto e incorruptível.

Ele entrou na sala — uma das salas grandes do rés-do-chão do Palácio — e formou-se um círculo de pessoas à sua volta, como acontece sempre. Eu fiquei um pouco atrás, ele pronunciou umas palavras de circunstância, e depois dirigiu-se a mim. No fim disse que me iria convidar para um encontro, de modo a podermos conversar com mais tempo. Levei a promessa a sério. Mas nos tempos seguintes não aconteceu nada. Até que, uns bons meses depois, recebi um convite para almoçar em Belém.

Não me recordo da conversa à mesa, mas fui notando que ele comia tudo diferente de mim. Nada foi igual. Foram-me servidos uns camarões-tigre que Eanes explicou serem oferta do seu «**amigo Samora Machel**», mas ele comeu um bife grelhado com arroz branco. Eu comi fruta fresca, mas a ele trouxeram maçã assada. Serviram-me vinho mas ele só bebeu água. E a seguir veio o café, mas só para mim. Percebi que ele cumpria uma dieta rigorosa — e que isso devia ser habitual e não fruto de qualquer impedimento ocasional.

Convite para escrever a história do Palácio

Um tempo mais tarde, em fins de 1980, voltou a contactar-me para ir a Belém. Mas aí não me recebeu à mesa, mas no gabinete de trabalho. O motivo era fazer-me o convite para escrever um livro histórico sobre o Palácio de Belém, sobre o qual não havia quase nada publicado. Aceitei imediatamente e fiz questão de explicar porquê: por ter nascido em Belém, porque gostava muito de escrever sobre História e porque, como arquitecto, era sedutor fazer a história de um palácio.

O Palácio de Belém fazia parte das minhas memórias de infância e adolescência. Em miúdo, ia todos os domingos de manhã a Belém, sozinho, ver o render da guarda no palácio. Eu nascera na Calçada do Galvão, uma artéria que sobe de Belém para a Boa-Hora junto ao muro do então Jardim Colonial (hoje Jardim Botânico Tropical), que era nem mais nem menos do que a antiga Quinta do Palácio Real de Belém. Aquando da Exposição do Mundo Português, em 1940, o jardim autonomizara-se, passando a chamar-se Jardim Colonial — e ficando integrado no roteiro da exposição, mostrando espécies florestais exóticas existentes nas nossas colónias. Nessa altura sofrera algumas obras de adaptação, como a construção de pavilhões temáticos reproduzindo a arquitectura colonial. Recordo uma pequena ponte curva — que faz igualmente parte das minhas

memórias de infância — associada a um pagode chinês onde se lê a palavra «Macau».

Uns dias depois da conversa com Eanes liga-me Francisco Lyon de Castro, patrão das Publicações Europa-América, dizendo-me que será ele quem editará o livro e perguntando-me quanto quero para o escrever. Peço 200 contos. «**200 contos?**», escandaliza-se. «**Pede 200 contos como poderia pedir 50...**» Eu já conhecia Lyon de Castro, que fora longos anos editor do meu pai, e já sabia dessa sua fama de forreta, que se calhar era uma das razões do seu sucesso, para lá de uma grande capacidade empreendedora. Era um patrão à americana, que estivera preso no Tarrafal por razões políticas. Mas não cedi no preço, pois não fora estabelecido ao acaso: calculara o número de meses que iria dedicar ao trabalho (em tempo parcial) e estabeleci um salário por mês, com base no vencimento que tinha no ateliê de arquitectura onde trabalhava.

Pedi uma licença sem vencimento durante um ano, e comecei a trabalhar no livro da parte da manhã. Perante a inexistência de bibliografia sobre o Palácio, iniciei a investigação às escuras, pegando em várias pontas. Fiz várias consultas na Biblioteca Nacional, no Museu da Cidade de Lisboa, e finalmente dediquei-me ao Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — que ficava na Rua de Santa Marta, frente a uma conhecida secção de trânsito da PSP — onde encontrei um enorme manancial de documentos sobre o Palácio. Estavam lá registadas as despesas com todas as obras desde o século XVIII — o que significa que as alterações arquitectónicas no Palácio e na quinta desde essa data estavam perfeitamente documentadas. Com o aliciante extra de muitos documentos serem virgens, ou seja, nunca terem sido consultados. Como era possível saber isso? Porque, quando os abria — uns estavam em molhos, atados com fitas, outros estavam enrolados — soltava-se a areia que na época era usada como mata-borrão, para absorver a tinta, e que por isso estava preta. Esta areia preta era o sinal da «virgindade» dos documentos.

Foi um trabalho muito difícil mas terminei-o no prazo previsto e penso que o texto ficou aliciante. Eanes disse-me, depois de lhe entregar o original, que estivera a lê-lo até altas horas da noite, porque não conseguia parar de ler. E referiu-me vários episódios que o tinham entusiasmado. As fotografias foram do António Sena (filho do arquitecto António Sena da Silva), e o grafismo da Ana Filipa Amaral Neto Tainha (mulher do arquitecto Manuel Tainha, com quem trabalhei 13 anos, até trocar a arquitectura pelo jornalismo).

«O António está quase a subir...»

Fiz várias visitas exploratórias ao Palácio nessa época. Numa delas tive um encontro com Manuela Eanes, que a dada altura — fora do tema da nossa conversa — me disse que um artigo meu no *Expresso* não estava correcto. Mas acrescentou: «**Percebo o que escreveu. O senhor arquitecto é um homem bom, só que não tinha a informação toda... Mas o António já aí vem e explicar-lhe-á.**» Entretanto, o tempo ia passando, a conversa começou a ser prolongada artificialmente, e o «António» não vinha. Manuela Eanes dizia: «**O meu marido deve estar a subir e já lhe explica...**»

Este encontro tinha lugar na sala de estar da zona privada do Palácio, onde a família Eanes vivia. A zona pública, oficial, era no rés-do-chão. A zona privada ficava no 1.º andar e ligava-se à outra por uma escada de pedra que saía da famosa Sala das Bicas. Situava-se num edifício diferente, perpendicular ao corpo principal do Palácio (mas colado a este), chamado Arrábida — que data do século XVI e constitui o núcleo mais antigo do conjunto palaciano.

Eu e Manuela Eanes aguçávamos os ouvidos para ouvir os passos do «António» a subir a escada. Mas o silêncio era total. A situação começava a ser embaraçosa. Entretanto, o Presidente lá chegou, estendi-lhe a mão e ele apertou-a com a firmeza que se espera de um militar. Manuela Eanes começou então a explicar-lhe a razão da minha presença ali: «**O senhor arquitecto escreveu aquele artigo no**

***Expresso,* e eu estive a dizer-lhe que ele não dispunha dos elementos todos…**» Seguiu-se um silêncio. Eanes fez uma cara de estranheza e, no fim, disse com ar duro: «**E eu, disponho dos elementos todos?**» Fiquei gelado. Eanes não pronunciou nem mais uma palavra e eu despedi-me dos dois à pressa e saí.

«Admito renunciar à Presidência»

Continuei a ter algum contacto com Eanes. A conversa mais importante que tivemos nessa época, curiosamente enquanto descíamos da zona privada para a zona pública do Palácio — um diálogo curto e informal, portanto —, ocorreu em 1982 quando se discutia a primeira revisão constitucional. Francisco Pinto Balsemão e Mário Soares, líderes do PSD e do PS, tinham-se entendido para reduzir os poderes de Ramalho Eanes, que ambos detestavam. A ideia era que o Governo deixasse de responder politicamente perante o Presidente da República. Ou seja, a margem de intervenção política do Presidente desaparecia na prática.

Eanes diz-me que não pode admitir a alteração dos seus poderes a meio do mandato, e admite renunciar ao cargo. Tento vigorosamente demovê-lo. Digo-lhe que isso será fazer a vontade aos inimigos — será oferecer o ouro ao bandido. E que a sua presença em Belém é importante na fase em que o país está. Ele desistirá de facto da ideia de renunciar, mas responderá ao ataque criando um partido a partir de Belém, o PRD. E isso foi uma tremenda asneira.

Lançamento em Belém

O lançamento do livro sobre o Palácio foi, como não podia deixar de ser, no próprio Palácio de Belém, em 1985, com a presença de convidados mas sobretudo de familiares — do meu lado

e do lado da minha mulher. Estavam a minha mãe, o meu pai, tios, mulher, cunhados, etc. Eanes encontrava-se já perto do fim do 2.º mandato e não podia recandidatar-se. Um pequeno grupo de pessoas rodeou-o, lamentando que ele não pudesse continuar em Belém. E, nesta altura, Eanes saiu-se com esta: «**Mas vocês têm na família uma pessoa que dará um excelente Presidente da República**», e levantou os olhos para mim.

Eanes tem um sentido de humor especial. E diz sempre as coisas com a mesma cara, pelo que ficam dúvidas sobre se está a brincar ou a falar a sério. Alguns familiares tinham-me ouvido dizer na brincadeira que seria um dia Presidente da República. Ora, ouvirem o próprio Presidente dizer isso deixou-os confusos... Foi uma cena cómica.

Visita à Madre de Deus

A família Eanes vivia no Palácio de Belém mas tinha residência no Bairro da Madre de Deus — um emblemático bairro social do Estado Novo, nas imediações do aeroporto. Era uma pequena moradia, como todas as daquele lugar, sem nenhum luxo. Modesta mesmo, de acordo com a postura austera de Eanes. Certo dia, no Verão de 1985, convidou-me para almoçar nessa sua casa para onde já estava a fazer a mudança, pois em breve iria sair de Belém. As eleições presidenciais seriam no início de 1986 e ele regressaria à morada que deixara vaga durante 10 anos.

Não me lembro da conversa à mesa nem do que comemos, mas à despedida, já à porta, diz-me que o *Expresso* daí para a frente irá tratá-lo mal. «**Porquê?**», pergunto. E vou adiantando: «**Porque o *Expresso* é propriedade de Balsemão, e ele não gosta de si?**». Eanes confirma. Eu digo-lhe então que o *Expresso* será completamente indiferente a isso. Ele mostra não acreditar. «**Quer apostar?**», desafio-o. «**Não aposte, porque vai perder**», responde-me. E assim ficamos. Uns anos depois, numa ocasião em que nos encontrámos,

perguntei-lhe o que achava do modo como o *Expresso* o tratara. Confessou-me que se tinha enganado: «**Reconheço que o senhor arquitecto cumpriu o que prometeu.**»

Manuela Eanes «supersecretária»

A minha relação com o casal Eanes manteve-se ao longo dos anos. Depois da fundação do *Sol,* ele e Manuela Eanes foram sempre às nossas festas. E ao lançamento dos meus livros. Para não falar nas cerimónias fúnebres dos meus pais. Mostraram-se muito solidários comigo.

O meu contacto com a família Eanes estabeleceu-se sempre mais através da mulher, até pela personalidade um tanto retraída do general. Manuela Eanes funcionava como uma supersecretária dedicadíssima que defendia o marido incondicionalmente e o apoiava incansavelmente. Um dia confessou-me: «**O meu marido senta-se no sofá e diz-me: 'Manuela traz-me um lápis, Manuela traz-me isto, Manuela traz-me aquilo.' E eu levo. Tenho muito orgulho em poder ajudá-lo e em ser-lhe útil.**»

Quase sempre às escondidas do marido, Manuela Eanes deu-me várias notícias em primeira mão, dizendo-se certa de que eu as trataria mais seriamente do que outros jornais. E penso que nunca se arrependeu. Lembro-me de me telefonar um dia, preocupada, pois o presidente do FC Porto, Pinto da Costa, convidara o marido para ser seu padrinho de casamento com Filomena Morais — com a qual ia casar-se pela segunda vez. Ora, além do insólito da situação, dava-se o caso de Filomena ter acusado o ex e futuro marido de lhe ter batido (ou mandado bater). Era uma questão delicada, portanto. Mas Manuela Eanes explicava que o marido não podia dizer que não, pois tinha dívidas de gratidão em relação ao FC Porto e ao próprio Pinto da Costa.

O receio de Manuela era que um jornal sensacionalista, tipo *Correio da Manhã*, apanhasse a notícia em primeira mão e fizesse

chacota com o assunto. Dando-ma a mim, tinha a certeza de que seria tratada com dignidade. E julgo que não se arrependeu.

Eanes e a velhice

Só almocei uma vez com Eanes fora de casa. Mesmo assim não fomos a um restaurante «normal», mas sim ao restaurante do Hotel Altis, na Rua Castilho, em Lisboa, próximo do Marquês de Pombal. Isto diz alguma coisa sobre a sua personalidade. Numa mesa relativamente próxima da nossa almoçava Fernando Martins, o dono do hotel, que vivia lá. Estava muito velhinho. Ramalho Eanes foi até à mesa dele e cumprimentou-o com carinho. Curiosamente, durante o almoço, Eanes disse-me que o *Sol* devia publicar matérias para velhos, porque eram os velhos que liam mais jornais e tinham tempo para ler. E não havia muitas leituras direccionadas para eles.

Depois de o ouvir dizer isto, olhei pela primeira vez para Eanes como para um homem de idade. Ele tinha 73 anos mas eu sempre o vira como um militar vigoroso. Mas naquele ambiente de hotel ligeiramente *démodé*, com Fernando Martins por perto, aquela conversa sobre um jornalismo para velhos fez-me ver Eanes com outros olhos. Tudo naquele cenário cheirava a velho. Acresce que eu não via assim o jornalismo. Para mim, os jornais deviam ter uma atitude jovem, até porque os velhos lêem temas para jovens mas os jovens não lêem temas para velhos. Os velhos têm filhos e netos e não querem estar totalmente desactualizados, mas o inverso não é verdadeiro.

Em meados de 2015, falando com Ramalho Eanes a propósito do seu apoio ao candidato presidencial Sampaio da Nóvoa, ele adiantou-me o seguinte: «**Este é provavelmente o meu último acto político.**» E justificou: «**Possivelmente só duro mais um ano. Ou nem isso...**» Não perguntei nada. Fiquei gelado mas não perguntei nada.

Daniel Proença de Carvalho

Conheci mal Daniel Proença de Carvalho. Em fins de 1985, nas antevésperas das eleições presidenciais em que eram candidatos Freitas do Amaral, Mário Soares, Salgado Zenha e Lourdes Pintasilgo (além de Ângelo Veloso do PCP, que desistiria), Proença de Carvalho organizou um jantar na sua casa do Estoril — um casarão luxuoso, cheio de mármores — para o qual convidou Freitas do Amaral e os directores dos três principais semanários da época: Victor Cunha Rego pelo *Semanário*, José Silva Pinto por *O Jornal,* e eu pelo *Expresso*.

A conversa ao jantar não teve história — e depois fomo-nos sentar a um canto da sala, nuns bancos baixos, e a conversa aí será mais intimista. O anfitrião serve bebidas e eu peço um cálice de uísque puro. É a minha bebida preferida na altura. Mas atrás desse vem outro. E depois outro... A dada altura, Freitas manifesta-me dúvidas quanto à imparcialidade com que o *Expresso* cobrirá a campanha eleitoral e eu respondo: «**Na tradição do jornal, o *Expresso* não apoiará ninguém. Seremos rigorosamente independentes.**»

Freitas duvida da isenção do *Expresso*

Mas Freitas do Amaral duvida. Como Balsemão e ele se detestam mutuamente (em 1982 Freitas tirara o tapete a Balsemão, provocando a queda do seu Governo), Freitas acha que o *Expresso*

o prejudicará. Mas eu rebato: «**O *Expresso* já deu sobejas provas de isenção, e não se rege pelas amizades ou inimizades do seu proprietário.**»

Julgo que Freitas continuou a não acreditar. Então, Cunha Rego — que tinha sido (ou era) amigo pessoal de Soares e fora seu chefe de gabinete no MNE, a seguir ao 25 de Abril, e seu secretário de Estado adjunto no primeiro Governo socialista —, diz alto e bom som, virando-se para Freitas do Amaral: «**Pois eu garanto-lhe que o *Semanário* não será isento. Vai apoiá-lo a si!**» E Silva Pinto dá a entender que *O Jornal* apoiará Soares, embora mantendo a independência jornalística.

Entretanto, o tempo vai passando, eu vou beberricando mais uns cálices de uísque, o álcool não me fazia efeito, sentia-me bem — até que, quando começam os preparativos para a saída, no preciso momento em que me levanto, sinto o álcool subir-me à cabeça e fico instantaneamente bêbedo. Nunca me acontecera nada assim. De um momento para o outro passava do estado normal a embriagado. Caminho em direcção à saída, por um corredor largo com colunas de mármore, tentando manter-me direito, saio para o jardim, vou na direcção do carro que está ali estacionado, aponto a chave ao buraco da fechadura enquanto penso: «**Se não conseguir acertar à primeira, já não conseguirei meter a chave na fechadura, e aí será a grande bronca.**»

Mas a sorte estava do meu lado — e acerto mesmo à primeira! Meto-me no carro, faço marcha-atrás, e aí ouço Proença de Carvalho gritar, alarmado: «**As minhas rosas! Cuidado com as minhas rosas!**» Mas, apesar de bêbado, eu estava absolutamente convencido de me encontrar a uns bons dois ou três metros do canteiro das rosas. Concluo a manobra, saio pelo portão e ponho-me atrás do carro do Silva Pinto, que por sorte minha ia para Lisboa. Se não fosse, eu não me orientaria. Não conseguiria dar com o caminho. Vou sempre atrás dele pela Marginal, quando chegamos a Algés ele segue em frente e eu viro à esquerda para Miraflores, mas aqui o carro já vai sozinho... Chego a casa e atiro-me para cima da cama vestido, donde já não conseguirei levantar-me.

Acusações no Pabe

Entretanto, realiza-se a primeira volta das presidenciais, que Freitas ganha com enorme vantagem, sendo favoritíssimo para a segunda volta em relação a Soares, que ficou em segundo lugar. Mas na segunda volta, contra todas as expectativas, Soares vence — por escassos 138 mil votos em quase 6 milhões.

Nessa noite, estou eu a jantar no Pabe quando entra uma avalancha de gente que logo percebo ser o *staff* de Freitas do Amaral, com Proença de Carvalho à frente. Quando a turba passa pela minha mesa, o Nuno Cintra Torres, que integra a comitiva, dirige-se-me em termos exaltados: «**Parabéns! Ganhaste!**» Esboço uma reacção, mas ele já seguiu caminho. Penso para comigo: são ainda os efeitos da publicação das respostas em branco de Freitas do Amaral na revista do *Expresso*.

O que se passara?

O *Expresso* tinha enviado a todos os candidatos presidenciais um questionário com perguntas relacionadas com hábitos, costumes e vícios, tais como o consumo de drogas na juventude. O trabalho destinava-se a publicação n'*A Revista*. Todos os candidatos responderam, com excepção de Freitas. Então o Vicente Jorge Silva, que era o responsável executivo d'*A Revista*, resolveu deixar, no local destinado às respostas de Freitas do Amaral, um grande espaço em branco. Como o *Expresso* era politicamente muito influente, fomos logo acusados de contribuir decisivamente para a derrota de Freitas. Ora, ainda que não tenha sido ideia minha, acho que se tratou de uma opção jornalística original e perfeitamente legítima. Mas que terá levado Freitas do Amaral a pensar na minha declaração de isenção, em casa de Proença de Carvalho, achando que eu não a tinha cumprido. Mas não é verdade: Freitas é que se pôs a jeito, não respondendo ao inquérito.

Encontros imediatos

Depois disso só tive contactos com Proença de Carvalho mais uma meia dúzia de vezes. Uma delas num almoço na Casa da Comida — um excelente restaurante num sítio discreto, a Travessa das Amoreiras, naquela encosta de Lisboa que fica entre o Largo do Rato e a Avenida Joaquim António de Aguiar —, numa altura (1992) em que havia ainda alguma agitação nos meios televisivos depois da abertura aos canais privados. Proença de Carvalho tinha-se candidatado a um canal mas perdera (descrevo os bastidores deste episódio no capítulo dedicado a Fernando Nogueira).

Enquanto esperamos por mesa, sentados no *hall* de entrada, entra Francisco Pinto Balsemão, que fora um dos contemplados com um canal televisivo, a SIC. Fala-nos cordatamente, como é seu timbre, mas deve achar assaz estranho encontrar-nos ali. O que faço eu, director do *Expresso*, naquele restaurante com Proença de Carvalho? O que faço eu com o grande derrotado no concurso da TV privada? Estarei a trair Balsemão com o inimigo? A verdade é que, ao contrário de outras pessoas do nosso grupo empresarial, nunca senti necessidade de dizer a Balsemão com quem ia falar. Como a hipótese de uma traição para mim não se colocava, não me passava pela cabeça dar satisfações ao «patrão» sobre os contactos que tinha. E o certo é que, voltando a este caso, não cheguei a perceber o alcance daquele convite para almoçar. Durante o almoço, Proença não tentou tirar nabos da púcara sobre alguma situação relacionada com a nossa empresa nem me fez nenhum convite. Despedimo-nos sem eu perceber a razão de ser do encontro. Houve mais dois ou três casos semelhantes a este, que conto neste livro.

Troca violenta de cartas por causa de Sócrates

O último contacto que terei com Proença de Carvalho não será pessoal: será uma violenta troca de correspondência. O motivo é José Sócrates, de quem Proença é advogado. Este envia-me uma

carta ofensiva, em que me acusa de falta de seriedade (ou mesmo de carácter). Em causa está uma crónica minha, chamada **O Polvo,** onde digo que José Sócrates montou uma rede para estender a sua influência e exercer o poder. E incluo Proença de Carvalho nessa «rede». Embora seja advogado de Sócrates, Proença escreve-me a título pessoal, com acusações graves.

Lisboa, 2 de Março de 2010

Ex.mo Senhor,

Embora pareça surpreendente, só esta semana tomei conhecimento do seu editorial intitulado «O Polvo», onde me inclui. Só não me indigno porque há muito deixei de o considerar uma pessoa de bem.

O Senhor arquitecto José António Saraiva conhece-me há muitos anos. Como jornalista informado que é, tem obrigação de saber que toda a minha carreira de advogado se fez com independência do Estado. Em 40 anos de advocacia, só prestei dois serviços profissionais ao Estado, um deles gratuito, e nenhum desde que o Eng. José Sócrates é Primeiro-Ministro. O mesmo posso dizer relativamente a empresas públicas. Em contrapartida, fui e sou advogado em várias acções interpostas contra o Estado.

Nada devo a este ou a qualquer outro governo do País.

Sou advogado do Eng. José Sócrates em poucos processos instaurados contra alguns jornalistas e empresas de comunicação social por factos que, do meu ponto de vista jurídico, ofendem gravemente direitos que a Constituição e as leis conferem a todos os cidadãos.

Ao longo dos anos fui advogado de pessoas filiadas ou simpatizantes de quase todos os partidos, da direita à extrema-esquerda. Não discrimino as pessoas que recorrem aos meus serviços profissionais em função das ideias políticas que professam.

O seu editorial, na parte que me toca, é insultuoso e injusto. Não o dignifica a si, nem pessoal, nem profissionalmente.

Cumprimentos.

Proença de Carvalho

Reajo energicamente, como é natural. Em cartão redigido à mão, escrevo:

2.3.2010

Dr. Proença de Carvalho,

Fiquei perplexo com a sua carta de que junto cópia. É a primeira vez que recuso a publicação de uma carta por motivos pessoais, mas não posso deixar de o fazer. A passagem «há muito que deixei de o considerar uma pessoa de bem» é rasteira, pessoalmente insultuosa e infame. Ora não vou publicar um insulto no próprio jornal que dirijo.

Recordo-lhe que a passagem da minha crónica em que o cito não era nem insultuosa nem vil — e por isso não admito o seu insulto.

Faça então como entender: ou retira a passagem em causa, e a carta será publicada, ou não a retira e então terá de proceder como entender.

José António Saraiva

Proença de Carvalho responderá de pronto, desta vez com um cartão escrito à mão. E visivelmente noutro tom, um pouco mais moderado.

Arquitecto José António Saraiva

Não posso deixar o seu cartão sem resposta. Vamos por partes. Não foi o senhor que foi insultado. Fui eu e publicamente. E fui-o em editorial por si assinado, ao ver-me retratado como membro de um «polvo», sem o mínimo de razão para tal. Esta acusação, para usar as suas palavras, foi «rasteira, pessoalmente insultuosa e infame». Limitei-me a reagir com a indignação proporcional à ofensa que recebi. E não foi a primeira vez que o seu jornal me agrediu. A minha indignação foi intensa, talvez porque sempre o tratei com o maior apreço e simpatia, até porque fui educado desde criança numa casa em que o nome do seu pai e da sua família eram venerados.

A carta que lhe dirigi era pessoal, como pessoal foi a ofensa que recebi. Não precisa de a publicar, porque as explicações que lhe dei

não as devo a ninguém. Não ando por aí a apregoar a minha independência, pois acho que a minha vida fala por si.

Por mim considero este assunto encerrado. Nunca instaurei processos a ninguém e não é desta que vou abrir uma excepção. Se alguém deve retractar-se é o senhor, não eu!

Proença de Carvalho

Na volta do correio, respondi a esta sua missiva com novo cartão:

4.3.2010

Dr. Proença de Carvalho,

Agradeço o seu cartão, cujo tom é sensivelmente diferente do da carta que o antecedeu. E respondo-lhe, porque não gosto de deixar assuntos «nebulosos».

É falso que o tenha atacado. Dizê-lo só pode resultar de não ter lido o artigo. A seu respeito, o que eu dizia é absolutamente objectivo: que é advogado do primeiro-ministro em alguns processos e o tem defendido publicamente.

A inclusão do seu nome e da sua foto no «polvo» tem a ver com uma rede de influências que — a meu ver — o eng.º Sócrates estabeleceu e em que se apoia para exercer o poder. As fotos, como é fácil perceber, contemplam pessoas que foram agentes ao serviço de um plano, pessoas que foram instrumentalizadas e pessoas cujo nome foi usado.

Não meti toda a gente no mesmo saco, o que não seria inteligente.

Assim, não vejo quer no texto quer na montagem fotográfica qualquer ofensa. Aliás, nunca fiz nas minhas crónicas ataques pessoais e muito menos de carácter. O senhor dr. sabe-o — porque, não sendo hoje meu leitor (como se deduz da sua carta), certamente já o foi.

Com os meus cumprimentos,

José António Saraiva

E ficamos por aqui.

Diogo Freitas do Amaral

O primeiro contacto pessoal que tive com ele foi um pouco constrangedor para mim. Corria o ano de 1982. Eu estava no ateliê de arquitectura onde trabalhava, quando recebi um telefonema do director do *Expresso*, Augusto de Carvalho, a convidar-me para um almoço no restaurante Pabe com Freitas do Amaral. O *Expresso* organizava nessa época almoços no Pabe com figuras públicas, em geral políticos, que eram depois parcialmente transcritos no jornal (e que marcaram um tempo).

Fico surpreendido com o contacto do Augusto de Carvalho, pois sabia que, regra geral, os participantes no almoço (para lá da personalidade convidada, obviamente) eram directores ou jornalistas do *Expresso*. E eu, embora tivesse uma coluna de opinião com bastante sucesso (a *Política à Portuguesa*), era um mero colaborador do jornal.

É Verão e estou vestido como normalmente vou para o ateliê: camisa de linho sem mangas nem colarinho, estilo Gandhi, *blue jeans,* sandálias de cabedal de enfiar o dedo tipo fio dental, sem meias. Quando chego ao Pabe, já estão todos sentados à mesa. Freitas do Amaral está no topo, de frente para quem se aproxima. Estes almoços realizam-se numa mesa de que já falei, que está encaixada numa espécie de grande nicho, ladeada por bancos corridos de madeira, acolchoados. O tampo da mesa tem uma bordadura em madeira a toda a volta e a parte central é forrada a latão amarelo brilhante. Freitas do Amaral, vestido de forma muito clássica, fato completo príncipe de Gales, camisa e gravata, vê-me chegar

e percebo que fica um pouco surpreendido. Não me conhecia, e o contraste entre nós não podia ser maior: eu pareço um pobre de Job, ele é um verdadeiro *dandy*. Não tinha pensado na situação e sinto-me mal. Naquele ambiente de luxo e pessoas engravatadas, faço figura de vagabundo. E juro a mim próprio que, em circunstâncias semelhantes, nunca mais deixarei de usar casaco e gravata.

Candidato presidencial da AD?

Depois entrevistei Freitas várias vezes. A primeira, ainda em 1982, julgo que foi na sede do CDS no Largo do Caldas, embora também o tenha entrevistado na sua casa da Quinta da Marinha. Era o tempo da coligação AD, depois da morte de Sá Carneiro, que fora substituído por Balsemão na liderança do partido e do Governo. Freitas já começava a demarcar-se dele, e o divórcio não demoraria muito tempo. Esta entrevista fazia parte de uma série de quatro, que fiz para o *Expresso* a convite de Vicente Jorge Silva, embora continuasse a ser um simples colaborador. Elogiei Freitas por não fugir às questões e responder de forma directa (e séria) às perguntas. Embora ideologicamente longe dele, fiquei com estima pela sua postura — e mantivemos desde aí relações regulares, embora esparsas.

Depois da dissolução da AD, num almoço em 1984 no *grill* do Hotel Alfa (actual Hotel Sana), na Av. Malhoa, perto de Sete Rios, Freitas do Amaral fez-me uma surpreendente revelação. Disse-me que poderia ter sido ele (e não o general Soares Carneiro) o candidato presidencial da Aliança Democrática. E contou-me a seguinte história: Sá Carneiro não queria ser candidato, dada a sua situação familiar (deixara a mulher para viver com Snu Abecassis). Aliás, nem sequer se candidatara a deputado pelo Porto, a pedido expresso do respectivo bispo, trocando de círculo com Balsemão: este era número um pelo Porto, Sá Carneiro número um por Lisboa. Perante isto, Sá Carneiro avança que o candidato presidencial da AD deve ser Freitas do Amaral. Mas Freitas declina, argumentando ser ainda muito

novo. Então, Adelino Amaro da Costa, o ministro da Defesa — a terceira pessoa presente na reunião onde se debate o assunto —, sugere que seja um general e adianta que tem um bom nome: António Soares Carneiro.

Finda a descrição, pergunto a Freitas porque nunca revelou este episódio. E ele responde: «**Porque só participaram na reunião três pessoas e duas já estão mortas. Assim, o que eu dissesse não poderia ser confirmado por ninguém.**» Como é sabido, quatro anos antes, a 4 de Dezembro de 1980, em plena campanha eleitoral, Sá Carneiro e Amaro da Costa — que viajavam para o Porto exactamente para participar num comício do general Soares Carneiro — tinham morrido na queda do avião em que seguiam.

Corte de relações

Tivemos outras conversas e fiz-lhe outras entrevistas, na sede do CDS no Largo da Caldas, em Lisboa, ou na RTP, a convite da Margarida Marante. Uma das entrevistas surpreendeu-me por completo. Foi feita no edifício do Caldas e fui acompanhado pelo Fernando Madrinha. Aproximavam-se as legislativas de 1991. Freitas saíra da liderança do CDS mas depois voltara, sendo considerado ainda nessa altura como o político mais à direita. Mas disse na entrevista uma coisa surpreendente: que o CDS, estando rigorosamente ao centro, tanto poderia coligar-se com o PSD como com o PS depois das eleições. Era uma enorme pedrada no charco. Freitas do Amaral aliado ao PS? É certo que estava zangado com Cavaco, mas daí a poder juntar-se aos socialistas... Foi nesse momento que se iniciou o caminho de Freitas em direcção à esquerda, que ninguém esperava mas que não mais pararia.

Na campanha eleitoral relativa a essas eleições, comentando uma entrevista sua na RTP, eu direi uma «heresia» que o chocará profundamente: afirmo que ele já não acredita nos ideais do partido. Embora a análise seja certeira — como o futuro provará —

Freitas do Amaral sente-se ofendido e escreve-me um cartão magoado onde diz:

Lisboa, 14 de Maio de 1991

Ex.mo Senhor

Arquitecto José António Saraiva

Ouvi com espanto e mágoa as suas declarações na semana passada na televisão a respeito da minha entrevista à «Primeira Página».

Estou habituado a ser criticado por muitos e em especial por si. Nunca protestei. Sei que é esse o preço de ser uma figura pública.

Mas não aceito que alguém que me conhece bem há tantos anos venha agora declarar que eu sou «um homem sem convicções».

Se eu não tivesse convicções há muito teria entrado para o PSD e aí estaria fazendo uma carreira pacífica e brilhante. Se estou onde estou, e se tenho sofrido o que tenho sofrido, é porque tenho convicções e quero manter-me fiel a elas.

Aquela sua acusação feriu-me profundamente e eu não a posso aceitar.

As nossas relações ficam, pois, cortadas a partir daqui.

Respeitosos cumprimentos

Diogo Freitas do Amaral

Ao receber esta carta, reajo de imediato com uma carta também dactilografada:

Lisboa, 15 de Maio de 1991

Senhor Professor Diogo Freitas do Amaral,

Li, com a maior surpresa, a sua carta de 14 de Maio de 1991.

Os meus comentários à sua entrevista ao Primeira Página diziam respeito àquilo que me parece ser a sua »desidentificação» com o CDS (ou com aquilo que eu penso dever ser o CDS).

Existe, em minha opinião, um grande desfasamento entre as suas convicções actuais, entre aquilo em que acredita, e os princípios pelos quais seria natural que o CDS se batesse.

Isto mesmo estava claro, aliás, na crónica que publiquei no Expresso em 11 de Maio.

Daqui resulta que as apreciações que fiz a propósito da sua entrevista à RTP foram de ***ordem política*** *e não pessoal — pelo que me custa a perceber a sua reacção e me recuso a aceitar o corte de relações de que fala.*

Eu, pelo menos — pela minha parte —, não cortarei relações consigo.

Continuando a manter por si a admiração, o respeito e a estima de sempre, subscrevo-me, com os melhores cumprimentos,

José António Saraiva

Depois disto estivemos quatro anos sem falar. E reconciliámo-nos por iniciativa de Marcelo Rebelo de Sousa — que contactou com os dois individualmente e mediou um almoço que teve lugar no T-Clube, no Espelho d'Água, em Belém, em 1995. Curiosamente, o reconciliador começou por garantir que estaria presente mas à última hora desistiu. E nós lá aparecemos a reconciliar-nos sem ninguém a fazer a ponte... Foi um pouco estranho.

Mas o almoço correu bem — e o local ajudava. O T-Clube (e não *T Club*, à inglesa, como muitos diziam) era propriedade de José Manuel Trigo, também proprietário da discoteca com o mesmo nome na Quinta do Lago. Situava-se num pavilhão no Espelho d'Água, em Belém, entre a linha do comboio de Cascais e o Tejo, muito perto do Padrão dos Descobrimentos. Tinha uma decoração alegre, pós-moderna, e um bom serviço. E isso, aliado à boa localização e facilidade de estacionamento, tornava-o um local propício a almoços políticos.

Guinada à esquerda

Em 1999 fui ao Porto a convite do presidente da Câmara Municipal, Fernando Gomes, para comentar uma conferência de Freitas do Amaral integrada nas comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril. Preparei-me para uma intervenção em que Freitas — apesar da sua evolução ideológica — faria uma leitura crítica da revolução e muito particularmente do período que se seguiu, em que o PCP e os militares a ele afectos tomaram conta das alavancas do poder. Afinal, Freitas fora assistente de Marcello Caetano na Faculdade de Direito, o presidente do Conselho deposto pela revolução. E, no pós-25 Abril, fora vítima de ataques por parte da esquerda, chegando a estar cercado no Palácio de Cristal, no Porto.

Freitas do Amaral começa a falar, elogia a revolução dos capitães que derrubou a ditadura, celebra a restauração das liberdades e a independência das colónias, eu espero a cada momento que surja uma crítica, um distanciamento relativamente a um ou outro aspecto da revolução, mas os elogios prosseguem. Freitas fala da importância da liberdade de imprensa, do papel exemplar assumido pelos militares, e eu continuo à espera de um reparo qualquer, mesmo que pequeno. Mas a conferência termina sem que tal aconteça. E, assim, sinto-me eu na obrigação de fazer algumas ressalvas aos excessos do período revolucionário. Parece que trocámos de papéis: eu, o «esquerdista», a colocar reservas à revolução, Freitas, o «conservador», a saudar a revolução sem reservas!

A influência de Maria José

No comentário à intervenção de Freitas do Amaral, notarei o seguinte: «**Willy Brandt disse que as pessoas são revolucionárias aos 20 anos, sociais-democratas aos 40 e conservadoras aos 60. Mas o professor Freitas do Amaral está a fazer a trajectória inversa: era conservador aos 20, é social-democrata aos 40 e ainda o verei**

a colar cartazes aos 60.» Após dizer isto, olho para a assistência onde muita gente ri e vejo na primeira fila uma mulher bonita a bater palmas com gosto. Quem é? Nada mais, nada menos do que a mulher de Freitas, Maria José, conhecida na família por Mizé. E aí tenho um palpite: ela gostaria que o marido fosse mesmo assim como eu dissera. A ideia de ele se tornar um revolucionário aos 60 anos agradava-lhe. E porquê? Porque o conservadorismo do marido no período a seguir ao 25 de Abril a irritara bastante.

Mizé era uma mulher muito livre, atirada para a frente, como é patente nos romances que escreveu, com o pseudónimo de Maria Roma (apelido de família recuperado para efeitos literários: a casa dos pais em Sintra chama-se Villa Roma). Aliás, Mizé não acompanhara Freitas quando este fora convidado em 1995 para presidente da Assembleia Geral da ONU, só o informando à última hora da sua decisão. E isso desgostou-o muito. Era importante para Freitas ter a mulher presente, por razões protocolares mas também pela devoção que lhe dedicava e pela sua própria fragilidade psicológica. Freitas é um homem que precisa muito de apoio afectivo. Acredito pois que, por amor, tenha feito um grande esforço para se libertar das amarras conservadoras, o que acabou por resultar numa aproximação à esquerda.

É certo que a estada na América também contribuiu poderosamente para isso, pois detestava a secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, uma republicana possante com ar de sargento. Freitas levava a sua função a sério e, como presidente da assembleia geral de uma grande organização internacional, achava-se num plano superior em relação aos Estados-membros. Ora, Albright dava-lhe ordens como se estivesse a lidar com um subordinado, deixando Freitas fora de si.

Eu próprio testemunhei essa aversão a Albright numa sessão que o *Expresso* organizou no Hotel D. Pedro, nas Amoreiras, em princípios de 1997, integrada numa iniciativa a que demos o nome de *Confrontos*, onde estiveram Freitas do Amaral (recém-regressado de Nova Iorque e da ONU), António Guterres e Ramalho Eanes.

Curiosamente, na plateia, a assistir, estava José Sócrates. Quem diria que, uns anos depois, Freitas seria ministro de um Governo chefiado por Sócrates? É certo que não estaria lá muito tempo. Sairia em Julho de 2006, alegando razões físicas — e, de facto, seria operado à coluna pouco depois. Segundo me confidenciaria mais tarde, o médico disse-lhe que, se não fosse operado, poderia ficar paralítico de um momento para o outro.

«Luta pela sobrevivência»

Cerca de um ano depois de sair do Governo, eu e o Mário Ramires convidámo-lo para escrever no *Sol*, à mesa de um almoço no restaurante Terreiro do Paço, em Lisboa. Era um restaurante do *chef* Vítor Sobral, na ala poente das arcadas da Praça do Comércio, perto do local onde fora assassinado o Rei D. Carlos em 1908. Com uma comida minimalista *(nouvelle cuisine)*, ocupava dois andares, sendo a sala principal no piso superior, muito amplo, servido por uma larga escadaria. Oferecemos-lhe uma boa quantia pelos artigos, mas Freitas pôs reticências, alegando limitações de saúde, embora ficasse de ponderar. Colocou como condição, porém, receber os pagamentos em viagens e não em dinheiro, para não agravar os impostos. Registo assim este encontro no meu **Diário**:

> *Meados de Abril de 2007*
>
> *Almoço com Freitas do Amaral no [restaurante] Terreiro do Paço. Eu e o Mário Ramires queremos convidá-lo para escrever uma crónica no* Sol. *A conversa corre bem, afectuosamente, ele mostra-se reticente — mas por fim acaba por aceitar pensar no assunto. Dará uma resposta dentro de 3 ou 4 dias. No dia seguinte telefona-me, fala-me com o coração aberto, diz-me que não tem condições físicas e psíquicas para aguentar uma crónica semanal. No almoço ele já tinha falado longamente das suas doenças: fez 2 operações (à coluna e à próstata) e está naquela fase de «lutar pela sobrevivência». Faz massagens, faz*

dietas, dá passeios de uma hora, trabalha pouco. Conheço essa situação. Muitas pessoas que têm sustos ou problemas de saúde graves ficam na situação de lutar pela vida em vez de viverem. Preocupam-se obcecadamente com a saúde — que passa a ser, para eles, a principal preocupação. Centram-se em si próprios. Não olham para fora, não têm objectivos exteriores a si. E essa concentração leva a que adquiram uma psicologia de doentes — que é prejudicial, porque acaba por eternizar a doença e às vezes por potenciá-la. A melhor maneira de ultrapassar a doença é uma pessoa olhar para fora, ter motivações exteriores a si própria, não se concentrar na doença (ou na cura, o que é o mesmo).

Uma «bomba» de pólvora seca

Passam três anos. Em 2010, Freitas do Amaral telefona-me dizendo que tem uma «**bomba**» para me confiar. Encontramo-nos no Grémio Literário, na Rua Ivens, ao Chiado, um clube de elite cheio de recordações que nos remete para outra época — onde pontificavam Ramalho Ortigão ou Eça de Queirós (que ali localizou cenas de *Os Maias)*.

Nesse encontro meio furtivo, sentados num banco forrado de veludo situado num lugar esconso, rodeados de reposteiros e madeiras escuras, Freitas denuncia o então procurador-geral da República, Pinto Monteiro, acusando-o de almoçar semanalmente num restaurante discreto com Proença de Carvalho, o advogado de Sócrates. Ou seja: segundo Freitas, numa altura em que Sócrates é acusado na imprensa de vários crimes, o acusador público e o advogado do suspeito juntam-se todas as semanas. O pretexto é serem cunhados. Mas só falam ao almoço de assuntos de família? Não falam dos processos e das suspeitas em curso? Vivem noutro mundo?

O simples facto de se saber que o PGR e o advogado de José Sócrates se encontram regularmente será uma bela notícia. Até porque Pinto Monteiro dá continuados sinais de estar a proteger

o ainda primeiro-ministro. Mas Freitas do Amaral pede-me para não dizer nada enquanto não me der luz verde. E eu respeito a combinação. Só que a luz verde nunca chegará.

Críticas duras a Sócrates

Tendo alegado motivos de saúde (verdadeiros) para deixar de ser ministro de Sócrates, a verdade é que Freitas do Amaral nunca se sentiu muito confortável nesse Governo. E faria mesmo, mais tarde, críticas públicas àquele que fora seu primeiro-ministro.

Mas a prova mais clara desse desconforto — e daquilo que, uns anos depois, Freitas pensava de José Sócrates — foi um cartão que me enviou em fins de 2011. Reagindo a um artigo meu publicado no *Sol*, onde eu comparava Sócrates a um jogador de casino, que vai apostando tudo sempre na esperança de ganhar e no fim acaba sem nada, Freitas envia-me um simpático cartão-de-visita onde se lê:

> *O Diogo Feitas do Amaral,*
>
> *com um abraço amigo, felicita-o vivamente pelo artigo de 4.11, porventura um dos seus melhores de sempre. Creio que acertou no alvo: o J. S. foi um ateu sempre à espera de um milagre!*

Depois disto, Freitas aproximar-se-á ainda mais da esquerda, apoiando António Costa nas eleições de 2015 — e, a seguir às eleições, defendendo (depois de uma primeira reacção contrária) o Governo socialista apoiado pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda.

Domingos Duarte Lima

Conheci-o mal enquanto esteve na política. Mas depois de sair da liderança parlamentar do PSD — e de se restabelecer da leucemia que quase o matou — convidei-o para colaborar no *Expresso*. Isso proporcionou algum contacto entre nós e ele passou a enviar-me convites para espectáculos promovidos pela sua associação a favor da causa da leucemia. Fui a dois ou três no Pavilhão Atlântico, com o tenor argentino José Cura. E a um no Liceu Maria Amália, com o jovem pianista português Domingos António, que era um protegido de Duarte Lima. Registei assim o tema no meu **Diário**:

10 de Março de 2004

Duarte Lima vem ao Expresso *convidar-me para um espectáculo do jovem pianista Domingos António, de que ele se assumiu como protector. Conta-me então a história extraordinária do pianista: nasceu em Bragança, filho de um português e de uma americana. Os pais foram viver para a América e levaram-no. Aí começou a mostrar grandes dotes para o piano. Ganha uma bolsa e foi fazer um curso na Academia Tchaikowsky, a «**melhor do mundo**». Queria lá fazer o doutoramento mas os pais não se aguentaram na Rússia, devido a problemas burocráticos e económicos, e ele — que é um excêntrico — também não conseguiu aguentar-se a viver sozinho e foi ter com a mãe aos EUA. Inscreveu-se numa escola para fazer o doutoramento mas começou a ser gozado, por ser «**diferente**», e acabou por deixar os EUA e regressar amargurado a Bragança, onde não tem sequer um piano. O maestro Victorino de Almeida, que o ouviu tocar a pedido de Duarte Lima, faz-lhe os maiores elogios. Duarte Lima assume a*

causa e escreve um artigo no Expresso *(que saiu no sábado) sobre o assunto. Teve imensas reacções e já houve propostas para vários concertos. Duarte Lima telefonou a Alípio Dias e já lhe arranjou dinheiro para comprar um piano.*

Suspeitas de crime

Recordo também um almoço que tivemos no Gambrinus em que ele me contou pormenores da sua doença com grande frieza. Esteve um ano dentro de uma tenda em ambiente asséptico. Quando o filho o ia visitar ao hospital, falavam através de uma cortina de plástico e, mesmo nos momentos mais difíceis, não se podiam tocar.

Depois, ele prestou-se a dar ajuda no caso de um sobrinho-neto meu que teve leucemia. Chegou a ir ver o miúdo ao hospital onde estava internado, e sem quaisquer intuitos propagandísticos, pois nunca apareceram jornalistas nem câmaras de televisão.

Pois bem, quando surgiram as primeiras notícias sobre a sua possível implicação na morte de Rosalina Ribeiro, em Dezembro de 2009, fiquei estupefacto. E liguei-lhe, até porque o *Sol* tinha de tratar jornalisticamente do caso e não podia fazê-lo sem falar com ele. Ao telefone, digo-lhe aquilo que ele já sabe: que está a ser alvo da suspeita gravíssima de ser autor de um crime de morte e gostava que ele falasse com uma jornalista minha para esclarecer o equívoco.

Ora, quando esperava da sua parte uma reacção enérgica, indignada, revoltada mesmo, de rejeição vigorosa das suspeitas de que estava a ser vítima, responde-me com inesperada calma. Serenamente, pede-me que a jornalista lhe ligue dentro de meia hora. Fico perplexo. Eu estava a dar-lhe a mão para ele se defender, porque estou firmemente convencido da sua inocência, e ele reage como um suspeito que precisa de tempo para preparar a sua defesa. E depois falará de facto com a jornalista, mas a sua reacção pareceu-me frouxa.

Foi nesse momento que me assaltaram as primeiras dúvidas: seria mesmo ele o assassino de Rosalina Ribeiro? Parecia mentira, mas era preciso considerar a hipótese. E de facto, mais tarde, o *Sol* viria a liderar a informação sobre este caso através de reportagens da jornalista Felícia Cabrita a partir do Brasil. E, nelas, dava-se como praticamente certa a autoria do crime por parte de Duarte Lima.

Teria transportado Rosalina num jipe alugado — e, em Saquarema, num local ermo, dera-lhe dois tiros e empurrara-a para fora do veículo. Todos os pormenores encaixavam. O jipe que ele alugara fora referenciado no local por câmaras de videovigilância, os telemóveis que usava também haviam sido detectados por antenas, o tapete do lado do pendura desaparecera ou fora lavado (certamente para limpar nódoas de sangue). Mais: o cadáver da mulher, deitado de bruços no chão à beira da estrada, usava o mesmo vestido preto e branco estampado que Rosalina levava quando, no Rio de Janeiro, fora ao encontro de Duarte Lima (como mostravam as câmaras de vídeo do prédio onde vivia).

A publicação destes textos custou-me bastante, pelas razões apontadas (a ajuda de Duarte Lima num momento familiar difícil), mas não poderia deixar de a fazer. Além disso, convenci-me que, de facto, era muito difícil as coisas não terem acontecido daquele modo.

Um homem de gelo

Muito tempo depois, já Duarte Lima estava em prisão domiciliária (por causa doutro processo), deu-se um inesperado episódio. Eu ia regularmente ao Campus de Justiça, no Parque das Nações, por causa de processos envolvendo o *Sol*. Um dia, em 2012 ou 2013, quando regressava ao parque de estacionamento subterrâneo que serve o Campus, carreguei no botão para chamar um elevador e, quando se abrem as portas, quem vejo no interior? Duarte

Lima, claro. Fiquei tão surpreendido que, quando já avançava para entrar, parei bruscamente. Aí, ele diz-me com toda a calma: «**Senhor arquitecto, não se atemorize...**» Entrei, cumprimentei-o e ele apresentou-me uma outra pessoa que vinha no elevador: «**O meu filho.**» E virando-se para o filho: «**O senhor arquitecto José António Saraiva, director do jornal *Sol.***» Este é o retrato verdadeiro de Duarte Lima: frio, gelado, nunca tira a máscara, nunca se emociona. O seu olhar não transparece qualquer emoção e no seu rosto não se vê um único músculo mexer mesmo nos momentos mais difíceis. E isto é um tanto assustador.

Ernâni Lopes

Só o conheci pessoalmente no Verão de 2006, na altura em que eu trabalhava intensamente para fundar o *Sol*. Perseguindo a ideia de que o novo jornal não devia servir apenas para dar notícias, antes devia intervir positivamente na sociedade, promovendo debates e patrocinando propostas, pensei em convidar alguém prestigiado para fazer um grande estudo sobre o futuro do país — e, em particular, sobre as áreas onde estrategicamente Portugal deveria apostar.

Para fazer este trabalho, o jornalista António Costa, que era o nosso editor de Economia, sugeriu-me o nome de Ernâni Lopes. Segundo Costa, ele possuía as características ideais: era um homem independente, prestigiado, brilhante, e tinha um gabinete de estudos (a SaeR) que o podia apoiar. Confesso que tive algumas dúvidas, pois conjecturava um estudo muito objectivo e prático, com propostas concretas, e temia que Ernâni Lopes se inclinasse para um trabalho demasiado teórico, académico. Mas não surgiu melhor ideia e convidei-o mesmo a ir ao *Sol*.

Um estudo para Portugal

Recebi-o na sede do jornal, na Rua de S. Nicolau, ao Chiado, na companhia do José Marquitos, nosso administrador, e ele foi acompanhado pelo seu adjunto e fiel escudeiro, José Poças Esteves. Expliquei a ideia e ele ficou de pensar. Numa proposta escrita,

enviada dias depois, porá as cartas na mesa: sim senhor, está disposto a fazer o estudo e o preço são 100 mil euros. Uma fortuna.

Falamos entre nós no *Sol*, ainda estamos na época de todos os sonhos, em que tudo parece possível. Temos como accionista o maior banco privado português (o BCP), o jornal irá ser um tremendo sucesso de vendas e haverá dinheiro para tudo e mais alguma coisa. Não é bem a minha opinião, porque sempre fui poupado, mas o ambiente é de euforia.

Combinamos então uma segunda conversa, outra vez na sede do jornal, onde eu tento timidamente negociar o valor. Mas Ernâni Lopes corta a conversa cerce: «**O valor não é negociável. É pegar ou largar! Isto vai dar um trabalhão e eu não faço descontos.**» Pegamos. Ernâni Lopes era um daqueles homens perante os quais nos sentimos um pouco atemorizados. Bastante alto, com uma cabeça pequenina e um crânio luzidio, envolvia-o uma espécie de aura. Falava de modo definitivo, sem dúvidas, como um profeta possuidor de uma verdade que não se discute. O que ele dizia era uma escritura.

O trabalho tomará o título genérico de *«Desafios de Portugal nos Alvores do Século XXI»* e será dividido em vários volumes, cada um subordinado a um tema. Dentro do prazo combinado, E. L. — que é muito zeloso de cumprir os compromissos que assume — começa a entregar-nos os originais para publicação. Acontece que, entretanto, o BCP sai do *Sol*, a Cofina também, e o dinheiro acaba-se. O projecto tem de ser interrompido.

Conversa sobre a doença

Um ano e tal depois, Ernâni Lopes procura-me no jornal e pede-me para lhe pagarmos, ao menos, os volumes já entregues (e que não tinham sido liquidados). Eu prometo-lhe fazer todos os possíveis para resolver a situação, embora não saiba como — e a conversa resvala do plano profissional para o plano pessoal. Ele

fala-me pela primeira vez na sua doença. Descreve-me o momento em que a leucemia foi detectada e como lhe foi comunicada, fala-me pormenorizadamente da reunião de família que promoveu a seguir e de como tudo se organizou para fazer frente ao destino. Já lá iam uns anos. Percebo que as pessoas com doenças graves têm necessidade de falar delas. É como desabafar sobre qualquer coisa que nos atormenta e que precisamos de deitar cá para fora. É uma conversa longa em que E. L. mostra o seu lado humano. Já não é o homem público, nem o professor, nem o empresário — é o homem com as suas fragilidades.

Embora as dificuldades financeiras do *Sol* não parecessem ter fim à vista — e, portanto, eu pensasse que o trabalho não se concluiria —, quis a sorte que, uns meses depois deste encontro, um grupo de accionistas angolanos se juntasse para comprar o jornal, proporcionando uma espécie de refundação. Não em termos editoriais, mas empresariais. O administrador que assume a presidência (em 2009) é um angolano formado em Economia em Lisboa, no velho ISCEF da Rua do Quelhas — Filipe Coelho —, e eu ponho-o ao corrente do assunto. Ele interessa-se imediatamente, até por uma coincidência feliz: Ernâni Lopes fora seu professor em Económicas e haviam ficado amigos. Julgo até que tinha sido o orientador da sua tese.

Assim, pagam-se à SaeR os volumes em atraso, fazem-se os outros — e promovem-se conferências de lançamento de cada volume, em Lisboa e na província. A primeira é no CCB, outra no Museu da Electricidade, a última no Hotel Tivoli, na Avenida da Liberdade, já sem a presença do autor, que entretanto falecera.

Ernâni Lopes e a austeridade

Aquando do lançamento do 1.º volume — **A Economia no Futuro de Portugal** — começava já a falar-se abertamente em Portugal de crise financeira e da necessidade de políticas de austeridade, e saíam as primeiras notícias sobre os escândalos que envolviam

José Sócrates. Lembro-me de Ernâni Lopes ficar de cabelos em pé (os poucos que tinha) com as suspeitas que recaíam sobre Sócrates e que os jornais, com destaque para o *Sol*, noticiavam. Embora ele não falasse muito de política, percebi que não confiava nada no então primeiro-ministro.

Quanto à austeridade, Ernâni Lopes não tinha quaisquer dúvidas de que vivíamos há muitos anos acima das nossas possibilidades. Não só nós como a Europa. Aliás, ele fora o grande responsável pelo brutal aperto do cinto em 1983-85, quando era ministro das Finanças. Segundo as suas palavras, a Europa vivera muito tempo «**da pilhagem colonial**» e, com o fim dos impérios, tinha de se habituar a uma nova vida. E acrescentava que, nesse aspecto, os EUA não partilhavam os nossos vícios. «**Se eu disser a um americano que os portugueses não trabalham durante um mês inteiro por ano e que, nesse mês, ainda são pagos a dobrar** [o vencimento mais o subsídio de férias], **ele não acredita.**»

À conferência de lançamento do último volume do seu estudo, que teve lugar no Hotel Tivoli, Ernâni Lopes — como ficou dito — já não assistiu. O seu estado de saúde agravara-se subitamente e faleceu em 2 de Dezembro de 2010. Mas esse volume tratava de um tema que era uma das meninas dos seus olhos: a lusofonia. O intercâmbio entre os países que têm como língua comum o português.

«Somos nós que precisamos deles»

Essa conferência, realizada em 13 de Maio de 2011, foi um enorme sucesso, juntando oradores como Ricardo Salgado (que abriu a sessão), Ramalho Eanes, Fernando Henrique Cardoso, António Mexia (presidente da EDP), Zeinal Bava (presidente da PT), Aguinaldo Jaime (Angola) e Luís Amado (então ministro dos Negócios Estrangeiros português, que encerrou a sessão).

Numa enorme sala completamente cheia, essa conferência foi uma espécie de tributo à memória de Ernâni Lopes, com a sua

mulher sentada na primeira fila. Significativamente, não muito antes de morrer, Ernâni Lopes juntara num almoço na sede da SaeR, instalada numa moradia em Algés, na Rua do Alto do Duque, meia dúzia de pessoas por quem tinha consideração e que, em sua opinião, podiam ficar como depositárias da sua herança intelectual nesta questão da lusofonia. Estiveram presentes Vítor Bento, António Carrapatoso, José Poças Esteves, seu braço direito, eu próprio, e mais uma ou duas pessoas que não recordo. No fim, com aquele ar profético e muito incisivo que tinha para dar peso a opiniões que considerava importantes, diz (relativamente ao Brasil, Angola, Moçambique e países de língua portuguesa em geral): «**Hoje já não são eles que precisam de nós, somos nós que precisamos deles.**» E acrescenta: «**Resta saber se ainda vamos a tempo...**» Ele considerava este aspecto crucial no nosso futuro — mas encarava com cepticismo a possibilidade de termos sucesso, dada a incúria que tínhamos mostrado durante trinta e tal anos.

Fernando Nogueira

Cumprimentei Fernando Nogueira pela primeira vez em 1985, no Pabe, quando ele almoçava com Maria João Avillez, pouco depois de ser escolhido por Cavaco Silva para ministro Adjunto do seu primeiro Governo. Durante os dez anos de cavaquismo almocei com ele regularmente nos locais habituais: sobretudo o Pabe e o T-Clube, em Belém. Ele e Dias Loureiro haviam de ser o braço esquerdo e o braço direito de Cavaco, quer no Governo quer na articulação com o partido. Fernando Nogueira mais social--democrata e um pouco mais cinzento, Dias Loureiro mais liberal e mais criativo.

«Não sou o homem certo para esse ciclo»

Tendo estado com Cavaco Silva dez anos no Governo, F. N. teve pastas esgotantes. Confessou-me certa vez que só conseguia aguentar o ritmo infernal porque, uma vez chegado a casa, a mulher o ajudava a sarar as feridas dos combates do dia. Por acaso, a mulher era enfermeira... Entretanto, o cavaquismo acabou, Nogueira sucedeu a Cavaco na liderança do PSD e perdeu as eleições contra Guterres, entra-se num novo tempo. É nesta época crepuscular de um dos homens fortes da política portuguesa dos últimos dez anos

que nos encontramos para jantar perto do *Expresso*. Retiro do meu **Diário** o seguinte relato correspondente a esse encontro:

23 de Novembro de 1995

*Jantar com Fernando Nogueira no Pabe. Ele disse-me que já não tinha almoços livres — e, para não atrasarmos o encontro, marcámos um jantar. Fez-me uma revelação sensacional sobre o modo como foram atribuídos os canais privados de TV. A SIC tinha o melhor projecto, tendo portanto um canal assegurado, a Igreja e Proença de Carvalho estavam em pé de igualdade. Couto dos Santos, o ministro responsável pelo sector, estava indeciso (e era, segundo o próprio Nogueira, um homem «**inconstante e volúvel**»). Então, na biblioteca do Forte de S. Julião da Barra — onde Nogueira vivia, na qualidade de ministro da Defesa —, «**depois de alguns copos**»* (sic), *Fernando Nogueira disse a Couto dos Santos: «**Se os projectos são equivalentes, equaciona a questão política. O que preferias: uma informação da Igreja ou uma informação dirigida pelo Paulo Portas?**» (que integrava o projecto de Proença de Carvalho). Assim ficou decidida a atribuição do canal de TV à Igreja.*

*Quanto à actualidade, Nogueira parece muito lúcido. A certa altura, disse-me: «**O ciclo de Cavaco foi de autoridade, o de Guterres vai ser de festa, depois virá o apelo para um novo ciclo de autoridade.**» Fez uma pausa e concluiu. «**E eu não sou o homem certo para esse ciclo.**»*

*Disse-me que o Parlamento é uma «**escola de ócio**», defendeu sempre Cavaco Silva (colocando-se mesmo numa posição humilde em relação a ele, sempre que o citava) e mostrou-se convencido de que ele ganhará as presidenciais, «**porque é o candidato que encarna a ideia de segurança**».*

O jantar começou às 9 e 1/2 e acabou à meia-noite. Falámos muito, mesmo de coisas pessoais. É um homem inteligente, com bom senso e que transmite a impressão de ter um grande conhecimento da natureza humana, das suas motivações e das suas fraquezas.

Esta conversa teve lugar, como disse, depois da derrota de Nogueira por Guterres nas legislativas realizadas a 1 de Outubro.

Em breve, Nogueira demitir-se-á da liderança do PSD, e Cavaco será derrotado por Sampaio nas presidenciais, regressando à vida privada. Assim, este foi o meu último encontro com Fernando Nogueira. Penso que depois disso nunca mais falámos.

Ele trocou a política pela banca, recusou-se a voltar a dar entrevistas, usou um pouco o BCP — o banco onde se empregou — como um convento. Esteve em Paris como seu representante, assumiu depois a presidência da respectiva fundação. Curiosamente, a Fundação BCP estava instalada no edifício da Rua de S. Nicolau onde o *Sol* teve a primeira sede — sendo desalojada em 2006 exactamente para nós entrarmos. Outra curiosidade: eu fui ocupar o gabinete antes ocupado por Paulo Teixeira Pinto. Desde aí, e durante vários anos, eu e F. N. fomos vizinhos na Baixa (ele tinha o seu gabinete na sede do BCP, na Rua do Ouro). Cruzámo-nos meia dúzia de vezes, cumprimentámo-nos cordialmente, mas nunca mais tivemos uma conversa demorada. As relações entre os jornalistas e os políticos são assim.

Francisco Pinto Balsemão

Tive uma relação profissional sem mácula com Balsemão durante 23 anos. Até ao último minuto do nosso último encontro tratámo-nos com respeito, cordialidade e mesmo afecto. Sempre lhe fui leal mas nunca subserviente. Numa carta datada de 30/06/2003, quando eu já estava há 20 anos no *Expresso,* dizia-me o seguinte: «**Você foi o primeiro a acusar-me de falta de estratégia de conjunto.**» Eu era, de facto, das poucas pessoas do grupo que «ousavam» fazer-lhe críticas, e acho que ele apreciava isso. Respondia sempre por escrito às observações que eu lhe fazia também por escrito. E várias vezes me disse que prezava essa troca de «correspondência». Não vou fazer aqui a história do tempo que percorremos juntos. Mas Balsemão, além de patrão, foi um político — e será curioso fazer o seu retrato a partir do *Expresso*. Até porque este jornal também faz indissoluvelmente parte da histórica política do país nas últimas quatro décadas.

Quando cheguei ao *Expresso*, como subdiretor de Augusto de Carvalho, no início de 1983, Balsemão ainda era primeiro-ministro, embora em gestão, e assim ficou durante uns meses. E quando regressou ao jornal para assumir a presidência do conselho de administração, em meados desse ano, na primeira conversa a sós que tivemos disse-me uma coisa que nunca mais esqueci: «**Quando fui para o Governo, a presença dos seguranças incomodava-me imenso. Uma pessoa perdia por completo a liberdade, não podia fazer nada em segredo. Mas sabe qual foi o primeiro choque que senti depois de deixar de ser primeiro-ministro? A falta dos segu-**

ranças! Porque era o sinal de que eu deixara de ser importante. Já ninguém se importava com o que me pudesse acontecer...»

Nas nossas primeiras conversas, Balsemão não pôs quaisquer limites ao exercício das minhas funções directivas (primeiro como subdirector e depois como director) e só me pediu para não convidar três pessoas para colaborarem no *Expresso*: Marcelo Rebelo de Sousa, porque lhe tinha feito patifarias, Augusto Cid, porque o desenhava sem boca nem olhos, e Artur Portela Filho, porque tinha escrito coisas sobre ele que considerava ofensivas. Eu respeitei esse pedido, mas Cid chegou a publicar um desenho no *Expresso* e Marcelo também talvez tenha colaborado pontualmente. E, além disso, era minha fonte (e Balsemão sabia-o).

O copo de chá gelado

O gabinete de Balsemão era no 2.º andar do edifício do *Expresso* na Rua Duque de Palmela. Tratava-se de uma sala grande, quase quadrada, com duas janelas altas, tendo à esquerda da porta de entrada a secretária de trabalho, à direita uma zona de sofás que raramente era utilizada, e ao fundo, junto às janelas, uma grande mesa de reuniões, sobre o comprido, com 10 ou 12 lugares. Em cima da secretária estava sempre um copo de chá gelado. Quando se esvaziava, Balsemão chamava a secretária para lhe levar outro. Ou então ela própria o fazia sem ser preciso ele pedir. Mas como Balsemão tinha fama de *playboy* e de *bon vivant,* muitas pessoas pensavam que era uísque. Às vezes vinham dizer-me: «**Ele diz que aquilo é chá gelado mas vê-se logo que é uísque!**» E eu tinha de explicar que era mesmo chá. Mais tarde, Francisco Pinto Balsemão fez uma operação delicada aos ouvidos e deixou totalmente de beber álcool, ao qual ficou com aversão. Mas continuou a fumar bastante.

Não sendo uma pessoa criativa — ele costumava repetir uma frase que me irritava especialmente: «**Zé António, no jornalismo está tudo inventado**» **—**, Balsemão tinha a grande virtude de saber

ouvir e sintetizava muito bem os assuntos. Nos encontros do Grupo Impresa, que promovia regularmente, fazia questão de, no fim, resumir todas as intervenções. E era excelente a fazê-lo.

Acusações duras de fraqueza

Para lá disso, mostrava apreciáveis qualidades de perseverança mas pouca firmeza — o que era motivo de crítica por parte dos seus mais próximos. Em Outubro de 1984 a redacção do *Expresso* estava em polvorosa. O jornalista João Carreira Bom fora suspenso e alvo de um processo disciplinar em virtude de uma pequena notícia publicada numa secção ligeira — a *Gente* —, considerada difamatória para André Gonçalves Pereira, velho amigo de Balsemão. Lá se dizia que, num jantar no Algarve em casa de Gonçalves Pereira, este assediara Dadinha Ribeiro da Cunha, mas não havia perigo, pois ele só tinha «**o gosto pela fotografia**». Foi, aliás, esta última frase que indignou o visado, que a interpretou como uma ofensa inadmissível à sua virilidade (e talvez fosse mesmo essa a intenção do autor da notícia...).

Entretanto, a redacção ameaçava fazer greve se o jornalista fosse penalizado. É neste ambiente de guerra que se passa no gabinete de Balsemão uma cena profundamente desagradável. Além de mim e Balsemão, está presente o administrador Francisco da Costa Reis, amigo de Balsemão de longa data, quase como irmão, que é um duro e defende uma punição exemplar do jornalista. Eu proponho uma solução em que as duas partes (a redacção e a administração) não percam a face. Como? Aplicando ao jornalista uma pena igual aos dias de suspensão que já cumpriu, podendo portanto voltar ao trabalho.

Mas Costa Reis contesta veementemente — e apela ao confronto, dizendo que os jornalistas são uma escumalha. Eu explico que, se o jornalista tiver uma pena superior e continuar afastado da redacção, haverá inevitavelmente uma greve e depois será muito

mais difícil uma reconciliação. Depois de nos ouvir, Balsemão decide seguir a minha opinião.

Ora, Costa Reis fica irritadíssimo e diz-lhe tudo na cara: que ele tem medo dos jornalistas, que em vez de os enfrentar lhes cede, porque é um fraco, que é incapaz de tomar posições firmes, que claudica sempre nos momentos decisivos e por isso é que falhou como primeiro-ministro, etc. Sinto-me imensamente constrangido a assistir a esta cena. Não tenho intimidade com nenhum deles, Balsemão é o meu patrão, eu nem sequer estou há muito tempo no *Expresso*, e ouvir um amigo dele de infância dizer-lhe tudo aquilo cruamente na minha presença deixa-me sem jeito.

Rangel ajuda Balsemão

Em fins de 1988, depois do jantar de boas-vindas ao júri da segunda edição do Prémio Pessoa, que decorre numa quarta-feira no Hotel Palácio de Seteais, Balsemão vem ter comigo e diz-me que o *Tal & Qual* (jornal sensacionalista) se prepara para publicar uma notícia pessoalmente muito incómoda para ele. Ora, estando ali fechado na reunião do júri durante todo o dia seguinte, e não podendo fazer nada, pede-me que tente evitar a publicação do texto. Percebo que é qualquer coisa que envolve saias, mas não lho pergunto. Digo-lhe apenas: «**A notícia é verdadeira ou falsa?**» Pressinto nele uma hesitação e acaba por dizer: «**Falsa.**» Mas percebo que é verdadeira.

No dia seguinte, no *Expresso*, falo com a minha secretária Lucília Santos, que me dá uma sugestão: «**Fale ao Emídio Rangel. A TSF é sócia do *Tal & Qual* e ele deve lá ter alguma influência.**» Assim fiz, embora conhecesse mal Rangel. Combinámos um almoço no Pabe, no qual Rangel se prontificou a ajudar, considerando que os jornais não tinham nada que se meter na vida privada das pessoas. E a notícia de facto não saiu.

Depois contei a Balsemão o que se passara e disse-lhe que deveria agradecer a Rangel. Ele ligou-lhe, Emídio Rangel foi ao *Expresso* e houve uma conversa no gabinete de Balsemão em que também participei. E este contacto talvez tenha pesado no momento em que, anos depois, Balsemão teve de escolher o director de informação da SIC...

Nunca interferiu no *Expresso*

Assim, a única vez que Balsemão me pediu para interferir no sentido de não ser publicada uma notícia não foi no jornal de que era patrão... mas num semanário concorrente! No *Expresso*, nunca me pediu para publicar ou retirar uma notícia. Recordo um episódio elucidativo.

Balsemão só ia ao piso da redacção — que, depois de várias mudanças, se estabeleceu no 3.º andar do edifício, expandindo-se mais tarde para o sótão (segundo um projecto de arquitectura de interiores feito por mim) — uma vez por ano, para desejar Boas Festas aos jornalistas. O seu gabinete era no piso de baixo, onde estavam os serviços administrativos e os gabinetes dos administradores.

Assim, na maior parte das vezes, Balsemão não sabia qual era a manchete do *Expresso*. Mas acontecia ligar-me uma vez por outra à sexta-feira e perguntar: «**Então, temos uma boa 1.ª página? Qual é a manchete?**» Ora, um belo dia, eu digo-lhe que é um assunto complicado envolvendo um determinado embaixador de Portugal num país africano. Ouve-me em silêncio e depois comenta: «**Vou ter uma grande chatice.**» Faz uma pausa e pergunta: «**E tem fotografia?**» Respondo que sim, que tem. «**Então a chatice vai ser ainda maior**», conclui. De facto, dias depois, mostrar-me-á uma carta em que o dito embaixador (que Balsemão esclarece ser seu amigo de infância) corta relações com ele.

Outra história envolvendo um amigo chegado passou-se com dois plágios de Miguel Veiga. A 18 de Março de 2005 recebo

uma carta do presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, Manuel Freire (antigo cantor de protesto), que me diz (na sua voz forte que eu tão bem conhecia) uma coisa surpreendente: tem na sua mão uma queixa de Clara Crabée Rocha (filha de Miguel Torga e ex-mulher de Vasco Graça Moura), segundo a qual um texto seu foi plagiado por Miguel Veiga num artigo publicado no *Expresso*.

Miguel Veiga tinha sido convidado por mim em 2004 para colaborar no jornal, numa operação de charme aos leitores do Porto. Ele escreveria sobre política e cultura, Carlos Tê sobre espectáculos e Manuel Serrão sobre desporto. Surpreendido pelo telefonema de Freire, pois considerava Miguel Veiga «um senhor» e um homem culto, incapaz de um acto menos sério, vou confirmar e verifico que é verdade: um terço do artigo é plagiado! Ou seja: cerca de duas páginas dactilografadas são copiadas palavra por palavra de um livro de Clara Rocha. Apresento o caso a Balsemão, manifestando a intenção de dispensar Veiga imediatamente, mas ele pede-me para lhe dar uma nova oportunidade. Miguel Veiga é seu amigo de longa data e Balsemão diz-me que nem dormiu quando eu lhe relatei o sucedido. Escrevo então a Veiga uma carta dura, chamando-lhe a atenção para a gravidade do seu acto — quer para o *Expresso* quer para o seu próprio prestígio. Mas ele responde-me com inesperada ligeireza, atirando a responsabilidade para cima da secretária (que se teria esquecido de pôr aspas na transcrição).

Pouco tempo depois, porém, Veiga reincidirá: plagia um livro em francês, com expressões idiomáticas traduzidas literalmente! A denúncia chega-me outra vez através de uma carta de Manuel Freire acompanhada por fotocópias das páginas plagiadas do livro. E aí já nem falo a Balsemão: despeço Veiga sumariamente de colunista. E Balsemão não me dirá absolutamente nada (mas depois convidará o amigo a escrever na *Visão*). Ele era assim: de uma correcção exemplar na relação profissional, mas detestando tomar atitudes de ruptura.

Um presidente forreta

Balsemão era bastante forreta nas despesas correntes e mesmo nas despesas com ele próprio. Logo que saiu da chefia do Governo e regressou à presidência do conselho de administração do *Expresso* dedicou-se durante algumas semanas a rever o pagamento das colaborações. O *Expresso* tinha uma redacção pequena, que era complementada por uma nuvem de colaboradores externos que gravitavam por ali. Por vezes, encomendávamos a esses colaboradores trabalhos que depois não eram publicados por falta de espaço no jornal, e registávamos isso nas colaborações a pagar como «artigos retirados». É óbvio que um colaborador não podia estar uma semana inteira a trabalhar num artigo que lhe tinha sido pedido e depois chegar ao fim e não receber nada.

Ora Balsemão dedicou-se durante algumas semanas a analisar esses pagamentos um a um, fazendo cortes um pouco mesquinhos: 50$00 aqui, 100$00 ali. Era insólito ver um ex-primeiro-ministro a rever pagamentos durante horas a fio para poupar no fim meia dúzia de tostões. Mas deve dizer-se que, quando achava importante fazermos uma qualquer reportagem no estrangeiro, não regateava e abria os cordões à bolsa.

«Jardim Gonçalves vem aqui papar um almoço»

Outro caso que não esqueci teve como protagonista o banqueiro Jardim Gonçalves, presidente do BCP. Este banco estava em litígio com o *Expresso*, acusando-nos de fazermos uma campanha hostil, com notícias orientadas e mal-intencionadas. Jardim Gonçalves enviou-me mesmo um grosso dossiê com exemplos que em sua opinião «provavam» a nossa má-fé. Eu estava habituado a este tipo de queixas e não lhe atribuí grande importância. Mas dessa vez eles levaram o caso às últimas consequências e cortaram toda a publicidade no *Expresso*.

Acontece que, nessa época — anos 90 —, o *Expresso* realizava anualmente um almoço dedicado a distinguir os maiores anunciantes. Ora, a seguir à sua «declaração de guerra», o BCP ainda figurava nessa lista, que dizia respeito ao ano anterior. A cerimónia realizou-se no Hotel Pestana Palace, no Alto de Santo Amaro, e a certa altura vejo entrar na sala Jardim Gonçalves. Eu fico satisfeito, pois é um sinal de aproximação, de apaziguamento; mas Balsemão tem a reacção contrária: aproxima-se de mim e diz-me ao ouvido: «**Este tipo não põe publicidade no jornal e ainda vem aqui papar um almoço!**» Nestas questões, Balsemão não perdoava.

Mais três exemplos.

Certa vez Balsemão diz-nos que tem de adiar uma reunião com a direcção, pois foi convidado para intervir numa conferência na Gulbenkian que se realizará no mesmo dia. E acrescenta, com um sorriso matreiro: «**E pagam 80 contos...**» A filha Mónica, administradora do *Expresso,* que participa na conversa, comenta imediatamente: «**Oh, pai, nem que fossem oito!...**»

Noutra ocasião, indo nós três (Balsemão, Mónica e eu) no mesmo carro com destino a uma qualquer cerimónia fora de Lisboa, Mónica começa a explicar ao pai um esquema de chamadas com valor acrescentado destinadas a apoiar uma instituição de assistência social. Uma causa nobre, portanto. Balsemão mostra-se hesitante — e Mónica, para o convencer, acrescenta: «**E ainda podemos ganhar algum com isso...**» Virando-se para mim, Balsemão pergunta: «**Zé António, o que acha?**» Nesta altura eu já fervia por dentro e não pude deixar de responder: «**Acho indigno ganhar dinheiro com a caridade.**» A conversa acabou aqui.

Um último episódio. Num Inverno (talvez o de 2002, pois completávamos 30 anos em Janeiro do ano seguinte), o Rui Ochoa propôs que fizéssemos uma fotografia de conjunto com todas as pessoas do *Expresso:* administradores, jornalistas, gráficos, informáticos, comerciais, etc. A foto destinava-se a servir de cartão de Natal, e o cenário escolhido por Ochoa foi o anfiteatro do Jardim da Gulbenkian, à Praça de Espanha. A cena teve lugar à hora do

almoço. As pessoas foram-se dispondo em pé pelos degraus acima, o que demorou algum tempo — pois um lembrava-se de repente que queria ficar ao lado de outro colega, uma pessoa chamava outra com quem tinha mais afinidades, etc.

Eu fiquei ao lado de Balsemão, na 1.ª fila. A certa altura, enquanto decorria a arrumação das pessoas num ambiente de grande animação (pois foi a única fotografia de conjunto de todos os trabalhadores do *Expresso* que me lembro de termos tirado), Balsemão olha para cima, depois inclina-se para mim e diz: «**Eh pá, tanta gente que eu tenho de alimentar!**»

Há quem diga que os ricos são ricos por serem poupados. Se isso for verdade, a família Balsemão é um bom exemplo.

Um concorrente do *Expresso*

Em princípios de 2004 comecei a pensar na minha saída da direcção do *Expresso* (onde já tinha completado 20 anos) e na fundação de um jornal com outras características. E a páginas tantas admiti que tudo se podia casar: que o novo jornal poderia nascer no seio da própria Impresa. Era uma ideia louca, mas que podia fazer sentido: em vez de um jornal concorrente do *Expresso* ser lançado por outro grupo, seríamos nós a lançá-lo (e a receber os possíveis lucros). Dito de outro modo, os proprietários do *Expresso* criavam um concorrente ao seu próprio jornal.

Escrevi então uma carta a Balsemão apresentando esta ideia e as suas vantagens. E ele, em resposta, combinou um almoço para falar do assunto. Transcrevo a seguir as páginas do meu **Diário** onde relato este almoço:

26 de Maio de 2004

Almoço com Balsemão no English Bar [no Estoril] na sequência de uma carta «secreta» que lhe enviei. Nessa carta eu propunha-lhe a criação de um novo jornal com uma lógica minimalista em relação

ao Expresso. *O raciocínio era o seguinte: o* Expresso *está a descer [de vendas, embora lentamente], a questão da sucessão vai pôr-se, a fundação de um novo jornal que integre os meus fiéis [os jornalistas mais próximos de mim] é saudável para o mercado, pode ser uma boa concorrência para o* Expresso *e facilita a sucessão na medida em que «limpa» a redacção de pessoas que, a ficarem no* Expresso, *se tornariam incómodas. E tudo isto sem pagar 1 tostão de indemnizações.*

No almoço exponho o assunto a Balsemão, digo que a queda de vendas é inexorável (todos os jornais do mundo estão a descer), embora lenta, que a questão da minha sucessão se vai pôr e, não estando eu interessado em ser um director supraeditorial, faço o que sempre fiz: antecipo-me, proponho uma saída. Digo-lhe que pensei em procurar investidores interessados num projecto destes, mas, por lealdade, achei que tinha de lhe apresentar o projecto, embora para mim seja mais difícil. Exponho-lhe brevemente o projecto: 1 caderno [em formato] tablóide, uma revista tipo «Actual» [revista de cultura do Expresso *em papel de jornal melhorado] e 1 caderno de serviços [restaurantes e bares, programação de TV e cinema, etc.].*

Será um jornal sem brindes.

Ele diz que acha que isto não é solução. Põe-me várias alternativas: continuar no Expresso *(a que ele prefere), director de publicações, director de um jornal mais pequeno eventualmente a criar (grátis). Até fala na hipótese de eu ficar em casa a escrever, conservando o telemóvel e o carro... Diz que financiar um projecto como este seria «**dar um tiro no pé... ou mais acima**» (mais adiante dirá «**nos tomates**»).*

Perante isto eu insisto, ele mantém a negativa, eu fico de pensar no assunto e de voltarmos a falar mais tarde. A conversa decorre muito civilizadamente mas eu deixo claramente no ar a hipótese de sair e vir a avançar com o projecto com outros investidores. Perante isso (que é a hipótese que ele menos deseja) teremos (sic) *de* «***limitar os danos***».

O almoço decisivo

Depois deste almoço, tudo ficou na mesma durante cinco meses. Eu e Balsemão fomos falando sobre o assunto mas sem chegarmos

a conclusões. Dava-se a situação insólita de uma pessoa que tinha manifestado a intenção de criar um jornal concorrente do *Expresso* continuar a ser o director do... *Expresso!*

Mas em princípios de Outubro terá lugar um almoço decisivo que ficou assim descrito no meu **Diário:**

6 de Outubro de 2005

Apesar de ser 5.ª feira, é dia de fecho do Expresso *(que antecipa a saída por causa das eleições). De manhã dizem-me que Balsemão quer almoçar comigo, o que estranho, porque ele sabe que no dia de fecho nunca almoço fora. Pede-me para marcar o local e a hora, marco Os Arcos às 14h00. Percebo que alguma coisa importante se passa. Vou para Os Arcos no jipe do [administrador] Pedro Norton, com a Mónica Balsemão. Pouco depois de chegarmos chega Balsemão, que anuncia que também vem o Luiz Vasconcellos. É evidente que algo de muito importante se passa, que só pode ter a ver com a direcção do* Expresso. *Há várias semanas, se não meses, que falo com Balsemão sobre a sucessão — e as más vendas no Verão devem ter acentuado o seu nervosismo. A conversa tem-se arrastado, não por mim (serei responsável por toda a área de jornais da Impresa), mas por divergências quanto ao nome do sucessor. O Balsemão preferia a Cândida Pinto ou o Henrique Monteiro. Eu penso que nem um nem outro têm condições e defendo uma pessoa mais nova, com boa intuição política, o Mário Ramires ou o Ricardo Costa, da SIC. A conversa tem encravado aí. Ao trazer Vasconcellos, o Pedro Norton e a Mónica, é evidente que Balsemão quer desempatar, quer resolver hoje o assunto. Sem coragem para me dizer abertamente «o futuro director é fulano...», levou uma «claque» para o apoiar. Balsemão começa por perguntar se não estamos preocupados com o* Expresso. *Luiz Vasconcellos diz que não está muito mas que é bom avançar para a sucessão, eu tenho o futuro definido, ele só conhece bem a Cândida Pinto, tem boa impressão dela, conhece mal o Henrique Monteiro e não conhece o Mário Ramires. A Mónica fala a seguir, manifesta-se abertamente a favor do Henrique Monteiro, que* «**todos os dias me surpreende**». *Conhece mal o Mário Ramires. O Pedro Norton diz que há que optar por uma estratégia de continuidade ou de uma certa fractura, o Henrique Monteiro é mais*

fracturante e isso pode ser bom. «**Se eu tivesse de escolher hoje um director, escolhia o Henrique Monteiro**», diz. Eu falo por último, digo que uma certa erosão de vendas é natural (é universal), que a primeira metade do ano foi boa e só o Verão foi mau, que a situação não é preocupante. Mas a partir do momento em que se abre um processo de sucessão é preciso avançar depressa. Digo que a Cândida Pinto e o Henrique Monteiro não têm condições: uma tem muito pouca experiência de jornalismo escrito e o outro não é respeitado. Além disso, nunca fez nenhuma proposta substancial para o jornal, quer quanto a novos cadernos, novas secções ou mudanças estruturais. Inclino-me para o Mário Ramires ou o Ricardo Costa.

O Luiz Vasconcellos volta a falar, e quer argumentar a favor do Henrique Monteiro, parece-me. Aí interrompo-o, digo-lhe que não vale a pena começarmos a argumentar porque temos conhecimentos muito diferentes das pessoas, a administração sabe o que eu penso — e é a ela que compete decidir. Sou um pouco agreste. Ele irrita-se, diz que queria chegar a consenso, mas se eu não quero ele não tem dúvidas quanto à nomeação. Também diz que eu só admito uma solução de continuidade. Eu rebato, explicando que propus o Ricardo Costa. Mas ele diz que isso está fora de questão porque «**íamos arranjar um problema na SIC**». Faz entretanto um recuo surpreendente, dizendo que podemos pedir opinião à Innovation [empresa de consultoria espanhola que trabalhou para o Expresso]. Alguém recorda que o Ginner [partner da Innovation] quando esteve em Lisboa e ouviu muita gente pronunciou-se a favor da Cândida Pinto. Eu desconhecia esta opinião.

O Pedro Norton volta a defender o Henrique Monteiro, com o apoio da Mónica, e eu digo que não vale a pena esgrimirmos argumentos porque cada um tem a sua opinião formada e não irá mudá-la. Balsemão mantém-se sempre calado. Luiz Vasconcellos sai antes, dizendo que a minha é posição é «**fair**», na medida em que disse que trabalharia com qualquer pessoa que a administração escolhesse, independentemente de ser a pessoa que defendo. A conversa termina com Balsemão a dizer-me, com um sorriso, que a minha posição «**a favor do Ramires está em larga minoria**». Percebo que a escolha recaiu sobre o Monteiro. Ao chegar ao Expresso, digo isto ao [José António] Lima, que fica de rastos. Mais tarde, o

Vítor Rainho explicará a razão de ser de o Balsemão querer resolver as coisas neste dia 6 de Outubro: foi o dia da 1.ª emissão da SIC (e o Expresso *foi para a rua a 6 de Janeiro). Ele gosta de tomar as grandes decisões nos dias 6.*

Jantar em clima fúnebre

Nesse dia fechei o jornal normalmente e a seguir promovi uma reunião na minha casa do Dafundo — uma casa com uma soberba vista sobre o Tejo, que só uso aos fins-de-semana. Nessa reunião, em que além de mim participam o José António Lima, o Mário Ramires e o Vítor Rainho, defendo que eles aceitem a nomeação do Henrique Monteiro para director. A seu tempo faremos um balanço da situação e tiraremos as devidas conclusões.

Porquê uma reunião com aqueles três? Porque eram muito próximos de mim e tinham lugares-chave no *Expresso*: J. A. L. era o director-adjunto, M. R. o editor responsável pela área política e V. R. o responsável pela revista (a «Única»). Mas eles mostram-se muito reticentes com a minha proposta. Acham que o Henrique Monteiro é uma péssima escolha e não parecem disponíveis para trabalhar com ele. Preferem partir já para a fundação de um novo jornal. Tento demovê-los, até porque disse a Balsemão — como Vasconcellos sublinhou no almoço — que trabalharia com o director que a administração escolhesse, mas não parece fácil.

Dali partimos, já de madrugada, para Lisboa, e terminamos a jornada com um bife no Café de S. Bento, próximo da Assembleia da República, considerado por alguns como o melhor bife à café de Lisboa. O bife estava óptimo, mas o ambiente é de fim de festa. Ou de funeral. Todos acham que o nosso papel no *Expresso* chegou ao fim. E que há que partir para outra. Eu sou o mais cauteloso.

Despedida «triunfal»

No dia 11 de Outubro, cinco dias depois do almoço n'Os Arcos, Balsemão comunica-me o que eu já sabia: que o conselho

de administração escolheu o Henrique Monteiro para me suceder. A passagem de testemunho terá lugar na mudança do ano. Marco então para o dia seguinte, 12 de Outubro, uma comunicação à redacção para a informar das futuras mudanças, a qual se realiza no auditório do edifício da Impresa em Paço de Arcos — um excelente espaço, idêntico a uma sala de cinema de tamanho médio. Essa cerimónia ficou registada assim no meu **Diário**:

12 de Outubro de 2005

Reunião com a redacção. O auditório está repleto: vive-se o ambiente das grandes ocasiões. Planeei a sessão ao milímetro: eu anunciarei as mexidas, o Henrique Monteiro falará a seguir, eu farei um discurso final de despedida, escrito. Não haverá perguntas. Tudo corre como previsto. Eu falo. Fala o Henrique Monteiro, que faz um discurso de circunstância, eu vou ao púlpito e leio um discurso de 20 minutos perante o silêncio geral. O discurso tinha sido escrito no fim-de-semana, no Alentejo, na presunção de que tudo se resolveria esta semana e que o Henrique Monteiro seria o escolhido. O Balsemão, nestas ocasiões, nunca surpreende. Quando acabo o discurso há uma salva de palmas, com toda a gente de pé, que dura 5 ou 10 minutos, não sei dizer. Verdadeiramente «à soviética». Eu próprio fiquei incomodado com o prolongamento das palmas.

No fim da reunião, quando chego ao gabinete, tenho um telefonema de Balsemão. Sem o dizer abertamente, parece um pouco melindrado com o facto de eu não o ter avisado de que iria falar à redacção. Eu nem pensara nisso, confesso, pois sempre gerira directamente as relações com os meus jornalistas. Percebo que Balsemão já foi informado do que se passou no auditório, designadamente a grande manifestação de carinho que os jornalistas me proporcionaram. E isso também parece irritá-lo um pouco. Aquilo que para mim fora incómodo mas consolador, aos seus olhos surgia quase como um desafio — pois eu já era passado, e o que ele desejava era a rápida consagração da pessoa indicada para me suceder.

Balsemão tenta passo atrás

Até ao final do ano continuei a funcionar normalmente, fechando o jornal como sempre, mas os meus colegas José António Lima e Mário Ramires começaram a empenhar-se na procura de financiadores para uma nova aventura jornalística, tentando pôr de pé o projecto que há um ano e tal eu apresentara a Balsemão. E tinham a minha promessa de que, no dia em que o financiamento estivesse garantido, eu deixaria o *Expresso*.

Assim, todos os contactos nesse sentido foram inicialmente feitos por eles. Que saíram do jornal logo a seguir: o Ramires em Novembro, o Lima em Dezembro.

Ora, com a saída das pessoas mais próximas de mim — e a publicação constante de notícias dando conta da iminência do nascimento de um novo semanário ligado ao meu nome —, a minha situação no *Expresso* tornou-se difícil. Muitos começaram a olhar-me como alguém que os poderia trair. Entretanto, o Lima teve um contacto que se mostraria decisivo: Paulo Teixeira Pinto, presidente do BCP, achou que o projecto tinha pernas para andar e assumiu-o. Num primeiro momento como financiador, num segundo momento como accionista, depois de ter levado o tema a conselho de administração do banco, que aprovou a decisão por unanimidade. Mais: disponibilizou o edifício da Fundação BCP, localizado na Baixa de Lisboa, na Rua de S. Nicolau, junto ao Chiado, para sede do novo jornal.

No dia 5 de Janeiro, quando o projecto começou a tornar-se possível, escrevi a Balsemão pondo-o a par, em linhas gerais, do que se passava. Nessa mesma tarde, Balsemão telefona-me. E em completo contraste com o desinteresse que até aí sempre mostrara, diz-me uma coisa extraordinária: se eu for mesmo avançar com um jornal, ele poderá estar interessado. Propõe uma conversa. Intencionalmente, o encontro não terá lugar no edifício do *Expresso* em Paço de Arcos — para onde nos mudáramos em 2003 — mas na Lapa, num palacete que Balsemão herdou de uma

tia e onde tem uma espécie de escritório particular. Esta reunião ficou relatada assim no meu **Diário**:

9 de Janeiro de 2006, 2.ª feira

Reunião com Balsemão na Lapa, na sequência da carta enviada por mim na 5.ª-feira anterior onde lhe anunciava a decisão de fazer um novo jornal. Ele começa a conversa a fazer uma história do processo desde que eu, há ano e meio, lhe apresentei o projecto de um novo semanário, mais pequeno, concorrente do Expresso. *Sugere que eu não fui fiel. Quando acaba, historio eu o processo mostrando-lhe que o meu comportamento foi transparente e absolutamente leal. Pu-lo sempre a par de tudo, mesmo contra os meus interesses. Isso desarma-o. Ele diz a seguir que quer que eu fique no grupo em qualquer cargo e na situação em que quiser, mas se teimar em fazer um jornal, ele, como empresário, poderá estar interessado. A conversa é muito civilizada, eu falo abertamente, não digo quem são os prováveis accionistas mas abro-me quanto ao projecto e às intenções. Digo que espero ultrapassar o* Expresso *em 2 ou 3 anos. Recordo que fui contra a nomeação de Henrique Monteiro para director do* Expresso, *avisando-o de que «racharia» a redacção de alto a baixo, como se verificou. À saída congratulo-me pela forma como decorreu a conversa, sem acusações de traição. Ele confessa que não o disse mas pensou (ou sentiu). Diz que a bola está do meu lado — indicando o Mário Lopes [administrador executivo] para discutir a eventual participação do grupo [Impresa] no novo projecto com quem eu indicar.*

Este assunto será discutido mais tarde, num almoço em que Paulo Teixeira Pinto, presidente do BCP, juntou os outros promitentes accionistas do novo jornal — Joaquim Coimbra, José Paulo Fernandes e o grupo de fundadores (eu, José António Lima, Mário Ramires, Vítor Rainho e Manuel Boto) —, mas a proposta não foi bem acolhida. Teixeira Pinto achou mesmo que a entrada da Impresa no projecto «**só iria complicar**». E foi isto que comuniquei a Balsemão.

A última reunião com Balsemão

A última conversa com Balsemão no *Expresso* teve lugar no meu gabinete em 31 de Janeiro, data dos meus anos, sendo Balsemão a primeira pessoa a dar-me os parabéns nesse dia. Depois, diz-me que está criado um ambiente difícil de gerir e acrescenta que é preciso clarificar a situação. Numa última tentativa para me demover de sair do grupo, adianta que, se eu decidir continuar, uma das minhas primeiras tarefas será implantar o *Expresso* em Angola — ideia que defendo há anos e a que ele sempre torceu o nariz. Entretanto, se eu não estiver em condições de garantir-lhe que fico, o melhor será sair já. Decido-me naturalmente pela segunda hipótese.

Ele esclarece que, nessas circunstâncias, não terei direito a qualquer indemnização (que bastante jeito me faria, dado ir ficar desempregado) e enfatiza: «**Eu quero que você fique, não quero que saia. Assim, como poderia justificar perante os outros membros do conselho de administração pagar-lhe para você sair?**» Assentamos então num pagamento de cento e tal mil euros por trabalhos que fiz para o grupo à margem das minhas funções no *Expresso*, tais como a reestruturação do *Jornal da Região* ou uma proposta para o relançamento do *Blitz*. Tudo decorreu muito cordialmente.

Mas se até aqui as coisas se passaram com a máxima lealdade entre as partes, sobretudo entre mim e Balsemão, a partir daqui haverá alguma guerra suja. Depois da fundação do *Sol*, os ataques por parte da Impresa não conhecerão tréguas. Não conseguiremos comprar papel para imprimir a primeira edição, pois a fornecedora a quem o tínhamos encomendado recuará, dizendo ter recebido ameaças da Impresa, do tipo: «**Caso vendam papel ao *Sol,* nós cortar-lhes-emos as encomendas.**» Assim, teremos de pedir papel emprestado ao *Diário de Notícias* (que generosamente o fornecerá, dadas as boas relações com o nosso administrador José Marquitos). Além disso, mover-se-ão influências junto de agências de publici-

dade para não colocarem anúncios no *Sol*. E, por fim, o próprio BCP nos trairá, por suposta interferência de Balsemão (episódio contado noutro local). Isto sem falar na guerra sem quartel que nos moverá o poder político no tempo de José Sócrates. Mas isso são contas de outro rosário.

Hélder Bataglia

Não é um político, é um empresário, mas faz todo o sentido ser incluído neste livro. Fisicamente, podia ser um centurião romano. Ou a personagem masculina de um filme de aventuras tendo África como cenário. Nasceu no Seixal, mas foi pequenino para Angola, Benguela, onde viveu a infância e que considera a sua terra.

Em 1980, com 33 anos, casou em segundas núpcias com uma italiana rica, Simonetta, que conheceu em circunstâncias rocambolescas. Encontraram-se num hotel, no Cairo, iam ambos em viagens de negócios para países diferentes, enfeitiçaram-se — e combinaram encontrar-se em Casablanca daí a umas semanas num determinado hotel. Quando ele chegou, cumprindo a combinação, ela não estava. Mas durante a noite Hélder ouviu um rebuliço no corredor, um restolhar de malas, foi ver — e era ela. Nunca mais se separaram.

Ou melhor: não se separaram afectivamente, mas fisicamente ele estava sempre a saltitar. Trabalhou com o pai de Simonetta na União Soviética, em seis cidades, na indústria de sapatos. Mais tarde, em 1992, voltou a Angola com a incumbência de aí ir lançar o Grupo Espírito Santo. E nunca mais parou. Tornou-se um homem do mundo, dividindo a vida entre Lisboa e Luanda, com constantes viagens pelos cinco continentes (e paragens mais demoradas na Venezuela, Congo ou Pequim).

Percorrer Angola num pequeno avião

Quando o conheci, em 2000, Bataglia já era uma autêntica placa giratória de negócios. Orgulhava-se de ter levado os chineses para África. Era amigo de Fernando Bagulho, meu colega em Belas-Artes e também no ateliê do arquitecto Manuel Tainha. Quando se queria isolar do mundo, Bataglia fechava-se no ateliê de Bagulho no Chiado. Mas não foi por intermédio deste que o conheci.

Quem mo apresentou foi o Rui Câmara e Sousa, meu vizinho em Miraflores. Bataglia estava muito empenhado em desenvolver a actividade do BES em Angola e convidou-me a fazer uma viagem por lá. O seu objectivo, naturalmente, era que a viagem fosse depois tema de uma reportagem no *Expresso*, embora nenhum compromisso fosse por mim assumido nesse sentido.

Em 2001 percorremos milhares de quilómetros num pequeno avião de seis lugares propriedade da Escom, empresa do Grupo Espírito Santo, conduzido pelo único piloto angolano que, segundo Bataglia, tinha pilotado *Migs* soviéticos na guerra civil. Além deste, ia sempre um co-piloto, negro como o outro, ambos impecavelmente fardados. Calcorreámos Angola quase de lés-a-lés: Luanda, Cabinda, Benguela, Lobito, Namibe (com uma incursão no respectivo deserto), Huambo, Lubango. Será uma viagem histórica. Ainda há guerra e chegamos a aterrar em pistas completamente esburacadas. E descemos e subimos em espiral, andando às voltas em torno de um eixo vertical sobre a pista, não vá haver patrulhas da Unita emboscadas que tentem alvejar o avião. Vamos a campos de refugiados, o que é uma experiência muito dura. Visitamos hospitais. Entrevisto o general João de Matos, o comandante chefe das Forças Armadas Angolanas (as FAPLA), e o secretário-geral do MPLA.

O embaixador português em Angola, Duarte Ramalho Ortigão, organiza dois almoços na sua residência para me pôr em contacto com influentes figuras da vida angolana como Aguinaldo Jaime, governador do Banco de Angola, e Pitra Neto, ministro das Finanças. E no Mussulo, praia onde a burguesia de Luanda passa os fins-

-de-semana, promove um encontro de um dia inteiro com escritores angolanos, onde conheço Pepetela.

Vou a casa de Hélder Bataglia em Luanda — um apartamento muito original mas nada luxuoso de três andares relativamente pequenos num edifício do tempo colonial. Bataglia é um homem reservado, de poucas falas, mas muito organizado e que dá ordens com a autoridade que identifica os chefes. Maravilho-me ao vê-lo, no meio do deserto, pegar numa agenda electrónica, rabiscar no ecrã (com um estilete) umas ordens para a secretária e enviá-las dali mesmo por satélite para Luanda ou Lisboa. O nosso companheiro nessa viagem, Rui Câmara e Sousa, será barbaramente assassinado uns anos depois em Benguela.

Angolanos salvam o *Sol*

Após o anúncio da saída da Cofina do núcleo accionista do *Sol,* onde tinha 33,3% do capital, liguei a Bataglia. Estávamos em 2009 e o jornal atravessava um período de terríveis dificuldades. Os accionistas (designadamente a própria Cofina e o BCP) haviam declarado que não poriam lá nem mais um tostão. Pergunto a Bataglia se não haverá accionistas angolanos interessados em tomar uma posição no *Sol* — mas temos muita pressa, pois já não há dinheiro para pagar os salários. Ele responde-me que, com pressa, será impossível. Estou longe de imaginar que ele estará na solução que virá a ser encontrada, embora sem eu o saber!

De facto, aparecerá um grupo de empresários angolanos disposto a comprar o *Sol* — e o negócio concretizar-se-á. Assim, dez anos depois da minha primeira viagem a Angola com Bataglia, volto lá, desta vez com a advogada Ana Bruno e o jornalista Vítor Rainho, para tratar da implantação do *Sol*. E encontro-me com Bataglia, embora continue a desconhecer que é nosso accionista.

A sua casa de Luanda, porém, já não é o pequeno apartamento que eu conhecia num edifício colonial: é um luxuoso andar na

moderna Torre Escom (projectada, curiosamente, pelo meu — e seu — amigo Fernando Bagulho). A ideia inicial era Bataglia ocupar por inteiro os dois últimos andares do edifício, numa *penthouse* com uma estupenda vista sobre toda a parte baixa de Luanda, mas ele decidira renunciar a um dos andares para evitar invejas e falatórios. Na sala, uma moldura não muito grande encerra uma bonita fotografia de Simonetta, a mulher italiana que em 2007 morrera com um cancro no cérebro aos 50 anos. Mas Bataglia, nesta altura, já vive com uma senhora bastante mais nova.

Também estivemos na sua casa do Mussulo, construída mesmo na praia, sobre a areia, a dez passos da água. Nessa altura, os casos polémicos envolvendo Sócrates já queimavam, e o *Sol* liderava a informação sobre eles, através dos textos de Felícia Cabrita. Curiosamente, falei disso a Bataglia, mas não me deu grande saída. Não estranhei, pois ele não era um homem de muitas falas. Estava eu na altura longíssimo de sonhar que ele mantinha «negócios» com Sócrates e tivera uma relação com uma sua prima. De facto, só uns anos mais tarde a história viria a público: Hélder Bataglia entregara 12 milhões de euros a Sócrates supostamente para pagamento de luvas correspondentes ao empreendimento Vale do Lobo, no Algarve. Para camuflar o «negócio», Bataglia fizera o pagamento através de uma conta bancária de Joaquim Barroca, administrador do Grupo Lena, que por sua vez o depositara na conta na Suíça de Carlos Santos Silva (o amigo de Sócrates que lhe servia de testa-de-ferro).

Bataglia «investiga-se» a si próprio

Dava-se, pois, esta situação completamente surreal: o jornal que liderava a investigação contra Sócrates tinha um accionista que estava envolvido em negócios pouco claros com Sócrates! Caricaturando, Bataglia financiava a investigação aos seus próprios negócios escuros! Que ironia! Mas nunca me disse nem pediu nada.

Mais tarde, ele e outros afastar-se-iam de accionistas do *Sol*, e só a família Madaleno ficaria.

A advogada Ana Bruno, que me acompanhou naquela e noutras viagens a Angola, era também administradora do *Sol* e, como vim a saber mais tarde, advogada de Hélder Bataglia. Assim, Ana Bruno também tinha de desempenhar um difícil papel: como nossa administradora, defendia-nos — mas como advogada de Bataglia defenderia interesses opostos (até porque era representante de Bataglia no empreendimento de Vale do Lobo). Antes ainda de eu saber isto, chamava a Ana Bruno a «Mata Hari dos negócios». Era uma mulher loura, insinuante, reservada, que nunca revelava bem o que pensava. De uma inteligência — ou esperteza — superior. Na altura em que lhe pus aquela alcunha nunca pensei que se viesse a revelar tão ajustada. E isto porque, repito, as histórias envolvendo Sócrates e Bataglia só viriam a saber-se muito tempo depois, em 2015.

Também só nessa data confirmei que Hélder Bataglia foi de facto o homem que, juntamente com o chinês Sam Pa e com Manuel Vicente, futuro vice-Presidente da República, introduziu os chineses em Angola. Uma tarefa que, só por si, lhe deve ter rendido muitos e muitos milhões de dólares.

Henrique Medina Carreira

Nunca tinha falado com ele até uma tarde de sábado, em princípios de 2009, em que me surpreende com um telefonema: acabara de ler um artigo meu no *Sol* em que, basicamente, o acuso de ser um «louco» que critica tudo sem propor nada. No fim da conversa, breve, convida-me para almoçar. Propõe o Hotel Flórida, o que é engraçado: fica mesmo em frente do antigo edifício do *Expresso* onde trabalhei durante 20 anos.

Espero uns minutos por ele. Aparece com um jornal na mão, e rapidamente se apresenta como leitor do *Sol,* o que naturalmente aprecio: julgava-o um homem arrogante que não ligava a jornais e olhava os jornalistas do alto da sua imensa sabedoria. Enquanto nos dirigimos para a mesa vai-me dizendo que não é economista mas advogado, formado em Direito. É o segundo comentador de assuntos económicos (com o acréscimo de ter sido ministro das Finanças) a quem ouço dizer isto: o outro foi Francisco Sarsfield Cabral, igualmente formado em Direito.

Um plano para Portugal em 10 dias

Sobre o assunto que ali nos traz, afirma-me — peremptório — que é capaz de fazer em 10 dias um plano para salvar o país. Estamos em pleno período socrático e, já sentados à mesa, pergunto-lhe: «**Mas esse plano é exequível politicamente?**» «**Bom, era preciso o Presidente da República interromper a democracia, como disse a Manuela**

Ferreira Leite», adianta. E acrescenta logo a seguir: «**Mas o Cavaco não é pessoa para isso...**» «Ora bolas!» — penso para comigo. E a seguir digo-lhe que ele próprio está a reconhecer que esse plano para salvar o país é uma ficção! «**Os planos só têm valor se forem exequíveis, caso contrário não servem para nada...»**, comento. E lembro-lhe o que Salazar dizia para criticar Marcello Caetano: que as ideias políticas só são boas se puderem ser levadas à prática e produzirem resultados. Caso contrário, não passarão de palavras. O resto da conversa não adiantará muito mais. Constato pela milionésima vez o sebastianismo dos portugueses: estão sempre à espera de qualquer coisa ou de alguém capaz de salvar Portugal, mas que nunca chegará. Medina Carreira é um exemplo típico — embora brilhante e muito desassombrado — daquelas pessoas que passam a vida a prever o fim próximo do país, criticando os governos por não fazerem o que é preciso para o salvar, mas, quando instadas a apresentar soluções, mostram ter as mãos vazias. Ou as soluções que têm não são passíveis de levar à prática, o que vai dar ao mesmo.

Ver o rabo ao ministro

Uma história picaresca envolvendo Medina Carreira foi-me contada por Maria Cordoeiro, então secretária de Francisco Pinto Balsemão no *Expresso* (para onde transitara, vinda com ele do Governo). Antes de trabalhar com Balsemão, estivera no Ministério das Finanças como secretária, no tempo em que Medina Carreira era ministro. Ora, certa vez, ele precisara de tomar umas injecções — e quem dava apoio de enfermagem ao ministro das Finanças era a (extinta) Guarda Fiscal, que dependia do seu Ministério. Assim, ia lá diariamente um sargento-enfermeiro da Guarda fazer o trabalho. Medina Carreira estendia-se num sofá, baixava as calças e o homem aplicava-lhe a injecção.

Só que, um belo dia, Maria Cordoeiro abriu inadvertidamente a porta do gabinete no preciso momento em que aquela operação

decorria — e ficou em estado de choque. Mas, passado o susto, não se coibiria de confidenciar em privado: «**Eu vi o rabo ao ministro! Vi o rabo ao ministro!**» Cinco anos depois, quando a conheci, ainda contava esta história.

Após o almoço no Flórida, de que não saí convencido, não voltei a encontrar Medina Carreira. Liguei-lhe um dia em 2010 a convidá-lo para escrever no *Sol*, mas declinou: argumentou já não ter idade nem paciência para contrair obrigações regulares. Podia escrever um artigo quando lhe apetecesse, mas não queria assumir o compromisso de uma colaboração semanal.

Compreendi perfeitamente essa posição. Passado pouco tempo, porém, iniciou um programa semanal na TVI: *Olhos nos Olhos*. Aí já não se importava com a obrigação. Afinal, tudo se resumia a uma questão de notoriedade e de dinheiro. A televisão dá mais notoriedade e paga melhor. Enfim, no melhor pano cai a nódoa.

Na lista do Monte Branco

Dois anos depois estalou a Operação Monte Branco e um dos nomes que apareceram na lista de clientes de Francisco Canas (conhecido por «Zé das Medalhas»), foi precisamente o de Medina Carreira. Esses clientes de Canas tinham depósitos bancários na Suíça e através dele faziam transferências de dinheiro ilegais.

Fiz uma manchete no *Sol* com o título **Medina apanhado na rede,** e foi um rebuliço dos diabos. Medina Carreira apareceu nesse mesmo dia no «Jornal da Noite» da TVI a desmentir a notícia. Garantiu que não conhecia Francisco Canas nem fazia a mínima ideia do que era o esquema das contas na Suíça. E houve colunistas que insultaram o *Sol* pela «mentira». Mas era verdade: o nome de Medina Carreira constava, de facto, da lista. A referência, escrita à mão no rol dos clientes, era inequívoca: «**Dr. Medina Carreira.**» Aliás, umas semanas depois, o *Expresso* publicaria a mesma informação, só que «embrulhada» no meio de um texto longo.

Se pudesse voltar atrás, talvez não publicasse a notícia com tanto destaque. Essencialmente por respeito para com uma figura que merece ser estimada pela sua frontalidade e coragem na denúncia dos nossos vícios governativos — embora, como comecei por dizer, não apresente depois reais alternativas...

É preciso ter em conta, porém, que o *Sol* sempre se caracterizou pela agressividade jornalística, como é natural num *challenger* do líder (o *Expresso*). Aquela notícia e a forma como foi apresentada enquadravam-se perfeitamente no nosso estilo editorial. Mas ainda hoje não sei qual é a verdade. E, se Medina Carreira não tinha nada a ver com aquilo, como disse, por que razão o seu nome constava da lista do Zé das Medalhas? E o que terá levado a sua casa e o seu escritório a serem alvo de buscas no princípio de Dezembro de 2012?

João Soares

Nunca tive uma relação próxima com ele, longe disso. Mas ao longo dos anos houve entre nós vários contactos. Recordo um almoço em 1997 numa moradia que a Câmara de Lisboa tem em Monsanto para uso do presidente. Estaciono o carro no jardim (ladeado por um muro alto que o protege das vistas do exterior), João Soares vem ao meu encontro enquanto fala para alguém que não vejo — e ouço-o logo dizer um palavrão. Ele fala assim: com grande liberdade de linguagem.

Faz-me muita confusão o uso de palavrões e nunca o promovi. Há ambientes onde isso é o pão nosso de cada dia — como o futebol ou a tropa, que eram até há anos coutadas exclusivamente masculinas — mas mesmo noutro tipo de ambientes com algum nível — como as redacções dos jornais — o palavrão é recorrente. Existem homens que fazem gala do uso do palavrão, como se fosse um sinal de virilidade; e muitas mulheres também passaram a fazê-lo, talvez como sinal de igualdade. Igualizou-se por baixo, portanto...

Nesse almoço em Monsanto também participaram o chefe de gabinete de João Soares na CML, Tomás Vasques, e o jornalista do *Expresso* Orlando Raimundo. Foi aliás este quem combinou o encontro. Raimundo tinha uma relação muito próxima com Soares (tratavam-se por tu), talvez por ser também maçon, além de cobrir, para o *Expresso*, a actividade da Câmara de Lisboa. Sobre a Maçonaria, recordo uma frase de João Soares que mostra um bocadinho a sua maneira de ser: «**Antes usar avental na Loja** [maçónica] **do que na cozinha.**»

Sampaio e a «bola a bater»

Ainda no jardim, enquanto esperamos pela chegada de Raimundo, João Soares faz-me uma revelação curiosa: Jorge Sampaio, o seu antecessor na CML, odiava resolver problemas, tendo como frase preferida: «**O que é preciso é manter a bola a bater.**» Ou seja: resolver os problemas era secundário, o importante era ir empatando o jogo (e o tempo).

Durante o almoço fala-se naturalmente do futuro do PS. Digo-lhe — para o provocar — que um dia será ele o líder. Responde-me — embora sem grande convicção — que isso não será possível, até por ser filho de quem é: «**O Partido Socialista não pode parecer-se com uma monarquia...**» Mas eu não me fico e avanço outro argumento: «**Os partidos têm o sentido da sobrevivência. Se virem que você é a pessoa indicada para liderar o PS, ultrapassarão esses preconceitos.**» Ele não contesta — e a conversa fica assim.

Por essa época, fui dos poucos que o defenderam numa polémica pública acerca de um elevador e um passadiço que queria construir a partir do Martim Moniz para aceder ao Castelo de S. Jorge. Houve muitas críticas e ele acabou por desistir do projecto, o que foi um erro. Mas nunca esqueceu que eu o tinha defendido, e disse-o em várias ocasiões.

Depois só o contactei a propósito das memórias de sua mãe, Maria Barroso, que o *Sol* publicou e nas quais ele era um dos principais protagonistas. Na verdade, um dos capítulos mais comoventes da obra passava-se em Pretória, para onde Maria Barroso viajou após a queda da avioneta onde seguia João Soares, que sofreu múltiplas fracturas, salvando-se milagrosamente. Depois almoçámos no 8:18, um restaurante no edifício do *Sol*, na Rua de S. Nicolau, em que me propôs um guia de Portugal muito curioso, feito com base nas preferências de figuras públicas (essencialmente da política). Em cada região, uma personalidade com raízes locais faria as suas escolhas em matéria de restaurantes, hotéis, património, gastronomia, paisagens, etc. Mas nessa altura o *Sol* já estava em contenção de custos e não havia dinheiro para extravagâncias...

Jorge Braga de Macedo

Almocei duas vezes com ele, entre 1991 e 1993, no Ministério das Finanças, ao Terreiro do Paço, numa sala inóspita como todo aquele casarão. Sempre que ali entrei tive uma sensação de frio e solidão.

À saída de ambos os almoços, se me pedissem para resumir a conversa, seria incapaz de o fazer. Basicamente, não percebi nada do que o ministro disse. Tinha escrito uma crónica em que definia Braga de Macedo como «**um ET**» (um extraterrestre), e no meio jornalístico ele era conhecido como «**o adiantado mental**»**.** Mas as conversas com ele foram ainda mais difíceis do que eu previra, quase surreais, pois não percebi literalmente nada do que me dizia. Talvez seja um exagero dizer isto, mas foi a sensação com que saí daqueles encontros.

Braga de Macedo devia supor que eu dominava melhor o jargão (e certos mecanismos económicos) do que realmente sucedia, e terá colocado a conversa num patamar para mim inacessível. É possível. Ele usava uma linguagem muito técnica e dava saltos de raciocínio que eu não acompanhava. Parecia-me estar perante um homem que não era deste planeta e dizia coisas pouco perceptíveis para um vulgar terráqueo como eu.

Um dia perguntei a Cavaco Silva por que o tinha nomeado (em 1991) para suceder a Miguel Cadilhe. Respondeu-me: «**Era a única pessoa preparada para ir a uma reunião do Ecofin.**» E mais não disse. Só esporadicamente voltei a encontrar Braga de Macedo, que aliás sempre foi muito atencioso para comigo. E confesso que hoje,

quando o ouço, já o entendo muito melhor. Porque nestes últimos anos, sobretudo desde que Durão Barroso afirmou com estrondo que o país estava «**de tanga**», a economia passou a estar no centro de todas as atenções — e quem não perceba os seus mecanismos básicos deixou de poder compreender a realidade.

Jorge Jardim Gonçalves

A minha relação com Jardim Gonçalves começou com uma iniciativa dele, convidando-me para almoçar na sede do BCP, na Rua Augusta, em Lisboa. Os anos 90 iam a meio — e nessa altura o BCP e o *Expresso* estavam de candeias às avessas. Até por isso, foi com gosto que aceitei o convite. Outras pessoas no grupo teriam pedido licença a Balsemão para irem, mas nem sequer me ocorreu fazê-lo (porque, como já expliquei atrás, sempre conservei a minha autonomia, e porque, sendo a minha lealdade inquestionável, não me passava pela cabeça que alguém pudesse ver na minha deslocação ao território do «inimigo» uma «traição»).

A guerra do BCP com o *Expresso* dizia respeito à publicação nas páginas do jornal de notícias que eles consideravam tendenciosas. Achavam mesmo que havia uma campanha do *Expresso* contra o BCP — e anunciaram o corte total de publicidade por tempo indeterminado, enquanto me faziam chegar um volumoso dossiê com as «provas do delito». As pessoas tendem a envolver os jornais em perigosas conspirações, vendo nas manchetes (e nas notícias em geral) objectivos maquiavélicos. Ora, eu sabia que o *Expresso* não fazia campanhas. Podia — sem eu o saber — haver uma ou outra notícia errada, ou mesmo tendenciosa, mas campanhas organizadas não havia. Fui, pois, de consciência limpa ao encontro do poderoso patrão do BCP.

O luxo das sedes dos bancos

A sede do Banco Comercial Português ocupa metade de um quarteirão na Baixa de Lisboa, entre a Rua Augusta e a Rua dos Correeiros, que foi todo esvaziado por dentro e reconstruído de novo, só deixando as fachadas. E a primeira coisa que me impressionou nessa primeira visita à sede do banco foi o luxo da decoração. Antes de chegar à sala onde almoçámos passei por diversos salões com preciosidades: pratas, sumptuosos tapetes, mobiliário de estilo, quadros famosos de pintores conhecidos, portugueses e estrangeiros. E espaço à farta.

No centro das cidades o espaço também é um luxo — e ali sentia-se isso. A conversa ao almoço foi banal. Retive uma consideração premonitória que fez sobre o BES: eles estavam a crescer muito sem capital que o suportasse e isso poderia vir a ter nefastas consequências. Que chegaram, de facto, 20 anos depois desta conversa...

A partir daí almocei com Jardim Gonçalves com uma regularidade espaçada. Num desses almoços falou-me da importância dos «centros de decisão nacionais», tema que havia de dar origem ao famoso «Manifesto dos 40», que também assinei. Ele foi convincente: não era a mesma coisa um banco ser português ou estrangeiro. Exemplificou: «**O Dr. Balsemão quer pedir um empréstimo. Um banco estrangeiro vai analisar a situação das suas empresas e chega a determinada conclusão. Mas um banco português conhece-o, sabe o seu percurso, sabe que é uma pessoa credível, e por isso as condições em que lhe empresta devem ser diferentes daquelas que aplica a outro empresário que ninguém sabe quem é. Esse até pode apresentar contas melhores, mas a segurança não é a mesma. O conhecimento das pessoas deve contar. Mas para isso tem de haver bancos e centros de decisão nacionais!**»

Enquanto durava esta guerra entre o BCP e o *Expresso* — e durou mais de um ano — ocorreu o hilariante episódio que relatei atrás em que Balsemão me segredou ao ouvido: «**Este tipo** [Jardim Gonçalves] **não nos põe publicidade e ainda vem aqui papar um almoço!**»

Um escritório nas Amoreiras

Mantive o contacto com Jorge Jardim Gonçalves mesmo depois de ele sair do BCP, em 2008. Dos almoços no banco, entre quadros famosos, pratas e tapetes caros, passámos à sala de refeições (menos luxuosa) do seu escritório nas Amoreiras. É um andar que comprou na Torre C do complexo desenhado por Tomás Taveira, onde vai todos os dias como se fosse para o emprego e no qual recebe as pessoas. As refeições, segundo me explicou, são fornecidas por um restaurante da zona. Também chegámos a almoçar no 8:18, no edifício do *Sol* na Rua de S. Nicolau.

Jardim Gonçalves tem relações inesperadas. Mário Soares, por exemplo, era sua visita, chegando a pedir-lhe conselho sobre a aplicação de dinheiros. Quando Jardim Gonçalves me contou isto, Mário Soares estava na fase final da vida e fazia violentíssimos ataques ao Governo de Passos Coelho. Tinha virado completamente à esquerda, pelo que estranhei a cumplicidade com o banqueiro. Mas também percebi que este era muito crítico da austeridade imposta pela *troika* e aplicada pelo Governo PSD/CDS. E compreendi porquê. No fundo, Jardim Gonçalves é um conservador, um nacionalista, e aquele Governo seguia uma política liberal, empenhava-se em fazer privatizações a qualquer preço, não mostrando respeito pelos tais «centros de decisão nacionais» que o banqueiro tanto defendia. Além de que, na opinião dos seus críticos, Passos Coelho estava «ajoelhado» perante Bruxelas. Quando se dizia que o Governo PSD/CDS era «de direita», como se a direita fosse una, Jardim Gonçalves era o exemplo de uma direita completamente contrária a essa política.

Uma última nota, indispensável sobre Jardim Gonçalves. Eu sabia há muito tempo que ele era do Opus Dei. Porquê? Porque a mulher dele, Maria da Assunção, que era professora do ensino secundário, foi colega da minha mãe numa escola em Miraflores e conversaram sobre o assunto. Achei por isso imensa graça quando um dia, à despedida de mais um encontro, me disse: «**Vou agora**

receber o Dr. Raul Dinis.» Ora, Raul Dinis — madeirense, como Jardim Gonçalves — era talvez o maior amigo da minha mãe e destacado elemento do Opus Dei em Portugal. Com voto de celibato. Curiosamente, a minha mãe nunca teve inclinação religiosa, porque era uma pessoa sem fé. Mas não ficaria bem eu falar aqui de Jardim Gonçalves sem fazer referência ao seu compromisso religioso, que era (e é) um aspecto central na sua vida.

Jorge Sampaio

Quando falei pela primeira vez com Jorge Sampaio já ouvia falar dele há muitos anos. Sampaio beneficiava de uma certa aura entre os estudantes por ter sido um dos líderes da greve académica de 1962. Eu era mais novo, já só vivi a greve de 1969, estava na altura em Belas-Artes, mas os ecos dos acontecimentos em que Sampaio participara ainda se faziam ouvir.

Depois do 25 de Abril voltou à ribalta como líder do MES, movimento do qual me senti próximo durante um ou dois anos. Mas só falei com ele em 1983 ou 1984, depois de ser director do *Expresso*. Telefonou-me certo dia a propor um artigo de opinião. Concordei de imediato, pois Sampaio era um nome forte — e, se queria publicar um artigo, tinha certamente algo de importante para dizer. Mas quando o artigo me chegou às mãos foi uma desilusão: o texto era redondo, pouco acutilante, um tanto empastelado. Publiquei-o, como me tinha comprometido, mas sem entusiasmo.

O grupo do Flórida

Nessa altura, princípios dos anos 80, via-o com bastante frequência, embora à distância. Ele almoçava todos os dias no *snack-bar* do Hotel Flórida, onde devia ter mesa reservada — pois ficava sempre na mesma, num extremo da sala, com um grupo de amigos políticos e de colegas de profissão (e talvez de escritório):

Miguel e José Manuel Galvão Teles, Vera Jardim, João Cravinho, etc. Este *snack* ficava numa espécie de sobreloja com vista para o Marquês de Pombal. Era um sítio moderno e muito agradável, também frequentado por jornalistas do *Expresso* — que ficava mesmo em frente — e do *Diário de Notícias* — situado no lado oposto da Avenida da Liberdade. Vicente Jorge Silva, Helena Vaz da Silva, António Mega Ferreira, Francisco Bélard, Joaquim Vieira, José Júdice, todos do *Expresso*, e Diogo Pires Aurélio, José Freire Antunes e José Amaral (futuro administrador do BPI), do *DN*, eram alguns frequentadores assíduos.

A propósito, escreveu Marcelo Rebelo de Sousa no *Sol*: «[Recordo] **os almoços no *snack-bar* do Hotel Flórida, a partir de 1972 (já lá vão 37 anos!). Sendo o escritório de Jorge** [Sampaio] **vizinho da sede do *Expresso*, que então arrancava. Ainda não se sabia, sequer, quando chegaria a democracia**» (*Sol*, 19/9/2009). Foi esse grupo que almoçava diariamente com Sampaio que o levaria até à liderança do PS, depois à presidência da Câmara de Lisboa e finalmente à Presidência da República. Percebi como um pequeno núcleo coeso de amigos pode levar um político até ao topo.

Um ar abatido

Depois de se tornar líder do PS, Sampaio teve grandes problemas. Ficou muito sozinho. Não arranjou nenhum «general» para se candidatar à CML e decidiu avançar ele próprio. Ganhou. Convidou para seu assessor de imprensa Miguel Portas, que fora meu jornalista no *Expresso*. Tivemos então um almoço — combinado pelo Miguel. Quando Sampaio apareceu, fiquei impressionado: caminhava curvado e devagar, quase arrastando os pés, como um velho. Ele estava a enfrentar um problema oncológico e, depois de se sentar à mesa, verifiquei que tinha um buraco (literalmente) na aba do nariz, por onde se via o interior. Era um pouco arrepiante. Mas, quando Sampaio começava a falar, revelava uma inesperada

energia, que fazia esquecer a primeira impressão de que estava fisicamente abalado. Era torrencial a falar, embora sempre redondo.

Tive outros encontros com ele nesse período em que esteve na Câmara, designadamente um almoço no Pabe em 1994 de que me lembro bem porque a partir de certa altura não havia motivo de conversa. Poucas vezes me aconteceu isto em almoços com políticos.

O telefonema que lançou a candidatura

Um ano depois, em 1995, ainda Sampaio era presidente da CML, pedimos-lhe uma entrevista para o *Expresso* que se revelaria histórica. A ideia era fazer um apanhado dos planos para Lisboa, embora não se resumindo a isso. Mas no próprio dia da entrevista, à hora do almoço, o telefone toca no meu gabinete. Por acaso, não saíra para almoçar — decidira comer um prego ali mesmo à secretária — e atendo a chamada. É Jorge Sampaio. Faz-me uma pergunta estranha: «**A entrevista é só para falar da Câmara?**» Percebo que ali há gato. Digo-lhe, a tactear o terreno, que o prato forte será a CML, mas que a nossa ideia é também falar doutros temas. E então Sampaio sai-se com esta: «**O jornalista poderia fazer-me uma pergunta sobre as presidenciais...**»

Desligado o telefone, ligo de imediato ao jornalista Fernando Diogo, que irá fazer a entrevista com o João Garcia, e dou-lhe conta da conversa. A meio da tarde, eles aparecem-me no gabinete entusiasmados, dizendo que têm a manchete da próxima edição. «**Sabe o que o Sampaio disse? Que seria muito estimulante para ele ter Cavaco como adversário nas presidenciais.**» Sampaio dava, pois, o pontapé de saída das eleições para Belém e tentava colocar o PS (liderado por António Guterres) perante um facto consumado.

Entretanto, como eu tinha várias notícias boas para essa edição, decidi adiar a publicação da entrevista para a semana seguinte. Mas sobrevinha um problema: estava também prevista para essa semana uma sondagem sobre candidatos presidenciais — cujos resultados já

conhecíamos e em que Sampaio se apresentava como o candidato mais votado. Ora, se eu adiasse a publicação da entrevista, esta e a sondagem sairiam no mesmo número. E os leitores iriam pensar que a frase de Sampaio era já consequência dos resultados da sondagem.

O próprio Jorge Sampaio, quando lhe falo deste problema, diz-me o seguinte: «**Você é das poucas pessoas que podem testemunhar que eu dei a entrevista antes de saber que havia uma sondagem e de conhecer os resultados.**»

Acho que tem toda a razão. Assim, adio a publicação da entrevista mas também a publicação da sondagem — que sairá uma semana depois. A entrevista de Sampaio não será a manchete dessa edição (que dedico à renúncia de Leonor Beleza ao lugar de deputada), mas terá uma chamada de primeira página. E a disponibilidade mostrada por Sampaio para se candidatar, aliada à publicação na semana seguinte da sondagem que lhe dá a vitória, impô-lo-ão como candidato da área socialista. Guterres, embora não goste dele, ficará sem margem de manobra para apresentar outro candidato.

Depois disso, pensei: o que teria acontecido se eu tivesse saído para almoçar e não estivesse no gabinete para atender a chamada? A história do país seria outra? A verdade é que nessa altura ainda não havia telemóveis e contactar uma pessoa era muitíssimo difícil. Sampaio não deixaria certamente de dizer o que disse, mas talvez não daquele modo e naquele momento.

Caça às bruxas

Antes de se iniciar a campanha para as eleições presidenciais, a 5 de Dezembro de 1995 a Alta Autoridade para a Comunicação Social organiza um colóquio sobre jornalismo e política. Para o preparar, promove um almoço no restaurante A Gôndola, na Praça de Espanha, onde — além de mim, Ribeiro e Castro e outros — participa Manuel Villaverde Cabral, que pertence à comissão polí-

tica da candidatura de Jorge Sampaio. E que a dada altura diz uma coisa que me arrepia e me leva a escrever o seguinte no meu **Diário**:

30 de Novembro de 1995

> *[...] Villaverde diz uma coisa extraordinária: é preciso fechar, pura e simplesmente, o Canal 1 da RTP, porque ainda lá há «**resquícios de cavaquismo**» que será difícil «**extirpar**». Por outro lado, congratula-se com a demissão de Vasco Graça Moura [o director do canal]. Todos como ele deviam ser «**corridos**». Confesso que fiquei um pouco assustado. Será que na comissão política de Sampaio se pensa assim? Estamos no limiar de uma caça às bruxas generalizada? Subitamente parece termos regressado ao pós-25 de Abril e à fúria vingadora de uma certa esquerda. Só que eu julgava esse período definitivamente encerrado.*

Integrada no conjunto de iniciativas com vista a promover a candidatura de Jorge Sampaio, o seu *staff* organizou uma original entrevista feita numa sala de hotel (o Altis Lisboa), com público a assistir, em que o candidato respondeu a perguntas feitas por três jornalistas: eu, a Maria Elisa e o Vicente Jorge Silva. A sessão corre bem, há uma intervenção estapafúrdia de um socialista sentado na assistência que percebo ser useiro e vezeiro naquelas cenas, mas o que me chama mais a atenção é um pequeno facto que considero revelador: a Maria Elisa traz as perguntas escritas numas folhas de bloco e lê-as literalmente, palavra por palavra. Eu também levava perguntas escritas, mas improvisava um pouco e adaptava-as ao rumo da conversa. Ela não. Sendo uma vedeta da televisão, e tendo infinitamente mais experiência do que eu em entrevistas, não arriscava um milímetro. Curioso.

Viagem oficial à Holanda

A 14 de Janeiro de 1996, Sampaio defrontou mesmo Cavaco Silva — como desejara na entrevista atrás citada — e bateu-o por 54%-46%, tornando-se Presidente da República.

Em Outubro de 1997 convidou-me para integrar a sua comitiva numa viagem à Holanda. Foi a única vez que fui convidado por um Presidente da República para uma viagem oficial ao estrangeiro. Iam na comitiva pessoas como José Cardoso Pires, João Salgueiro, Siza Vieira, Miguel Galvão Teles, os secretários de Estado José Consiglieri Pedroso e Freire de Sousa (marido de Elisa Ferreira), o jornalista Sérgio Figueiredo, etc.

Antes do embarque em Lisboa tive uma breve conversa no aeroporto com Cardoso Pires, que relato (e a cuja linguagem pouco canónica não é possível fugir). Ele estivera doente, à beira da morte — sobre isso escrevera o livro *De Profundis, Valsa Lenta* — e durante a viagem mostrará grande preocupação com a saúde. Percebo que não durará muito mais tempo, porque está demasiado concentrado na doença. De facto, morrerá no ano seguinte.

Nessa conversa na sala de embarque, antes de nos dirigirmos para o avião, pergunta-me: «**Você vem sozinho ou traz a sua mulher?**» Respondo que estou sozinho. Então, entre duas gargalhadas, diz-me: «**O João de Deus Pinheiro, apesar de ser ministro do Cavaco, era um tipo com muita piada. E numa viagem disse-me o seguinte: 'Quando se viaja com a mulher, gasta-se mais e fode-se menos!'**»

Achei graça à experiência de viajar com um Presidente da República. Durante o percurso em território nacional (quer à ida, quer à vinda) o avião é acompanhado por dois caças da Força Aérea, que voam tão perto de nós que é possível ver com nitidez o rosto dos pilotos. E à chegada ao destino, em plena pista, somos recebidos à saída do avião por uma banda militar. Além disso, participa-se em banquetes, conhece-se o protocolo, contacta-se de perto com celebridades. Falei dois ou três minutos com a rainha Beatriz da Holanda.

No regresso escrevi um artigo onde dizia, entre outras coisas, que Sampaio era melhor a falar em inglês do que em português. Era verdadeiramente o que eu pensava: talvez pelo facto de o inglês ser muito objectivo, directo, Sampaio era menos redondo e

mais incisivo quando falava em inglês do que quando usava a sua própria língua.

Sampaio vetou o texto

Pouco depois de Jorge Sampaio ser eleito telefonou-me o editor Lyon de Castro (que publicara o meu livro sobre o Palácio de Belém, escrito a convite de Eanes) pedindo-me para actualizar o texto, acrescentando um capítulo referente ao novo Presidente. O mesmo já acontecera na presidência de Mário Soares, e eu dispus-me naturalmente a fazê-lo. Entreguei o trabalho — mas Belém não reagiu. Silêncio total! Eu sabia que o livro estava esgotado e era urgente reeditá-lo — Manuela Eanes ligara-me a perguntar quando isso aconteceria —, mas um ano depois de eu entregar o texto solicitado continuavam sem me dizer nada.

Um belo dia telefona-me o chefe da Casa Civil do Presidente da República, embaixador António Franco (marido de Ana Gomes), convidando-me para almoçar. Vamos ao T-Clube, no Espelho d'Água, em Belém. E sentados à mesa ele explica-me a situação, um pouco encavacado: o Presidente Sampaio não gostou do texto sobre ele e vetou-o. E assim, há duas hipóteses: ou eu aceito fazer outro texto ou recuso-me (e ele compreenderá a situação), mas neste caso não haverá mesmo reedição do livro. Eu admito fazer outra tentativa — mas acabarei por não conseguir e não haverá mesmo uma nova edição do *Palácio de Belém* com um capítulo sobre Jorge Sampaio. A história do Palácio acabará em Soares.

Admito que o meu texto sobre Sampaio não fosse brilhante, pois a sua figura não me inspirava. Essa é a verdade. Ele fora um dos heróis da greve académica de 62, mas depois vivera um pouco à sombra disso. Durante muito tempo fizera política em *part-time*, mantendo o seu escritório de advogado, mais tarde aproveitara um vazio no PS para ascender a líder, fora clamorosamente derrotado por Cavaco Silva numas eleições legislativas, ascendera à presidên-

cia da CML por ausência de candidato e fizera desse cargo trampolim para a Presidência da República. Mas, mesmo aqui, vencera mais por ser o candidato «anti-Cavaco» — que foi o seu adversário nessa corrida presidencial e que acabara de sair do Governo, tendo muitos anticorpos —, do que por galvanizar a esquerda.

Advogado de Nuno Portas

Este problema do livro levou Jorge Sampaio a reforçar a ideia de que eu não gostava dele, e disse-o a várias pessoas. Ora, tal não é verdade.

Tinha estima por ele e as nossas famílias conheciam-se. Ele e o meu tio José Hermano Saraiva haviam-se defrontado num processo de divórcio em que Sampaio era advogado de Nuno Portas e o meu tio defendia Helena Sacadura Cabral — mas desse pleito (recheado de episódios suculentos) resultara um apreço mútuo.

Além disso, eu achava Sampaio um homem sério, bem-intencionado, mas que, como político, quase se limitou a aproveitar bem as oportunidades. Nunca galvanizou ninguém nem foi porta-estandarte de um qualquer projecto. Nunca foi um concretizador. Eu apreciava sobretudo políticos com capacidade de decisão, determinados, realizadores, e Jorge Sampaio era o oposto: palavroso e sem capacidade (ou gosto) para decidir e concretizar. Penso que o facto de ser advogado contribuiu para isto. Os advogados quando se tornam políticos gostam mais de falar do que de fazer. Tem sido quase sempre assim. João Soares, número dois de Sampaio na CML e seu sucessor, disse-me — como ficou escrito atrás — que ele repetia constantemente a frase: «**O que é preciso é manter a bola a bater.**» Ou seja: o importante não era fazer mas sim ir empatando o jogo...

Sampaio fazia parte de um grupo de pessoas que gostavam muito de elaborar planos, projectos, mas tinham dificuldade em os pôr em prática. Muitos dos que rodeavam Sampaio eram assim.

Substituir Guterres no Governo?

Apesar destes desencontros, almocei algumas vezes com ele depois de ser Presidente da República. Lembro-me especialmente de um almoço em Belém, em 2000 ou 2001, na fase final do guterrismo, em que lhe digo que, na minha opinião, Guterres está acabado como primeiro-ministro. Assim, ele deve chamar o Partido Socialista a Belém, expor claramente a situação e propor-lhe que indique outro chefe do Governo (visto que o PS tem maioria no Parlamento, embora relativa). Perante isto, Sampaio comenta: «**Nunca pensei estar tão de acordo consigo. Mas como posso fazer isso? Não posso! Só se o PS vier aqui fazer-me essa proposta...**» Respondo-lhe que é só ele querer. Mas Sampaio era muito formal e nunca daria esse passo.

Guterres acabou mesmo por se demitir, Durão Barroso sucedeu--lhe, Manuela Ferreira Leite, a ministra das Finanças, impôs duras medidas de austeridade — e Sampaio teve aquela observação infeliz dizendo que havia «**mais vida para lá do Orçamento**», de que falo no capítulo sobre Manuela Ferreira Leite.

Insistência com Marcelo para se candidatar

A Durão seguiu-se Santana Lopes, e nessa época voltei a Belém. Sampaio confessou-me ter feito tudo o que podia para evitar que Santana fosse primeiro-ministro. Disse-me que insistiu várias vezes com Marcelo Rebelo de Sousa para este avançar para a liderança do PSD (lugar que automaticamente lhe daria a chefia do Governo) mas ele não quis.

Mostra-se muito crítico com o Governo de Santana Lopes, o que não estranho, e a certa altura diz-me esta coisa extraordinária: «**O meu filho André, que está no primeiro ano de Economia, explicou--me que a política económica do Governo está errada.**» Fico pasmado. Então o Presidente, que foi candidato a primeiro-ministro,

que tem os seus conselheiros económicos, pauta-se pelo que diz o filho que anda no primeiro ano de Economia? E ataca o Governo com base nisso? Mas esta confidência mostra bem o lado um tanto *naïf* de Jorge Sampaio.

Quanto à sua insistência junto de Marcelo para se candidatar à liderança do PSD (e, consequentemente, ser o substituto de Durão Barroso à frente do Executivo, «evitando» Santana Lopes), não me surpreendeu. O apreço de Sampaio por Marcelo Rebelo de Sousa vem de longe. O José António Lima (em cuja casa de férias os dois se encontram todos os anos no Algarve, em Lagos) contou-me uma história deliciosa. Quando Sampaio era Presidente da República, Marcelo telefonava-lhe muitas vezes a desoras, como faz com toda a gente. E começava a conversa dizendo: «**Não me diga que já estava a dormir... Não acredito!**» Para não parecer indelicado, Sampaio dizia-lhe que não, mesmo que já estivesse há muito ferrado no sono. Então, começou a pôr um copo de água na mesa--de-cabeceira — para beber um gole antes de atender o telefone, de modo a aclarar a voz e não se perceber que já dormia...

José Luís Arnaut

Não tive grande contacto com José Luís Arnaut, que chegou ao Governo (de Durão Barroso) com fama de ser um grande executivo e organizador, pois coordenara a «Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura». Os meus contactos com ele resumiram-se a um ou dois almoços e a uma conversa no Ministério do Ambiente, à Rua d'O Século, no tempo em que deteve a pasta. Foi daquelas pessoas com quem não criei empatia, talvez por não sentir terreno seguro: o que ele dizia nunca me pareceu totalmente sincero nem confiável. Transcrevo do meu **Diário**:

26 de Dezembro de 2003

Conversa ao telefone com Durão Barroso. Conto-lhe um episódio passado com o José Luís Arnaut, ministro-adjunto, que me telefonou a lamentar que tenha saído uma notícia sobre ele sem o contactarem. Posteriormente, a jornalista que fez a notícia disse-me que tinha falado com ele pessoalmente! O Durão Barroso perguntou-me se pode utilizar a conversa para lhe chamar a atenção, porque episódios destes fazem os jornalistas perder a confiança nos políticos. Mas há mais. Na conversa com Arnaut, este diz-me que, ao contrário do que afirmava a notícia, não tinha falado com o porta-voz do PSD, Pedro Duarte, a propósito de declarações feitas por este sobre o aborto. Ora, na conversa com Durão Barroso, este descreve-me os factos e, sem saber que estava a desmentir Arnaut, conta que o Pedro Duarte e o Arnaut falaram! Duas mentiras num único telefonema! Ao contrário de uma ideia generalizada, não tenho a experiência de os políticos me mentirem

declaradamente. Muitas vezes omitem factos, explicam as coisas à sua maneira, mas não mentem abertamente (até porque hoje tudo se sabe e eles desacreditam-se). Para cúmulo, na carta enviada pela sua secretária a desmentir a notícia, o nome dele vinha mal escrito (Arnault)!

F-16 vigiam estádios de futebol

Mas embora nem sempre possamos acreditar no que os políticos nos dizem, também acontece a situação contrária: os políticos acreditarem e tomarem nota daquilo que lhes dizemos. Pelo menos, ficou-me essa suspeita no seguinte episódio:

11 de Março de 2004

*Fui à noite ao futebol (Benfica-Inter) e telefonei ao J. A. Lima à 1h30 da madrugada para saber as notícias que temos para a edição que fecha amanhã. A melhor parece ser o emprego de aviões F-16 para vigiarem o espaço aéreo nas proximidades dos estádios do Euro--2004 durante os jogos. Há uma paranóia com a segurança, agravada com o atentado de hoje de manhã em Madrid que fez 200 mortos e 1.400 feridos. Os F-16 lembram-me uma conversa que tive há um mês e meio com José Luís Arnaut, ministro responsável pelo Euro-2004. A certa altura do almoço eu disse-lhe: «**Já pensou no que aconteceria se eles atirassem um avião contra um estádio? Só o calor provocado pela explosão seria suficiente para matar toda a gente, 40 mil, 50 mil pessoas.**» O ministro disse-me que não pensara nisso, mas era verdade. Penso que a minha observação não teve nada que ver com esta história dos F-16 para vigiar os estádios, mas trata-se de uma espantosa coincidência!*

José Manuel Durão Barroso

Não me lembro de como conheci Durão Barroso. Tinham-me chegado aos ouvidos histórias dele do tempo da Faculdade de Direito, a seguir ao 25 de Abril, quando era militante do MRPP e andava à pancada com grupos rivais. Dizia-se que era temível. Aparenta ser mais baixo do que na realidade é, porque tem um corpo maciço, quase atarracado. Mas deve ter perto de 1,80m.

O seu aperto de mão é um pouco estranho, pois estende a mão (um bocadinho sapuda) semifechada. Talvez porque tem normalmente a mão húmida. Almoçámos muitas vezes, quer quando era secretário de Estado, quer quando era ministro, quer quando não era nada, quer quando era primeiro-ministro, quer quando era presidente da Comissão Europeia. Ao contrário do que acontecia com outros políticos, não tínhamos um sítio fixo para almoçar. Comemos no Pabe (a «cantina» do *Expresso*), no Hotel da Lapa, no Vela Latina e no T-Clube (ambos em Belém), no Ministério dos Negócios Estrangeiros e, finalmente, em Bruxelas (no Aux Vieilles Armes, a dois passos da Grand Place, e também no 5.º piso do Berlaymont, o edifício da Comissão Europeia onde D. B. tinha o gabinete).

No MNE só almoçámos uma vez, em 1992, pouco depois de ele ter passado de secretário de Estado a ministro. Diz-me que a única imposição que Cavaco Silva lhe fez quanto à constituição da equipa foi manter Vítor Martins como secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Antes do almoço, conversámos um pouco no seu gabinete no Palácio das Necessidades, que tem vista para um

pátio que me explica chamar-se Pátio dos Bichos. Mas acrescenta, a rir: «**Mas todos lhe chamam Pátio das Bichas.**» É uma alusão à conhecida homossexualidade de muitos diplomatas...

Não aprendeu a conduzir

Embora tenhamos conversado bastante, Durão Barroso não era uma pessoa com quem a conversa fluísse facilmente. É verdade que eu não sou muito falador e que ia para esses encontros mais com a função de ouvir do que de falar. Mas acontecia instalar-se subtilmente entre nós um silêncio incómodo, uma aparente falta de assunto. Durão Barroso é um político muito táctico, muito frio, planeia as coisas meticulosamente, e às vezes parecia já ter esgotado o que tinha para me dizer e estar a pensar no que fazer depois de sair dali.

Como foi governante muito cedo (aos 29 anos era secretário de Estado da Administração Interna), e começou muito cedo a ter motorista, não aprendeu a conduzir nem fez outras coisas banais para qualquer cidadão comum. Um dia disse-me que só quando o Governo de que fazia parte chegou ao fim, em 1995, passeou pela primeira vez na Baixa de calças de bombazina! Uma coisa banalíssima para qualquer liboeta — passear na Baixa vestido informalmente — ele só a fizera com quase 40 anos!

Do meu **Diário** retiro o seguinte relato.

16 de Novembro de 1995

Almoço com Durão Barroso no T-Clube, no Espelho d'Água, em Belém. Chega um quarto de hora atrasado e explica que foi surpreendido por uma alteração no trânsito. Conta que tem um motorista particular. A verdade também é que a mulher está doente e tem 3 filhos pequenos. O objectivo do almoço é combinar uma colaboração regular no Expresso. *Explica que não lhe interessa ter uma coluna semanal, que o obrigaria a falar de temas de actualidade política, a que se quer*

furtar. Combinamos um artigo mensal na revista. Insiste em discutir o pagamento. Depois de instado por mim, pede 200 contos [mil euros] por artigo. Aceito.

Falamos do PSD. O essencial será publicado na manchete do Expresso *de sábado, 18/11. Diz que a realização de um congresso extraordinário lhe é indiferente, porque não é candidato à liderança. Sustenta que a liderança está bem entregue a Fernando Nogueira, mas penso que o faz por razões tácticas. Ninguém quer abrir guerra a Nogueira para já, mas estão a afiar-se as espadas. Para daqui a 2 ou 3 anos. Durão Barroso diz-me, por exemplo, que a direita não gosta de Nogueira, «**até pela barba**». Faz uma teoria sobre as barbas e os bigodes, dizendo que o facto de dirigentes políticos e sindicais terem cortado as barbas e os bigodes foi um bom sinal. Cita Guterres e Torres Couto (mas há também Marcelo e Henrique Granadeiro...). Parece não ver que eu também uso barba.... E só no fim diz que o meu caso é diferente porque tenho a barba bem aparada! A propósito da falta de empatia da direita com Nogueira, mostrou-se preocupado com o avanço do PP.*

Também faz referências pouco abonatórias para Santana Lopes, dizendo que tem problemas no Sporting e que assediou todas as secretárias no Governo (segundo elas próprias lhe contaram).

Diz que está satisfeito com a sensação de liberdade após a saída do Governo — e conta, como uma coisa extraordinária, que andou em Lisboa a pé com calças de bombazina. A verdade é que depois de acabar o curso foi para a Suíça, depois para os EUA — e voltou para cá directamente para o Governo. Não tinha tido vida em Portugal como adulto (ou seja, depois de sair da universidade) fora do Governo!

Emprego no Grupo Espírito Santo

A saída do Governo colocou-lhe vários problemas. Ficou sem motorista. Contratou um, como ficou dito, mas muitas vezes estava dependente de terceiros. Um dia, em 1996, que combinámos ir almoçar a Belém (ao T-Clube ou à Vela Latina), pediu-me para o

ir buscar à sede do Grupo Espírito Santo, que ficava num edifício baixo, tipo moradia, na Rua de São Bernardo, à Estrela. Curiosamente, era meia dúzia de prédios abaixo daquele onde viviam os pais de Marcelo Rebelo de Sousa, e onde este passou toda a sua juventude. Lá também morava uma tia minha, irmã da minha mãe, Maria da Conceição, mãe do meu primo Manuel Boto.

Depois de sair do Governo e ficar desempregado, Durão Barroso foi portanto trabalhar para o GES. Não devia fazer nenhum trabalho concreto, penso eu. Mas os Espírito Santo seguiam — com ele e com outros políticos — a prática de lhes darem emprego, pois era uma forma de terem ascendente sobre certas pessoas influentes. Fazendo-lhes favores, colocavam-nas na posição de terem de retribuir um dia.

Como combinado, Durão Barroso começou de facto a escrever no *Expresso*, mas os artigos acabaram por sair no 1.º caderno e não na revista, e julgo que de 15 em 15 dias. Embora não me lembre da razão de ser desta alteração, admito que o Vicente Jorge Silva, que era o responsável executivo da revista, tenha reagido mal à publicação de artigos previsivelmente muito políticos, fora do espírito daquele suplemento. E devo confessar que os textos de D. B. não corresponderam às minhas expectativas e nunca foram marcantes. Durão Barroso era notoriamente um político, não era um comentador. Escrevia de uma forma redonda, carregada de auto-limitações, para não se comprometer. Era sempre muito politicamente correcto, nunca arriscava uma opinião fora da caixa. Era maçudo e previsível.

Conversas à sexta-feira

A colaboração no *Expresso* acabou em 1999, quando D. B. se tornou líder do PSD, sucedendo a Marcelo Rebelo de Sousa. E nesse cargo foi sempre muito contestado. José Manuel Fernandes, director do *Público*, chegou a escrever que ele estava

morto e só lhe faltava «**um prego no caixão**». Mas eu vaticinei que chegaria a primeiro-ministro, «**contra todas as expectativas**». Comentando este meu artigo numa reunião do *Expresso*, o Nicolau Santos disse-me: «**Oh, Zé António, eu sei que acerta muitas vezes nas suas previsões, mas se acertar nesta eu passo a acreditar em tudo o que me diga, mesmo que viu um porco a andar de bicicleta.**» Por que razão fiz aquela previsão? Porque D. B. era um homem-borracha. Por muitos murros que levasse, mesmo indo ao chão voltava a levantar-se. E psicologicamente nunca quebrava.

Eu falava com ele em geral à sexta-feira, dia de fecho do jornal, mas às vezes hesitava em telefonar-lhe porque ele levara tanta pancada dos comentadores durante a semana que devia estar abatido. Pois bem: quando vinha ao telefone, parecia estar sempre «na maior». Nunca denotava abatimento psicológico nem cansaço. Era como se os golpes não o atingissem. Percebi, pois, que alcançaria sempre os seus objectivos, mais tarde ou mais cedo. E não errei.

Quando começou a desenhar-se no horizonte a sua chegada ao Governo, usou a minha «profecia» como argumento para eu não o hostilizar... Retiro do meu **Diário**:

Fins de 2001

*Em várias conversas telefónicas, Durão Barroso faz «chantagem» com o facto de eu ter escrito que ele chegaria provavelmente a primeiro-ministro. Diz-me ele, quando começa a configurar-se a hipótese de ser, de facto, chefe do Governo: «**Você foi o único que previu que eu podia chegar a primeiro-ministro, veja lá agora se hesita quando isso está quase a acontecer...**»*

Ele tornou-se de facto primeiro-ministro em princípios de 2002, na sequência da demissão de António Guterres e após bater nas legislativas o candidato do PS, Ferro Rodrigues.

«Vou demitir Fernando Pinto»

A partir do dia em que D. B. se tornou primeiro-ministro, as nossas relações não mudaram muito. Anoto um episódio que teve lugar logo no início do exercício do cargo, em Abril ou Maio de 2002. Depois do almoço telefona-me, falamos de um assunto qualquer, e no fim da conversa diz-me que a seguir tem «**uma coisa chata**» para fazer. «**Uma coisa chata?**», pergunto, subitamente curioso. «**Vou ter uma conversa com o presidente da TAP para lhe comunicar que o vou demitir.**» «**Demitir o Fernando Pinto? Mas você assume uma grande responsabilidade!...**» «**Pois é, mas ele tem um ordenado elevadíssimo, imoral, e não tenho alternativa...**»

Estávamos no início das políticas de austeridade. Durão Barroso tinha dito que o país estava «**de tanga**» e Manuela Ferreira Leite começava a fazer cortes. E, para ter moral para os fazer, necessitava — entre outras coisas — de começar a dispensar os gestores públicos com ordenados mais altos.

«**Eu não o faria**», digo-lhe. «**Foi o Fernando Pinto quem deu a volta à TAP, que apresentava prejuízos loucos e agora tem as contas positivas. Ora, se as coisas correrem mal e a TAP voltar aos prejuízos, as culpas não serão da nova administração, serão suas. Todos dirão que, para poupar uns tostões, perdeu uns milhões.**» A conversa ficou assim. Mas fiquei com a ideia de que o tinha tocado. E, de facto, a demissão não se deu. E depois, com governos do PS ou do PSD, com tutelas do Estado ou com investidores privados, Fernando Pinto foi-se sempre aguentando.

«Colin Powell convenceu-me»

Em Março de 2003 realizou-se nas Lajes a Cimeira dos Açores. Durão Barroso diz-me ao telefone que Colin Powell, secretário da Defesa dos EUA, fez uma exposição em que convenceu os líderes europeus da existência de armas de destruição maciça no Iraque.

«**Sem margem para dúvidas.**» E é neste pressuposto que decidem avançar para a guerra. A propósito, Durão Barroso diz-me o seguinte: «**Isto é como a história do homem que tem um urso a rondar-lhe a casa. Ou fica dentro de casa à espera que o urso parta uma porta ou uma janela e o ataque, ou vai ao encontro do urso para o matar. Nós decidimos sair de casa e ir ao encontro do urso.**»

Mais tarde, conta-me o acordo feito com Sampaio para o envio de homens para o Iraque. Durão Barroso apoia a intervenção aliada, Sampaio discorda. Durão, como chefe do Governo, é quem tem o exclusivo da condução da política externa, mas Sampaio é, como Presidente, o chefe supremo das Forças Armadas. Está criado um potencial conflito institucional. Mas resolvem o problema assim: a unidade que seguirá para o Iraque será da G. N. R. (que é uma força paramilitar, tutelada pelo Ministério da Administração Interna e, portanto, fora da alçada do PR), que não participará em acções de guerra mas só em missões de restabelecimento da paz. E, assim, Durão Barroso e Jorge Sampaio salvaram ambos a face.

Um estranhíssimo convite

As minhas relações com D. B. — assim como com a maioria dos outros primeiros-ministros — sempre foram correctas. Até por isso, estranhei muito um insólito episódio que relatei assim no meu **Diário**:

15 de Março de 2004

Falou-me o Luís Marques, administrador da RTP, a convidar-me para entrevistar (com mais dois jornalistas) o primeiro-ministro. Diz-me uma coisa insólita: que o gabinete do primeiro-ministro falará comigo. Verifico que tenho uma mensagem no telemóvel que me pede para falar para o gabinete do primeiro-ministro. Falo. É o próprio primeiro-ministro que fala, diz-me que pensa indicar o meu nome para a entrevista da RTP mas quer saber primeiro qual é a minha

disposição. Respondo-lhe que não posso — e sugiro o nome do José Manuel Fernandes. Mas uma coisa destas nunca me tinha acontecido. Ser o primeiro-ministro a sugerir a uma televisão o nome dos entrevistadores — e a assumir isso abertamente, convidando-os (ou, pelo menos, convidando um)!

Presidente da Comissão Europeia?

Em Junho de 2004, estava eu a passar uma semana de férias no Algarve e ia a conduzir — regressava a Pedras d'el Rei depois de jantar em Tavira —, recebo um telefonema de Jaime Nogueira Pinto, pessoa com quem não tinha intimidade mas com quem falava de vez em quando, dizendo-me uma coisa extraordinária: Durão Barroso tinha boas hipóteses de vir a ser escolhido para presidente da Comissão Europeia. Usualmente Nogueira Pinto era uma pessoa bem informada, mas a hipótese parecia-me inverosímil. Poucos dias depois, já regressado a Lisboa, recebo numa sexta-feira de manhã (25 de Junho) um telefonema de Durão Barroso. Registo no meu **Diário**:

Durão Barroso telefonou-me a meio da manhã, no intervalo de duas reuniões, e perguntou-me o que eu pensava de ele aceitar o lugar de presidente da Comissão Europeia. Disse-me que Chirac lhe tinha telefonado nessa manhã a insistir para que ele aceitasse. Eu disse-lhe que nem olhasse para o lado. Que um convite daqueles é um cavalo que não passa duas vezes à mesma porta. Lembrei-lhe o que se passou comigo quando fui convidado para director do Expresso *e tive que ponderar deixar a arquitectura. Ele respondeu que a minha decisão era totalmente pessoal enquanto a dele envolvia o país. E disse-me que, embora muita gente duvidasse disso, ele não se podia alhear do problema do país. E estava também (talvez mais...) preocupado com aquilo que se pensasse da atitude dele: «**Não acha que as pessoas vão pensar que eu fugi?**» Eu disse-lhe que a oposição com certeza que exploraria a situação, mas a maioria do país compreenderia a decisão*

dele e aceitaria. Ele explicou-me então, longamente, para se justificar, que a situação económica melhorou, que a retoma está aí à porta — e portanto ele teve de roer os ossos, teve de aguentar os anos mais difíceis, e deixa a carne para os outros. Enquanto Guterres fez o contrário: comeu a carne e deixou para outros os ossos...

O que eu disse a D. B. nessa manhã era convicto: achava que, ao fim de uns meses, as pessoas esqueceriam a sua «fuga» para Bruxelas e sentir-se-iam orgulhosas por estar um português como presidente da Comissão Europeia, o que seria um facto extraordinário. Mas este foi um dos poucos vaticínios políticos em que me enganei redondamente: o país nunca lhe perdoou. Acertei, porém, noutro palpite: depois de consumada a sua ida para Bruxelas, escrevi que ele iria ser um presidente marcante, faria dois mandatos e rivalizaria com Delors em tempo de permanência no cargo. Foi na *mouche!*

Mulher voltou a fumar com os nervos

Quando se aproximou o fim do primeiro mandato de Durão Barroso em Bruxelas, a esquerda europeia começou a contestar a sua recondução à frente da Comissão Europeia — e a votação do Parlamento Europeu era uma incógnita. Multiplicavam-se, mesmo em Portugal, as vozes a dizer que não seria reeleito. Nessa altura — Verão de 2009 — encontro a sua mulher, Margarida Uva, num restaurante no Algarve, o Pássaro Azul, em Olhos d'Água. Aliás, é ela quem vem ter comigo, pois eu nem a tinha reconhecido: estava com uma amiga, vinha da praia e vestia de forma completamente informal. O cabelo em desalinho e a ausência de maquilhagem também não ajudavam. Pergunta-me o que acho da reeleição do marido. Digo-lhe que vai ser reeleito — e recordo-lhe que nunca me enganei nas previsões a respeito dele. Está nervosíssima. Diz-me que até voltou a fumar por causa disto.

Confidências em Lisboa

Quer no primeiro quer no segundo mandato na Comissão Europeia fui a Bruxelas entrevistar D. B. para o *Expresso*. Entrevistei-o também duas vezes para o *Sol*, mas em Lisboa, no Centro Jean Monnet, onde ele tinha gabinete. Nunca dizia coisas extraordinárias, mas era um entrevistado sólido — em sintonia com a sua aparência física. Apesar de não ser um conversador, retive algumas histórias que me contou fora das entrevistas. Registei assim no meu **Diário** um desses encontros no edifício Jean Monnet:

1 de Junho de 2007

*Encontro com Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, no centro Jean Monnet, em Lisboa. O convite foi curioso. O meu telemóvel tocou várias vezes numa 4.ª-feira de manhã, mas como era de um número privado não atendi. A certa altura — estava eu numa reunião — apareceu a Carla [Carla Duarte, minha secretária] a dizer que tinha uma chamada importante. Era Durão Barroso que me queria falar «**com urgência**». Depois de várias tentativas frustradas (a linha caía) lá chegámos à fala. Ele estava em Bruxelas e convidava-me para um almoço que teria lugar na 6.ª-feira, em Lisboa, com outros directores de jornais. Eu não podia, a essa hora estou a fechar o* Sol. *Ele lá foi dizendo que eu já tinha «**outro estatuto**» — e acabámos por combinar um encontro a sós às 16h30. Recebeu-me cordialmente e levou-me à varanda (do 10.º andar, onde tem o gabinete em Lisboa) para ver a vista e a cratera do Parque Mayer (que me impressionou e me levou umas semanas depois a escrever um artigo sobre o assunto). Falámos de muita coisa. Ele mostrou-se muito preocupado com Putin, cujas convicções democráticas deixavam a desejar. Pessoalmente era uma pessoa afectuosa, mesmo «**doce**», mas depois parecia ser um tipo sinistro. Falou-me de 18 jornalistas mortos por bandos de malfeitores que depois não são responsabilizados. Dá ideia de que são instigados pelo Poder. Isso faz lembrar a Alemanha nazi. Falou-me muito bem da chanceler alemã Merkel, que está interessada na construção europeia, gosta de viajar e fala línguas — ao contrário de Schroeder, que falava*

*mal inglês e não se interessava pelas questões europeias. Também falou muito de Sarkozy, que é um «**hiperactivo**» («**também tenho um filho assim**», disse Durão Barroso), está sempre a levantar-se, mexe no telemóvel, transborda de projectos e convicção. Mas tem dúvidas sobre ele, «**pode ser um óptimo aliado nas questões europeias, se lhe der para o bem...**». E repetiu esta ideia, frisando «**se lhe der para o bem**». Reafirmou a sua fé na entrada da Turquia na União Europeia, falou da África e da China, disse que a presidência portuguesa poderá correr bem, manifestou-se optimista quanto à aprovação do Tratado Europeu. Quanto a Sócrates, formalmente disse bem dele, mas quando a conversa se descontraiu manifestou-se preocupado com o seu autoritarismo e com um certo «**histerismo**». Disse que o problema da licenciatura o tinha afectado e que num país da Europa normal teria sido forçado a demitir-se. Sobre a Ota [para onde estava previsto o novo aeroporto que deveria substituir a Portela], afirmou que nunca esteve de acordo com o local, e que não se manifestou quando era primeiro--ministro porque a sua estratégia era adiar o projecto* sine die. *Também confirmou que Cavaco [o Presidente da República] discorda da Ota. Ainda a propósito de Sócrates, contou um telefonema que lhe fez protestando contra uma notícia do* Diário Económico *que teria saído [ou seja, tinha resultado de uma fuga de informação] da Comissão Europeia. Durão Barroso fez-lhe ver que o* Diário Económico *não tinha qualquer importância. Mas Sócrates parecia histérico com o assunto.*

Margarida Uva aturava Sócrates

Depois da queda do Governo de Sócrates, Durão confidenciou--me que este, nos tempos que antecederam a sua demissão e quando já estava desesperado, lhe ligava muitas vezes a pedir ajuda. «**Às vezes eu já não tinha paciência para ele, e era a minha mulher, coitada, que o aturava. Ele estava tempos sem fim ao telefone a queixar-se.**» Durão diz-me ainda que a Comissão Europeia nunca pensou que a situação financeira portuguesa fosse tão desesperada: «**Quando Sócrates chamou a *troika*, nós não sonhávamos que a situação fosse aquela. Os cofres estavam vazios, nem havia dinheiro**

para pagar os ordenados aos funcionários...» Noutras conversas, disse-me que Berlusconi era «**um ordinário**», e que o apanhou a contar «**anedotas porcas à frente de senhoras**». Sobre Arafat confessava ter sido uma das suas maiores desilusões. Admirava-o antes, mas perdeu depois todo o respeito por ele, pois não tinha o mínimo nível.

«Não sou candidato»

Quando Durão Barroso estava mesmo a acabar o mandato em Bruxelas, tivemos um almoço em Lisboa no restaurante do Hotel Tivoli Jardim (*«by Olivier»)*, que lhe dava jeito pois ficava mesmo ao lado do edifício Jean Monnet. Eu publicara um artigo de balanço elogioso da sua presidência na Comissão Europeia, e ele quis agradecer-me. Antes, pelo telefone, tinha-me dito que a mulher estava deprimida com os artigos muito críticos em relação aos seus mandatos europeus e, para a animar, dera-lhe o meu artigo a ler.

Julgo que este almoço também serviu para remediar uma falta sua. Pouco tempo antes, eu enviara um conjunto de perguntas sobre uma questão qualquer através da sua secretária, Leonor Ribeiro da Silva. Mas não obtive resposta — e dois dias depois vi as respostas dele às minhas perguntas escarrapachadas... no *Expresso*! Telefonei indignado a Leonor, ela meteu os pés pelas mãos, explicou que Durão Barroso não pudera responder ao *Sol* em tempo útil — e que o *Expresso* lhe fizera as mesmas perguntas. Mas aquilo cheirou-me a «traição».

Esse almoço no Tivoli Jardim acabaria por dar uma manchete do *Sol*, pois foi aí que me garantiu que não seria candidato à Presidência da República em 2016.

José Pacheco Pereira

Um belo dia, no fim de um encontro em S. Bento, no fim dos anos 80, Cavaco Silva fala-me de alguns colunistas do *Expresso*. Não gosta do Vicente Jorge Silva, meu director-adjunto (recusando-se a ser entrevistado por ele). Também não gosta nada do Nuno Brederode Santos, do qual não diz o nome e que refere como «**aquele colunista que você lá tem para dizer mal de mim**». E dito isto, pergunta-me: «**Quer uma sugestão? Por que não convida o Pacheco Pereira para escrever no seu jornal? Era uma boa aquisição...**» Agradeço mas rejeito interiormente a ideia. Pacheco Pereira tem nesta altura uma coluna de opinião num jornal qualquer (talvez o *Semanário*) que não me parece particularmente interessante.

Encontro no comboio

Mais ou menos por esta época encontro Pacheco Pereira no comboio para o Porto. Eu e a Maria João Avillez vamos ao Norte entrevistar o pintor Henrique Medina, que está muito velhinho. Pode morrer de um momento para o outro — e perderemos a oportunidade de entrevistar um grande pintor (que não está na moda por ser um clássico, protegido pelo Estado Novo, mas que tem uma grande obra e alcançou mesmo prestígio internacional).

Vive num hotel na Póvoa de Varzim — o Hotel Vermar —, que tem fama de ser excelente, magnificamente orientado, e é para lá que nos dirigimos. Pacheco Pereira, que viaja na mesma carruagem,

vê-nos, levanta-se e vem até ao nosso lugar cumprimentar-nos. Depois começa a contar a história de uma polémica pública que tem nos jornais com o Eduardo Prado Coelho, crítico literário e intelectual do PCP. Nem eu nem a Maria João acompanháramos essa polémica, pelo que não percebemos patavina do que ele nos dizia. Só percebemos que o despique verbal fora (ou estava a ser) renhido e que na sua origem estava qualquer coisa relacionada com o comunismo.

Pacheco é ferozmente anticomunista. Fez parte da esquerda liberal, com José Manuel Fernandes e João Carlos Espada, e aproximou-se do PSD. Eu e a Maria João tínhamos pensado aproveitar a viagem para preparar a entrevista, mas tal mostra--se impossível: Pacheco Pereira não sai de junto de nós, embora a situação seja bastante incómoda para ele, pois tem de se afastar constantemente para dar passagem às pessoas que circulam na coxia. Mas isso não o demove, e permanecerá ali durante boa parte do trajecto.

Um comportamento pouco digno

Aquela foi a primeira vez que tive contacto mais directo com P. P. e achei-o um chato. Muito tempo depois ele impôs-se como um *opinion maker* bastante escutado, criou um blogue com muitos seguidores e pôs-se a hipótese de o convidarmos para colaborar no *Expresso*. Neste momento, Cavaco Silva já tinha saído há muito de S. Bento. Julgo que levantei algumas objecções, mas o convite acabou por ser feito pelo José António Lima, e o início da coluna foi marcado para determinada data.

Mas no dia aprazado P. P. não entregou nada — e mandou uma secretária dizer que estava fora do país e não podia escrever. Achámos estranho, mas aceitámos a explicação. Na semana seguinte, o episódio repetiu-se: a mesma secretária, já perto do dia de fecho, explicou que ele estava doente e não podia escrever. «**Mau!**», dis-

semos. «**Isto não está a começar bem.**» Eis senão quando, um ou dois dias depois, o Fernando Madrinha, subdirector do *Expresso*, me vem dizer: «**O Pacheco Pereira vai escrever para o *Diário de Notícias*.**» «**Não pode ser!**», reajo com veemência. «**Deve tratar--se de um mal-entendido. Ele tem um compromisso connosco para escrever aqui.**» Estou absolutamente convencido de que deve haver ali grossa confusão. «**Eu sei disso**», insiste o Madrinha, «**mas encontrei o Mário Bettencourt Resendes** [director do *DN*], **que me contou que esteve com o Pacheco Pereira e este lhe disse que ia escrever no *Expresso*. Então, o Mário Resendes perguntou-lhe: 'E quanto é que lhe pagam?' 'Pagam X', disse Pacheco Pereira. 'Então, eu pago-lhe Y.' E logo ali ele se comprometeu a escrever para o *DN*.**»

Custava a acreditar — mas era verdade. Uma ou duas semanas depois Pacheco Pereira começaria de facto a escrever no *Diário de Notícias*. E nunca nos deu a menor explicação. Nunca disse nada. Os mais moralistas são muitas vezes os que fazem maiores patifarias. Devo dizer, entretanto, que tenho para com ele uma dívida de gratidão no plano pessoal, pois apresentou um livro do meu pai (com a correspondência epistolar que manteve com Óscar Lopes) e participou numa homenagem em sua memória no CCB, organizada pelo Centro Nacional de Cultura, presidido por Guilherme d'Oliveira Martins. Além disso, revelou-se sempre seu sincero admirador. Devo-lhe isso.

José Sócrates

José Sócrates em privado é uma pessoa muitíssimo diferente — e bastante menos brilhante — do que aparenta ser em público. Direi mesmo que é um homem banal. A diferença entre uma pessoa e «outra» chega a ser estranha. Não tem grandes ideias e fala às vezes de temas a despropósito.

Em 2001, quando era ministro do Ambiente, convidou-me para um almoço no restaurante italiano Il Gattopardo, no Hotel D. Pedro, nas Amoreiras, que estava muito na moda e que ele frequentava. Falámos de vários temas, e ele deu-me um lamiré que se confirmará: a escolha pelo Governo socialista de Emídio Rangel (que tinha deixado a SIC) para director-geral da RTP.

Comento essa escolha — manifestando surpresa e mesmo alguma estranheza — mas não me alargo nas observações até porque sei que Sócrates e a namorada, Fernanda Câncio, se dão com Emídio Rangel e Margarida Marante. Pois bem, Marante dir-me-á uns dias depois referindo esse almoço: «**Tu passaste a refeição inteira a dizer mal do Emídio!**» Fico estupefacto. Primeiro, porque não era verdade; segundo, porque só estavam duas pessoas à mesa. Pergunto-lhe quem lho disse e ela confirma que foi Sócrates. Sabendo que eu e Marante éramos amigos, foi fazer aquela intriga para meter veneno entre nós — e, claro, entre mim e Rangel. Era este o estilo de Sócrates.

No fim deste almoço no D. Pedro, Sócrates dá-me boleia para o *Expresso* no carro do Ministério. Mas não mostra qualquer pressa. Com o carro parado, fica imenso tempo a queixar-se, com

o motorista a assistir, da perseguição que o José Manuel Fernandes lhe move no *Público*. Parece de cabeça perdida. Penso para comigo: «**Mas faz sentido um ministro incomodar-se tanto com coisas destas? Que importância tem isso?.**» Ele achava que o J. M. F. estava obcecado com ele — mas o certo é que ele também estava obcecado com o J. M. F.

Rasgados elogios a Guterres

Depois de sair do Governo, na sequência da demissão de Guterres (em Abril de 2002), Sócrates fixa-se num tema do qual fala constantemente: a ingratidão do povo para com os políticos. Diz que todos os políticos saem mal do poder — e isso revolta-o. Para provar a sua tese, dá o exemplo de Guterres — que ele considera a pessoa mais inteligente que conheceu na sua vida — mas também o de Cavaco. Transcrevo do meu **Diário**:

25 de Novembro de 2003

*Almoço com José Sócrates no Pabe. Achei-o muito distante, parado. Formal. Fala da vida política com grande desprendimento e desilusão. «**Afinal lutamos por quê?**», pergunta. «**Para conquistar o Poder? E depois o fim é sempre o mesmo, saímos do poder vilipendiados. Foi o que aconteceu com o Guterres. E com o Cavaco, também. E vai acontecer com o Durão Barroso.**» Como conclusão, diz que está numa fase contemplativa. Defende Guterres, explicando que ele não se defende dos ataques que tem sofrido porque acha que não vale a pena. Que as pessoas não percebem. Faz críticas a Carrilho. Conta a propósito uma história engraçada: no casamento do filho de Ferro Rodrigues [com a filha de Dias Loureiro], ele, Sócrates, ficou na mesa com Carrilho e com o genro de José María Aznar. Este era grande admirador de Guterres, fazia-lhe grandes elogios. Então Sócrates disse que estava ali na mesa um socialista grande apoiante de Guterres e apontou para Carrilho. O genro de Aznar exultou, aumentou os elogios a Guterres — e*

toda a gente começou a rir... O genro de Aznar não percebia — até que lhe explicaram que Carrilho, embora socialista, não era apoiante mas sim crítico de Guterres. O genro de Aznar estranhou, dada a sua admiração pelo ex-primeiro-ministro. Bárbara Guimarães, mulher de Carrilho, deitou água na fervura.

Quando cheguei ao Expresso *[depois do almoço no Pabe] soube uma história que me deixou estupefacto: Sócrates tinha dito a Madrinha e a Mário Ramires que ia almoçar comigo e me ia perguntar por que o considerava homossexual. E explicou que Margarida Marante lhe tinha contado que, em conversa com ela, eu sugerira (ou afirmara) que ele era homossexual. Não me lembro dos pormenores da conversa com Margarida Marante, mas ela ir contá-la ao Sócrates...!*

«Vou abandonar a política»

Neste mesmo almoço convido José Sócrates para colaborar no *Expresso* com uma coluna semanal. O convite é feito já à saída, à porta do Pabe, onde ficamos uns largos minutos a conversar. O Pabe beneficia da característica simpática de ter em frente da porta um passeio largo e abrigado pelas copas das árvores, proporcionando uma continuação (no exterior) da conversa tida à mesa. Mas Sócrates recusa o convite, justificando que, tendo decidido abandonar a política e ir para Londres fazer uma pós-graduação, **«escrever uma crónica semanal seria de certo modo continuar a fazer política por outros meios, e eu não quero isso. Quero mesmo deixar a política e fazer um percurso universitário».** Não insisto mais, tal a determinação que ele mostra.

Posteriormente, contarei esta conversa à jornalista que acompanha o PS, a Cristina Figueiredo, sugerindo-lhe que noticiemos na edição seguinte que Sócrates vai abandonar a política. Mas, à medida que falo, a expressão da jornalista vai-se alterando. Passa da incredulidade à estupefacção e acaba por dizer-me: **«Abandonar a política? Mas, director, ele anda a fazer contactos para ser líder do PS...» «Não pode ser!»**, contesto. **«Ele acaba de mo dizer cara**

a cara, e não estava a fazer teatro. Recusou mesmo um convite para colaborar no *Expresso* porque vai para fora e quer seguir uma carreira universitária.» A jornalista, porém, mantém-se firme e mostra absoluta segurança nas informações de que dispõe. Eu é que começo a sentir-me maluquinho: ouvi de um ex-governante a afirmação categórica de que vai deixar imediatamente a política — e ouço agora da boca de uma jornalista em quem confio que ele está a preparar o terreno para ser líder do partido!...

Na época, eu conhecia mal Sócrates. Se o conhecesse melhor, saberia que nele não há qualquer distinção entre a verdade e a mentira. Diz em cada momento, com o maior à-vontade, aquilo que lhe convém dizer. O facto é que, poucos meses depois — em Julho de 2004 —, Ferro Rodrigues demitir-se-á da liderança do Partido Socialista e Sócrates candidatar-se-á ao cargo, vindo a ser eleito secretário-geral. Devo acrescentar que pela primeira vez senti o que era uma pessoa mentir com total frieza, sem necessidade nenhuma de o fazer. E mentir numa conversa privada com outra pessoa, com o ar de quem faz uma confidência, falando com o coração nas mãos. Nunca ninguém me mentira de forma tão descarada, desavergonhada, mesmo.

Mais um episódio esquisito

Nas vésperas de Sócrates assumir a liderança do PS, em Setembro de 2004, Margarida Marante liga-me a dizer que ele acha que há da parte do *Expresso* (e de mim próprio) alguma animosidade em relação à sua pessoa e sugere um almoço entre nós.

Porquê este contacto de Margarida Marante? Porque, quando fora directora da *Elle,* M. M. trabalhara com a jornalista Fernanda Câncio, tornando-se sua amiga. Entretanto, Marante casara com Emídio Rangel e Câncio começara a namorar com Sócrates. Os dois casais passaram então a encontrar-se com alguma frequência. M. M. e Rangel tinham alugado uma vivenda na Biscaia, para os

lados do Guincho, e Sócrates e Câncio eram visitas lá de casa. A vivenda tinha uma localização esplêndida perto do mar e fora alugada à ex-actriz Manuela Marle, que lhe dera o nome de Casa Boulangerie. A decoração fora encomendada por Marante a Graça Viterbo. Ora, dado encontrarem-se frequentemente, Marante passou a funcionar — julgo que por amizade — um pouco como «assessora de comunicação» de José Sócrates.

Faço um parêntesis para falar de Fernanda Câncio. Conheci-a no *Expresso*, onde ela começou a trabalhar como estagiária antes de se mudar para a *Elle*. Nessa altura, namorava com Abílio Leitão, que também trabalhava no *Expresso* como *copy desk* e vivia em casa de um colega, onde Fernanda Câncio ficava também muitas vezes a dormir.

Sucede que Abílio tinha um fetiche pela fotografia (aliás, viria a ser fotógrafo *free lancer*) e dedicava-se a tirar fotografias das relações com a namorada. E não tinha o cuidado de esconder as fotos, deixando-as a revelar em cima dos móveis. Um dia, a empregada que ia fazer a limpeza foi entregar ao dono da casa um maço de fotografias que tinha apanhado e que considerava impróprio estarem espalhadas pelo quarto. Devo esclarecer que nunca vi essas fotos, mas o episódio que acabo de relatar é autêntico, dada a fonte que mo confidenciou.

Almoço no primeiro dia como líder

Voltando ao almoço com José Sócrates e Margarida Marante, este realizou-se no Vela Latina, em Belém, na 2.ª feira seguinte (25 de Setembro de 2004) ao fim-de-semana em que Sócrates foi eleito líder do PS. Era, pois, o seu primeiro dia na liderança do partido. Estranhei a sua disponibilidade, pois o primeiro dia de um líder é normalmente muito atarefado.

Ele e M. M. entraram juntos no restaurante, eu já lá estava, instalámo-nos à mesa, ela levantou-se de seguida para ir ao WC — e

Sócrates, aproveitando estar sozinho comigo, diz-me o seguinte: «**A Margarida Marante insistiu neste almoço, mas eu devo dizer-lhe que não tenho qualquer problema com o *Expresso,* antes pelo contrário. Sempre me senti bem tratado...**» Fico estupefacto! Então a Margarida tinha inventado tudo? Não era possível. Até porque — como resulta do que foi dito — ela sabia muito bem nessa época o que Sócrates pensava. E, sendo uma mulher perspicaz, com muita experiência na área da política, não se equivocaria com facilidade. Não era plausível que tivesse interpretado mal os seus sentimentos. Concluí, pois, que Sócrates estava mais uma vez a representar uma farsa.

Não havendo necessidade de esclarecer nada, o almoço decorreu de forma cordial. A dada altura, porém, Sócrates sugeriu que jantássemos brevemente, pois ao jantar havia mais tempo e mais disponibilidade para conversar com tranquilidade, sem a pressão do tempo.

Jantar na Bica do Sapato

Esse jantar teve lugar poucas semanas depois na Bica do Sapato, restaurante da moda na zona oriental de Lisboa, para os lados de Santa Apolónia, junto à discoteca Lux. Os comensais foram os mesmos: eu, Sócrates e Margarida Marante. Colocaram-nos numa mesa muito exposta, mesmo no meio da sala. Descrevi assim esse encontro no meu **Diário**:

9 de Novembro de 2004

Jantar com José Sócrates na Bica do Sapato, por «intermediação» de Margarida Marante. Foi uma refeição algo desconcertante. Começou com um happening: *quando estávamos a falar sobre o* Diário de Notícias *e os episódios relacionados com a demissão da direcção e a nomeação de uma nova (eu elogiava o novo director), surge no restaurante essa nova direcção do DN: Miguel Coutinho, Raul Vaz e Pedro Rolo Duarte. No jantar, Sócrates e Marante «pegaram-se», numa discussão sobre a Justiça. E Sócrates mostrou-se muito* naïf *quando*

*disse que num mestrado que fez (ou está a fazer) lhe explicaram como se cultivam relações. Numa perspectiva exclusivamente interesseira e instrumental, claro. Mas, à parte eu ficar com a ideia de que é um homem ainda imaturo, pareceu-me uma pessoa serena, cautelosa, não ansiosa — o que é importantíssimo num país que parece histérico e onde a tendência para a instabilidade é enorme. Mas Margarida Marante faz uma revelação: que tem um orientador espiritual, um padre do Opus Dei, que tem sido fundamental para a sua pacificação de espírito e para «**deitar cá para fora o ódio**». Mas anda a tentar equilibrar-se depois dos solavancos (enormes) provocados pelo fim da relação com Rangel — na qual tinha apostado tudo e pela qual tinha posto tudo em causa: a família, o bem-estar, a tranquilidade.*

Essa discussão acalorada sobre a Justiça entre Sócrates e Marante foi para mim inesperada, e já parecia vir de trás. Nem percebi bem o que discutiam. Parece que Sócrates já adivinhava que iria ver-se a contas com a Justiça, pois enervou-se sem razão aparente e começou a levantar a voz — tendo eu de lhe chamar a atenção pois já estava toda a sala a olhar para nós. A situação era ainda mais acabrunhante dado o facto de Marante e Sócrates serem pessoas muito conhecidas.

É no entanto curiosa essa observação que faço sobre Sócrates no **Diário**, dizendo ser «**um homem sereno e não ansioso**». Porquê? Quando abandonávamos o restaurante, um aparelho de TV colocado perto da saída transmitia um telejornal onde se dava uma notícia pouco simpática para o então primeiro-ministro Santana Lopes. E Sócrates comentou: «**Espero que o Sampaio tenha a lucidez e o bom senso suficientes para não ceder aos apelos para demitir o Governo e convocar eleições antecipadas.**» E parecia sincero. Só que, um mês depois, no início de 2005, Sampaio demitirá mesmo Santana Lopes. E Sócrates, comentando publicamente o facto, afirmará que o Presidente da República não tinha outra alternativa senão demiti-lo. É assim a política... Diz-se o que convém no momento. No que se refere a Sócrates, esta afirmação não poderia ser mais verdadeira.

Almoço com o *Sol* em S. Bento

Quando fundámos o *Sol*, em 2006, José Sócrates convidou toda a direcção para almoçar em S. Bento, na residência oficial do primeiro-ministro. Fui eu, o José António Lima, o Mário Ramires e o Vítor Rainho. A refeição teve lugar na sala grande do rés-do-chão, à direita da entrada, que antes era sala de espera (e depois voltará a ser). Sócrates chega acompanhado por vários colaboradores, entre os quais Luís Patrão e Luís Bernardo, um assessor de imprensa tido como maquiavélico. Sentam-se de um lado da mesa — e nós sentamo-nos do outro. Como sucede naqueles encontros entre delegações partidárias em que as partes se sentam frente a frente.

A conversa assumirá contornos surrealistas. Há discordância de opiniões e os ânimos exaltam-se. Depois, Sócrates começa a desenvolver uma teoria sobre o condicionamento político dos meios de comunicação social. Diz que é estúpido os políticos quererem comprar ou influenciar os jornalistas ou os directores de jornais, pois é muito mais eficaz — além de ser muito mais fácil — condicionar os patrões dos grupos de *media*. Curiosamente, será esta a teoria que Sócrates aplicará no caso Face Oculta, tentando condicionar os grupos de *media* através dos accionistas. É caso para dizer: com a verdade me enganas...

Nestas conversas (ou discussões) em privado, assim como nos almoços a sós, Sócrates era — como ficou dito — muito pouco brilhante a argumentar. Parecia uma pessoa banal, com uma conversa banal. Ora, nas intervenções televisivas, era acutilante e eficaz, às vezes quase brilhante, mesmo quando não tinha a razão do seu lado. Perante as câmaras de televisão ou o público, Sócrates superava-se. Ou então, como alguém disse, tinha uma capacidade de memorização invulgar e preparava previamente essas intervenções, limitando-se no momento a debitar o discurso que tinha preparado. Não sei qual será a verdade.

No fim desse almoço em S. Bento, e em jeito de conclusão, digo a Sócrates que, como princípio, defendo a estabilidade do Governo e

que o *Sol* não será um jornal bota-abaixista. Ora, à saída, Sócrates perguntará discretamente ao Mário Ramires, do qual é amigo: «**O que o Saraiva disse é mesmo o que ele pensa?**» Ramires confirma: «**Ele sempre afirmou isso.**»

Tentativa para fechar o *Sol*

Mas o *Sol* seria o primeiro jornal a dar um tiro no socratismo, ao publicar em Janeiro de 2009 as primeiras notícias sobre o caso Freeport. O país ficou em polvorosa. Nunca mais voltei a falar com Sócrates. Mas ele tentou fechar o *Sol* através de Armando Vara, quando este era administrador do BCP.

Vale a pena contar esta história, porque constitui uma página negra da liberdade de imprensa em Portugal. O BCP — Banco Comercial Português foi accionista fundador do *Sol*, por opção inicial de Paulo Teixeira Pinto, seu presidente, depois assumida por todo o Conselho de Administração. Ora, quando no BCP estalou a guerra entre Teixeira Pinto e o ex-presidente Jardim Gonçalves, ambos procuraram arregimentar apoios. Teixeira Pinto pediu a João Rendeiro, líder do BPP — Banco Privado Português, que era accionista do BCP, apoio na luta contra o «adversário», solicitando-lhe ainda que desse uma palavra a Balsemão. Porquê Balsemão? Porque era amigo de Rendeiro e accionista do BPP. Ora Balsemão, convidado a apoiar Teixeira Pinto, aceitou a incumbência desde que o BCP saísse de accionista do *Sol*. E Teixeira Pinto cedeu, dando ordem de venda das acções do *Sol* que o banco detinha. Esta informação foi-nos fornecida por Paulo Azevedo, administrador do BCP no *Sol* (não confundir com o filho de Belmiro de Azevedo), o homem a quem Teixeira Pinto deu ordem para vender as acções do nosso jornal, num telefonema que apanhou Azevedo em viagem na China...

Foi triste ver Balsemão, um defensor da liberdade de imprensa com quem sempre tive impecáveis relações de trabalho, envolvido numa tentativa de condicionar um jornal (ou mesmo fechá-lo) por

razões mesquinhas. A verdade é que Balsemão nunca aceitou que as pessoas o «abandonassem». Ao sair do *Expresso* eu fiquei na sua «lista negra». E ele fez tudo para aniquilar o *Sol*. Quanto a Paulo Teixeira Pinto, também foi triste vê-lo entregar-nos às feras (no fundo, atraiçoar-nos), cedendo a essas pressões.

Mas a história não acaba aqui.

Um ano depois daquele episódio, o BCP — já administrado por Carlos Santos Ferreira e Armando Vara, e sem Paulo Teixeira Pinto — tentou recuperar o controlo do *Sol*. E isso só não aconteceu porque se intrometeram accionistas angolanos. Conto esta história noutro local. Mas qual era objectivo do BCP ao tentar isso? Que sentido tinha querer voltar a dominar o *Sol* depois de ter decidido deixá-lo? O objectivo era simples: fechar o jornal, porque Sócrates o via já como um inimigo a abater. E Carlos Santos Ferreira e sobretudo Vara eram, neste caso, simples factótuns de Sócrates. Mais tarde, o próprio Presidente da República, Cavaco Silva, disse-me em Belém que também era esta a informação de que dispunha.

Acrescente-se que, pelo meio, tinha havido outro episódio rocambolesco: uma oferta de compra da maioria das acções do *Sol* por parte do Grupo Lena, impondo como condição que a direcção do jornal (composta por mim, José António Lima, Mário Ramires e Vítor Rainho) saísse. Esta proposta foi veiculada por Afonso Camões, jornalista muito próximo de José Sócrates. E antes disto, em pleno caso Freeport, um emissário de Sócrates (Luís Bernardo) contactara Mário Ramires para lhe dizer que os problemas financeiros que tínhamos seriam resolvidos se nós não publicássemos mais notícias sobre o tema. Fizemos uma reunião de emergência e não cedemos.

Antes ainda de José Sócrates deixar o poder, quando se tornou patente o número de negócios duvidosos em que estava envolvido, chamei-lhe «**o Vale e Azevedo da política**». E vaticinei que, tal como o ex-presidente do Benfica, ele seria preso depois de deixar o cargo. Acertei em cheio!

Leonor Beleza

Antes de a conhecer pessoalmente, defendi-a inúmeras vezes na *Política à Portuguesa* do *Expresso*. Como ministra da Saúde, Beleza esteve desde o início sob fogo cerrado da Ordem dos Médicos, dirigida por Machado Macedo. E foi escolhida como alvo a abater pela comunicação social, designadamente *O Independente,* sob a batuta de Paulo Portas.

Beleza foi também visada nas obras de construção do Hospital de S. Francisco Xavier, acusada — com o secretário de Estado Fernando Costa Freire — de ter pago mais do que devia para antecipar a inauguração do hospital, com objectivos eleitoralistas. E, mais tarde, foi atacada num caso de plasma supostamente contaminado com o vírus da sida usado em transfusões de sangue a hemofílicos — caso este que envolveu também a sua mãe, a enfermeira Maria dos Prazeres Beleza.

Pareceu-me sempre que, por detrás desses ataques à ministra, havia interesses corporativos, por um lado, e objectivos políticos, por outro. Beleza quis mexer naquilo que considerava privilégios dos médicos — e estes, que constituem um lóbi poderoso, reagiram. Por outro lado, a ministra apanhava por tabela a aversão da esquerda (e mesmo de certos sectores da direita) ao então primeiro-ministro Cavaco Silva. Este inaugurara um período de profundas reformas e afastara da área do poder todos os outros partidos, obtendo a primeira maioria absoluta de um partido sozinho (ainda por cima, com uma votação superior a 50%).

O PCP, o PS e o CDS viam em Cavaco o inimigo principal. Senti, pois, que Leonor Beleza era uma vítima colateral nessa guerra, e por isso defendi-a sempre.

Pôr as mãos no fogo

Um dia, a revista *Visão* publicou uma capa onde se lia em letras garrafais: «**Quem põe as mãos no fogo por Leonor Beleza?**» Ora, no sábado seguinte, eu respondi na *Política à Portuguesa*: «**Ponho eu.**» Os comentadores em geral resguardam-se, não querem aparecer como defensores dos governantes, pretendem ser populares (e é mais popular dizer mal do que dizer bem) — mas eu nunca me guiei por esta cartilha. Sempre disse o que pensava. Também nunca escrevi para conquistar a simpatia de alguém e muito menos para me retribuírem o apoio. Mas confesso que fiquei estupefacto quando, na primeira vez que falei ao telefone com Leonor Beleza, ela se mostrou inesperadamente agreste.

Comecei a conversa a perguntar-lhe: «**Então como vão os seus problemas com os médicos?**» A guerra era pública. Todos os dias saíam novas notícias sobre o tema. Ora, a ministra respondeu: «**Problemas? Que problemas?**», «**Mau**», pensei para comigo, «**isto não começa bem...**»

Apesar do mau início de conversa, combinámos um almoço no Pabe. E aí confirmei que não estávamos na mesma onda. A conversa não fluía. Não houve empatia. Defendi-a no entanto até ao fim, por continuar a achar que era vítima de uma campanha. Cavaco Silva aguentou-a também enquanto pôde, mas acabou por substituí-la em 1990 por Arlindo de Carvalho.

A santa caída do altar

Após o fim do cavaquismo, Marcelo Rebelo de Sousa tomou conta do PSD, em Março de 1996 — sucedendo a Fernando

Nogueira, que não aqueceu o lugar — e Leonor Beleza tornou-se o seu braço direito no partido. Ora, um dos factos mais importantes desta época foi a constituição de uma «nova AD» (Alternativa Democrática) — uma aliança entre o PSD e o CDS, liderados por Marcelo e Paulo Portas — que Leonor Beleza intermediou, com vista a disputar as eleições de 1999.

Essa intermediação de Beleza pareceu-me pouco dignificante. Grande parte da campanha contra ela quando era ministra fora feita, como disse, pel'*O Independente* — um jornal que se empenhara abertamente no derrube do cavaquismo (do qual Leonor Beleza fora uma das figuras mais destacadas). Como podia agora Beleza ser a própria promotora de um entendimento entre o líder do seu partido e o ex-director do jornal que a combatera com ferocidade? Como tinha estômago para isso? Mas a gota de água foi quando, depois da queda de Marcelo, Beleza anunciou o apoio a Durão Barroso — que tinha conspirado contra Marcelo! Eram cambalhotas a mais! Escrevi então um artigo a criticar duramente Leonor Beleza, comparando-a a uma santinha que estava no altar do PSD — mas que caíra ao chão e se partira.

Encontro incómodo em Évora

Esse artigo foi publicado num sábado, dia de saída do *Expresso,* com o título *A queda de um ícone*. E nesse sábado — como acontecia com alguma frequência nessa época — fui jantar a Évora, ao restaurante Fialho. Ora, quando passo a porta de vidro, quem vejo ao fundo da sala? Leonor Beleza e o marido, pois claro! Em pé, à espera de mesa. Nunca a vira ali. Foi a primeira vez, e logo no dia de publicação daquele artigo muitíssimo crítico. Beleza baixou a cabeça e não me falou; eu fingi que não a vi.

Uns tempos depois, Leonor Beleza referir-se-ia a mim numa entrevista, classificando-me como o jornalista que mais a tinha magoado. «**Importa-se de repetir?**», pensei para comigo. *O Inde-*

pendente, a *Visão,* o *Público,* o *Diário de Notícias,* o *Jornal de Notícias,* o *Correio da Manhã,* todos a haviam atacado com violência, e eu fora quase o único a defendê-la. Por junto, só tinha escrito um artigo a criticá-la, devido a um gesto seu objectivamente lamentável (visto representar uma falta de respeito por si própria, pelo seu passado e pelo do seu partido). Intermediar uma negociação com quem mais tinha feito para a derrubar, a ela e ao Governo do PSD, parecia-me uma desvergonha. Mas todos esses ataques foram esquecidos — e passei a ser eu, que a defendera contra toda essa gente num período difícil, o mau da fita. A História prega muitas partidas.

Luís Filipe Menezes

Era praticamente um desconhecido a nível nacional quando, durante um célebre Congresso no Coliseu de Lisboa para eleger o sucessor de Cavaco Silva na liderança do PSD, em Fevereiro de 1995, acusou os apoiantes de Durão Barroso de serem «**elitistas, sulistas e liberais**». Ele apoiava Fernando Nogueira, que sairia vencedor, mas chorou por causa da chuva de críticas que lhe caíram em cima.

Muitos disseram que acabara ali a sua carreira política. Eu escrevi o contrário: que começara verdadeiramente ali a sua carreira política. De facto, depois disso, ele seria presidente do PSD, sucedendo a Marques Mendes, e presidente da importante Câmara de Gaia.

Tirar o tapete a Nogueira

Cerca de um ano depois desse congresso almoçámos em Belém, no T-Clube, a meu convite. Fernando Nogueira já estava queimado e o PSD já se agitava à procura de um novo líder. Cito do meu **Diário** este relato, que também dá ideia do ambiente político que no pós-cavaquismo se vivia dentro daquele partido:

12 de Dezembro de 1995

Combinei almoçar com Luís Filipe Menezes no T-Clube. Chego um pouco adiantado e espero no bar. A certa altura chega o ex-ministro

*[das Obras Públicas] Ferreira do Amaral. Convido-o a sentar-se à minha mesa. Ficamos um pouco a falar. Pergunto-lhe se vai ou não candidatar-se à liderança do PSD e faço-lhe notar que já fez sobre o assunto declarações contraditórias. Ele explica que não, diz que não é uma pessoa muito afirmativa e portanto as suas declarações são susceptíveis de interpretações diversas. Acrescenta que o seu desejo é não se meter nisso. Gostaria que aparecesse uma pessoa da sua área que quisesse ser líder e o desobrigasse de pensar no assunto. A seguir chega Faria de Oliveira, também ex-ministro [do Comércio] (e vice--presidente do PSD na direcção de Fernando Nogueira). Convido-o também a sentar-se à nossa mesa. Quase logo a seguir chega Luís Filipe Menezes. Faria de Oliveira (que ainda não tinha aquecido o assento) levanta-se de um pulo e diz «**parece que chegou a altura de nos separarmos**». Lembro-me então de que, no congresso do PSD, Faria de Oliveira exigira a cabeça de Luís Filipe Menezes, depois de um célebre episódio em que este chamara aos apoiantes de Durão Barroso «**elitistas, sulistas e liberais**». Faria de Oliveira, algarvio, sentiu-se e exigiu a Fernando Nogueira que prescindisse de Menezes, que estava indicado para vice-presidente do PSD. Desde aí quase não se falam.*

Durante o almoço com Menezes ele confessa que já não acredita em Fernando Nogueira e que ele vá muito longe como líder do PSD. Ora, quando Cavaco anunciou a saída, Luís Filipe Menezes foi um dos primeiros a telefonar a Nogueira e a dizer-lhe que tinha de avançar para a liderança. E foi incentivado por telefonemas como este que Fernando Nogueira avançou. Ora, com apoiantes tão firmes e convictos, é natural que Nogueira não tenha ido a lado nenhum. Por estas e por outras, vejo L. F. M. como o «Judas do PSD»... e pareceu-me ter ambições de ser líder.

Encontrámo-nos depois mais duas ou três vezes — e fiquei sempre com a mesma impressão: o seu principal objectivo era trepar as escadarias da política e concentrava aí todas as suas energias. Era um táctico. Não o preocupava a discussão de ideias, mas o modo de subir. Faltava-lhe em densidade o que lhe sobrava em ambição.

Um problema de ouvidos

O nosso segundo encontro teve lugar no restaurante Vela Latina, junto à marina de Pedrouços, em Lisboa. E aí dei mais atenção aos aspectos pessoais. Em privado, Menezes tinha uma imagem diferente da sua imagem pública. Em público era belicoso, um galinho de Barcelos; em privado falava pausadamente e muito baixinho. Julgo que isto também decorria do facto de ser surdo de um ouvido. Os surdos têm tendência para falar mais alto, chegando a parecer inconvenientes — e ele, sabendo isso, moderava-se. E o resultado era falar baixo de mais. À mesa, tinha de escolher o lugar, para poder ter o interlocutor do lado do ouvido são.

Contou-me como tinha entrado na política (antes era médico pediatra). Numa cerimónia qualquer, fizera uma intervenção que dera nas vistas relacionada com a medicina, e na sequência disso fora desafiado (julgo que pelo próprio Cavaco Silva) a experimentar a política. Ele contava isto com orgulho, querendo mostrar que não fora ele que se «impingira» ao partido mas sim o partido que fora ao seu encontro e o «chamara». Percebi que era uma pessoa com muita ambição, como depois se viu.

Luís Marques Mendes

Não me recordo da circunstância em que o conheci, mas foi certamente no início do consulado cavaquista. Ele era uma espécie de secretário de Estado da Informação, sendo natural que falasse com directores de jornais e jornalistas políticos. Ao contrário do que se diz sobre o cavaquismo e sobre o próprio M. M., nunca me pressionou a publicar o que quer que fosse e também nunca me enganou nem induziu em erro. É óbvio que só falava daquilo que queria falar, mas as informações que me dava eram confiáveis. E não era só eu que o dizia. Lembro-me de a Margarida Marante me dizer exactamente o mesmo: «**O Marques Mendes nunca me mentiu.**»

Um truque para chegar atrasado

Almocei com ele bastantes vezes: no Pabe, no T-Clube, n'Os Arcos, etc. Tinha uma característica marcante: chegava invariavelmente atrasado. E vinha às vezes com ar de ter saído do banho, pelo que presumo que ia directamente de casa para o almoço. Constava que se deitava muito tarde e que ficava de manhã a dormir. Mas como faria às quintas-feiras, dia de Conselho de Ministros que começava cedo, pois Cavaco era muito rigoroso nas horas? Ainda por cima, Mendes participava sempre nos Conselhos de Ministros, mesmo quando era apenas secretário de Estado, visto ser o único que lá tinha assento.

O mistério das quintas-feiras ficou desvendado um dia, em conversa com o José António Lima, que me contou o seguinte: custando-lhe muito levantar-se cedo, Marques Mendes combinou com uma secretária do Conselho de Ministros que, antes de a reunião começar, ela penduraria um casaco nas costas da cadeira onde ele se sentava — induzindo a ideia de que ele já ali tinha estado mas saíra (talvez para resolver algum problema urgente). O truque durou bastante tempo. Até que um dia Cavaco decidiu que, antes de se dar início ao Conselho, haveria uma breve exposição sobre a situação política feita por... Marques Mendes. E aí ele teve mesmo de começar a chegar a horas. Mas parece que a ideia não durou muito tempo.

Depois do fim do cavaquismo, em 1995, passei a falar menos com M. M., que curiosamente estabeleceu relações mais próximas com o meu director-adjunto, José António Lima. Admito que, com a minha preocupação de manter alguma distância relativamente ao mundo político, as pessoas possam fazer comigo alguma cerimónia. Ou, sem o dizerem, podem aborrecer-se com alguma coisa que escrevo e decidirem afastar-se...

Desiludido com o PSD

Quando Mendes voltou ao Governo, pela mão de Durão Barroso, em Abril de 2002, voltámos a ter algum contacto — embora, nessa altura, eu falasse mais com o primeiro-ministro. Mas é desse período que retiro este relato transcrito do meu **Diário**:

22 de Setembro de 2003

*Almoço n'Os Arcos com Marques Mendes. Pela primeira vez ele chega antes de mim (os atrasos dele são proverbiais)! Mostra-se confiante com a firmeza do Governo em não ceder aos «**cantos de sereia**» e levar até ao fim o saneamento do Orçamento e a redução do défice, mas diz-se muito desiludido em relação ao PSD e aos*

partidos em geral. Os militantes não discutem ideias, só querem saber de lugares — é o resumo do que ele pensa. Dá exemplos de sessões partidárias em que procura lançar o debate político mas as únicas reações que obtém são perguntas acerca de lugares. Fala ainda de Santana Lopes em termos não muito abonatórios. Exemplifica. Santana foi incumbido de presidir a uma comissão partidária que proporia várias reformas no 25 de Abril. Quando as foi apresentar a Marques Mendes (a pedido de Durão Barroso), este discordou de algumas delas. Apresentou os seus argumentos. E Santana — para estranheza dele — concordou! E a partir daí defenderia a opinião de M. Mendes. Que confiança se pode ter num homem que preside a uma comissão, que chega na comissão a certas conclusões — e que, quando confrontado com os argumentos de outra pessoa, muda logo de opinião? Se esta pessoa não tivesse falado com ele, que teria acontecido? Como é que um homem assim, com esta vulnerabilidade, pode querer ser Presidente da República?

Mendes escreveu 50% dos discursos de Barroso

Um pouco mais de um ano depois, novo almoço com M. M. n'Os Arcos. Era um restaurante que nessa época dava jeito a ambos: ele morava em Oeiras e o *Expresso* tinha-se mudado da Duque de Palmela, em Lisboa, para um edifício em Laveiras, perto de Oeiras. Entretanto, Durão Barroso partira para Bruxelas, substituído por Santana Lopes, e Mendes também saíra do Governo. Registo no meu **Diário**.

28 de Outubro de 2004

Almoço com Marques Mendes n'Os Arcos. A conversa é toda à volta da desgraça deste Governo, de Santana Lopes, e das virtudes do anterior, de Durão Barroso. Marques Mendes conta que Durão Barroso o convidou 3 vezes para ser ministro do seu Governo e que ele só aceitou à terceira. Que escreveu mais de 50% dos discursos de Durão Barroso. Insinua que foi ele um dos grandes responsáveis pela política

*de «**exigência**» e de contenção orçamental do Governo, dada a frente que formou com Manuela Ferreira Leite, a ministra das Finanças. Mas adianta que Durão Barroso sempre deu total apoio a esta política e que o surpreendeu pela positiva. Confessa que se viveram momentos muito difíceis, tendo assistido a conversas de ministros contra Manuela Ferreira Leite e a sua política de austeridade. Que, em face disso, ela percebeu que não podia fazer parte do Governo seguinte — e estava disposta a ir para Bruxelas, para um lugar de comissária (talvez da Concorrência). Durão Barroso era favorável a esta hipótese, porque — embora querendo manter o rumo de exigência — queria meter Santana Lopes no Governo, como vice-primeiro-ministro, e isso implicava a saída de Manuela Ferreira Leite, que era a segunda figura do Governo. Esta entrada de Santana Lopes no Governo fazia parte de uma estratégia que visava afastá-lo da candidatura presidencial, onde Durão Barroso queria Marcelo Rebelo de Sousa. Marques Mendes falou também dos «**ciúmes**» que tinha dele Morais Sarmento, dado o lugar progressivamente mais importante que M. M. foi ganhando junto de Durão Barroso.*

E disse outra coisa que me surpreendeu: que Paulo Portas não fez uma única intervenção de fundo em Conselho de Ministros! Que era um tacticista puro, sempre preocupado com a circunstância e sem preparação para definir uma estratégia, para ver mais longe. Segundo M. M., Durão Barroso começou a pensar ser presidente da Comissão Europeia depois das eleições em Espanha em que Aznar sofreu uma enorme derrota, visto que seria ele o mais forte candidato a presidente da Comissão (a derrota de Aznar teve que ver com o atentado de Atocha, da Al Qaeda). O facto de Durão Barroso querer M. R. S. como candidato presidencial, em vez de Cavaco, teria a ver — ainda segundo Marques Mendes — com o ascendente que Cavaco teria necessariamente sobre ele [Barroso], coisa que o incomodava.

Nota minha: se D. B. metesse Santana Lopes no Governo como seu n.º 2 e conseguisse que M. R. S. fosse o candidato presidencial, ganharia um ascendente claro sobre os seus antigos companheiros da Nova Esperança. Tornar-se-ia o mestre que ia mexendo as pedras no tabuleiro segundo os seus interesses, satisfazendo as várias ambições de poder.

«Não se pode confiar em Sócrates»

A última vez que conversámos a sós foi num almoço num restaurante onde nunca tínhamos ido, do qual não recordo o nome. Marques Mendes era na altura líder do PSD e Sócrates era o primeiro-ministro. A dada altura, Mendes diz-me taxativamente: **«O primeiro-ministro é uma pessoa em quem não se pode de todo confiar.»** E adiantou aquilo que eu já sabia: que Sócrates mentia com a maior facilidade. Não era possível fazer nenhuma negociação séria com ele, pois desdizia num dia o que dissera no dia anterior. Mendes também falou das suas próximas propostas políticas como líder do PSD, de que retive a privatização de transportes públicos urbanos que ainda estavam nas mãos do Estado (e eram muitos) e a privatização da RTP.

Desde aí julgo que não voltei a falar com ele. Depois tornou-se comentador e eu escrevi alguns textos críticos em relação aos políticos-comentadores, de que não terá gostado. Mas sempre achei isso uma promiscuidade. Porque eles não podem comentar com isenção. Não podem dizer o que pensam. No fundo, estão ali para, a pretexto de comentários, irem construindo uma certa imagem. Para fazerem a propaganda de si próprios. Isso foi patente em Marcelo Rebelo de Sousa, que só largou o seu espaço na TVI nas vésperas de anunciar a candidatura presidencial. Usou o programa até ao último dia.

A importância que os políticos atribuem a esses seus espaços de comentário televisivo pode medir-se pela verdadeira obsessão que mostram relativamente às audiências. Informam-se sobre elas doentiamente. Quando, por exemplo, o seu comentário coincide com um jogo de futebol noutro canal, ficam de rastos. Chega a parecer impossível. E o facto de quererem ser populares é demasiado evidente. Por exemplo, nenhum político-comentador, durante o tempo da *troika*, defendeu as políticas de austeridade. Punham sempre uns «ses»: **«Eu faria de outra maneira...»**, **«O Governo podia ter mais sensibilidade social...»**, etc. Nunca se comprometeram.

Os políticos-comentadores são um pouco como os treinadores desempregados — que, para manterem a visibilidade, se tornam comentadores de futebol. E raramente assumem posições de ruptura. Porque podem voltar a ter emprego e não querem que os seus comentários lhes possam complicar a vida no futuro.

Luís Valente de Oliveira

Almoço quase surreal foi o que tive com Valente de Oliveira, na altura ministro do Plano de Cavaco Silva. Ligou-me corria o ano de 1994 a convidar-me para almoçar no Ministério. Recebe-me numa sala com a mesa posta, tudo com ar muito formal, móveis de estilo, talheres de prata, copos de cristal trabalhado. Ele próprio tinha um ar formal, novecentista. Pede-me desculpa por me ter feito esperar uns minutos, mas estava a despachar uns papéis... Sentamo-nos à mesa, e logo no início da conversa diz-me uma coisa perfeitamente inesperada: «**Convidei-o porque estou a elaborar as Grandes Opções do Plano e, nestas situações, gosto de ter uma conversa com uma pessoa fora da política. Da última vez falei com o Miguel Esteves Cardoso, que me fez sugestões interessantes.**» Eu fico para morrer. O homem convidou-me esperando ouvir propostas fantásticas, mas eu não tenho nada para lhe dizer nem tenho já tempo para pensar no assunto. Faço um sorriso amarelo, enquanto esmifro desesperadamente a cabeça a ver se me vem um lampejo qualquer. A verdade é que estou obrigado a dizer coisas minimamente inteligentes...

Uma ideia salvadora

É neste momento que me ocorre uma ideia salvadora: «**Portugal é um país pequeno e por isso não pode apostar na quantidade, tem de apostar na qualidade. No turismo, não podemos apostar**

num turismo de massas, no ‘turista de caracol’ que não tem cheta. Há que atrair outro tipo de turista. E tal exige oferecer melhor qualidade. E isso é válido para todos os sectores. No turismo, nos têxteis, no mobiliário ou no calçado há que apostar na qualidade. E mais qualidade não significa gastar mais dinheiro: o fundamental nos produtos para exportação é um bom *design.* Um bom *design* é decisivo — tanto para os móveis como para os têxteis ou os sapatos... E tanto custa produzir móveis ou sapatos com um mau *design* como com um bom.» A conversa continua, mas eu penso que já estou safo. E quando me vejo na rua respiro fundo.

Umas semanas depois, assistia eu por acaso a um telejornal, quando vejo aparecer o ministro Valente de Oliveira a anunciar as Grandes Opções do Plano 2015. E começou mais ou menos assim: «**Portugal entrou numa nova fase, e a nossa grande aposta para os próximos anos tem de ser na qualidade.**» E o ano seguinte será mesmo baptizado como «**o ano da qualidade**». Na *mouche!* Devo dizer que nunca mais vi o ministro. Mas essa primeira e última vez foi frutuosa...

Manuela Ferreira Leite

Julgo que a primeira vez que estive com Manuela Ferreira Leite foi num jantar no Campo Grande em casa de Maria José e Jaime Nogueira Pinto, em 2001, onde eram também convidados Maria e Aníbal Cavaco Silva, Vasco Pereira Coutinho e mulher, José de Melo, que estava sozinho, depois da segunda separação, João Amaral e a mulher Isabel.

A certa altura, já depois de terminada a refeição, fala-se do jornal *Público,* onde José Manuel Fernandes, conotado com o centro-direita, dirigia uma redacção esmagadoramente composta por esquerdistas. A Cavaco custa perceber a situação. Digo-lhe uma coisa óbvia: que a maior parte dos jornalistas é de esquerda, e as diferenças de posicionamento dos jornais dependem apenas de quem os dirige. Os jornalistas do *Público,* do *Correio da Manhã* ou do *Expresso* não são muito diferentes; o que faz a diferença são as opções feitas pelas respectivas direcções. Mas isto — explico — não é um processo linear, é um processo cheio de choques e contradições, pois uma redacção não é um quartel... E no *Público,* segundo me apercebia, os choques ideológicos eram enormes. Por isso no jornal era visível uma certa esquizofrenia.

Noutro sector, Vasco Pereira Coutinho diz uma coisa interessante: que, se não fossem os emigrantes (sobretudo os de Leste), ele não conseguiria abrir as unidades hoteleiras que tem no Algarve. Em Portugal não existe gente para trabalhar em quantidade e qualidade.

À saída ainda se dão dois pequenos episódios que irei reter. Um envolve João Amaral (não o deputado do PCP, mas o que foi

director do *Semanário* e depois editor na Leya, casado com uma ex-assessora de Cavaco Silva, Isabel Amaral), que se me dirige em termos exaltados para criticar um artigo meu, onde afirmei que, «**contra todas as expectativas**», Durão Barroso será primeiro-ministro. Amaral considera isso uma blasfémia. Porquê? Por razões pessoais, penso eu. Ele é muito amigo de Marcelo Rebelo de Sousa, que foi destronado no PSD exactamente por Durão Barroso. Ora, dizer que este chegará aonde Marcelo não chegou constitui uma ofensa intolerável para João Amaral. Respondo simplesmente que é a minha opinião (que estava certa, como se verá).

O outro episódio foi um curto diálogo com Cavaco Silva, à despedida, entre portas. Diz-me que as minhas crónicas são como demonstrações matemáticas, e conclui: «**Nunca deixe de escrever assim!**» É um elogio para mim importante, pois Cavaco não é pródigo neste tipo de atitudes. E também porque os políticos — sobretudo aqueles que passaram pelo poder (e Cavaco esteve 10 anos como primeiro-ministro) — acham que os comentadores cometem muitos erros de análise por deficiência de informação.

Entretanto, nesse jantar, não falei com Manuela Ferreira Leite. Ela também pouco disse. Depois tivemos outros contactos — telefónicos, em casa de outras pessoas ou através de correspondência.

Um cartão reconhecido

Em 25 de Abril de 2003, é Ferreira Leite ministra das Finanças, o Presidente da República, Jorge Sampaio, faz um célebre discurso em que — referindo-se à política financeiramente exigente do Governo — diz: «**Há mais vida para além do Orçamento.**» Escrevo então um artigo — com o título «**Uma facada nas costas**» — em que critico duramente Sampaio e defendo a ministra. Digo que o Presidente prestou um mau serviço ao país. E explico: após os esforços titânicos da ministra das Finanças para, contra tudo e contra todos (mesmo contra gente do PSD), controlar a despesa do Estado

e reduzir o défice, veio o Presidente da República desautorizá-la em público e tirar-lhe o tapete. Fora uma deslealdade.

Ora, ao chegar ao meu gabinete na quarta-feira seguinte, tenho lá um cartão pessoal de Manuela Ferreira Leite onde leio: «**Não calcula o bem que me fez o seu artigo de sábado no *Expresso*. Por isso, muito obrigado. Os meus cumprimentos, MDF Leite.**» O artigo de um simples colunista de jornal fora, assim, um bálsamo para uma poderosa ministra das Finanças.

Jantar em casa de Rocha Vieira

Estive também com Manuela Ferreira Leite numa circunstância curiosa. Foi em 2006, na casa do general Rocha Vieira, na Quinta Patiño, numa noite escaldante de Agosto.

Tendo em conta o calor, e dado ser previsível que boa parte do serão seja passado no jardim, visto um fato claro, creme, e não ponho gravata. Toco à campainha e quem vem abrir é o próprio dono da casa, impecável num fato azul e engravatado. Nem chego a entrar. «**Eu vinha sem gravata, mas vendo-o assim vou ali ao carro buscar uma!**», digo-lhe. «**Não é preciso! Está muito bem assim! Se quiser, posso eu tirar a minha...**», responde ele. Mas eu já corria para o carro, tirei do porta-luvas uma gravata que lá tinha posto por precaução e fui à casa de banho pô-la ao pescoço.

Quando chego junto dos outros convidados, que se distribuem pela sala ampla e pelo jardim, tenho um segundo «choque»: todos os homens, além de usarem gravata, vestem solenes fatos escuros. Eu sou o único com fato claro — e distingo-me claramente naquele ambiente, o que me incomoda. Entre os presentes, além de Manuela Ferreira Leite, estão Ana Maria Caetano e marido, Teresa Gouveia, Bayão Horta, Guilherme Valente, Paula Calisto e Alberto Oliveira...

Fico algum tempo a falar com M. F. L. e impressiona-me o seu azedume. O líder do PSD é Luís Marques Mendes, e Ferreira Leite dirige-lhe duras críticas que me surpreendem, pois não sabia que o

ambiente no PSD era tão mau. Até porque Mendes fora seu aliado no Governo de Durão Barroso.

Ferreira Leite queixa-se essencialmente de Marques Mendes não a consultar para nada. Essa noite será, aliás, pródiga em conversas amargas, o que também não esperava. Bayão Horta, meio irmão de Basílio Horta, fica bastante tempo a criticar Durão Barroso por ter abandonado o país para ir presidir à União Europeia. Através desta conversa percebo que, numa certa elite empresarial e política da direita, o ambiente é muito hostil a Durão Barroso, acusado de «**desertar**».

As histórias de Ana Maria Caetano

Nesta noite, as histórias mais engraçadas e descontraídas ouço-as, surpreendentemente, da boca de Ana Maria Caetano, filha de Marcello Caetano. Apesar de o pai ter sido deposto pelo 25 de Abril, mostra-se mais alegre do que os presumíveis «beneficiários» do 25 de Abril, ou seja, os empresários e políticos que ali estão. E conta episódios bem-humorados relacionados com as viagens que fez com o pai. A mulher de Marcello Caetano era doente e quem a substituía em certas situações protocolares era a filha. Curiosamente, esta guarda mais recordações daquelas viagens onde houve percalços e problemas do que das que correram (maçadoramente, digo eu) segundo o previsto. Apesar dos seus 70 anos, Ana Maria Caetano — que continua a ser uma bonita mulher — revela um notável *fair play,* sentido de humor e até irreverência.

O único almoço

Apesar de ter encontrado Manuela Ferreira Leite em eventos sociais, como ficou descrito, ela não é o tipo de pessoa que goste muito de festas e ande em almoços ou jantares. Nisso é bastante

parecida com Cavaco Silva. É uma mulher austera, uma espécie de «Cavaco de saias». Assim, só almoçámos uma vez, no restaurante Terreiro do Paço, na Praça do Comércio, em Lisboa. A sala principal era no 1.º andar, mas nós ficámos numa zona discreta do rés-do-chão, ao lado da escada e à direita da entrada.

Manuela Ferreira Leite era líder do PSD e eu director do *Sol*. Estávamos na pré-campanha das eleições de 2009, as segundas disputadas por José Sócrates. Era evidente para mim que Sócrates ia vencer, pois Manuela fazia uma campanha amarga, muito negativa. Boa parte da sua mensagem centrava-se na crítica ao plano megalómeno de obras públicas de José Sócrates, que incluía um novo aeroporto de Lisboa, o TGV, uma nova ponte sobre o Tejo (também em Lisboa), 10 barragens, a requalificação da Zona Ribeirinha, etc. Mais tarde viria a perceber-se que Manuela Ferreira Leite estava cheia de razão nesse combate. Mas na altura ainda não era evidente para as pessoas que todo aquele fogo-de-artifício propagandístico de Sócrates acabasse como acabou, na quase bancarrota e num resgate financeiro. E muito menos que o primeiro-ministro pudesse receber luvas pelas obras.

Não me lembro bem da conversa que tivemos, mas certamente comentei a campanha que Manuela Ferreira Leite estava a fazer e que não atraía eleitores. E a minha interlocutora reafirmou com ênfase o seu ponto de vista, dizendo que as futuras gerações é que iriam pagar aquela loucura. E que tinha obrigação de alertar o país para isso. De todas as obras faladas, a líder do PSD só admitia a utilidade de uma: o novo aeroporto de Lisboa. E essa informação dada ali à mesa constituiria, aliás, a manchete do *Sol* nessa semana.

Depois deste almoço julgo que não voltei a falar com Manuela Ferreira Leite. E fez-me muita confusão a atitude que assumiu depois durante o Governo de Pedro Passos Coelho, em que criticou duramente, ao longo de quatro anos, a política de austeridade, sem fazer nenhum esforço pedagógico para explicar que o país tinha vivido acima das possibilidades e havia que fazer qualquer coisa.

Aliás, o episódio em que Sampaio lhe tirou o tapete, e que também foi contado atrás, aconselhava-a a ter agora outra atitude. Mas não. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Nas atitudes e posições públicas que as pessoas assumem misturam-se muitas coisas: as simpatias e antipatias, o orgulho, o desejo de vingança, os interesses próprios, etc. A atitude de M. F. L., estou em crer, não era totalmente racional. Sem querer fazer-lhe um processo de intenções, julgo que era o resultado de um misto de emoções.

Manuel Dias Loureiro

As minhas primeiras impressões sobre Dias Loureiro não foram boas. Ele era o secretário-geral do PSD, o homem do aparelho que Cavaco Silva não levou para o Governo em 1985, e eu achava-o irritante e conflituoso.

Não concordei com a sua escolha para ministro em 1987, e achei que foi uma cedência de Cavaco à pressão partidária. Mas a pouco e pouco corrigi a primeira ideia. Ele tornou-se uma peça fundamental da equipa governamental e diziam-me que fazia as análises políticas mais brilhantes em Conselho de Ministros, a pedido do próprio primeiro-ministro. Dizia-se que ele e Fernando Nogueira eram as duas peças mais importantes do Governo, um mais social-democrata, o outro mais liberal. Muito tempo depois — mais de 20 anos — Dias Loureiro recordava-se de uma crónica em que eu dissera que ele era o ministro mais inteligente. Não sei se eu o dizia assim, mas ele registou-a assim — e não devia andar longe da verdade.

«Aposta» ao almoço

Tive muitos contactos com ele, quer como ministro dos Assuntos Parlamentares quer como ministro da Administração Interna. O almoço que melhor recordo teve lugar na Gomes Teixeira, sede da presidência do Conselho de Ministros. Dias Loureiro era o ministro encarregado por Cavaco Silva de monitorizar as eleições de 1991. Antecipando o que poderá passar-se, digo-lhe que estou

convencido de que o PSD irá renovar a maioria absoluta, talvez com resultados superiores aos das últimas eleições. Ele contesta-me vigorosamente, afirmando que isso é «**matematicamente impossível**». E mostra-me as contas que fez círculo a círculo e que o demonstram. «**Eu fiz e refiz as contas, e se o PSD tiver maioria absoluta é à tangente**», afirma. Respondo-lhe que não fiz contas, «**mas a intuição diz-me que o PSD voltará a ter maioria absoluta com um resultado melhor que em 1987**». Se tivéssemos apostado, eu ganharia: o PSD teve 50,6% dos votos, contra 50,2% nas legislativas anteriores. Ele telefonar-me-á depois, dizendo: «**Você afinal é que tinha razão.**»

Recordo-me também de um almoço no Ministério da Administração Interna — que fica na esquina da Praça do Comércio limitada pela Rua do Arsenal e Rua do Ouro — numa altura em que se discutia muito a alteração do limite de velocidade nas autoestradas. Dias Loureiro é o ministro e pergunto-lhe por que não propõe o aumento do limite máximo de 120 Km/h, visto que ninguém o cumpria. Dá-me a seguinte resposta, que não esquecerei (até porque virei a perceber que é uma das linhas orientadoras dos governos de Cavaco Silva): «**Sabe, uma coisa importante da actividade governativa são os sinais que o Governo dá. Ora, aumentar a velocidade máxima seria um sinal errado.**» O próprio Cavaco Silva dar-me-á a mesma explicação relativamente a outros temas.

Uma casa no Estoril

Em 1991 ou 1992, um jornalista do *Expresso,* José Pedro Castanheira, fala-me de uma investigação que anda a fazer sobre uma casa que Dias Loureiro está a construir no Estoril, a qual levanta suspeitas pelo luxo que ostenta. A história é esta: Loureiro começou a vida como modesto advogado em Coimbra, foi depois secretário-geral do PSD e chegou a governante — não se vendo forma de ter reunido licitamente meios financeiros para construir uma casa

que, segundo os testemunhos, vai custar uma fortuna. Assim, o jornalista está convicto de se tratar de um caso de corrupção: uma empresa de construção, a Severo de Carvalho, que trabalha para o PSD e é supostamente protegida pelo Governo, terá feito a casa à borla em troca de favores políticos.

Não tendo o jornalista mais do que isto, fazer uma notícia configurará um processo de intenção. Não se trata de uma «notícia» mas de uma «presunção». Há suspeitas, mas não mais do que isso. Teremos — digo eu — de aprofundar a investigação com vista a arranjar algo de palpável que consubstancie as suspeitas.

Interpelo Dias Loureiro sobre o assunto, que me assegura que não há nenhum mistério no caso e prontifica-se a responder a todas as perguntas. A história fica em banho-maria. O José Pedro Castanheira insiste na publicação, eu peço-lhe factos concretos. Entretanto, Dias Loureiro começa a perguntar-me com alguma frequência se a notícia vai sair, parecendo-me preocupado. E é isso que me suscita desconfiança...

Ao fim de umas semanas, decido que o artigo sairá, mas com o seguinte enfoque: não se fará qualquer alusão explícita a uma hipotética corrupção, para a qual não temos elementos de prova. Limitar-nos-emos a noticiar que Dias Loureiro está a construir uma casa assim e assado, cujo luxo descreveremos. As ilações a tirar da notícia ficarão ao cuidado dos leitores. Foi uma decisão correcta, como se verá pelas reacções.

Sinais de riqueza

Depois de sair do Governo, Dias Loureiro começou a evidenciar alguns sinais exteriores de riqueza e até uma despropositada (e fatal) tendência para a ostentação. À refeição manda vir vinhos caríssimos, segundo me contam. Num almoço com o jornalista Fernando Madrinha, no Pabe, escolhe Chryseia, um vinho que custará entre 100 a 200 euros a garrafa (e não terão bebido apenas uma).

Por volta de 2002 ou 2003, convida-me para almoçar na Herdade do Esporão, onde existe um excelente restaurante dirigido por Júlia Vinagre. O intermediário do almoço é José Manuel Saraiva, jornalista do *Expresso* e seu amigo de longa data. Depois falo pelo telefone com Dias Loureiro. Explico-lhe que estão comigo uns cunhados. Ele diz-me logo para os levar e vai mais longe: oferece-se para nos mandar buscar a todos onde for preciso, inclusive de helicóptero. Agradeço mas declino. No almoço estarão presentes, além do anfitrião, o José Manuel Saraiva e a mulher, os meus cunhados Alzira e Rui Silva, eu e a minha mulher. A conversa é banal. À saída, o José Manuel Saraiva fica com o carro dele (uma bomba), pois D. L. segue para uma caçada.

Depois de sair do *Expresso,* tive notícias de Dias Loureiro através do Mário Ramires (que deixou o jornal antes de mim e depois foi subdirector e administrador do *Sol).* Vim a saber que ele nos ajudou a fazer contactos com investidores angolanos que tornaram possível a sobrevivência do *Sol* numa altura muito complicada da vida do jornal (2009).

Documentos na casa de banho

Um tempo mais tarde, em 2013, a direcção do *Sol* foi convidada por Dias Loureiro a jantar na sua casa do Estoril. Embora o convite fosse dele, a nossa ida lá correspondia implicitamente ao reconhecimento de todos nós por essa ajuda a encontrar investidores. Esta casa no Estoril não era aquela que fora objecto da notícia do *Expresso*, mas outra que D. L. comprara posteriormente. Era, no entanto, também um casarão, que transpirava riqueza. Já estalara o escândalo do BPN, e Dias Loureiro surgia entre os suspeitos, ainda que recusasse energicamente qualquer acto ilícito e eu acreditasse na sua inocência. Não por achar que era um anjo — mas por entender que era suficientemente inteligente para não se deixar apanhar numa ilegalidade evidente. E, de facto, nunca seria acusado.

Pouco depois, porém — estava eu de férias no Algarve —, o *Sol* publicou uma notícia acusando-o de ter escondido documentos na casa de banho. Era um facto que obviamente o incriminava. E naturalmente ficou furioso. Deve ter pensado que nos tinha dado a mão numa altura crítica — e nós a tínhamos mordido. Compreendo-o. O jornalismo tem destas coisas: a transparência e o respeito para com os leitores obriga-nos às vezes a publicar notícias problemáticas para pessoas que estimamos ou a quem devemos atenções.

Manuel Maria Carrilho

Tive os primeiros contactos com ele quando era ministro da Cultura do Governo de António Guterres. Antes de o conhecer pessoalmente, escrevi em 2000 um artigo — com o título **A Bela e o Monstro** — sobre o seu noivado com a apresentadora Bárbara Guimarães, na altura em que este se tornou público. É óbvio que não chamava «monstro» a Carrilho. O artigo dizia que, sendo o Governo de Guterres especialista em *marketing*, eu esperava que aquela relação fosse genuína e não uma simples operação de *marketing*, montada para beneficiar ambos: ele por ter uma noiva belíssima, ela por ter um noivo ministro (e ainda por cima da Cultura, área em que ela procurara sempre afirmar-se). Na altura, Carrilho comentou o artigo com o Fernando Madrinha, considerando-o um texto lamentável, «**à *Tal & Qual***» (jornal sensacionalista da época).

As fotos do «casamento»

Isso não impediu M. M. C. de dar em exclusivo ao *Expresso,* em 2000 — logo a seguir à publicação daquele artigo —, a notícia da sua saída de ministro da Cultura. E depois propôs-me, também em exclusivo, a cedência das fotos do seu casamento com Bárbara Guimarães, sob certas condições. Essa «oferta» foi feita num almoço em Belém, em 2001, intermediado pela jornalista Ângela Silva, num restaurante junto à doca, chamado Já Sei (especialista

em peixe grelhado, e transformado, mais tarde, no restaurante italiano Nosolo Itália).

Este almoço tinha um duplo alcance (e por isso pedi à Ângela para estar presente): por um lado, selar uma «reconciliação» entre nós (depois do incómodo causado pelo meu artigo), por outro, combinar os termos da cedência das fotografias do casamento. A proposta de Carrilho era esta: ele dava-me em exclusivo as fotos, eu comprometia-me a publicá-las na revista do *Expresso* a preto e branco. Ele trazia tudo pensado: a revista do *Expresso* daria às fotos o «toque intelectual», e o preto e branco dar-lhe-ia o «toque artístico». Não serão fotos normais de um casamento, mas uma reportagem fotográfica artística.

Mas este casamento tornar-se-á uma saga interminável e penosa. Estou de férias no Algarve quando recebo um telefonema de Carrilho explicando-me longamente que o casamento não poderá realizar-se pois tinha-se descoberto que Bárbara Guimarães se casara com o apresentador Pedro Miguel Ramos em 1997, «**num daqueles casamentos de praia**» *(sic)*. Apesar de o enlace se ter realizado informalmente num destino exótico — Punta Cana, na República Dominicana —, tinha validade legal. Bárbara poderá, pois, se casar com Carrilho, vir a ser acusada de bigamia.

M. M. C. dá-me estas informações em prolongadas conversas telefónicas, notoriamente nervoso e mesmo um pouco perturbado. Depois de muitos dramas, fica assente que a festa se realizará na mesma — mas não haverá casamento legal. Quanto às fotos, a combinação mantém-se.

Pressões incómodas

A festa realiza-se, o *Expresso* recebe as fotografias (tiradas pelo nosso fotógrafo António Pedro Ferreira, um médico que renunciou à carreira para se dedicar à fotografia), estas são digitalizadas e colocadas no nosso sistema informático — mas a meio da semana

verificamos, estupefactos, que houve um acto de pirataria informática e algumas fotos aparecem a circular na *internet*. E na sexta-feira (um dia antes da saída do *Expresso,* que deveria publicar as fotos em exclusivo) *O Independente* publica-as. M. M. C. fica furioso e com razão. Na redacção do *Expresso*, mal se constata a presença das fotos *online*, há quem defenda que não deveremos publicar nada — mas eu oponho-me, dizendo que temos de respeitar até ao fim o combinado com M. M. C.

A partir daí, porém, Carrilho começará a telefonar-me com insistência para saber se o assunto já está esclarecido. Eu vou-lhe dizendo que não, que lhe ligarei mal se descubra alguma coisa, chamo a PJ para investigar o roubo — mas continua sem se apurar nada e ele continua a insistir, quase como se fosse eu o responsável por aquela trapalhada...

Foi um episódio incómodo e desagradável. Percebi que Carrilho era um homem caprichoso e emocionalmente instável.

«*Nouveau et intéressant*»

Nesse período em que nos relacionámos mais, almoçámos em diversos locais: na cantina do jornal *Expresso* em Paço de Arcos, no restaurante do CCB, A Comenda, no citado Já Sei, em Belém.

Numa destas conversas, contou-me uma história engraçadíssima envolvendo Manoel de Oliveira. Este procurou-o um dia no Ministério da Cultura para lhe apresentar uma lista dos filmes que tinha em mente realizar. Acontece que a lista era extensa... e que Oliveira já tinha completado 90 anos! O ministro escutou-o com toda a atenção, mas não pôde evitar sorrir para dentro. Ora — dizia-me Carrilho sete anos depois — «**ele tem vindo, ano após ano, a cumprir religiosamente aquela lista.**»

Carrilho fazia o género de homem que o Vicente Jorge Silva designava como «*nouveau et intéressant*». Apesar dos seus 50 anos, cultivava um ar modernaço, cuidadosamente *negligé* mas vestindo

roupa de marca, com sapatos de sola grossa. Não dispensava as camisas com as iniciais M. M. C. bordadas por uma costureira que trabalhava para ele (sendo ele quem escolhia as cores das linhas, de acordo com a cor ou cores das camisas).

Também à mesa praticava esse culto da «modernidade». Num almoço com ele, no restaurante do CCB, foi a primeira vez que vi comer *risotto* à minha frente. Um dia disse-me que tinha sido gordo, mas fizera uma rigorosa dieta e nunca mais engordara. Comia muito pouco: era aquilo a que se chama «um pisco». Disse-me que um dos seus tormentos quando era ministro e andava pelo país era a mania que os representantes locais tinham de oferecer grandes almoçaradas em honra dos governantes. Mas arranjou um modo de escapar a isso: num determinado sítio dizia que tinha um compromisso para almoçar na paragem a seguir, e nesta dizia que já tinha almoçado. «**E não almoça?**», pergunto-lhe. «**Como qualquer coisa ligeira a meio do percurso com o meu chefe de gabinete.**» Ora, sendo Bárbara Guimarães uma mulher jovem, e bem constituída, fazia-me confusão M. M. C. fazer gala em ser tão magro. Mas isso não o impedia de lhe bater, como se saberá mais tarde...

Almoço na cantina

Enquanto Carrilho me convidava a almoçar na Comenda, no CCB — um restaurante relativamente caro —, eu convidava-o para a cantina do *Expresso* em Paço de Arcos. Transcrevo do meu **Diário:**

27 de Maio de 2003

Convidei Manuel Maria Carrilho para visitar as novas instalações do Expresso *[em Paço de Arcos]. Conversamos primeiro no meu gabinete, depois mostro-lhe a redacção e finalmente almoçamos na cantina. As pessoas acharam estranho eu convidá-lo para almoçar na cantina mas eu acho que ele gostou de conhecer* o Expresso *por dentro, cantina*

incluída. Aliás, ele come muito pouco: comeu uma salada de mayonnaise *de peixe (um prato muito mal cheio...) e um pudim. Disse-me que há 27 anos pesava mais 25 kg! Corre no Estádio Universitário duas vezes por semana. Disse-me que o Ferro Rodrigues está de rastos por causa da pedofilia (o* Expresso *publicou uma manchete no sábado dizendo que [o nome dele] consta do processo) e «**não diz coisa com coisa**». Ele acha que Ferro já não tem condições para liderar o PS. Quanto às presidenciais, acha que Mário Soares quer mesmo ser candidato mas já não conseguirá fazer uma campanha eleitoral, até porque «**troca os nomes**». Recorde-se que Carrilho se assumiu recentemente como apoiante de uma candidatura de Soares... A política é assim: cínica. Carrilho cita uma frase de Medeiros Ferreira, que lhe disse que Soares gostaria de «**ir directamente de Belém para o Panteão**».*

Medeiros Ferreira acabará, porém, por partir antes de Soares...

Apoio a uma candidatura de Cavaco

Na altura em que se realizou este almoço, Carrilho tinha uma coluna de opinião no *Expresso*, mas nunca foi um colunista marcante. Escreveu durante uns dois anos. Passados uns meses sobre o almoço acima descrito, encontrámo-nos de novo, desta vez no Já Sei (onde tinha sido o nosso primeiro encontro). Fiz o seguinte registo no **Diário**:

30 de Setembro de 2003

*Almoço com M. Maria Carrilho no Já Sei, em Belém. Ele fez-me várias críticas a Ferro Rodrigues (o líder do PS), dizendo, por exemplo, que ele anda no Parlamento encostado às paredes e o vocabulário dele não contém mais de 100 palavras. «**Tem um discurso paupérrimo**», afirma. Desafio-o a apresentar uma moção [no próximo Congresso do PS] voltada para os problemas do futuro, que volte a esquerda para o futuro e a retire da contemplação do passado. Diz que a sua vontade*

*é fundar «**um MASP de direita para eleger Cavaco**» Presidente da República. Não é estranho: Carrilho odeia Santana Lopes e Guterres. No fim, já cá fora, recordo-lhe que as vedetas de TV chegam a uma certa idade e são infelizes — e cito o caso de Maria Elisa. Peço-lhe desculpa por suscitar o tema, ele próprio é casado com uma vedeta de TV, Bárbara Guimarães. Mas ele diz-me que não faz mal e remata, dando razão às minhas observações, sobre a necessidade de as vedetas terem uma base familiar sólida para se aguentarem. «**Pois é, tenho uma grande responsabilidade...!**»*

Fim da linha

No Verão de 2005 sucede um episódio que porá fim às nossas relações. M. M. C. telefona-me numa quinta-feira, estou eu na praia do Barril (outra vez o Algarve...), a dizer-me que o *Expresso* vai publicar uma entrevista com ele e, segundo julga saber, o título é terrível. Ligo para a redacção, falo com o Mário Ramires, e constato que o título da entrevista até é simpático para ele. Telefono, pois, a tranquilizá-lo.

No sábado, porém, estou a chegar a casa vindo da praia quando toca o telefone. É M. M. C. com uma voz alterada. «**Já viu a manchete do *Expresso?* Já perdi as eleições!**» Tento acalmá-lo. Eu ainda não tinha visto o *Expresso,* não sabia de que título ele falava. Mas vou adiantando que não se perdem eleições por causa de um título de jornal. «**Já perdi as eleições!**», repetia ele de cabeça (esta sim...) perdida, mostrando a sua fragilidade e um certo histerismo (que, diga-se de passagem, fazia recordar Sócrates).

Depois de desligar e arrumar as coisas da praia, vou buscar o jornal. Ao contrário do que Carrilho me dissera, a sua entrevista não é a manchete, mas sim um título secundário, onde ele afirma que a maior parte dos jornalistas são mentecaptos. Ora, M. M. C. achava que, atacando os jornalistas, seria destruído por eles. Mas o que se passara?

O título de que eu falara a Carrilho fora naturalmente o da entrevista. A chamada de primeira página era outra coisa, até porque ainda não estava feita na altura em que falámos ao telefone (só se fazia no próprio dia de fecho). E quem fechava a primeira página na minha ausência era o José António Lima — que tinha obviamente as mãos livres para escolher os temas e fazer os títulos que entendesse. Quando eu estava fora, não me envolvia nisso. Mas Carrilho acusava-me implicitamente de o ter enganado...

A verdade é que as nossas relações acabaram nesse dia. Antes, ele confirmara ir ao lançamento do meu livro *Jardim Colonial,* mas não pôs lá os pés; e disse a alguém que, se lá fosse, seria para me «**dar um murro**». Não percebo de onde lhe vinha a confiança, pois era uma fraca figura... Mas Carrilho perderia efectivamente as eleições em Lisboa (para Carmona Rodrigues) e voltaria a culpar publicamente o *Expresso* por essa derrota. Referiu o jornal como «**um semanário em crise**» — um semanário onde, por acaso, ele colaborara e que escolhera para publicar as fotos do casamento...

Um processo judicial

Muito mais tarde, seria a lamentável novela do divórcio de Carrilho e Bárbara Guimarães, com todo um rosário de acusações e cenas escarrapachadas nas capas dos tablóides e das revistas do coração. M. M. C. aí revelou-se. Aquilo que eu intuíra mostrou-se em todo o seu esplendor. Escrevi então um artigo no *Sol* que levou Manuel Maria Carrilho a processar-me. Curiosamente, na contestação a uma queixa de Bárbara Guimarães noutro processo, os advogados de M. M. C. tinham citado longamente um artigo meu, onde falava das estrelas televisivas decadentes. Carrilho considerava correcta e credível a minha abordagem dos assuntos quando lhe convinha, mas abusiva e incorrecta quando lhe era desfavorável. Dito de outro modo, eu pensava bem quando era a favor dele, pensava mal quando era contra.

Manuel Monteiro

Nunca tive com Manuel Monteiro uma relação próxima. Foi colaborador do *Expresso* durante algum tempo, e transmitiu-me um convite que aceitei sem entusiasmo mas que acabou por se revelar muito interessante: fazer a oração de sapiência na abertura do ano lectivo do Instituto Politécnico de Tomar, onde ele dava aulas. Estas cerimónias envolvem um ritual medieval, com desfile universitário em que catedráticos de outras faculdades participam com as suas vestes solenes. É um tanto ou quanto ridículo para uma pessoa de fora... O Manuel Tainha, arquitecto com quem trabalhei e que era catedrático da Faculdade de Arquitectura, apareceu lá — o que me deu especial prazer.

Oração de sapiência

Essa minha ida a Tomar foi importante, pois o discurso que preparei permitiu-me desenvolver um tema central nas minhas preocupações da época — e que usaria depois, com mais ou menos alterações, noutras intervenções públicas. A ideia-base era o entendimento do nosso espaço atlântico como o grande património do país. Adiantava que a ligação de Portugal ao mar mexe com todos os sectores: defesa, turismo, transportes, investigação científica, pescas, lazer, desporto, etc. E remete ainda para a História — para os Descobrimentos — e para as nossas relações contemporâneas com os países de língua portuguesa.

Estrategicamente, eu considerava que o estreitamento de relações com os PALOP não devia ser entendido como uma alternativa à nossa presença na Europa, mas sim como um complemento. Um Portugal forte na Europa seria mais útil para os países lusófonos — assim como um Portugal forte na lusofonia seria mais útil para a Europa. Servindo de ponte entre a Europa e o Brasil, Angola ou Moçambique, num sentido, ou entre o Brasil, Angola ou Moçambique e a Europa, no sentido inverso, Portugal fortaleceria enormemente a sua posição estratégica.

Sobre a visita de Manuel Monteiro para formalizar aquele convite, escrevi no meu **Diário**:

10 de Setembro de 2003

Vem falar comigo ao jornal o Manuel Monteiro. Vem como professor do Instituto Politécnico de Tomar, incumbido pelo reitor de uma missão universitária: convidar-me a fazer a «oração de sapiência» do Instituto, correspondente ao início deste ano lectivo. À saída conta-me uma história espantosa de Paulo Portas. Ele era visita de sua casa e tinha conhecimento, por via disso, da aparente impossibilidade de Monteiro e a mulher terem filhos. O Jardim Gonçalves (do BCP) aconselhou-os então a irem a Navarra, onde existe uma clínica célebre nestes casos. O P. P. tinha também conhecimento disto como amigo da casa. Ora um dia, comentando na SIC o facto de a mulher do primeiro-ministro Guterres ter ido tratar-se a Londres, Portas disse que não criticava esse facto... mas que situação diferente seria um líder de um partido nacionalista ir procurar tratamento a Espanha ou a outro país estrangeiro. Monteiro (que nessa altura era líder do CDS-PP) e a mulher ouviram isto em casa e iam caindo do sofá. Ela terá mesmo começado a chorar. Manuel Monteiro diz que Portas é capaz de assassinar a frio, implacavelmente, sem contemplações. Tudo depende dos seus interesses no momento.

Eu não lhe falo de nada — mas numa gaveta do gabinete onde primeiro o recebi tenho uma foto de Portas, de há 10 ou 15 anos, vestido de mulher, aplaudido por homens com aspecto horrível. Como gostaria Monteiro de ver isto! E o que faria Portas se, quando estava à *frente de* O Independente, *tivesse tido acesso a uma foto destas de um*

ministro? Ou mesmo minha, que era director do jornal seu principal concorrente? Escondê-la-ia, como eu fiz?

A traição de Portas

Manuel Monteiro tinha uma grande ambição política, mas vivia um drama: ser considerado a «criatura» inventada pelo «criador» Paulo Portas. Julgo que Mário Soares o picava, incitando-o a intensificar a campanha contra Cavaco Silva — que era o primeiro-ministro e que Soares detestava. Mário Soares achava que Guterres fazia uma oposição frouxa, e apresentava Monteiro como um exemplo de combatividade. Isso também criou neste algumas ilusões.

Almoçámos algumas vezes. Mas lembro-me particularmente de um breve encontro com ele, no Pabe, nas vésperas das eleições presidenciais de 1996. Ele era líder do CDS e decidiu não apoiar a candidatura de Cavaco contra Sampaio. Nessa troca de palavras, digo-lhe que ele comete um erro histórico. Pergunta-me porquê, e eu respondo: «**Goste você dele ou não, o Cavaco é o candidato da direita. E ninguém perceberá que o partido mais à direita não o apoie, facilitando a eleição do candidato da esquerda.**» Embora isto fosse óbvio — e eu esperasse uma resposta pronta —, ele ficou a olhar para mim, dando depois uma explicação atabalhoada. E a verdade é que, até aí calado sobre o assunto, Paulo Portas — mais matreiro — apoiaria Cavaco a título pessoal nas vésperas das eleições. E Monteiro ficaria pendurado...

Mais tarde, em 1998, Paulo Portas espetar-lhe-ia a faca até ao fim, roubando-lhe a liderança do CDS. Recordo um pequeno episódio revelador. Como disse atrás, Manuel Monteiro estava com dificuldade em ter filhos. Depois de um almoço no Pabe, enquanto finalizamos na rua, frente à porta do restaurante, a conversa iniciada no interior, passa por nós uma jovem não especialmente bonita. Pois M. M. fica a olhar para ela insistente e ostensivamente, seguindo-a com os olhos até desaparecer. Foi como se me dissesse: a minha mulher tem tido dificuldade em engravidar, mas eu sou muito viril.

Marcelo Rebelo de Sousa

Conheço-o há muitos anos, nem sei quantos. Na minha cabeça mistura-se aquilo que ouvi sobre ele com aquilo que ouvi da sua boca ou vi com os meus olhos. Uma irmã da minha mãe, Maria da Conceição, morava no mesmo prédio que os pais de Marcelo, na Rua de S. Bernardo à Estrela, pelo que o meu primo Manuel Boto (o único filho da «tia São») e os três irmãos Rebelo de Sousa (Marcelo, António e Pedro) cresceram juntos.

Um dia, em almoço no Pabe, Almeida Santos contou-me esta curiosíssima história: Baltazar Rebelo de Sousa (o pai de Marcelo) tinha uma avó moçambicana negra. E quando ia a Moçambique, mesmo em visita oficial — ele foi ministro do Ultramar antes do 25 de Abril —, fazia questão «**de ir visitar a avó à machamba**», nos arredores de Lourenço Marques (hoje Maputo), pois a senhora nunca quis sair de lá. Marcelo tinha, assim, uma bisavó indígena que recusou até ao fim integrar-se na «civilização».

O famoso episódio do «lelé da cuca»

Mais tarde, quando me tornei colaborador do *Expresso*, pouco depois do 25 de Abril, conheci Marcelo e ouvi imensas histórias sobre ele de pessoas que lá trabalhavam: jornalistas (entre os quais o Vicente Jorge Silva), secretárias, administrativos. Contaram-me

que, quando em 1972 foi falar com Balsemão para entrar para o *Expresso* — numa altura em que Balsemão trabalhava no projecto, numa sala cedida por André Gonçalves Pereira no seu escritório de advogado na Rua Duque de Palmela —, Marcelo ia recomendado como um menino-prodígio. Tinha 23 anos. Ora, enquanto esperava numa sala, abriu inesperadamente a janela, saltou para uma consola exterior, puxou a fita do estore, enrolou-a à volta do pescoço e deitou a língua de fora, fingindo que se tinha enforcado. Mas quando Balsemão apareceu já Marcelo tinha recuperado a compostura.

Há também a famosa história do «lelé da cuca». Ao rever os textos da secção *Gente* (uma secção de *fait divers* do *Expresso*), M. R. S. introduziu pelo seu punho, no meio de uma notícia, a frase: «Balsemão é lelé da cuca». Os revisores acharam aquilo estranho. Mas como se tratava de um acrescento feito por um subdirector, deixaram seguir. Balsemão encontrava-se no Algarve, a passar férias na Casa Redonda do seu amigo André Gonçalves Pereira, e um sábado, quando estava na piscina, viu este chegar agitando o *Expresso* na mão, enquanto lhe dizia entre duas gargalhadas: «**Já viste o que o teu jornal diz de ti? Que és lelé da cuca!**» Balsemão ficou furioso e sem palavras.

Regressado a Lisboa, chamou M. R. S. ao seu gabinete e perguntou-lhe o que tinha a dizer sobre o assunto. Marcelo respondeu não saber como a coisa acontecera. Então, Balsemão pegou no original que tinha mandado vir da tipografia e mostrou-lho, apontando para a tal frase acrescentada à mão: «**Esta não é a sua letra?**», perguntou-lhe. Apanhado em flagrante, M. R. S. explicou que aquilo fora feito para testar a atenção dos revisores, concluindo que estavam desatentos. Ao que Balsemão apenas disse: «**Não preciso de mais nada. Pode sair.**»

Uns dias mais tarde, em casa de Balsemão, na Quinta da Marinha, teria lugar um pouco edificante episódio, com Marcelo a pedir desculpa a Balsemão e a dizer-lhe que o via como um pai.

«Espião» no Conselho de Ministros

Mesmo assim, M. R. S. ficou no jornal e sucedeu a Balsemão como director quando este foi para o Governo, em 1979. No fim de 1980, Marcelo convidou-me a fazer para o *Expresso* o balanço do ano (eu era na altura um simples colaborador). Sá Carneiro tinha acabado de morrer, e esse acontecimento dominava totalmente o ano político, com reflexos em todos os quadrantes. Assim, em lugar de um apanhado de factos, como é habitual nos balanços, fiz um texto exclusivamente baseado nesse acontecimento. Uma semana depois, encontrei Marcelo e perguntei-lhe: «**Então, o que achou do artigo?**» Perante o meu espanto, respondeu: «**Estava bem! Era levezinho, levezinho.**» Percebi que não o tinha lido. Considerar «levezinho» um artigo centrado na morte trágica de um homem (ainda por cima o primeiro-ministro e líder do partido em que Marcelo militava) era demais!

Em 1981, Balsemão chamou M. R. S. para o Governo, para o ter mais perto dele «**e o poder controlar**», segundo me contou. Mas eu suponho que o fez, também, para o afastar da direcção do *Expresso*, onde Marcelo lhe fazia semanalmente malfeitorias.

No Governo, Marcelo começou como secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, passando em 1982 a ministro dos Assuntos Parlamentares. Ora, Balsemão começou a verificar que, ao saírem do Conselho de Ministros, já as rádios estavam a transmitir o que se passara lá dentro. Como era possível? Depois veio a descobrir-se: Marcelo saía a meio do Conselho, vinha cá fora, falava com jornalistas e depois regressava. Por estas e por outras, Balsemão nunca mais voltou a confiar nele.

Depois de eu me tornar director do *Expresso* (a partir de 1983), houve uma época em que falávamos bastante. Quase todos os dias Marcelo me ligava. E falava, falava, falava durante uma hora... A conversa era sempre viva e prendia a atenção, mas no fim eu interrogava-me: «**Mas isto tudo espremido o que dá?**» Mesmo assim, ainda deu algumas notícias para o jornal, como a «deixa»

que me permitiu arrancar de Cavaco Silva a frase sobre o célebre tabu (embora essa «deixa» tenha surgido durante um almoço e não ao telefone). Conto este episódio no texto dedicado a Cavaco.

«Não serei candidato à Câmara de Lisboa»

Em 1989, ano de eleições autárquicas, começou a falar-se no nome de M. R. S. para candidato do PSD à Câmara de Lisboa. Em Junho, ele fez-me chegar às mãos um pedaço de papel escrito à mão e rasurado (talvez rasgado de uma toalha de restaurante), onde leio a seguinte declaração:

> *Tenho mantido intencional silêncio político desde o Congresso do PSD, realizado há um ano. Quebro-o para uma única curta observação sobre a conjuntura nacional porque vejo o meu nome utilizado abusivamente na questão da candidatura do PSD à Câmara Municipal de Lisboa e sobretudo porque essa questão me parece de importância política real neste ano de 1989 e para o futuro.*
>
> *A este propósito gostaria de esclarecer o seguinte:*
>
> *Primeiro — Não sou nem quero ser candidato ou candidato a candidato do PSD a presidente da CML.*
>
> *Segundo — Entendo que o PSD deve apresentar como candidato a Dr.ª Leonor Beleza.*
>
> *Terceiro — Penso que o PSD deve fazer coligação no município de Lisboa com o CDS, e que este e o Eng.º Nuno Abecasis cometem um erro se não apoiarem a Dr.ª Leonor Beleza para a CML.*
>
> *Lisboa, 2 de Junho de 1989*
>
> *Marcelo Rebelo de Sousa*

Esta declaração seria publicada na edição seguinte do *Expresso*. Poucos meses mais tarde, M. R. S. anunciaria a sua candidatura a Lisboa.

Marcelo repetiria depois esta «graça» na candidatura à liderança do PSD, em 1996, garantindo não ser candidato «**nem que Cristo desça à Terra**», mas avançando logo a seguir. E faria o mesmo na candidatura à Presidência da República, retirando-se da corrida após Passos Coelho dizer (em Janeiro de 2015) que não apoiaria «**cataventos**», mas aparecendo como candidato nove meses depois. Ou seja: nas três vezes que se candidatou a cargos políticos — presidente da Câmara de Lisboa, líder do PSD e primeiro-ministro — Marcelo Rebelo de Sousa disse antes, peremptoriamente, que não seria candidato.

A descida de Cristo à Terra

Em fins de 1989, nas vésperas de começar a campanha para a CML, Marcelo liga-me perguntando-me o que acho da ideia de, como acção de propaganda, ele dar um mergulho no Tejo. E além disso, guiar um táxi e andar uma noite numa camioneta do lixo. Achei as ideias engraçadas mas bizarras. Tinham os seus riscos. Podiam ser consideradas popularuchas, retirando seriedade ao candidato. Tudo somado, levantei muitas dúvidas a essas originalidades. Mas ele levou-as para a frente... e acabou por perder as eleições, contra Jorge Sampaio.

Sete anos depois, em 1996, num sábado 3 de Fevereiro, o *Público* e o *Expresso* publicam notícias de sentido oposto. O *Público* garante que Marcelo não será candidato nas eleições para a liderança do PSD, citando uma frase do próprio: «**Nem que Cristo desça à Terra.**» Ora, o *Expresso* diz exactamente o contrário: que ele vai mesmo candidatar-se. O que se passava?

Pelas conversas que eu ia tendo com M. R. S., e embora nunca mo tenha dito abertamente, percebi que iria avançar. Não sei se ele próprio já teria consciencializado a decisão, mas era para mim seguro que o faria. Assim, não tive dúvidas em escrever no

Expresso uma notícia onde afirmava, preto no branco: «**Marcelo será candidato à liderança do PSD.**»

Instalou-se a confusão: quem teria razão — o *Expresso* ou o *Público*? Levantou-se um grande sururu. O director do *Público*, Vicente Jorge Silva, saiu em defesa da jornalista que escrevera o texto, e atacou o *Expresso* — argumentando que a notícia do *Público* citava o próprio, enquanto a do *Expresso* não citava fontes nenhumas para sustentar o que afirmava. Eu respondi no *Expresso*. Como eu e o Vicente tínhamos trabalhado juntos, esta polémica pública animou a classe jornalística.

Colocaram-se problemas deontológicos sobre a citação ou não de fontes. Mas o meu ponto era muito simples: qual é o objectivo da informação? Informar o melhor possível. Ora — como um mês depois se veria — quem tinha informado melhor os leitores: o *Público,* que dissera que M. R. S. não seria candidato, ou o *Expresso,* que noticiara o contrário e acertara? O que devem ser os jornalistas: simples «pés de microfone», registando o que os políticos lhes dizem, ou profissionais empenhados em descobrir a verdade, para lá das declarações interesseiras (ou menos verdadeiras) dos políticos?

Curiosamente, a autora da notícia do *Público* foi a jornalista Ana Sá Lopes, que eu viria a encontrar na Newshold (e com quem tive uma excelente relação).

Noutra ocasião, foi o próprio M. R. S. a dizer-me (e eu fiz essa notícia) que tinha dois discursos preparados sobre um mesmo assunto, dizendo uma coisa e o seu contrário.

Tudo isto mostrava uma certa leviandade, uma certa infantilidade — e, pior do que isso, uma preocupante falta de convicções. Marcelo viciou-se ao longo dos anos em analisar os assuntos como se não tivesse opinião sobre eles. «Se fulano fizer assim, ganha por isto e por aquilo; se fizer assado, perde» — e tudo na sua cabeça se resume a ganhos e perdas, e nunca a ideias, princípios e convicções.

Marcelo zanga-se

Depois de se tornar líder do PSD, M. R. S. fez (em meados de 1998) uma aliança com o CDS de Paulo Portas, chamada Alternativa Democrática, com vista às legislativas de Outubro de 1999. Mas uns meses depois aquilo partiu-se e Marcelo demitiu-se da liderança do partido — tendo eu escrito um artigo a dizer que a ruptura era inevitável, pois Marcelo e Portas eram iguais. Eram como gémeos siameses.

Marcelo ficou furioso comigo e deixou de me telefonar. O que era compreensível: ele batera com a porta acusando Portas de deslealdade, este comprometera-lhe o futuro político, e eu dizia que eles eram iguais? Como poderia M. R. S. aceitar uma afirmação destas, ainda por cima vinda de uma pessoa com quem falava amiúde? Mas era verdadeiramente isso que eu pensava — e o que sempre me norteou na escrita foi o respeito pelos leitores e por mim próprio. Nunca deixei de escrever o que pensava. Note-se que esta era já a segunda ruptura entre M. R. S. e P. P., pois houvera antes o célebre episódio da *vichyssoise*.

Colaboração no *Sol*

A partir daí, Marcelo passou a falar com regularidade com o meu colega José António Lima. E foi J. A. L. a convencê-lo a colaborar no *Sol*, com uma coluna a que deu o nome de *Blogue*, onde fazia pequenas notas sobre factos da semana. Nessa época houve um jantar no Pabe em que, além de nós dois, participaram o Lima e a advogada Ana Bruno (que representava os accionistas angolanos do jornal). E pouco depois Marcelo foi a Luanda, onde participou num debate promovido pelo *Sol* (num espaço que tínhamos na luxuosa Torre Escom). Mas logo a seguir afastou-se e desistiu da coluna, alegando que a namorada, Rita Amaral Cabral, tinha ciúmes de Ana Bruno.

Claro que era uma brincadeira destinada a não ser levada a sério. As razões eram outras. Por um lado, a coluna era muito trabalhosa e não seria compensatória em termos de impacto público. Por outro lado, M. R. S. pode ter temido que a ligação do *Sol* ao capital angolano viesse a prejudicá-lo. Note-se que estes acontecimentos também coincidiram no tempo com o afastamento entre Álvaro Sobrinho, principal acionista do *Sol*, e Ricardo Salgado, amigo de Marcelo.

Dois telefonemas reveladores

A terminar, conto um episódio tremendamente revelador da personalidade de Marcelo Rebelo de Sousa. Em princípios de 2015, depois de anos sem falarmos, ligou-me inesperadamente a propósito de um artigo que eu tinha escrito no fim-de-semana anterior. Basicamente, eu dizia que ele tinha perfil de comentador — e que ser estadista era uma coisa muitíssimo diferente, pelo que dificilmente seria um bom Presidente da República.

M. R. S. liga-me a dizer que achou o artigo «**muito interessante**» e que as minhas palavras o vão fazer reflectir sobre o assunto. Acho o telefonema tão insólito que fico sem saber o que dizer. Marcelo a elogiar um artigo em que eu dizia que ele não tinha características para ocupar o cargo que há tanto tempo desejava? Desligo o telefone em estado de perplexidade.

Pois bem: imediatamente a seguir Marcelo fala para o meu colega José António Lima (cujo gabinete é ao lado do meu) a arrasar o artigo, dizendo que não tinha pés nem cabeça. E acrescenta: «**No Verão, o Zé António ainda estará a pensar no que significou o meu telefonema.**» Marcelo era assim: uma criança grande. Brilhante mas leviano. Professor catedrático com a traquinice de aluno da escola primária.

Margarida Marante

Margarida Marante não era uma política, mas justifica-se a sua inclusão neste livro quer pelo protagonismo que teve como entrevistadora política quer pela sua intervenção em episódios que aqui são narrados. Vi-a pela primeira vez em 1978 ou 1979, no Centro de Formação da RTP, em Benfica, onde ela era aluna e eu leccionava. Ela tinha os seus 19 ou 20 anos. Certo dia, num corredor do Centro, vejo passar uma jovem pequenina, com ar decidido e nariz empinado, caminhando com passos curtos sobre saltos muito altos — e pergunto ao meu director, o cineasta Faria de Almeida, de quem se trata. «**É a futura estrela da RTP**», responde. E não se enganava.

Logo a seguir Margarida Marante surgiria mesmo como uma vedeta, e convidar-me-ia a participar em vários programas de debate político moderados por ela. Em 1981 ou 1982, teve um caso com José Freire Antunes, com quem eu me dava na altura, pois ambos nos interessávamos pela história dos séculos XIX e XX e chegámos a ter uma coluna no *Expresso* (antes de eu ser director) onde abordávamos temas históricos. Numa semana escrevia eu, noutra escrevia ele. E o facto de eu e Marante termos um amigo comum também nos aproximou.

Em 1983, M. M. convidou-me para fazer com ela, na RTP, uma série de entrevistas aos líderes partidários da época. Estabelecemos a partir daí uma relação não exactamente de amizade mas de uma certa cumplicidade: trabalhávamos ambos como jornalistas na área política, conhecíamos as mesmas pessoas... Em determinados momentos —

sobretudo a partir dos anos 90 — percebi que ela precisava de desabafar. E talvez eu não lhe tenha dado sempre o apoio de que necessitava.

O primeiro sinal disso aconteceu num domingo, em princípios desses anos 90. Telefona-me à hora do almoço pedindo-me ajuda na preparação de uma entrevista que ia fazer. Encontramo-nos numa esplanada das Docas de Alcântara e passamos boa parte da tarde inventando perguntas para fazer ao entrevistado. Percebo no entanto que, mais do que ajuda profissional, ela precisava de ajuda pessoal. Foi um pretexto para estar longe de casa (ainda vivia com Henrique Granadeiro), para ter umas horas de liberdade.

Viagem ao Brasil

Em Dezembro de 1994 vamos ao Brasil integrados numa extensa comitiva de profissionais da imprensa que inclui Francisco Balsemão, Emídio Rangel, Clara Ferreira Alves, Carlos Pinto Coelho, Joaquim Vieira, Mário Mesquita, Carlos Magno, etc. É um encontro de jornalistas portugueses e brasileiros no Rio de Janeiro. Ficamos instalados num luxuoso hotel de Copacabana, sobre a avenida marginal que corre junto à praia.

Certo dia, num grupo restrito, levanta-se a hipótese de irmos ao Canecão, famosa sala de espectáculos do Rio, ver Maria Bethânia. Margarida Marante pergunta-me logo se não quero ir com ela comprar os bilhetes. Vamos de táxi. Ao subirmos a escadaria de acesso às bilheteiras, ela diz-me espontaneamente: «**Sabes, Zé António, tenho uns filhos que eu adoro, tenho um marido que me adora, mas não sei se é esta a vida que eu quero.**» Fico sem fôlego. Reparo na diferença que estabelece entre os filhos que «adora» e o marido que «a adora». Eu já tinha ouvido falar da sua relação com Emídio Rangel, e ligo naturalmente as coisas. Mas Margarida veio ao Brasil na companhia do marido, Henrique Granadeiro (que também integra a comitiva, na qualidade de administrador do *Expresso*), e Rangel está acompanhado por uma jovem que anda

sempre com umas minissaias curtíssimas e que, segundo me dizem, trabalha no CCB. É, pois, uma situação algo estranha. Que aquele desabafo ainda torna mais misteriosa...

Tentativa de conciliação entre mim e Rangel

Por essa altura, Marante intermediou um suposto conflito entre mim e Emídio Rangel. Ela tinha acabado de assumir a relação com Rangel, que se queixava constantemente do *Expresso* e das críticas que o nosso crítico de TV, Jorge Leitão Ramos, fazia à programação da SIC. O próprio Balsemão me transmitia essas queixas, embora diplomaticamente, mas nunca cedi à pressão.

Ora, neste contexto, M. M. organizou um almoço que se realizou (outra vez...) num restaurante das Docas de Alcântara. Eu fui um pouco a contragosto, pois não imaginava que acordo pudesse haver. Embora a SIC pertencesse ao nosso grupo de comunicação, o *Expresso* tinha de manter a liberdade para a criticar. E Rangel não percebia isso. Pareceu-me, entretanto, que também ele foi ao almoço um pouco contrafeito. No fundo, nenhum de nós acreditava que dali saísse alguma coisa de útil. Só Marante tinha esperança num acordo.

Esta iniciou a conversa dizendo que era amiga de ambos e nessa medida queria contribuir para ultrapassar os mal-entendidos entre nós. O diálogo que se seguiu não foi fácil. Rangel era um homem obstinado, voluntarista, combativo, mas sem grande maleabilidade mental. Era rígido e dogmático. Atacava o Leitão Ramos — não percebendo que eu não podia despedir o crítico de TV por dizer mal da SIC. Nem podia obrigá-lo a escrever contra a sua opinião.

Faço um parêntesis para dizer que o voluntarismo e a determinação de Rangel se manifestavam em tudo. Em meados dos anos 80, num encontro de jornalistas no Algarve, quando jogávamos à bola, ele entrou com tal violência sobre mim que me ia partindo a perna. Andei com a canela negra e dorida durante mais de um mês.

Voltando ao «conflito» entre a SIC e o *Expresso*, Emídio Rangel, para retaliar as críticas de Leitão Ramos, mandou o jornalista Vítor Moura Pinto fazer uma crónica televisiva no programa **A Noite da Má Língua** onde arrasava o *Expresso* e, em particular, as primeiras páginas. A dita crónica semanal acabava invariavelmente com um exemplar do *Expresso* a ser metido numa sanita, ouvindo-se depois descarregar o autoclismo. Enfim, uma coisa lamentável. E sem qualquer critério. Uma 1.ª página do jornal que abria com entrevistas de Mário Soares (então Presidente da República) e Salman Rushdie (a primeira dada pelo escritor indiano a um jornal português, e ainda sob ameaça da *fatwa*), foi arrasada pelo jornalista da SIC, verberando as «**estafadas entrevistas do *Expresso***». Que dizer, depois disto?

Como era de prever, o resultado desse almoço entre mim e Rangel foi nulo. A boa vontade de M. M. não resultou em nada.

Granadeiro contratou detective para espiar Marante

Pouco tempo antes daquele almoço, a notícia caíra como uma bomba: Margarida Marante separara-se de Granadeiro e fora viver com Rangel. Sobre este acontecimento, M. M. confidenciar-me-ia o seguinte, que registei no meu **Diário** só um tempo depois (e daí as dúvidas quanto à data):

Por volta de 1999.

Margarida Marante conta-me toda a história da separação de Henrique Granadeiro e da ligação a Emídio Rangel. Sempre percebi que M. M. tinha um fascínio por Rangel, desde os tempos da TSF. Via-o como o jornalista modelo, poderoso, activo, com capacidade de liderança e de concretizar projectos. A história começou na SIC. Ele aproximou-se dela e ela não resistiu. Confessa-me que a primeira vez que ele lhe tocou ela sentiu um arrepio, uma sensação que nunca tinha sentido com H. G., e por isso julgava que estava a tornar-se frígida. Depois andou um ano em que continuava a viver com Henrique Grana-

*deiro mas tinha relações com Emídio Rangel. «**Não me orgulho disso**», confessa Margarida Marante. O H. G. estava a par de tudo porque a certa altura contratou um detective que lhe dizia os dias, horas e locais em que M. M. e E. R. tinham estado juntos. Depois disso, Henrique Granadeiro foi ter com Rangel à SIC e disse que o perseguiria e tinha vontade de o matar. Mas agora M. M. e H. G. falam muito bem. Marante diz que gostaria de ficar com os dois. «**E, de certa forma, é isso que acontece**», afirma, explicando que vive com Rangel mas fala frequentemente com H. G. e mantém uma óptima relação com ele.*

Um ou dois anos depois desta conversa, quando H. G. já casou com outra senhora, almoço com ele n'A Charcutaria, um restaurante muito in *na Rua do Alecrim, em Lisboa. Ele confessa-me que resolveu o assunto com M. M. mas nunca a esquecerá. Diz-me qualquer coisa como: «**A minha relação com a Margarida está para mim legalmente resolvida mas nunca o estará emocionalmente**»* [Esta frase não está exactamente como figura no **Diário**, mas corresponde mais à memória que dela guardo].

Uma carta preocupante

Sobre a relação entre Margarida e Rangel, terei uma conversa bastante reveladora com a Paula Moura Pinheiro, que conheci no *Expresso* (onde começou por ser revisora e foi depois colaboradora da revista). A Paula tinha neste caso a vantagem de — como eu — conhecer bem Marante, Rangel e Granadeiro. Registei assim essa conversa no **Diário**:

18 de Novembro de 2003

Almoço com Paula Moura Pinheiro no Café São Luiz, na António Maria Cardoso. Fala-me de Emídio Rangel, Margarida Marante e Henrique Granadeiro. Diz que H. G. a tentou usar para fazer ciúmes a M. M. Como ela e o H. G. se encontraram algumas vezes depois das mútuas separações (Paula separou-se de Rodrigo Guedes de Carvalho e Granadeiro de Marante), ele sugeriu a Margarida Marante que teria

tido uma relação com P. Moura Pinheiro. Esta soube isto da própria M. M., que lho atirou à cara, e nunca mais falou a H. G.

Paula Moura Pinheiro foi visita uma ou duas vezes de Margarida Marante e Emídio Rangel — curiosamente na casa da Rodrigo da Fonseca onde Marante vivia com Granadeiro —, na altura em que namorava com Hipólito Pires, e ficou impressionada porque as conversas versavam quase inevitavelmente sobre sexo. M. M. e E. R. tinham uma atracção doentia por esse tema. Paula manifestava pouco à-vontade e M. M. considerava-a ultrapassada, old fashion.

Curiosamente, uma semana depois desta conversa recebo uma carta de Margarida Marante, cujo conteúdo descreverei assim no meu **Diário**:

25 de Novembro de 2003

Recebo uma carta de Margarida Marante [em que] diz que a sua vida é um tormento, que só tem como objectivo ser feliz, que se identifica comigo numa posição de outsider *em relação à classe jornalística [...] e convida-me a escrever com ela um livro sobre Cavaco Silva, que lhe foi proposto por Zita Seabra. A carta estava muito rasurada, género rascunho, com uma letra muito má em certas partes, explicando ela que a escreveu ao correr da pena e não a reviu porque tem uma dupla fractura no pulso. Não explica como foi feita. Concluo que já não vive com o Emídio Rangel, porque se vivesse nunca me proporia escrever um livro a meias. Nem começaria a carta com «**tenho muitas saudades tuas**». Respondo com um cartão [...] tentando animá-la e incitando-a a escrever o livro, embora eu não possa acompanhá-la nessa tarefa por falta de tempo. Ela está obviamente muito em baixo [...].*

Confissões para ler com cuidado

Na parte final da vida, Margarida fez-me várias confissões. Mas estas devem ser lidas com o maior cuidado. Ela faz acusações gra-

ves. É a sua versão da relação escaldante e destrutiva com Emídio Rangel. Ora, Rangel teria necessariamente uma versão muito diferente dos acontecimentos (que, aliás, chegou a expor em revistas, depois de M. M. falecer). No fim de relações muito intensas, as duas partes acabam sempre por ter razões de queixa. E ambas terão algum fundo de verdade.

Ponderei se devia publicar ou não estas confissões de M. M., mas acabei por achar que não tinha o direito de as guardar para mim. Afinal, elas são o testemunho de uma mulher desesperada, e eu sou uma das poucas pessoas que — até pelo facto de escrever — poderiam tornar públicos estes desabafos. Que transcrevo do **Diário** tal como os registei na época e por isso merecem total credibilidade. E aos quais não faço quaisquer comentários ou acrescentos.

16 de Junho de 2004

Telefonema de Margarida Marante que durará 1h45! Fala-me da relação com Rangel que atingiu extremos inimagináveis. Agressões (partiu-lhe um pulso), infidelidades, etc. Ele viveu com prostituta com quem esteve no Carlton 3 semanas, fez um périplo pela Europa passando por quartos de hotel onde esteve com Margarida Marante, etc. Gastou no último ano 22 mil contos em cocaína. Comprou um Mercedes série S *com* full extras *e um* Swatch *por 30 mil contos. Andou com prostitutas ao mesmo tempo que tinha relações com Margarida Marante (esta fez análises a tudo para ver se estava doente). O irmão juiz tem uma empresa que faz tráfico de armas para Angola. O Totta fez uma operação bancária com Rangel de lavagem de dinheiro (recibo de 180 mil contos por uma operação de 100 mil). Margarida Marante e a prostituta com quem Rangel viveu encontraram-se e ela contou-lhe tudo. Comprava-lhe vestidos* Cavalli *e depois levava-a para o quarto puxada pelos cabelos — e ela defendia-se dele levando-o para a cama. No meio de tudo isto Rangel está gravemente doente e fez 4 operações.*

Não sei o que aqui é verdade e o que é imaginação de Margarida Marante, mas ela fala com muita convicção e lógica, embora salte de tema para tema um tanto bruscamente. Fala torrencialmente, sem parar. Percebe-se no entanto que foi uma relação em que Margarida

Marante apostou tudo e se tornou altamente destrutiva para os dois, foi uma vertigem que os puxou a ambos para baixo.

Falou doutras coisas. De Balsemão, que tem com as mulheres uma relação de que ela não gosta e que a tentou convencer a ficar com Granadeiro mesmo andando com Rangel. De Felícia Cabrita, que a tem ajudado. Diz que a diferença entre ela e Felícia é que a Felícia gosta mais de Balsemão do que de mim e com ela passa-se o contrário.

Granadeiro ajuda na sombra

Quando fundámos o *Sol,* em 2006, convidei M. M. para colaborar, com uma coluna semanal em que ela escolhia a figura da semana e lhe fazia um pequeno perfil com base numa entrevista pessoal. Henrique Granadeiro, que já estava divorciado dela há muito mas a apoiava na sombra, disse-nos que se fosse preciso nos pagaria a sua colaboração — mas nós declinámos. Seria uma situação vexatória para ela, mesmo não o sabendo: parecia que só tinha a coluna porque o ex-marido pagava.

A dada altura M. M. começou a falhar a entrega dos textos, o que era o reflexo dos seus problemas. Ao telefone, arrastava as conversas e tinha a voz muito empastelada, como se estivesse sob a acção de medicamentos ou outros produtos psicóticos. Percebi que estava num plano inclinado.

A última refeição

A última vez que nos encontrámos foi menos de um ano antes da sua morte, em 2012. Almoçámos no 8:18, restaurante no edifício do *Sol*, na Rua de S. Nicolau. Pareceu-me mais tranquila do que noutras ocasiões. Diz-me que tem um ajudante espiritual, um jovem padre do Opus Dei, e que isso está a fazer-lhe muito bem. Não sei se é o mesmo de que falou no jantar com Sócrates na Bica

do Sapato, que ficou descrito atrás (em que revelou ter um orientador espiritual que a estava a ajudar a «**deitar cá para fora o ódio**» provocado pela relação turbulenta com Rangel, pela qual pôs tudo em causa: família, bem-estar e tranquilidade).

Durante o almoço desfia um rol de notícias, quase todas tristes. Diz que Medeiros Ferreira tem uma relação com Joana Amaral Dias mas está muito doente. E Vera Jardim deixou a mulher para viver com a secretária mas também tem uma doença grave. Confidencia-me ainda que Mário Mesquita lhe fez nos últimos tempos algumas revelações de natureza íntima e lhe pede conselhos no aspecto sentimental. A verdade é que a doença de Medeiros Ferreira se confirmará. Quanto às outras confidências, é impossível distinguir o que era verdade do que resultaria de simples rumores ou até do produto de uma imaginação sobre-excitada.

Em 5 de Outubro de 2012, estou eu na escada de embarque para tomar um avião para Angola, o meu telemóvel toca. É a minha mulher. «**Sabes que a Margarida Marante morreu? Que horror!**», ouço dizer do outro lado do fio. Não pergunto a causa: sabia há muito que ela caminhava em direcção ao precipício. E volto a interrogar-me sobre se não teria podido ajudá-la mais.

Mário Soares

Foi dos políticos que mais acompanhei. Curiosamente, as nossas famílias já se conheciam de antes do 25 de Abril. O meu pai não tinha grande respeito por ele, embora elogiasse a sua coragem física. Dizia que Marcello Caetano lhe chamava «**um medíocre advogado da Rua do Ouro**», e parecia concordar com a ideia.

Entrevistei Mário Soares muitas vezes para a TV, em diferido e em directo, e para os jornais. Almocei com ele várias vezes, a sós ou acompanhados. Encontrei-o em conferências, ouvi-o em comícios. Era o tipo de político que eu não apreciava especialmente: bom tribuno, na senda dos políticos da 1.ª República, mas sem veia concretizadora. Faltava-lhe formação técnica. Pertencia à estirpe (bastante numerosa) de políticos que gostam de falar mas não gostam de fazer (e não é por acaso que, na sua maioria, são advogados).

O primeiro almoço

A primeira vez que estive com ele demoradamente foi num almoço a três com Jaime Gama, por volta de 1980, para o qual me convidou. Percebi mais tarde que andava a pescar «jovens promissores» para o PS. Fez o mesmo ou parecido com o José Freire Antunes e a Clara Ferreira Alves.

Encontrámo-nos no Largo do Rato e fomos a pé pela Rua Rodrigo da Fonseca até um restaurantezinho popular situado nesta rua. Quando chegámos, Soares meteu a cabeça pela porta, pergun-

tou por uma mesa, mas um empregado despachou-o dizendo-lhe que estava tudo cheio — e tivemos de ir procurar outro sítio para comer. Achei estranho o líder de um grande partido, que já fora primeiro-ministro, não marcar mesa para almoçar. Mas isto mostra a informalidade de Soares, que também fazia parte do seu charme.

Acabámos por ir comer à Trattoria, um restaurante italiano na Rua Artilharia 1, perto das Amoreiras. Sentámo-nos os três numa mesa redonda, falámos de muita coisa que não sou capaz de reproduzir. Não percebi qual era o objectivo do almoço — só o vim a saber mais tarde. Recordo apenas uma pequena discussão que tive com Soares sobre a data do golpe de Sidónio Pais. Ele dizia que era em 1918, eu em 1917. Claro que acertei. Notei que Jaime Gama dizia discretamente a Soares que eu tinha razão.

«Deixe-me vender o meu peixe»

Uma das entrevistas que recordo bem foi feita em sua casa, no Campo Grande, em 1981 ou 1982. Ele na altura estava na oposição e o chefe do Governo era Francisco Pinto Balsemão, que no entanto tinha os dias contados. Quem me veio abrir a porta de manhã foi Jorge Lacão, que funcionava como seu secretário ou «impedido» (termo que se dá na tropa aos soldados que estão o serviço de oficiais). A certa altura da entrevista, Soares diz-me: «**Você só me faz perguntas chatas. Se me perguntasse isto, eu respondia assim**» (e faz um extenso relambório de resposta a uma pergunta imaginária). «**Se me perguntasse aquilo, eu respondia assado**» (e faz mais um longo relambório). «**Se me perguntasse aqueloutro, eu respondia...**» Já farto desta lengalenga, encho-me de coragem e digo-lhe: «**Pois é, mas quem está a fazer a entrevista sou eu; não é o senhor que está a entrevistar-se a si próprio...**» Ora, perante a minha surpresa, Soares sai-se com esta: «**Eu sei, Saraiva, mas deixe-me vender o meu peixe...**»

Outro episódio caricato nesta entrevista envolveu uma empregada da casa. A páginas tantas, Soares pede-lhe dois cafés.

A mulher lá vem com os cafés, pousa as chávenas na mesinha à nossa frente, mas a entrevista «aquece» e os cafés arrefecem... esquecidos. Então, Soares volta a chamar a empregada e diz-lhe: «**Ó Francisca** [nome suposto], **faça lá outros cafés, que estes já estão frios.**» Enquanto levanta as chávenas, a mulher diz entre dentes, mas de forma bem audível: «**Fazer outros cafés... Vou aquecer estes!**» Concluo que nem em casa Mário Soares consegue impor grande respeito.

Fax de Macau provoca fúria

Em Março ou Abril de 1986, nas primeiras semanas da sua Presidência, Soares convidou-me a mim, ao Vítor Cunha Rego (director do *Semanário*) e ao José Silva Pinto (director de *O Jornal*) para almoçar em Belém. É Primavera e está um belo dia de sol. Antes do almoço, ficamos um tempo a conversar na espaçosa varanda sobre o Jardim do Buxo e o Silva Pinto pede-me para contar ao Presidente episódios do meu livro sobre o Palácio de Belém passados ali. Eu começo a contar, mas percebo que Mário Soares não está nada interessado em ouvir. Mas o Silva Pinto insistia: «**Conta aquela do elefante...**» E eu lá inicio timidamente essa história, embora percebendo que Soares se está borrifando para ela. Ele quer é falar, «vender o seu peixe». E acaba por me interromper, dizendo: «**Pois, pois... amanhã vou a Estocolmo encontrar-me com o Olof Palme...**» A partir daí, calamo-nos os três e só ouvimos.

Uma das entrevistas que lhe fiz teve momentos particularmente tensos. No início do 2.º mandato, em 1991, fomos entrevistá-lo a Belém — eu, o Joaquim Vieira e a Clara Ferreira Alves — e a certa altura o Vieira pergunta-lhe directamente se recebeu ou não o célebre *fax* de Macau. A história do *fax* conta-se em meia dúzia de linhas. Em 1989, a empresa alemã Weidleplan tinha enviado um *fax* ao governador de Macau, Carlos Melancia (próximo de Mário Soares), exigindo-lhe a devolução de 50 mil contos (250 mil euros)

supostamente de luvas. E, segundo as notícias, esse *fax* também teria sido remetido a Soares. Perante a pergunta de Joaquim Vieira, Mário Soares fica furioso, dá uma qualquer resposta a despachar e propõe-se passar à frente. Mas Vieira não larga o osso. Ele é assim: faz as perguntas de forma muito directa mas fria, gelada mesmo, coisa que enerva os entrevistados. E não cede quando eles fogem à pergunta. Assim, depois de Soares ficar aparentemente mais calmo, Vieira insiste, imperturbável: «**Mas recebeu ou não o *fax*?**» Soares levanta-se de rompante e vai aos arames. Começa a atacar o J. V., fazendo-lhe uma observação qualquer que não percebo. Dir-me-ão depois que o acusou de falar na prisão. A entrevista lá chega ao fim, mas em ambiente muitíssimo tenso.

«O Saraiva só gosta dos caras-de-pau»

O Prémio Pessoa, instituído pelo *Expresso* em 1987, comportava um ritual: todos os anos Balsemão reunia em Sintra, no Hotel Palácio de Seteais, em Dezembro, o respectivo júri. Convidado por Balsemão para o integrar, declinei, por duas razões: porque o meu pai também foi convidado e aceitou, e porque eu era director do *Expresso*. Pertencendo o meu pai ao júri, se eu entrasse seria família a mais. E sendo director do jornal, a minha presença no júri seria entendida como decorrente do lugar, o que não me agradava.

Os jurados entravam no hotel na quarta-feira antes do jantar e saíam depois do almoço de sexta-feira, dormindo lá duas noites. Durante todo o dia de quinta estavam reunidos, e havia um esforço para que o nomeado fosse escolhido por consenso.

Embora não pertencendo ao júri, eu ia sempre ao jantar de quarta-feira — e gostava. Aprecio pouco eventos sociais, mas aquele era muito interessante, porque os participantes, além de ilustres, eram pessoas cultas e estabelecia-se um bom clima. Os premiados iam integrando o júri, pelo que este foi crescendo com os anos. Recordo alguns nomes: além do meu pai e de Balsemão

— que era o anfitrião e presidia —, Fraústo da Silva, Mário Soares, Eduardo Lourenço, Maria de Sousa, António Barreto, Miguel Veiga, Clara Ferreira Alves, Pedro Norton de Matos...

Uma noite, depois do jantar, enquanto eu, Soares e Balsemão saíamos da bonita sala de jantar do Hotel de Seteais a caminho da sala de estar, Mário Soares diz a Balsemão, respondendo a uma observação deste: «**O Saraiva não gosta de *bons vivants* como nós. Só gosta de caras-de-pau como o Eanes e o Cavaco.**» Curiosamente, Eanes e Cavaco eram os dois políticos que Mário Soares mais detestava. Mas admito que ele tinha alguma razão. Eu acredito mais nas pessoas austeras...

Nessa noite, Mário Soares — que era deputado ao Parlamento Europeu, por onde passou entre 1999 e 2001 — levou o serão a ridicularizar deliciosamente certas práticas que lá existiam. Descreveu as votações, que eram muito rápidas, pelo que ninguém sabia o que se estava a votar. As leis eram designadas por números e os deputados de cada grupo parlamentar guiavam-se pelas indicações de voto do elemento que fazia de «ponto», dizendo se eles deviam votar a favor, contra ou abster-se. Uma farsa! Não havia vontade individual.

Outra história: quando as reuniões eram em Estrasburgo, empacotavam-se em caixotes os documentos de cada um dos 754 deputados — formando-se depois um cortejo de camiões TIR entre Bruxelas e Estrasburgo. É óbvio que a maioria esmagadora dos caixotes ia e vinha sem ser aberta. Os caixotes andavam a passear na estrada. E tudo isto custava milhões. Um desperdício! Soares contava estas histórias com muita graça.

Detestava almoçar no Palácio

Soares sempre gostou de bons restaurantes. Enquanto com Eanes — e depois com Sampaio e Cavaco, quando eram Presidentes da República — os almoços tinham lugar no Palácio de Belém,

com Soares a prática mudou. Ele detestava almoçar no palácio e preferia o restaurante. Lembro-me de uma vez termos ido almoçar ao Nobre, na Ajuda, que na altura estava *in*. Também aqui Mário Soares era um Presidente à maneira republicana, ocupando o cargo com grande informalidade. Mas menos modesto nos hábitos do que os chefes republicanos, e aí mais próximo da realeza...

Muito tempo depois, já com Soares fora de Belém — e do Parlamento Europeu, onde não cumprira o mandato completo —, eu e o Fernando Madrinha almoçámos com ele em Lisboa, n'A Travessa, na Madragoa, outro bom restaurante de que Soares gostava. Antes do almoço tínhamos estado na Fundação Mário Soares, que o próprio nos andara a mostrar com carinho e ao pormenor. Quase no fim da visita, Mário Soares vai a uma janela amansardada mostrar-nos a vista sobre a Assembleia da República, que é soberba. Mas ao chegar-se à frente bate com a cabeça numa saliência do tecto e eu fico preocupado. Apesar de tudo já tem bastante idade... Durante o almoço conservo-me atento, mas Soares não parece nada afectado pela pancada. E conta histórias deliciosas. Registo assim este almoço no meu **Diário**:

10 de Maio de 2004

Almoço com Mário Soares, na Travessa, para combinar nova colaboração com o Expresso *(a antiga terminou com o fim do mandato no Parlamento Europeu). Fernando Madrinha também está presente, a meu convite. Sugiro que a nova coluna seja um registo de notas soltas ao sabor dos acontecimentos. Que podem ser mais curtas ou mais compridas, descrições ou reflexões, subordinadas aos mais diversos temas, da política à pintura. Ele concorda. Começa depois a contar histórias e a fazer apreciações, como é seu hábito. Diz que Ferro Rodrigues (o actual líder do PS) é boa pessoa mas «**não tem jeito para aquilo**». Enfatiza: «**Não tem jeito!**» Falando de Guterres, sublinha a inteligência, a facilidade de expressão, acabando por dizer que o problema é a «**falta de tomates**». E conclui: «**Sem tomates não se vai a lado nenhum.**» Conta histórias do passado. Em 1976 vai a uma reunião em casa do almirante Almeida e*

Costa, no Estoril, para convencer o almirante Pinheiro de Azevedo a não ser candidato à Presidência. Quando Soares lá chega vê a casa cercada por tropa. Estranha. Pinheiro de Azevedo chega muito tarde, vem da Figueira da Foz e diz que tem o PS com ele (vinha, aliás, com um enorme emblema do PS na lapela). Soares diz-lhe que não se iluda, que as coisas não são bem assim. Pinheiro de Azevedo diz então a Soares que não é tão inteligente como dizem, visto se preparar para apoiar Eanes, que é um cara-de-pau, em vez de o apoiar a ele. Eanes, presente, levanta-se e sai. Mais adiante Vasco Lourenço insiste na tecla, incitando Pinheiro de Azevedo a não se candidatar. Este exalta-se. Diz a Lourenço que é um simples capitão e que o manda prender pelos fuzileiros que cercam a casa. Lourenço responde-lhe que os Comandos também cercam a casa... Soares percebe o aparato militar com que se tinha deparado à chegada.

*Outra história: quando Soares era primeiro-ministro (em 76, 77 ou 78?) recebe um telefonema de Silva Lopes, governador do Banco de Portugal, às 2h da manhã. Este diz-lhe que o país vai cair em bancarrota «**amanhã**». Soares responde-lhe: «**Ó homem, então amanhã, quando cairmos em bancarrota, avise-me. Mas agora deixe-me dormir!**»*

*Outro episódio passado com Silva Lopes, que era um homem «**muito angustiado**», foi um convite que Soares lhe fez para jantar mas esqueceu-se de avisar a mulher. Só no próprio dia se lembrou, e perguntou a Maria de Jesus: «**O que temos para o jantar?**» Maria de Jesus respondeu-lhe que tinham bifes de cebolada, o que não era exactamente apropriado. Silva Lopes lá apareceu com a mulher, o jantar começou, e a mulher de Silva Lopes elogiou os bifes. Passado um tempo, voltou a elogiar a carne. Soares aí interveio, dizendo que os bifes nem estavam especialmente saborosos. Então a mulher do governador explicou: «**Eu já não como carne em casa, porque quando faço um prato de carne o meu marido diz-me: 'Come agora, porque daqui a 15 dias não há dinheiro para ninguém comer carne em Portugal.'**» Estando ali, na casa do primeiro-ministro, a comer bifes de cebolada sem ninguém lhe levantar problemas de consciência, a senhora estava radiante.*

O almoço acabou às 4 e meia! Também começou tarde, porque antes do almoço Soares brindou-nos com uma visita guiada à Fundação Mário Soares, que tem umas belas instalações! E, deve dizer-se, ele foi um simpatiquíssimo anfitrião.

Resta acrescentar que comeu (com imenso apetite) um «bife de touro» com batatas fritas, acompanhado por vinho tinto.

«O Clinton é parvo!»

Dois meses depois deste almoço tem lugar outro, mas com objectivo diverso.

7 de Julho de 2004

Almoço com Mário Soares no Pabe, no âmbito dos almoços do Expresso. *De início envolvo-me com ele numa discussão acalorada, porque ele defende a dissolução do Parlamento e eu contesto. Mas o momento mais hilariante aconteceu quando ele mordeu a língua [a comer cerejas] e disse: «**Diabo! Ia dizer mal do Guterres e mordi a língua...**» E o mais incoerente deu-se quando admitiu que Ferro Rodrigues pode ser um bom primeiro-ministro. «**Foi um bom ministro, pode ser um bom primeiro-ministro.**» Lembrei-lhe uma conversa recente em que ele desancou Ferro, dizendo que «**não tem jeito para aquilo**» (ser líder do PS) e que «**não tem ideias**». E acrescentou: «**Teve uma, aquela do rendimento mínimo!**» Perante a contradição, Soares mastigou qualquer coisa como «**um tipo pode ser mau a fazer oposição e ser melhor no Governo**» e passou à frente.*

Com os meus botões eu pensei que Mário Soares tem azar connosco: quando fomos ter com ele à Fundação deu uma cabeçada num tecto esconso (amansardado), que aliás me deixou preocupado, agora mordeu a língua (que parece ter sangrado muito, embora as nódoas [vermelhas] no guardanapo pudessem ser do sumo das cerejas).

*Ainda sobre Guterres, Soares disse que a actual mulher, Catarina, quando ele a convidou para jantar com o objectivo de se declarar, apareceu de pasta, pensando que ia para o despacho! Soares contou isto e riu-se. Também comparou Clinton a Guterres: «**Ele é como o Guterres, não sabe dizer que não.**» E acrescentou que Clinton era parvo, não por ter andado com outras mulheres, mas por ter contado tudo à mulher: «**O tipo é parvo! Foi contar à mulher para quê?**»*

Depois deste almoço não voltei a estar com Mário Soares. Convidei-o para colaborar no *Sol*, antes da fundação, em 2006, mas declinou com um cartão que terminava assim: «**Não faça um jornal muito de direita.**» Em Junho de 2012, fizemos no 8:18 uma cerimónia de lançamento do *Álbum de Memórias* da mulher, que o *Sol* publicou. A família toda apareceu, mas ele não. Politicamente radicalizou-se muito, chegando a aproximar-se da extrema-esquerda, que sempre tinha renegado. Em 2013 teve uma grave doença que lhe atacou o cérebro (uma encefalite) e de que milagrosamente se salvou. Foi a própria mulher, Maria Barroso, quem mo disse — e que acabou por partir primeiro.

Miguel Portas

Conheci o Miguel Portas no *Expresso*, em fins dos anos 80. Ele era colaborador externo e nessa altura entrou no quadro, a meu convite. E com uma tarefa específica: «disciplinar» a secção «Cultura».

A secção «Cultura» do *Expresso* funcionava há muito tempo como uma capela — ou, mais propriamente, como uma fortaleza, dada a sua importância no contexto do jornal. Nela pontificavam pesos-pesados do jornalismo cultural como o Alexandre Pomar (filho de Júlio Pomar, que foi durante muito tempo o coordenador), a Clara Ferreira Alves, o Francisco Bélard, o Augusto M. Seabra, o António Guerreiro, o João Lopes, o Alexandre Melo, a Fátima Maldonado, o Jorge Leitão Ramos, o João Lisboa, o Manuel Cintra Ferreira, o Jorge Lima Alves, o António Cabrita, o Rui Rocha, que estavam mais ou menos em autogestão, sobretudo desde a saída do Vicente Jorge Silva para fundar o *Público*. A secção funcionava no sótão do nosso edifício, cujo projecto de reabilitação arquitectónica fora feito por mim, e até pela sua localização física tinha uma grande tendência para se fechar sobre si própria.

Muita gente dizia-me — como caricatura, evidentemente — que lia as recomendações dos nossos jornalistas culturais «ao contrário»: quando eles diziam bem de um filme, era porque o filme não prestava; se diziam mal, o filme era bom.

Embora a cultura tenha um lado elitista que não pode ser ignorado, eu sentia que era preciso fazer alguma coisa. Tínhamos de abrir mais à sociedade. O Miguel Portas foi, pois, convidado para

editor com essa missão específica: abrir, romper a concha em que a secção vivia, apartada do mundo. Ele era um pouco o meu cavalo de Tróia. E dificilmente não seria aceite pelas pessoas que ia divigir, pois era bastante culto e tinha «fama» de intelectual. A sua entrada provocou alguns atritos, mas nunca houve ruptura. Julgo, porém, que nunca se sentiu muito feliz na função.

Curiosamente, acabaria por se tomar de amores por uma jovem que trabalhava na secção — primeiro como arquivista e depois como jornalista, a Ana Soromenho — e viria a ter um filho dela. Assim, aquela ida para a «Cultura» teve também grande importância na sua vida pessoal.

Saída e regresso ao *Expresso*

A experiência acabou abruptamente em 1990, após Jorge Sampaio ser eleito presidente da Câmara de Lisboa. Miguel Portas foi convidado para seu assessor cultural e aceitou. Havia uma relação familiar entre as duas famílias, pois Sampaio tinha sido advogado do pai de Miguel, o arquitecto Nuno Portas, no processo de divórcio de Helena Sacadura Cabral (cujo advogado fora o meu tio José Hermano Saraiva. O país é pequeno...).

Miguel Portas foi então trabalhar com o presidente da CML, e encontrámo-nos nessa altura — eu, ele e Sampaio — num almoço que descrevo noutro local deste livro. Foi um pouco estranho para mim reencontrar o Miguel, que fora meu jornalista, na pele de assessor do meu interlocutor.

Mas esta aventura também não durou muito, e Portas regressou ao *Expresso*. Eu tinha então outra ideia na cabeça — a criação de um «gabinete editorial» para gerir a «Revista» — e convidei-o para esse gabinete, na companhia do Fernando Diogo e do Rui Cardoso, com a responsabilidade da política internacional.

Nessa época estivemos permanentemente em contacto. Confirmei que o Miguel Portas era um homem sério, culto, informado,

embora não fosse pessoa para simplificar os assuntos, o que no jornalismo é importante. Nesse aspecto, era o contrário do irmão, Paulo Portas, que na altura já dirigia *O Independente* e tinha esse talento até em excesso...

Saída para fundar o *Já*

Miguel Portas esteve dois anos a trabalhar na «Revista», entre 1992 e 1994. Era o tempo da guerra na Bósnia, e lembro-me do calor que punha na defesa de uma intervenção militar europeia para acabar com o extermínio fratricida nos Balcãs. Depois despediu-se e saiu. Percebia-se nele uma certa insatisfação, o andar atrás de qualquer coisa que não definia e que eu não percebia bem o que poderia ser.

Em 1996 fundou o *Já*, um jornal semanário em formato de revista ligado à extrema-esquerda. E aqui Miguel juntou pela primeira vez as duas actividades a que se dedicava: o jornalismo e a política. Para lançar o projecto, reuniu capital de vários investidores. Falou com Balsemão, que terá entrado com 5 mil contos. E tratou de tudo com lisura. Marcou um almoço comigo no Pabe para me dizer que convidava para o seu projecto uma jornalista do *Expresso*. «**Só levo uma pessoa, que para sua estranheza é a Teresa Oliveira**», começou por me dizer. Estranheza porquê? Porque a Teresa Oliveira era vista como uma das pessoas mais conservadoras da redacção, e era suposto o novo jornal abordar causas fracturantes... Falámos doutros assuntos. Comentámos a política. Disse-me com um ar perfeitamente natural e sem me pedir segredo que o irmão nunca seria líder do CDS, explicando: «**O Paulo é homossexual e teme que, com a exposição que o cargo lhe daria, isso pudesse vir a público.**» Esta «profecia» mostrar-se-ia errada em toda a linha: dois anos depois deste almoço, Paulo Portas seria líder do CDS e os jornalistas nunca explorariam as suas inclinações sexuais.

O *Já* só durou um ano — e entre 1998 e 1999 M. P. foi repórter da *Vida Mundial* e fez programas de viagens para a televisão. Até que em 1999 tomou a posição que há muito se adivinhava: trocou definitivamente o jornalismo pela política e encontrou aparentemente o seu rumo.

Uma meia surpresa

Apesar disto, apesar de ser evidente que o jornalismo não chegava para satisfazer Miguel Portas e o preencher por completo, confesso que ainda assim foi para mim uma meia surpresa o seu aparecimento na primeira linha da intervenção política, como fundador do Bloco de Esquerda. Dir-se-ia que, sendo líder de um dos três partidos (ou movimentos) que formaram o BE, a Política XXI (os outros eram a UDP de Luís Fazenda e o PSR de Francisco Louçã), o seu protagonismo era perfeitamente natural. Mas a minha estranheza resultava do facto de, nos três anos de trabalho com Miguel Portas, ter percebido a sua dificuldade (que já referi) de simplificar. Definitivamente, não era um homem para *soundbites*. Eu interrogava-me: como se vai ele safar num mundo onde a comunicação é muito superficial e directa, não se compadecendo com grandes dúvidas e interrogações?

Mas se M. P. não tinha o talento simplificador do irmão, tinha uma vontade enorme de participação e intervenção política, que lhe estava na massa do sangue.

A última visita

Encontrei-o depois apenas meia dúzia de vezes, até porque foi colunista do *Sol* (tal como o irmão) logo na fundação, em 2006, quando já era deputado europeu. Numa visita ao nosso edifício, na Rua de S. Nicolau, contou-me uma história curiosa sobre o

Parlamento Europeu. Certa vez em que se inscreveu para fazer uma intervenção no plenário, vieram dois funcionários ter com ele oferecendo-se para o apoiar no que fosse preciso e para redigir o texto. «**Eu disse-lhes que estava habituado a escrever os meus textos e que dispensava a ajuda. Responderam-me que não era essa a prática habitual naquela casa...**» Revelador.

Miguel Portas adoeceria pouco tempo depois desta conversa, com um cancro no pulmão, e faleceria em 2012. Não teve sorte. Era uma pessoa que fumava moderadamente — não mais do que outros colegas. Na altura em que trabalhámos juntos no *Expresso*, praticamente toda a gente fumava na redacção. Saiu-lhe a ele a rifa negra.

Nuno Morais Sarmento

Morais Sarmento era considerado uma das «boas cabeças» do grupo de apoiantes de Durão Barroso, e foi premiado com um ministério quando D. B. subiu ao poder, sem ter currículo que o justificasse. Nunca gostei muito dele, e de facto os nossos contactos pessoais provaram que havia razões para isso. Há políticos em relação aos quais verificamos existir empatia, outros não. Dos poucos contactos que tivemos, registo este — bastante elucidativo — transcrito do meu **Diário**:

15 de Março de 2004

Telefona o ministro Morais Sarmento reagindo a uma carta que lhe enviei na 6.ª feira. Essa carta tem uma história. Prometeram-me uma entrevista substancial com Morais Sarmento, eu mandei o Fernando Madrinha e o Mário Ramires [respectivamente, subdirector e editor de política do Expresso*] fazê-la, e não só a entrevista foi pouco excitante como declarações do ministro saíram no* Público *na 6.ª feira, falando de certos assuntos exactamente com as mesmas palavras. E saiu em* O Independente *uma notícia segundo a qual a entrevista de Morais Sarmento ao* Expresso *[que ainda não saíra] era uma peça da guerra com Marques Mendes. O Madrinha ficou irritadíssimo e sentiu-se usado, eu senti-me enganado, escrevi a Morais Sarmento uma carta dura. Ele telefonou-me ainda na 6.ª feira mas não atendi. Hoje falámos. Diz que quer esclarecer equívocos e sugere que nos encontremos. Aceito e pergunto-lhe o local. Responde-me: «**Para mim seria cómodo aqui na presidência do Conselho de Ministros.**» Fico pasmado! Ele quer-*

*-se explicar, esclarecer um equívoco, e pede-me para ir ao seu gabinete como se fosse um funcionário a quem quisesse dar ordens? Digo-lhe que o local não me parece bem, que prefiro um local «**neutro**», e sugiro o Pabe. Ele aceita. Marcamos para amanhã.*

O encontro do dia seguinte não terá história. Os seus argumentos não me convencerão e não se estabelecerá a nível pessoal uma boa onda.

Paulo Portas

Paulo Portas apareceu com mais protagonismo na vida pública a dirigir *O Independente,* que desafiava o poder do *Expresso*. Assim, em certo sentido era o meu *challenger*. Formalmente, o director do *Indy* — como eles chamavam ao jornal — era o Miguel Esteves Cardoso, que saíra de colunista do *Expresso* para o fundar, mas Portas já se prefigurava como o homem-forte. De facto, acabariam mesmo por trocar de lugares. Isto levou a uma certa emulação entre mim e Portas, que ainda durou sete anos.

Não foram tempos fáceis. O *Indy* era um jornal muito agressivo e atraente. Alguns jornalistas do *Expresso* — sobretudo os da área cultural — ficaram seduzidos pela sua irreverência e modernidade, e passaram a usar isso para contestar algumas das minhas opções editoriais.

Portas desafiava-nos abertamente, e dizia que só abandonaria a direcção do jornal quando vendesse mais 1 exemplar do que o *Expresso*. E confesso que tive medo de que isso acontecesse. Até porque não podíamos responder a *O Independente* no mesmo tom. O nosso perfil institucional obrigava-nos a uma maior contenção e seriedade. Aquilo que disséssemos sobre ele tinha de ser mais subtil. E num plano diferente daquele em que ele nos atacava.

Xeque-mate a *O Independente*

Em 1994 lançámos um produto inteiramente novo, assente numa ideia do jornalista Rui Cardoso e num modelo original con-

cebido por mim: o *Guia Expresso de Portugal*. O resultado foi tão bom, que a fórmula foi depois muitas vezes copiada por outras publicações. E nós próprios a replicámos nos anos seguintes, com temas diversificados: *Guia do Melhor de Portugal, Guia das Vilas e Aldeias Históricas, Guia das Pousadas e do Turismo de Habitação, Guia da Boa Cama e da Boa Mesa*...

Estes guias eram executados inteiramente pela equipa do *Expresso*, sendo produtos exclusivos: só podiam adquirir-se comprando o jornal. Eram distribuídos durante o Verão, período em que a venda do jornal caía um pouco (até por ser muito incómodo para ler na praia...). O sucesso foi de tal modo retumbante que fez subir as vendas a pique, elevando a tiragem para os 200 mil exemplares (quando antes andava pelos 150 mil). Eu pus uma nota na 1.ª página a noticiar o «feito». Dir-me-ão depois que, quando Paulo Portas a viu, atirou a toalha ao chão. Percebeu que nunca conseguiria ultrapassar-nos e tomou a decisão de sair — o que aconteceria em 1995. O *Indy* andaria nessa altura pelos 100 mil exemplares.

Encontro em calções

Cruzei-me pela primeira vez com Paulo Portas num sábado à hora do almoço, e ele estava de calções. Não nos conhecíamos pessoalmente, mas cumprimentámo-nos. Foi no Pão de Açúcar de Alcântara, um pequeno centro comercial ao lado da antiga discoteca Bananas, por volta de 1990. Estávamos nessa altura em plena guerra *Expresso-Independente* — e ver pela primeira vez o meu grande adversário em calções era quase cómico!

Só almoçámos uma vez, já depois de ele trocar o jornalismo pela política. O almoço teve lugar no Pabe, a «cantina» do *Expresso*. Diziam-me que ele não gostava dos meus artigos e disse-lho abertamente. Mas ele rebateu, dizendo que eu estava enganado, pois não era possível ignorar um colunista que estava

há tanto tempo na linha da frente. A conversa teve a novidade de ser a primeira vez que o ouvi falar positivamente do euro e da presença de Portugal na União Europeia, depois de ter sido encarniçadamente contra ambos. Em resposta a uma pergunta minha sobre o que iria fazer se Portugal aderisse à moeda única, responde-me muito pragmaticamente: «**A partir do momento em que o euro for uma inevitabilidade — e parece que já é —, não posso deixar de o aceitar e de tentar tirar partido das novas condições por ele criadas.**» Portas não era propriamente um militante de causas perdidas.

Colaboração no *Sol:* princípio e fim

Quis o destino que outra vez que nos cruzámos — para aí quinze anos depois do primeiro encontro — Paulo Portas estivesse de novo em calções. Desta vez, amarelos. Foi em 2006 no edifício do *Sol* na Rua de S. Nicolau, antes de o jornal nascer. Entrou com grande à-vontade no andar onde eu trabalhava, pensando que eu estava ausente, e quando me viu ficou um tanto embaraçado.

Foi colaborador do *Sol* desde a fundação, com uma coluna na nossa revista (a «Tabu») sobre cinema. Mas deixou bruscamente de colaborar menos de dois anos depois, em protesto contra a publicação de uma manchete com o título **Submarinos salpicam Portas**. O *Sol* noticiava (com base na investigação judicial) que a Escom (de Hélder Bataglia) tinha pago comissões de 30 milhões de euros na encomenda dos novos submarinos portugueses *Tridente*. E, desses pagamentos, um milhão teria ido parar à conta bancária do CDS. Paulo Portas fez muita pressão para que a notícia não saísse, e, como não cedemos, ligou-me depois a dizer que dava a colaboração por terminada. Ainda o tentei demover, mas sem sucesso. O curioso é que a notícia na altura teve pouquíssima repercussão, mas o assunto viria a agitar a opinião pública uns anos mais tarde... É o que se chama ter razão antes de tempo.

«Gostaria de usar sobretudo e ter uma família»

Depois de P. P. sair do *Sol* não voltámos a encontrar-nos. Mas recordo uma conversa sobre ele, com Maria José Nogueira Pinto, em 2007, quando os dois estavam em guerra aberta no partido.

Maria José disse-me que P. P. arrastava uma mágoa: como conservador que era, gostaria «**de usar sobretudo e de ter uma família, mulher e filhos**», mas tal não lhe era possível. Ou seja: a sua personalidade estava em conflito com a ideologia que perfilhava.

Pedro Passos Coelho

Só conheci Pedro Passos Coelho em 2010, pouco antes de ser primeiro-ministro. Ele acabara de ganhar a liderança do PSD, num congresso em que tivera como opositores José Pedro Aguiar-Branco e Paulo Rangel — e eu escrevera que seria este último o melhor líder para o partido. Não conseguia ver Passos Coelho como um político adulto: via-o sempre como o eterno líder da Juventude Social Democrata, como uma promessa que nunca deixaria de o ser.

Ora, depois da publicação daquele artigo (onde também afirmava não o conhecer pessoalmente), P. P. C. telefonou-me dizendo que era uma boa oportunidade para nos conhecermos. Combinámos um almoço num restaurante fora dos seus hábitos mas onde se prontificou imediatamente a ir: o Arte da Comida, na Rua dos Correeiros, na Baixa de Lisboa, relativamente perto do edifício do *Sol*.

De «balão cheio de ar»…

Quando chegou, eu tinha acabado de me sentar. Achei-o mais alto do que pensava. Eu estava furioso, pois vinha de uma espécie de interrogatório num Centro de Reinserção Social, ordenado pela juíza de um processo judicial em que estavam muitos jornalistas envolvidos. Perante a minha estupefacção, fizeram-me imensas perguntas, como se eu fosse um perigoso delinquente. E no fim informaram-me que iriam pedir informações a meu respeito aos vizinhos do prédio!

Fui correcto e colaborante com as duas funcionárias que me interrogaram — e que se limitavam naturalmente a fazer o seu trabalho —, mas depois escrevi um artigo onde mostrava a minha indignação. Isto passava-se no tempo de José Sócrates — e nada de parecido me acontecera antes (nem aconteceria depois), embora eu já tivesse ido a tribunal talvez mais de cem vezes, no âmbito de processos por alegado abuso de liberdade de imprensa relacionados com a direcção do *Expresso* e do *Sol*. Mas nunca me tinham interrogado num centro de reinserção social, como um presidiário, e muito menos tinham ido pedir informações aos vizinhos sobre o meu comportamento. O que pensariam estes, se isso acontecesse? Que crimes pensariam que eu cometera? Enfim, uma coisa insólita. E como a deveria interpretar? Seria uma ameaça explícita a jornalistas incómodos? A verdade é que, depois da publicação daquele artigo, cessaram os interrogatórios aos meus colegas envolvidos no mesmo processo. E ninguém, que eu saiba, foi pedir informações sobre mim à vizinhança.

Pois bem, este episódio ocorrera na manhã em que ia almoçar com Passos Coelho, eu ainda vinha sob o efeito do choque, e contei-lhe resumidamente o caso, para desabafar. Mas não adiantou muito. O que retenho da conversa foi o facto de ele ter evitado dar opiniões sobre o que quer que fosse, dizendo que nomearia um *think tank* para estudar a reforma da Justiça, outro *think tank* para estudar os impostos, etc. Fiquei decepcionado. Parecia não ter convicções firmes, ideias claras, e confiar cegamente nos grupos de trabalho. Aquilo em que revelou mais convicção foi a falar de Cavaco Silva, de quem notoriamente não gostava. Contou-me conflitos que teve com Cavaco quando este era líder do PSD e ele líder da JSD.

No fim do almoço, simpaticamente, prontificou-se para me acompanhar até ao edifício do *Sol* — e por coincidência, quando lá chegámos, vinha também a chegar o Mário Ramires, que o conhecia há muito tempo. Ramires atravessou a rua para nos cumprimentar e ficámos breves minutos à conversa na rua. Depois despedimo-nos, P. P. C. seguiu o seu caminho, e eu e o Mário entrámos no prédio.

Este pergunta-me: «**Então o que achou dele?**» «**Um balão cheio de ar**», respondo. «**Pois, ele dá essa ideia. Mas olhe que, quando liderou a JSD, era muito teso...**»

... a surpresa positiva

Depois disto não voltei a encontrar Passos Coelho até ser primeiro-ministro. Confesso que me surpreendeu na campanha eleitoral e sobretudo no debate televisivo com José Sócrates, que venceu largamente. Não julgava isso possível. E depois voltou a surpreender-me pela forma competente, determinada e obstinada como exerceu o cargo, não cedendo às manifestações hostis, às pressões, às traições e ao cansaço, não se afastando nunca um milímetro do rumo traçado. Nesse período chegou a ser heróico. E foi aí que intensifiquei as relações com ele, embora nunca tenham sido próximas.

Durante os quatro anos de Governo da coligação PSD/CDS mantivemos um contacto regular, quase sempre através do telefone. Também o entrevistei duas vezes em S. Bento, e almocei com ele uma vez — na mesma sala reservada da residência do primeiro-ministro onde tinha almoçado com Cavaco e Guterres (Soares preferia almoçar no restaurante).

Nesse almoço, P. P. C. levanta-se da mesa a meio da refeição e vai buscar um *tablet,* onde procura um gráfico que me mostra. Nele vê-se uma curva, que representa a evolução prevista da economia portuguesa. «**Nós estamos aqui**», diz-me ele, apontando para um ponto da curva ainda descendente. «**Mas aqui dar-se-á a inversão e começaremos a crescer**», acrescenta, apontando agora para um ponto algures no fim do ano. Confesso que tenho dúvidas. Estamos em 2013. No país vivem-se tempos negros e é difícil acreditar que a economia poderá daí a uns meses começar a arrebitar. Mas tal virá mesmo a acontecer.

Outro tópico que retive dessa conversa foi uma afirmação optimista de P. P. C. segundo a qual Portugal poderia ser um país

próspero. «**Não há nenhuma razão para não podermos ser como a Alemanha**», diz. Discordo com veemência. Faço-lhe ver que, à medida que se caminha de Norte para Sul, os estádios de desenvolvimento e de progresso vêm diminuindo. Os países do Norte da Europa estão num patamar alto, os do centro da Europa num patamar mais baixo, e os do Sul noutro ainda mais baixo. E quando se passa da Europa para o Norte de África, a descida continua: o Norte de África tem um nível de desenvolvimento, a África negra tem outro, inferior. Há um *dégradé*, de Norte para Sul, com a riqueza a ser progressivamente substituída pela pobreza. Pelo que nós nunca poderemos ser muito diferentes dos outros países do Sul que estão no nosso paralelo. Ele parece aceitar a ideia. Não sei se o faz por delicadeza ou por estar convencido. Mas fico com a impressão de que nunca vira as coisas por este prisma.

Um homem muito formal

Depois deste encontro, mantivemos o contacto. Através do telemóvel. Em geral, eu enviava-lhe uma sms a fazer qualquer pergunta, e ele respondia às vezes também por sms, outras vezes telefonava. Nunca lhe liguei directamente, pois acho que, com um primeiro-ministro, deve fazer-se cerimónia. Além disso, sempre pensei que a relação entre jornalistas e políticos não deve ser demasiado próxima, com o risco de haver equívocos ou se originarem mal-entendidos.

Passos Coelho é um homem muito formal, quer a vestir quer a falar. Nesse aspecto, não se distingue dos homens da geração do seu avô... E jamais me deixou pendurado. As respostas às minhas sms começavam assim: «**Caro José António Saraiva...**» (assim mesmo, com o nome por extenso). Só com o tempo começou a escrever: «**Caro JAS...**» Devo dizer que, mesmo em momentos politicamente muito complicados — como no episódio da demissão «irrevogável» de Paulo Portas —, nunca deixou de me responder e nunca me

enganou, como o futuro acabou sempre por provar. Outro pormenor que retive no contacto com ele: apesar de ter umas mãos muito brancas e quase femininas, o seu aperto de mão transmitia confiança. Era o de um homem confiável.

«Dilma é uma mulher desagradável»

Depois de ter deixado de ser primeiro-ministro, pedi-lhe (em 18 de Março de 2016) uma opinião sobre um facto extraordinário ocorrido no Brasil: a nomeação de Lula da Silva para ministro de Dilma Rousseff, com o objectivo de o furtar à Justiça no processo Lava Jato. Passos Coelho escusou pronunciar-se sobre o assunto, mas faz-me ao telefone um retrato arrasador de Dilma: «**É uma mulher presunçosa, arrogante, desagradável, roçando a má educação.**»

Adianta que ela despreza Portugal e fez várias desfeitas a Cavaco Silva. Exemplifica: numa cimeira ibero-americana em Cádis, em Novembro de 2012, esteve 10 minutos a falar com Cavaco em espanhol, como se não soubesse quem ele era. Este estava estupefacto, sem saber o que fazer: Dilma era Presidente do Brasil há dois anos e não o conhecia?

Outra história: duas semanas antes do 10 de Junho de 2013, cujas comemorações tiveram lugar em Elvas, Dilma avisou que viria a Portugal nessa data. Não para participar na celebração do Dia de Portugal, mas em visita oficial. E Cavaco Silva teve «**de fazer das tripas coração**» (expressão de Passos Coelho) para suportar aquilo tudo. Foi obrigado a alterar a agenda, de modo a vir a Lisboa recebê-la, de helicóptero. P. P. C. também veio, mas de carro. E confidencia: «**E inventámos uma cimeira que não existiu, pois ela não vinha preparada para isso.**» Acresce que, antes de falar com o Presidente português, Dilma contactou com várias pessoas do PS, incluindo Mário Soares. «**E com Sócrates?**», pergunto. «**Não, ela não gostava do Sócrates**», responde Passos Coelho de pronto.

Pedro Santana Lopes

Conheço-o há muito tempo, desde os Governos de Cavaco Silva em que foi secretário de Estado da Cultura — lugar do qual nunca passou (facto que não perdoa a Cavaco). Quando se aproximava a inauguração da «Lisboa 94 — Capital Europeia da Cultura», Santana Lopes confidenciou-me o seu embaraço por ir receber ministros da Cultura de outros países sendo ele apenas secretário de Estado. Mas Cavaco não cedeu — embora tenha promovido a ministros outros «jovens» que tinham entrado com ele para o Governo, como Durão Barroso e Marques Mendes. Fica a convicção de que Cavaco Silva nunca confiou verdadeiramente na maturidade de Santana Lopes para ser ministro. Ou então não queria elevar a cultura a ministério.

Um «bom malandro»

É necessário reconhecer que Santana Lopes tem uma personalidade um pouco leviana. Parece um adolescente em ponto grande. É divertido, persuasivo, e julgo que, no fundo, bem formado. Classifiquei-o em dada ocasião como um «**bom malandro**». Não é um homem hipócrita nem dissimulado. Tem um riso franco e aberto, que provoca empatia.

Almoçámos em variadíssimos restaurantes, desde o inevitável Pabe ao *buffet* do Ritz, muito frequentado por políticos e empresários, passando pelo T-Clube, no Espelho d'Água. Foi

aliás aqui que ele mandou vir um «refresco» que eu adoptaria depois por muitos anos: uísque com gelo em copo alto, cheio até cima com água *Castello*. Santana é um bom companheiro de mesa. Um pouco como Mário Soares, em mais novo: insinuante, divertido contador de histórias, *bon vivant*. Percebe-se que seja um D. Juan.

Uma vez, depois de um almoço em Belém, andou imenso tempo a mostrar-me os planos que a sua Secretaria de Estado tinha para aquela zona: além do Centro Cultural de Belém, a reestruturação do Museu de Arte Popular e o novo Museu dos Coches, com a transformação do velho museu em picadeiro, que era a função para que fora construído em fins do século XVIII. Pensei que era uma obra desnecessária, e que os coches estavam muito bem onde estavam, mas Santana tinha muita fezada no projecto.

«Só posso viver apaixonado»

Pedro Santana Lopes viveu em imensas casas — desde a Rua Borges Carneiro (em Lisboa) até Cascais — correspondentes às suas diversas relações com mulheres. Foi quase meu vizinho em Miraflores e vizinho do meu filho mais velho na Junqueira, na Quinta do Almargem. Um dia, no Pabe, contou-me que tinha 5 filhos de 3 mulheres. Fiquei impressionado e, quando cheguei ao jornal, disse isso a Balsemão: «**O Santana Lopes acaba de me dizer que tem cinco filhos de três mulheres, imagine!**» Resposta de Balsemão: «**Também eu tenho 5 filhos de 3 mulheres...**» Há situações em que o melhor é mesmo estar calado.

Santana Lopes abria-se, falava com descontracção sobre tudo. Afirmou-me que a sua inconstância sentimental se devia ao facto de não conseguir viver com uma mulher se não estivesse apaixonado. E que só havia uma mulher com quem imaginava ter podido viver toda a vida: Teresa Arriaga, filha do general Kaúlza

de Arriaga. Mas aí fora ela a pôr-lhe as malas à porta, após uma suspeita de traição.

Também me contou que a mulher de Durão Barroso teve uma paixoneta por ele. Foram todos colegas na universidade, ela um dia procurou-o no escritório, mas ele sempre respeitou as distâncias. Ainda sobre Durão Barroso, Santana dizia: «**Eu tenho fama de mulherengo, mas ele é que tem o proveito.**» Acredito que tivessem ambos...

A hospedeira e o encontro com Cinha

Transcrevo do meu **Diário** um almoço com Santana Lopes em 1994, pouco antes de ele deixar o Governo (do qual pediu para sair antes do fim do mandato):

Fins de 1994

Em almoço no Pabe, Santana Lopes conta-me um pitoresco episódio. Estava a passar férias no Algarve, onde todas as noites ia à Casa Redonda de André Gonçalves Pereira, na Quinta do Lago. Por volta da meia-noite saía, metia o carro por um campo lavrado e ia pelas traseiras até casa de uma hospedeira que tinha conhecido num avião. A rapariga tinha 18 anos, estava a passar férias com a mãe, que não a deixava sair tão tarde. Então saltava de casa por uma janela ao encontro de Santana Lopes, que a esperava no carro, e partiam os dois. Uma verdadeira história de Romeu e Julieta. Que ainda não acaba aqui. Na casa de André Gonçalves Pereira reunia-se todas as noites um numeroso grupo, onde se incluíam Cinha Jardim e o marido. Ora, Santana Lopes começou a perceber que Cinha se irritava quando ele saía por volta da meia-noite. E isso para ele foi um sinal de que Cinha se interessava por ele. Daí a deitar-lhe a mão foi um instante. E a jovem hospedeira ficou a ver navios (ou aviões). Quem ri no fim... Uma nota final: Santana Lopes na altura era secretário de Estado da Cultura. O que aconteceria se fosse apanhado no meio de um campo lavrado às tantas da noite?

Ainda sobre Santana Lopes e Cinha Jardim, transcrevo o seguinte do **Diário**:

Data desconhecida (1998 ou 99)

Local: T-Clube, em Belém. Santana explica-me o fim da relação e diz-me que estava a ficar maluco. Ela passava todas as noites ao telefone com as irmãs. Além disso tinha a casa cheia de molduras dos irmãos já mortos, porque acredita em espiritismo e bruxas e vive permanentemente com os fantasmas dos familiares desaparecidos. Ia a uma bruxa a Londres, onde — convencido por ela — Santana também foi uma vez. Nesses ambientes as pessoas começam a perder a noção das diferenças entre fantasia e realidade [até porque a «bruxa» lhe referia surpreendentemente factos da sua vida pessoal que mais ninguém conhecia] — e a única saída que lhe restava, segundo ele, era romper com Cinha.

Fundar um novo partido

Um fim de tarde — talvez em 2001 —, no bar do Hotel Flórida, num rés-do-chão da Rua Duque de Palmela, falou-me da hipótese de sair do PPD/PSD (como ele dizia) e formar um novo partido de direita com Paulo Portas, que estava no CDS mas não muito contente. Na altura, Santana Lopes, apesar de ser presidente da Câmara da Figueira da Foz, passava bastante tempo em Lisboa, o que eu estranhava. A sua motivação para fundar um novo partido resultava do desencanto com o PSD, onde Durão Barroso vencera as eleições internas e ele não se via com grande futuro. «**O PSD foi ocupado pelos cavaquistas e eu nunca chegarei a líder**», diz-me desconsolado. Desincentivo-o. Faço-lhe ver que todas as dissidências acabaram mal: a FRS, a ASDI, etc. Não era possível num horizonte próximo haver novos partidos políticos em Portugal. Além de que ser líder não era tudo. A propósito, contei-lhe uma história: quando o meu tio José Hermano Saraiva foi nomeado ministro da

Educação (no último Governo de Salazar), as pessoas próximas de nós (anti-salazaristas, claro) diziam-me: «**Quem devia ser ministro era o seu pai e não o seu tio.**» Ora — pensava eu — isso seria um desastre, pois o meu pai não tinha a mínima vocação para a política. Mas isso não o diminuía. Talvez também Santana Lopes não tivesse as características certas para ser líder partidário... Disse-lhe isto tudo tranquilamente e ele não respondeu, mas evidentemente não concordaria comigo.

Santana Lopes tinha outra característica parecida com Soares: sempre foi um intuitivo, sem paciência para aprofundar os assuntos. Às vezes andava numa correria, chegando atrasado a toda a parte. Era uma loucura. Recordo a inauguração, em 2003, de uma exposição de desenhos de Pedro Proença para ilustrar *Os Lusíadas*, organizada pelo *Expresso* no CCB, em que os seus assessores confirmaram e desmarcaram por quatro ou cinco vezes a sua presença, tudo sobre a hora. Ele era na altura presidente da CML. Acabou por aparecer, percorreu a exposição numa correria e saiu como entrou, dizendo que tinha de ir apanhar um avião e estava atrasadíssimo.

Almoço com dobre a finados

Almocei com ele na época em que era primeiro-ministro (fins de 2004) e percebi que aquilo não ia durar muito. Vivia-se no país um período altamente turbulento. O ministro Rui Gomes da Silva atacara publicamente Marcelo Rebelo de Sousa, dizendo que ele falava na televisão «**sem contraditório**» (anos mais tarde, Gomes da Silva confidenciar-me-ia que a ideia fora do próprio Santana Lopes e que outro ministro se recusara a fazê-lo, mas ele não tivera qualquer problema nisso). Ora, na sequência desse ataque de Gomes da Silva, o dono da TVI — Pais do Amaral — teve uma conversa com Marcelo, aparentemente para o moderar, e este resolveu deixar a TVI. Isso originará um processo na Alta Autoridade para a

Comunicação Social (AACS), que foi altamente mediatizado e para o qual me convocaram a depor.

Lá fui, e à saída vi-me rodeado por um numeroso grupo de jornalistas, com câmaras de TV em punho, que me fizeram variadas perguntas, às quais respondi. Recordo-me de ter dito que ao Governo faltava «**calo democrático**». A Alta Autoridade era a meio da Avenida D. Carlos I — e eu tinha nesse dia um almoço combinado com Santana Lopes na residência de S. Bento, que ficava uns 100 metros mais acima. Subo a pé o resto da avenida e depois a Calçada da Estrela, entro na residência oficial do primeiro-ministro, e, após uns minutos de espera, vejo-o a descer a escada ao meu encontro. Começamos logo a conversar.

Os acontecimentos desse dia ficaram assim registados no meu **Diário**:

26 de Outubro de 2004

*Vou à Alta Autoridade para a Comunicação Social para ser ouvido sobre o «caso Marcelo». Marcelo demitiu-se de comentador [da TVI] e provocou um terramoto, por se suspeitar que foi pressionado pelo presidente da estação, Pais do Amaral, que por sua vez teria sido pressionado pelo Governo. À saída tenho um batalhão de jornalistas à espera. Respondo a várias perguntas. Saio às 12h30. Às 13h30 tenho marcado um almoço em S. Bento com o primeiro-ministro, Santana Lopes. Quando o vejo, ele diz-me que me esteve a ver na televisão. Espanto-me. Pensava que as imagens só passavam à noite. Apanhado de surpresa, pergunto-lhe o que achou das minhas afirmações. Responde: «**Você disse que o Governo é fraco, que reagiu assim porque se sente acossado, porque está nervoso...**» A situação é embaraçosa. O primeiro-ministro convida-me para almoçar — e, antes, eu brindo-o com declarações na TV sobre a fraqueza do Governo. Mas não me «desmancho». Pergunto-lhe: «**Mas não é verdade que o Governo se sente acossado, que reage assim porque se sente fraco?**» Ele responde que «**se calhar é verdade**». Já sentados à mesa eu digo-lhe que, em minha opinião, um dos grandes problemas da democracia é a fraqueza do poder político. Esta é uma questão grave que a democracia vai enfrentar.*

Durante o almoço — e sempre em ambiente descontraído — falamos das medidas do Governo, das candidaturas presidenciais (ele diz-me que prefere Cavaco mas que, se este não avançar, convidará Balsemão) e garante-me que o seu horizonte é ficar 10 anos como primeiro-ministro e depois retirar-se. Também me fala de um projecto [de jornal] que Vicente Jorge Silva tem na PT, um semanário chamado O Essencial *para sair às sextas-feiras.*

Um outro pormenor que recordo desse almoço teve a ver com mudanças na comunicação social. No meio da agitação reinante por causa da saída de Marcelo, o Governo lançara mais achas para a fogueira demitindo José Rodrigues dos Santos de director de informação da RTP e substituindo a direcção do *DN* — tirando Fernando Lima e convidando Clara Ferreira Alves, que não aceitou, acabando por nomear Miguel Coutinho. Pergunto-lhe porquê. Que necessidade havia de o Governo acrescentar agitação à agitação? Santana Lopes responde-me, candidamente: «**O [Luís] Delgado entra-me por aqui dentro a dizer que é preciso mudar isto e aquilo... E o Morais Sarmento está em guerra com a RTP. O que é que eu posso fazer?**» Apesar de Santana me dizer que esperava ficar ali dez anos, percebi que o Governo estava por um fio. Não me enganei: duraria mais quatro meses e meio.

Muito mais tarde, em 2009, depois de sair do Governo, Pedro Santana Lopes também assinou uma coluna de opinião no *Sol*: uma página inteira. Que tinha os problemas inerentes aos políticos-comentadores: os seus textos preocupavam-se mais com a sua imagem do que em fazer análise independente da actualidade. E eram formalmente muito descuidados. Por vezes, dava-me ideia de que não os escrevia, antes os ditava a uma secretária que depois os enviava para o *Sol*. Eu fazia questão de os rever pessoalmente. As folhas ficavam repletas de emendas. Ainda guardo algumas como recordação. Mas Santana reconhecia o meu trabalho, pois nunca me fez qualquer reparo por essas correcções.

Rui Machete

Conheci-o bastante mal. Ponho-o aqui porque, no dia 19 de Junho de 1984, me ligou inesperadamente, pedindo-me para nos encontrarmos em casa dele, às Avenidas Novas (para os lados da Avenida de Roma), e não no Ministério da Justiça, que ele tutelava. O que se passaria? Nesse dia tinha havido uma grande operação — a Operação Orion — contra as FP-25, uma organização terrorista, e o ministro queria dar-me todos os pormenores para publicação no *Expresso*, mas em sigilo. Daí o encontro ser em sua casa.

Ouvi-o durante bastante tempo, e concluí que a operação não teria tido o êxito que ele pretendia. Uma organização clandestina e terrorista dificilmente seria, achava eu, decapitada por uma operação policial de grande envergadura (onde havia muita gente envolvida, sendo muito difícil guardar segredo a seu respeito). Verifiquei depois, porém, ter-me enganado. As FP-25 tinham sido mesmo desmanteladas e nunca mais tiveram actividade visível, para lá de uma ou outra acção esporádica desgarrada. Registei entretanto a confiança do ministro em mim para me confiar os segredos da operação.

Pouco depois, Machete substituiria Mota Pinto na liderança do PSD — e passaria de ministro da Justiça a vice-primeiro-ministro do bloco central. Aí, escrevi um artigo chamado **Um líder passageiro**, que se revelaria certeiro: ele estaria como líder do partido uns curtos meses.

Só me voltei cruzar com Rui Machete muito mais tarde, quando a FLAD, a que ele presidia, estabeleceu um protocolo com o *Sol*.

E, finalmente, entrevistei-o nas Necessidades como ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Pedro Passos Coelho, em 2014. É um senhor, bem preparado mas sem o rasgo de um grande político. Mas também é verdade que não apostou todas as cartas na política, mantendo sempre o seu escritório de advogado.

Vítor Constâncio

Não recordo as circunstâncias em que conheci Vítor Constâncio. Lembro-me de que, no Verão de 1985, a convite da minha cunhada Alzira — que era amiga da mulher dele, Maria José — foi passar um dia com a mulher e os dois filhos numa casa de férias que tínhamos (e temos) no aldeamento turístico de Pedras d'El Rei, no Algarve. Constâncio era, na altura, governador do Banco de Portugal.

Na conversa que mantivemos mostrou-se um homem convencido de si próprio. Estava-se no período de sucessão à liderança do PS, após o anúncio da saída de Mário Soares, e ele era apontado como o mais forte candidato. À minha pergunta sobre o assunto, respondeu que só se candidataria se tivesse a certeza absoluta de ganhar e houvesse uma quase unanimidade em redor do seu nome. Era como se estivesse a fazer um favor ao PS e não aceitasse ser contrariado.

Irritações no ténis e no xadrez

Mas o pior estava para vir. Fomos jogar ténis. Fizemos dois pares: eu e o meu cunhado Rui Silva, Vítor Constâncio e o meu sobrinho Luís Pedro. Nós vestimos muito informalmente uns calções de banho e uma *t-shirt,* e o meu sobrinho nem tinha ténis e jogou descalço. Mas Constâncio vestiu-se a rigor, mostrando que levava a coisa a sério. O jogo iniciou-se, ele começou a perder — e

a perder a cabeça. Dizia que estava a ficar escuro e que não se via a bola, e que a rede não estava à altura regulamentar! Fiquei estupefacto. Aquilo para nós era uma brincadeira, eram uns momentos de descontracção, nada mais. Mas a situação começava a tornar-se incómoda. No fim Constâncio ganhou, felizmente.

Combinámos jogar umas partidas de xadrez depois do jantar. Vítor Constâncio disse que lera mais de 100 livros de xadrez e que em Portugal não tinha adversário à altura. Só havia um parceiro que lhe dava alguma luta, mas praticamente já só jogava contra uma máquina. Começámos a jogar — e eu comecei a comer-lhe peças. Ele mostrou nervosismo. Um filho dele, que teria os seus 12 anos, pôs-se a gozar: «**Estavas aí com tanta garganta e estás a perder com o Saraiva!**» Vítor Constâncio ficou furioso: «**Cala-te!**» A situação estava outra vez a tornar-se incómoda. Mas Constâncio voltou naturalmente a ganhar, pois jogava muitíssimo melhor do que eu. Com o meu cunhado Rui Silva, porém, a cena repetir-se-ia...

Misto de arrogância e fragilidade

Fiquei muito mal impressionado com este primeiro encontro a sério com Vítor Constâncio. Ele projectava um misto de arrogância e de fragilidade. Um dia, num almoço no Pabe, houve um quiproquó com o empregado, que se enganou e lhe trouxe qualquer coisa que ele não queria. Notei nele uma hesitação, uma vontade de dizer que não tinha pedido aquilo, mas acabou por não ter coragem e ceder: «**Sim, pode servir...**» Tudo se passou em fracções de segundo. Mas revelou uma certa falta de firmeza — que explicava a arrogância que ele manifestava noutras ocasiões, como forma de defesa. Foi um pormenor, mas muitas vezes é nestes detalhes que as pessoas se revelam.

Pouco antes da eleição de Constâncio para a liderança do PS, em plena campanha para as presidenciais de 1986, Teresa de Sousa fez um livro sobre Mário Soares. O convite para o escrever começou

por me ser dirigido, mas sugeri o nome da Teresa, que era jornalista da secção política do *Expresso*, e que — além de ter mais disponibilidade do que eu — era uma incondicional de Soares, com uma admiração por ele que roçava a devoção. O livro foi lançado no Grémio Literário, em Lisboa, em fins de 1985, com a presença de todo o estado-maior socialista.

Depois da cerimónia, já na Rua Ivens, quando me dirigia para o Chiado, ouvi passos apressados atrás de mim e depois senti uma violenta palmada nas costas, que pretenderia ser amigável. Um braço rodeia-me os ombros e uma voz forte diz-me: «**Quem deveria para si ser o secretário-geral do PS?**» Não respondo, e a voz continua: «**O Torres Couto, claro! O Constâncio não vai a lado nenhum...**» Continuo sem responder, o homem toma o meu silêncio por aprovação, acelera o passo e perde-se na noite. Quem era? O major Valentim Loureiro.

Escrever por «vingança»?

Pouco depois, Constâncio ascenderia mesmo a líder do Partido Socialista. E aí tive algum contacto com ele. Numa conversa na sede do PS, no Largo do Rato, disse-me que o principal problema a resolver era o financiamento partidário. Percebi que o PS se encontrava falido e que ele estava aterrorizado com a falta de dinheiro.

Como líder do PS, Constâncio nunca conseguiu impor-se e eu critiquei-o várias vezes. Qual não foi o meu espanto quando um belo dia, no *Expresso*, a Maria João Avillez, acabada de chegar da rua, me pergunta bruscamente: «**Ó Zé António, é verdade que o Vítor Constâncio lhe ganhou ao ténis e ao xadrez?**» Respondo que sim. «**Mas quem lhe disse isso?**», questiono-a, surpreendido. «**Estive a falar com o Vítor Constâncio e ele disse-me que você o ataca nas suas crónicas para se vingar por ele lhe ter ganho ao ténis e ao xadrez.**» Parecia-me impossível o que acabava de ouvir... Mas um tempo depois, numa pastelaria da Rua Nova do Almada,

o Cáceres Monteiro far-me-á a mesma pergunta. E até Balsemão ouvirá queixas de Constâncio contra mim.

Uma das últimas vezes que me encontrei com Vítor Constâncio foi em 1987, no restaurante Bachus, no Largo da Trindade, em Lisboa, no dia em que caiu o I Governo de Cavaco Silva. Todos os partidos se aliaram para derrubar esse Governo, e Constâncio queria fazer uma coligação com o PRD e chegar a primeiro-ministro. Mas Soares, que era o Presidente da República, não deixou e ele estava furioso.

Julgo que M. S. não gostava de Constâncio e não o queria ver como chefe do Governo. Pouco depois, ele perderia rotundamente as legislativas, derrotado por Cavaco Silva, e em 1989 demitir-se-ia da liderança do PS alegando interferências de Mário Soares na vida interna do partido (o que era verdade).

Evitar um novo encontro

Só voltei a encontrar Constâncio muito mais tarde, sendo ele de novo governador do Banco de Portugal, numa reunião com toda a direcção do *Expresso,* organizada por Nicolau Santos, que era meu subdirector. Admito que Constâncio tivesse solicitado a Nicolau este tipo de encontro (ao contrário do que era habitual nas minhas conversas com responsáveis políticos e económicos) por já não querer estar a sós comigo...

Epílogo

E pronto: chegámos ao fim. Espero, caro leitor, que tenha gostado. Como certamente viu, as relações que estabeleci com as 42 figuras que povoam este livro não foram todas iguais. A empatia — ou a falta dela — estará patente no texto e às vezes é explicitamente assumida. Mas isso não significa parcialidade. Em todos os casos tentei ser justo e rigoroso. Não prejudiquei uns e beneficiei outros de acordo com as minhas simpatias ou antipatias: procurei tratar todos com igual isenção. Nos jornais que dirigi tinha até fama de, à força de querer ser imparcial, prejudicar as pessoas que me eram mais próximas.

Também não usei este livro como forma de fazer retaliações ou vinganças, o que seria demasiado mesquinho. Disse-o na apresentação e repito-o nesta conclusão. A minha única ambição ao escrevê-lo foi deixar um testemunho que possa ser útil a quem, no futuro, tente reconstituir a história deste período.

Poucas pessoas terão tido, como eu tive — pelos lugares que ocupei — acesso privilegiado aos principais actores políticos ao longo de 35 anos, materializado em inúmeras conversas privadas. Aqui os políticos aparecem como são (ou como eu os vi) na intimidade, fora da pose conveniente que a presença pública implica.

No momento em que me retiro de cargos executivos no jornalismo, senti a necessidade de partilhar com os interessados essas vivências. Seria porventura egoísmo guardá-las só para mim e para o meu círculo próximo.

Uma última nota: um livro deste tipo só tem sentido se o autor se dispuser a contar tudo o que ouviu dos seus interlocutores, e relatar tudo a que assistiu, e que julgue ter interesse público. Assim, como o leitor reparou, há no texto revelações duras e outras que roçam a violação da privacidade. Mas, insisto, é o preço a pagar por uma iniciativa como esta. Só guardei para mim aqueles segredos cujo interesse público, em meu entender, não mereceria os danos que a sua divulgação poderia causar.